

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MIGUEL JOAQUIM JUSTINO MUHALE

**A democracia em regimes autoritários:
O funcionamento da democracia em Moçambique a partir de
uma perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019**

(versão original)

São Paulo

2022

MIGUEL JOAQUIM JUSTINO MUHALE

**A democracia em regimes autoritários:
O funcionamento da democracia em Moçambique a partir de uma
perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019**

(versão original)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Marques

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M952d Muhale, Miguel Joaquim Justino
A democracia em regimes autoritários: O funcionamento da democracia em Moçambique a partir de uma perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019 / Miguel Joaquim Justino Muhale; orientadora Ana Claudia Marques - São Paulo, 2022.
285 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. DEMOCRACIA. 2. MOCAMBIQUE. 3. ELEICOES. 4. FRAUDE ELEITORAL. 5. NOVA DEMOCRACIA. I. Marques, Ana Claudia, orient. II. Título.

MUHALE, Miguel. **Democracia em regimes autoritários: O funcionamento da democracia em Moçambique a partir de uma perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019.** 285p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

Data de defesa

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Marques (FFLCH-USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Adriano Nuvunga (FLCS-UEM)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Bruna Triana (FFCH-UFBA)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr. Marcos Otávio Bezerra (ICHF-UFF)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus falecidos pais:
Linda Joaquim Mabasso
e
Justino Dinis Muhale*

AGRADECIMENTOS:

À CAPES, pela concessão de bolsa aos projetos *88881.131050/2016-01 PEC-PG - Edital n° 23/2016*, que resultaram nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade minha, não reflectindo necessariamente a visão da CAPES. Graças ao programa PEC-PG, tive a honra de conhecer e conviver com diversos estudantes africanos pelo Brasil, uma experiência riquíssima e sem paralelo. Eu, e todos eles, reconhecemos o enorme contributo que o Brasil vem dando ao continente, formando várias gerações de académicos, e incluindo sectores populares outrora excluídos das universidades brasileiras. Igualmente, lamentamos os ataques que a educação brasileira vem sofrendo, quer a partir de cortes aos financiamentos dos diferentes programas, quer pelo intervencionismo e pelas reformas retrógradas promovidas por sectores conservadores.

À professora Ana Cláudia Marques, que logo no primeiro contacto em 2015, desconhecendo totalmente a realidade moçambicana, aceitou trabalhar comigo nesta pesquisa, auxiliando-me de imediato nos trâmites burocráticos junto ao PPGAS-USP. Não tendo conseguindo ingressar na turma de 2016, Ana Cláudia mostrou a mesma disponibilidade quando repeti o processo selectivo da Capes e ingressei na turma de 2017. O acolhimento que recebi da Ana e do HYBRIS, nosso grupo de pesquisa, foi o principal ingrediente para minha integração e meu aprendizado em um ambiente recheado de brilhantíssimas mentes, com sensibilidade, compromisso, generosidade, alegria, companheirismo e muito mais. Foi dentro desse ambiente que aprendi, discuti, construí e aprimorei o debate que compõe a presente tese. Obrigado por me receber, Ana Cláudia!

À Rose e Jucielle, secretárias do PPGAS, sempre solícitas, cujos inestimáveis préstimos permitiram-me navegar pelo complexo mundo burocrático da USP, e também me auxiliaram no cumprimento dos meus deveres com a Capes e a Polícia Federal.

Ao corpo docente do PPGAS-USP, em especial aos professores Heitor Frúgoli, Márcio Silva, Laura Moutinho, Fernanda Peixoto e Renato Sztutman. Estendo também meus agradecimentos aos professores de outras instituições, que em seminários e congressos deram valiosíssimas sugestões à minha pesquisa: Wilson Trajano, Marcos

Bezerra, Omar Thomas, Antonádia Borges, Carlos Filadelfo, Catherine Trundle e Jeff Sissons.

Aos diversos pesquisadores e interlocutores de pesquisa que se dispuseram a debater, fornecendo-me pistas em torno de temas vistos como sensíveis em Moçambique. Sua qualidade analítica, permitiu-me galgar vários passos em meu trabalho. São eles: Rogério Sitóe, Ismael Mussa, João Colaço, José Macuane, Eduardo Namburete, Jeremias Langa, Egídio Vaz, Jaime Guiliche, Michel Cahen, Ericínio Salema, Edson Carmona, Lázaro Mabunda, Egídio Chaimite. A amabilidade de se darem tempo de conversar comigo por várias horas e dias, foi também tida por Celso Nhantumbo, Quitéria Guirrengane, Venâncio Mondlane, Basílio Muhate, Galiza Matos Jr, e demais militantes de partidos políticos, principalmente da Nova Democracia, que por questões de segurança preservei as identidades, tal como preservo a amizade que contruímos durante minha estadia em Maputo enquanto realizava a presente pesquisa.

Aos meus colegas do PPGAS-USP e do Hybris: Yara Alves — que me recebeu e me guiou pela USP no primeiro passeio até a sala-26, onde pela primeira vez travei contacto e me registei na mais temível entidade dessa universidade, o Janus—, Tita, Tati, Augusto Ventura, Karina, Marina, Florbela, Laís, Jesser, Natália, Fabiana, João, Camila e Lucas.

Aos amigos de Moçambique, que sempre mantiveram contacto e jamais me deixaram esquecer das minhas obrigações para com a terra: Alfas Faquir, Selsio Mazoi, José Simões, Jay-P, Aires Lisboa, Celso Nhandja, Beto Magaia, Beto Cumaio, Danilo João, Helénio Jerónimo, Arsénio Tembe, Josina Tembe, Gabi, Ardiles, Leonel Matanta, Zed Muchope e Mica Dunduro.

À minha família, cujo convívio nos tem sido privado nas últimas décadas: Sérgio, Izidro, Lúcia, Elizabeth, Jeff, Ayanda, Cathlyn, Beto&Samito e Jaime Monjane. Tenho-vos sempre comigo.

Ao Mauro e à Zilanda, muito obrigado pela amizade sincera e pelo acolhimento.

Hey, Thaís, tu és muito espetacular. Que bom ter te encontrado e fazeres com que o meu mundo gravite em torno do teu. Não cabem aqui palavras para expressar o quão especial tens sido na minha vida. És luz!

MOÇAMBIQUE, *A LUTA CONTINUA!*

MUHALE, Miguel. **Democracia em regimes autoritários: O funcionamento da democracia em Moçambique a partir de uma perspectiva etnográfica das eleições gerais de 2019**. 285p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

RESUMO

Após a independência colonial em 1975 e uma experiência socialista fracassada, a era democrática moçambicana é inaugurada com a realização das eleições gerais em 1994, ganhas pela Frelimo que, desde então, continua dominando o cenário político local, mantendo requintes totalitários para aparelhar e dominar a administração pública, recorrendo a sucessivos governos para alargar sua esfera de influência social. O empresariado, as oportunidades de negócios e de empregos, as artes e a cultura, o desporto, o lazer e até os casamentos estão de certa forma sob influência e controle da Frelimo. Neste contexto, diferentes partidos da oposição são sufocados e privados de financiamento e/ou de alianças com o empresariado e demais organizações locais, o que impacta severamente a sua capacidade de actuação. A oposição continua severamente perseguida, punida economicamente, ameaçada fisicamente e até aniquilada, como acontece com jornalistas e activistas políticos. Enquanto sufoca a oposição política internamente, a Frelimo envia uma mensagem de tolerância e de convívio democrático à comunidade internacional, responsável pelo financiamento dos principais programas e projectos de desenvolvimento no país. Apesar de largas denúncias dos diferentes movimentos políticos e cívicos, a comunidade internacional contínua negligente, contemplativa e conivente com o autoritarismo da Frelimo, motivada, de acordo com esses movimentos, pelos seus interesses nos recursos naturais do país.

Palavras-chave: Moçambique, democracia, eleições, partidarização, fraude eleitoral, Nova Democracia.

MUHALE, Miguel. **Democracy in authoritarian regimes: The functioning of democracy in Mozambique from an ethnographic perspective of the 2019 general elections.** 285p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

ABSTRACT

After colonial independence in 1975 and a failed socialist experiment, the Mozambican democratic era was inaugurated with the holding of general elections in 1994, won by Frelimo, which, since then, continues to dominate the local political scene, maintaining totalitarian refinements to equip and dominate the public administration, resorting to successive governments to broaden its sphere of social influence. Entrepreneurship, business and employment opportunities, arts and culture, sports, leisure and even weddings are to a certain extent under Frelimo's influence and control. In this context, the different opposition parties are suffocated and deprived of funding and/or alliances with the business community and other local organizations, which severely impacts their ability to act. Dissent and opposition continue to be severely persecuted, economically punished; physically threatened and even annihilated, as is the case with journalists and political activists. While suffocating political opposition internally, Frelimo sends a message of tolerance and healthy democratic coexistence to the international community, responsible for funding the main development programs and projects in the country. Despite wide complaints from different political and civic movements, the international community remains negligent, contemplative and conniving with Frelimo's authoritarianism, which is suspected on the part of these movements is caused by their interests in the country's natural resources.

Keywords: Mozambique, democracy, elections, partisanship, electoral fraud, Nova Democracia.

LISTA DE SIGLAS

Assembleia da República (AR)

Associação de Ajuda ao Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM)

Centro de Integridade Pública (CIP)

Comissão Nacional de Eleições (CNE)

Conselho Nacional da Juventude (CNJ)

Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMMO)

Eletricidade de Moçambique (EDM)

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO - Movimento/ Frelimo - Partido)

Grupos Dinamizadores (GDs)

Grupo Unido de Moçambique (GUMO)

Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique)

Missão de Observação Eleitoral da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Movimento Democrático de Moçambique (MDM)

Nova Democracia (ND)

Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

Organização da Juventude Moçambicana (OJM)

Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)

Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE)

Parlamento Juvenil (PJ)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Polícia da República de Moçambique (PRM)

Produto Interno Bruto (PIB)

Rádio Moçambique (RM)

Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE)

União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

União Democrática de Moçambique (UDENAMO)

União Nacional Africana para a Independência de Moçambique (UNAMI)

União Nacional Africana da Rombézia (UNAR)

ÍNDICE

Introdução -	14
1. Capítulo I: Génese do Estado moçambicano.....	43
1.1. Frelimo: formação, luta e independência.....	43
1.2. Da independência ao regime monopartidário.....	47
1.3. A sociedade Nova e o Homem Novo.....	55
1.4. O campesinato, aldeias comunais e autoridades tradicionais.....	61
1.5. A Renamo e a guerra.....	75
1.6. A guerra: construção de uma base social de oposição à Frelimo.....	77
1.7. Os Acordos de paz e abertura democrática.....	86
1.8. O sistema eleitoral.....	90
2. Capítulo II: Onda Vermelha.....	92
2.1. O partido da Pole Position.....	98
2.2. Hiato enorme.....	108
2.3. Ganhar de goleada.....	115
2.4. É contigo que dá certo.....	122
2.5. A vitória é certa.....	142
3. Capítulo III: Nós vs Eles.....	160
3.1. Continuando com a missão: do associativismo à disputa político-partidário.....	171
3.2. Intromissão indesejada.....	175
3.3. Agora é a vez do povo.....	181
3.4. Colher experiência antes de uma vitória maior.....	192
4. Capítulo IV: Vamos à luta.....	199
4.1. Início de um novo Moçambique.....	204
4.2. Longa e árdua Jornada.....	207
4.3. O nosso partido.....	214
4.4. Sobre o significado do voto.....	224
4.5. O hiato entre políticos e as populações.....	230
4.6. Eleitorado descontente.....	235
5. Capítulo V: Efectivação da fraude eleitoral.....	242
5.1. O dia da votação.....	249
5.2. Procedimentos fraudulentos e orquestra da fraude.....	253
5.3. Disputas pós-eleitorais.....	259
5.4. Perseguição política.....	262
Considerações Finais - Arquivos urbanos.....	268
Referências Bibliográficas.....	273

Introdução

I.

Na manhã do dia 05 de fevereiro de 2007, eu e os demais habitantes da cidade de Maputo fomos surpreendidos com um reajuste relâmpago da tarifa pelos operadores privados do transporte público. Enquanto me dirigia a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), observei os passageiros incrédulos, revoltados e desesperados durante a viagem, lamentando a alta de preços generalizada que vinha se registando sobre diversos produtos alimentares e de primeira necessidade naquele período, ao mesmo tempo que denunciavam a inacção do governo perante o “sofrimento do povo”. Já o motorista e o cobrador, eximiam seus padrões de culpa, apontando que o reajuste da tarifa resultava do aumento do preço dos combustíveis, feito pelo governo da Frelimo¹ (Frente de Libertação de Moçambique).

As mensagens SMS que vinham circulando desde o início do aumento dos preços de produtos alimentares e de primeira necessidade, convocando uma “greve” popular, intensificaram-se e ganharam maior proporção com o reajuste da tarifa do transporte público. A população, maioritariamente constituída por jovens — 60% da população moçambicana tem menos de 30 anos de idade (HONWANA, 2020) —, saiu para as ruas, bloqueando as principais estradas com variados objectos e incendiando pneus. Rapidamente, o trânsito foi interrompido, o que bloqueou a ligação entre o centro da cidade de Maputo e as áreas

¹ Após uma guerra iniciada em 1964, a Frelimo derrota o colonialismo português e assume o poder em 1975. Ao ascender ao poder, aposta em um projecto político nacional com uma visão monolítica que preconizava a uniformização cultural e ideológica como condição para a unidade nacional (KHOSA, 2015). Como consequência, memórias identitárias locais foram perseguidas e silenciadas. Essa faceta totalitária, que recusa e esmaga a diversidade, silenciando o dissenso nas vozes constituintes da polifonia do tecido social, atravessou os diferentes governos da Frelimo, desde a Independência do país, em 1975, e continua manifesta no presente (ver capítulo I).

periurbanas. Viaturas foram apedrejadas e suas vidraças quebradas e/ou incendiadas. Estabelecimentos comerciais foram saqueados. A agressiva e desastrosa reacção de uma polícia despreparada, contribuiu ainda para tornar as manifestações mais violentas, com grande número de feridos e mais de uma dezena de mortos (BRITO, 2015).

Ao chegar no campus da Universidade Eduardo Mondlane, que ficou sem actividades naquela manhã, enfrentei, ao lado de colegas, momentos de grande tensão enquanto regressávamos às nossas casas, a pé, visto que o sector de transporte público se encontrava inoperante, a cidade estava paralisada, e as ruas tomadas pela polícia antimotim. Essa situação estendeu-se por três dias, até que o então governo de Armando Guebuza acordou com os transportadores pelo não agravamento das tarifas. Ao sairmos do campus universitário, alcançamos a praça da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), onde fomos truculenta e persistentemente abordados pela polícia, com ameaças de prisão. Apenas não fomos arrastados para as viaturas policiais porque, além de estarmos nas proximidades da Universidade Eduardo Mondlane, comprovamos ser estudantes, exibindo nossos respectivos cartões e explicando que a universidade suspendera as actividades por conta das manifestações.

Transeuntes que não portavam identificação, aqueles cuja justificação para estar na rua naquele momento não era plausível aos ouvidos desses agentes, ou ainda, aqueles cuja aparência era conotada aos sectores sociais mais desfavorecidos, geralmente jovens do sexo masculino, tornavam-se suspeitos, sendo logo açoitados e presos. Adultos trabalhadores que transitavam pelas ruas naquele momento, foram também alvos do mesmo desdém e da mesma prepotência dos agentes policiais.

Um grupo de funcionários que se encontrava à porta de um estabelecimento comercial para onde alguns transeuntes procuravam refúgio, ao ver a cena, lembrou-se do período do partido-único e das

acções dos Grupos Dinamizadores na pós-independência. Junto das “estruturas do partido”, esses grupos, recorrendo a motivos escusos, atacavam as populações, invadiam suas casas, e expropriavam os bens das famílias, chegando, inclusive, a açoitar, humilhar e, arbitrariamente, prender moradores que demonstrassem resistência e/ou expressassem verbalmente sua desaprovação a tais acções. Tal rememoração remete a uma reactualização do autoritarismo da primeira república, quando estavam vedadas uma série de posturas que não coadunavam e contrariavam a perspectiva hegemónica e unitária frelimista. Trata-se de um momento no qual todas as formas de associação e manifestação de opiniões contrárias ao regime foram proibidas e punidas.

A repressão e a violência policial durante as referidas manifestações foram respaldadas politicamente, com dirigentes governamentais chamando os manifestantes de “vândalos e marginais”. Esses pronunciamentos consolidaram a postura autoritária despontada a partir da ascensão de Armando Guebuza à presidência em 2004, quando passou a vigorar a intolerância e exclusão políticas, o encerramento ao diálogo, a perseguição, o assédio, o silenciamento e até mesmo o assassinato de activistas, jornalistas e artistas contrários ao regime.

Tudo isso freou a expansão do campo de actuação da sociedade civil e a participação dos grupos outrora marginalizados, que, timidamente, despontava desde a abertura democrática nos anos 1990; assim como a emergência de novos actores políticos, somada a uma maior atenção às populações marginalizadas e em situação precária, que conduzia a uma lenta consolidação de direitos e de participação política bem como outras conquistas sociais. O plano do presidente Guebuza, focado na revitalização das estruturas, nas organizações de massas, nas células do partido Frelimo, e na captura de todas instâncias da função pública tomou, então, centralidade. A partir de então, eclipsou-se por completo a separação entre o partido e o Estado, passando a ser

conferidos, sem hesitação, privilégios especiais aos membros e militantes do partido no poder (HONWANA, 2020, p. 261).

Para a maioria da juventude, oriunda de classes populares e sem ligações aos círculos de poder, a nova postura do partido governamental significou um aprofundamento das condições de miséria nas quais encontrava-se, um cerco, um desespero e a perda de esperança para o futuro. Vivenciar esse clima de sufoco e testemunhar a decepção generalizada da juventude com a governação frelimista, impeliram-me a procurar aprofundar em forma de estudo as inquietações que eu já trazia sobre os jovens e a questão política moçambicana, uma vez que, segundo Honwana (2020), a juventude tem estado na vanguarda do engajamento social e político desde a resistência colonial à luta de libertação nacional.

Não obstante, o retorno de posturas autoritárias características da primeira república levou ao cerceamento do campo de actuação dessas juventudes e das Organizações da Sociedade Civil (OSC), ampliando sua exclusão e amputando sua participação política. No lugar da ampliação das liberdades e de direitos, assistiu-se à sua reversão e estabelecimento de uma cruzada de tentativa de captura e de partidarização dessas organizações. Como demonstrarei ao longo da tese, o engajamento político e o associativismo juvenil são influenciados e moldados pela ausência de separação entre a Frelimo e o Estado. Nesse contexto, a juventude encontra-se em uma situação de

waithood, ou seja, um período de espera para iniciar a sua vida adulta. Esse é um período complexo onde os jovens encontram sérias dificuldades para se tornar independentes: não têm acesso ao emprego seguro; não conseguem montar uma casa e estabelecer suas famílias, nem contribuir como cidadãos autónomos (...) a situação do *waitwood* resulta dos processos de globalização, da adoção de políticas neoliberais e da má governação, que tem dificultado a transição dos jovens para uma idade adulta independente. Os desafios que os jovens enfrentam hoje são distintos dos desafios das gerações anteriores. Esta é uma geração cujas aspirações são ampliadas pelas novas tecnologias de

informação e comunicação, que a conecta directamente ao mundo e às culturas globais. Mas, por outro lado, essas aspirações são, simultaneamente, restringidas pela falta de oportunidades e perspectivas, que define o seu quotidiano. (HONWANA, 2020, p. 257)

Ao se ver permanentemente em espera e excluída dos processos decisórios e de democratização, esta juventude, cuja maioria encontra-se fora da esfera de influência dos sectores dominantes, passa a reclamar protagonismo social e político, procurando outras formas de organização, actuação e encaminhamento das suas demandas, seja burocraticamente ou por meio da demonstração de aversão pela política e pelos seus fazedores ou, então, optando pelo ingresso na disputa político-eleitoral em busca de sua autodeterminação. Não podemos esquecer que o autoritarismo político e/ou a referida situação de *whaithood* cerceiam o livre exercício dos direitos democráticos e, conseqüentemente, limitam severamente o campo da negociação social, da experiência e do acesso dos cidadãos a um repertório de formas de mobilização política de massas, gerando também enormes obstáculos para o desenvolvimento de formas de pensamento alternativo e para a capacidade dos cidadãos se organizarem e exprimirem livremente as suas opiniões, seus interesses e suas demandas, seja individual ou colectivamente (DE BRITO et all, 2015).

Essas manifestações, a violência policial, o autoritarismo político e as estratégias de organização das diferentes juventudes, são alguns dos fenómenos que meu projecto de mestrado, em 2011, visava inicialmente analisar. Porém, vicissitudes da vida académica impossibilitaram a realização dessa investigação que, felizmente, retomei de forma mais ampla no doutoramento.

Este breve preâmbulo serve para, de partida, apresentar os fenómenos pesquisados, bem como situar o pesquisador no presente

trabalho, mostrando como ele é por eles afectado e informado. O interesse nos fenómenos abordados parte, primordialmente, de uma vivência quotidiana, aliada, evidentemente, ao debate teórico da antropologia da política. Assim sendo, as referidas vivências e as afetações anulam a ideia de uma pretensa equidistância do pesquisador com diferentes agentes, actores e interlocutores, o que não impossibilita a realização de uma análise rigorosa dos fenómenos.

No campo da antropologia, uma abordagem da política objectiva explica como os actores sociais a compreendem e a experimentam, isto é, como significam os objectos e as práticas relacionadas ao mundo da política. Segundo Kuschnir (2007), é importante, por um lado, ter em conta a heterogeneidade social composta por diferentes redes produtoras de percepções diversas da realidade. Por outro, deve-se assumir que o mundo da política não é um dado *a priori*, pois carece de investigação e definição a partir das formulações e dos comportamentos de actores sociais e de contextos particulares (KUSCHNIR, 2007:164).

Parto do pressuposto antropológico de que a categoria política é etnográfica; assim, nesta investigação busco entender como a política é, afastando-me, assim, de perspectivas que olham o que ela *deve ser*. Nessa lógica, no caso moçambicano, procuro entender como a democracia é quotidianamente vivenciada, alicerçando-me no pressuposto de Goldman (2006), que encara a como uma experiência, ou seja, uma vivência social. Tal perspectiva implica em uma abordagem antropológica desse fenómeno que fale de democracias no plural, em virtude da profusão social e cultural.

Assim, ao decidir pesquisar o fenómeno político em Moçambique, mais propriamente a democracia e seu funcionamento, o modo como ela é contextualmente vivenciada no quotidiano, moldando e, ao mesmo tempo, sendo moldada pelos indivíduos e pelas instituições — privilegiei as eleições como universo empírico de observação. Isto não significa que

a presente pesquisa se cinja unicamente ao período eleitoral. Agentes e fenómenos diversos, cujas temporalidades se estendem para além das eleições, mereceram a devida atenção, pois têm potencial de fornecer acesso às estruturas sociais, culturais, e também aos princípios informadores da acção social, nem sempre perceptíveis no quotidiano (PALMEIRA & BARREIRA, 2006, p. 19).

A partir de uma etnografia das eleições gerais moçambicanas de 2019, acompanhei, então, o funcionamento da democracia em um contexto marcado pelo autoritarismo. Foquei-me nas campanhas eleitorais dos partidos, observando as formas de mobilização e os aspectos accionados nesses processos. Segui as caravanas eleitorais e, observei, por um lado, as formas de interação entre os membros dos partidos e, por outro, entre estes e o público. Participei, quando me foi autorizado, de reuniões e assembleias partidárias nas quais se debatiam estratégias e formas de actuação, o que permitiu um melhor entendimento do funcionamento prático da máquina partidária, bem como suas aspirações políticas; perspectivas relativas à economia e justiça; críticas em relação ao que o governo é; e aquilo que a política dever ser, o que ela deveria promover no contexto moçambicano.

Isso tudo me ajudou a elucidar alguns aspectos recorrentes na abordagem dos militantes aos eleitores, bem como identificar contradições entre as directivas partidárias e as concepções desses membros. Ver a atenção dada a cada bairro, distrito e região, a priorização de certos públicos em detrimento de outros (de acordo com faixa etária, classe social ou profissão), permitiu-me entender o enfoque de cada partido, bem como os aspectos sociais e discursivos valorados pela militância, por um lado, e pelos eleitores, por outro. Acompanhar as conversas durante as abordagens das caravanas e comitivas de campanha com o eleitorado, possibilitou-me, ainda, identificar a concepção que os indivíduos e actores políticos locais têm de democracia, elucidando as

expressões não formais e não institucionais da política e, de maneira mais específica, da democracia.

Seguir de perto os debates dentro das assembleias e, posteriormente, entre os membros dos partidos na busca do voto com os potenciais eleitores nas suas práticas diárias, ajudou-me a entender o que os actores políticos e os potenciais eleitores consideram como política, como a experimentam, e como a separam (e depois voltam a conjugá-la) das demais esferas sociais e de outras actividades do quotidiano. Essas conversas ilustraram os anseios, as expectativas, as frustrações e as decepções expressas e silenciadas dos eleitores com a política e a democracia em Moçambique, iluminando a compreensão dos seus comportamentos, práticas, significados e representações da democracia.

II.

A abertura democrática em Moçambique, nos anos 1990, deu espaço para a aceleração da consolidação e implementação das reformas neoliberais introduzidas em 1987 pelo Programa de Reestruturação Económica (PRE) (MATSINHE, 2011). Tais reformas promoveram grandes privatizações em vários sectores, facilitando a emergência de uma burguesia nacional com ligações com o partido no poder, a Frelimo (CORTÊS, 2018). Assistiu-se também, nesse período, a um nascimento massivo de partidos políticos e de organizações não-governamentais (ONGs), de empresas privadas em vários sectores, incluindo a comunicação social. Assim, foi ampliada a promoção das liberdades que, de acordo com Brito (2020), foram deveras reprimidas no anterior regime monopartidário. Essa promoção de liberdades, fruto de pressões de organismos internacionais, chega ao país acompanhada de desestatizações, demissões massivas e expansão do modo de vida

neoliberal na sociedade moçambicana, em contraste ao modelo estatizante do partido-único.

A hierarquizada cultura institucional de uma administração pública com visíveis reminiscências do autoritarismo vigente na era do partido único, denunciou logo cedo a incapacidade e/ou desinteresse governamental no acompanhamento das demandas da sociedade então em emergência. Os sucessivos governos e as instituições de Estado passaram, então, a sentir pressão de uma sociedade civil fervilhante, clamando plenitude no usufruto dos seus direitos. Exasperada, a população jovem, como será demonstrado mais adiante, percebeu-se socialmente excluída ao contrastar as dificuldades de acesso ao mercado de emprego e habitação com a partidarização do Estado; a concentração do poder político e económico; o surgimento de um mercado de facilidades e oportunidades para uma minoria com ligações com o partido Frelimo; e a corrupção generalizada envolvendo, inclusive, membros de alto-escalão do governo.

Além disso, as perseguições, os assédios, as repressões e, não raro, os assassinatos e os silenciamentos de vozes contrárias ao regime — desde o cidadão comum até artistas, académicos e profissionais da comunicação social — vêm nublar mais ainda o quotidiano democrático moçambicano, cuja cena política, apesar da multiplicação regular das eleições sugerindo falsamente um equilíbrio democrático, preocupa diversos estudiosos moçambicanos que chamam atenção e denunciam em suas pesquisas as contradições do sistema (NUVUNGA & SITOIE, 2013; NUVUNGA, 2014; MACUANE ET AL, 2018). Impedimentos de candidatura (de membros da oposição); emprego de recursos estatais pelo partido no poder durante a campanha eleitoral; interferências e captura dos órgãos de comunicação social; parcialidade das autoridades eleitorais e judiciais que, regra geral, favorecem o partido no poder na resolução de contenciosos; manipulação e viciação de resultados; abusos

de poder como esses, eventualmente tingidos de sangue, indicam que o clima da vida democrática em Moçambique, incluindo a competição política, acontecem em um palco que não obedece aos preceitos do modelo normativo da democracia liberal.

Não se trata aqui, no entanto, de considerar o país como um “Estado falhado”, como defende o ex-embaixador norte-americano Dennis Jett², ao apontar que doadores e a comunidade internacional encorajam um governo corrupto que capturou o Estado na sua totalidade, em vez de criticá-lo por deixar milhões de moçambicanos na pobreza e privados dos seus mais elementares direitos (JETT, 2020). Escapa ao diplomata a consideração de que a actual disposição do Estado moçambicano, assim o é, em função de um projecto, de conjunto de estratégias, de investimentos, um conjunto de acções coordenadas por agentes internos e externos, enfim, uma correlação de forças que concorrem para que esse Estado se apresente tal como é.

Embora no referido governo verifiquem-se sistemáticas fraudes sob contemplação complacente das autoridades policiais, eleitorais e judiciais — que, diga-se, são lideradas por membros do partido Frelimo, devendo suas posições de poder a alguma simpatia e compromisso às estruturas partidárias; possibilitando portanto, que resultados eleitorais sejam antecipadamente conhecidos antes mesmo da sua realização —, não necessariamente a política e disputa eleitoral são desprovidas de qualquer significado.

Se, no presente contexto, os cidadãos não veem espelhada nas urnas a sua vontade, como convencionado no modelo das democracias entendidas como consolidadas — cuja legitimidade, segundo Bobbio e

² Dennis Jett, na revista *Foreign Policy*, defende que o ocidente tem responsabilidade na deterioração da vida política moçambicana, uma vez que não fiscaliza com firmeza o fim dos fundos doados, que terminam nas contas bancárias das elites governamentais. ver <https://foreignpolicy.com/2020/03/07/mozambique-is-a-failed-state-the-west-isnt-helping-it/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Nogueira (1986), reside, dentre outros, no poder que as massas têm de agir periodicamente como árbitro, escrutinando seus governantes —, outras dinâmicas políticas, colocam em causa essas concepções normativas relativas ao arbítrio e espelhamento da vontade popular nas urnas. Essas concepções desconsideram que disputas eleitorais podem demonstrar o pêndulo da correlação de forças, e como diferentes sectores da sociedade são capturados ou se deixam capturar pelos contendores, mediante seus interesses, compromissos e objectivos; e não necessariamente espelham o arbítrio e a vontade popular. Trata-se de uma realidade que nos sugere um significado diferente da vida política e da competição eleitoral. Torna-se, portanto, importante investigar os sentidos e significados que possivelmente sejam negligenciados por certas perspectivas, como é o caso do diplomata supramencionado.

De facto, a leitura do diplomata norte-americano não é nova. Leituras negativas sobre as dinâmicas internas africanas são várias. Em seu livro, *Africa: unity, sovereignty and sorrow* (2009), Pierre Englebert descreve a dinâmica política africana como sendo “corrupta e predatória”. Para Englebert, é incompreensível a falta de sanções às falhas dos governos africanos. O autor se questiona como podem os Estados africanos continuar tendo desastrosas performances: Como é que esses regimes duram tanto? Como é que decrepitas estruturas opressivas e exploradoras permanecem incontestadas em seus territórios ou na sua existência como Estados? Como esses Estados podem, simultaneamente, demonstrar decadência e estabilidade, fraqueza e resiliência? Por que a sucessão pacífica é tão incomum em África? Para o autor, a resposta está no reconhecimento da soberania dos Estados africanos e de suas fronteiras pela comunidade internacional como motivo da sua perduração.

Partindo de uma assunção de boas intenções nas preocupações de Englebert, é notável a legitimidade de suas inquietações. Todavia, não

passa despercebida a execração que faz dos Estados africanos, a ponto de desejar sua destruição e implantação de Estados com moldes de funcionamento ocidental, ao invés de manifestar interesse no entendimento do funcionamento de suas estruturas mediante as especificidades contextuais.

Esse tipo de abordagem com aversão pela política da África mereceu, claramente, a atenção de alguns pesquisadores do continente, mas não só. Em sua obra *Africa: the politics of suffering and smiling* (2009), Patrick Chabal não apenas denuncia preconceitos, como também questiona a teorização e conceptualização empregues pelos cientistas do ocidente no estudo da política de sociedades “outras”, principalmente as africanas. O autor aponta a existência de uma tendência destes cientistas de “fazer uma abordagem diferenciada de África, não porque ela seja efectivamente diferente, mas sim, porque eles a abordam diferenciadamente” (CHABAL, 2009, p. 17). Olhando para a inadequação das referidas teorias, Chabal aponta:

It is widely alleged that the theories of politics that are applied to the study of the continent are either inappropriate or grossly distorting. What this means is that students of African politics unthinkingly apply western theories without taking into account either the historical basis for these theories or the reasons why they may not be appropriate to the continent (CHABAL, 2009, p. 18).

O autor também denuncia o que chama de afro-pessimismo: Por que tudo corre mal? O continente continua sofrendo os efeitos do colonialismo? Ou é vítima de exploração económica pós-colonial, má governação e falta de ajuda? Seja qual for a resposta, o resultado é a agudização da pobreza e da violência. Chabal sugere, ainda, com certas ressalvas, que a direcção da investigação dos africanistas deve procurar entender como os diferentes povos africanos domesticam a

modernidade e se adaptam a ela. Segundo ele, o olhar da comunidade científica ocidental está imbuído de racismo, superioridade cultural e colonialismo (CHABAL, 2009).

Célestin Monga, por sua vez, em *The Anthropology of Anger: civil society and democracy in Africa* (1996), aponta para a profusão de debates sem rigor sobre a democratização do continente africano, focados na aplicabilidade dos modelos e conceitos ocidentais na análise da realidade social e política africana. Para Monga, o continente tornou-se um *el dourado* no qual pesquisadores ocidentais realizam safaris analíticos empregando impunemente as mais transgressoras e debochadas perspectivas, desrespeitando os limites das proibições disciplinares. O ponto de interseção dessas análises, de acordo com o autor, é constatação de um suposto atraso africano.

Embora haja algumas leituras otimistas apontando que no continente a performance dos actores políticos locais melhorará ao longo do tempo, Monga mostra que a maioria das análises são pessimistas e sugerem a inexistência de pré-requisitos políticos, institucionais, económicos e culturais para a democracia na África. Não em termos da sua óbvia marginalização em questões mundiais, mas em virtude do já referido atraso, da sua incapacidade de adaptar formas democráticas. O “paradigma do atraso”, como referido paternalisticamente pelo autor, aponta a falta de profundidade histórica em termos de estrutura institucional e de tradição democrática; resumidamente, de incapacidade estrutural, como sendo causado pelo legado institucional do colonialismo que não deixou na África quadros suficientemente treinados.

Tais análises, como é sabido, ao serem emitidas por fazedores de opinião que influenciam decisores de políticas públicas, de programas de cooperação e de ajuda internacional ao desenvolvimento — muito importantes para milhares de pessoas no continente — além de reproduzirem preconceitos e estereótipos, tratam o continente africano

como conceitualmente “diferente”, inclusive, dos países do leste europeu que, até a queda do Muro de Berlim, tinham quase nenhuma experiência democrática. Práticas e instituições democráticas não são também profundamente enraizadas nesses países, mas a suposta ausência de “cultura democrática” não impediu a implementação de um processo democrático entusiasmante e promissor aos olhos dos acadêmicos. Rechaçando essa dualidade analítica de critérios, Monga, sublinha que “only Africa is consistently labeled as a place where certain conditions must first be met if its democratic ambitions are to be taken seriously” (1996, p. 20). Uma exigência que negligencia a história pois, como notaram alguns pesquisadores:

it would be unrealistic to expect every new state without previous experience of free elections or their political prerequisites to achieve in a decade or two a level of free choice that evolved gradually in western nations (HERMET et al, 1978, p. 9)

Mesmo assim, essa noção de “free choice” que supostamente ordenaria as democracias vistas como consolidadas, é de viés normativo e não entende a democracia como sendo fruto de relações sociais concretas que, inclusive, podem constranger e influenciar as escolhas políticas. Outrossim, apresenta-se uma perspectiva relacional hierarquizada na qual o “atraso africano” implica o avanço do acidente, cujo modelo estaria impedido de se realizar.

Por seu lado, Bayart (2009) rejeita uma assunção da alteridade africana baseada nos estereótipos das imagens de escassez, corrupção e guerra civil. Alternativamente, convida-nos a olhar para a política na África como sendo igual a política em qualquer lugar do mundo, e não uma aberração exótica. Aponta também que a literatura versada sobre a política africana tem continuamente falhado ao não reconhecer suas sociedades como entidades políticas e históricas a sua própria maneira. Para o autor, há pouco entendimento destas sociedades, pouco reconhecimento de que elas sejam ordinárias, principalmente no que

concerne à sua política. A África é representada como condenada, deficiente e à deriva. Este olhar deficitário perde de vista as especificidades contextuais, a pluralidade e as diferentes nuances sociais no vasto continente.

A caracterização do continente como sendo atrasado, disfuncional ou disruptivo, em nada ajuda ao entendimento da política na África. Assim sendo, faz-se necessário um olhar que atente às minúcias sociais presentes em cada contexto. É importante ter em conta que a política e os actores políticos não devem ser dissociados da sua conexão a um espaço social, físico e concreto, uma terra de origem, costumes, modos de vida, expectativa. É sempre importante ter em conta que o local é central na identidade e acção dos actores políticos, mesmo operando em um nível nacional (CHABAL, 2009, p. 30).

Os actores políticos, as identidades e os espaços físicos concretos estão entrelaçados por um conjunto de relações que perfazem um sistema sobre o qual a atenção dos pesquisadores deve também recair, assim como em seu funcionamento que, de acordo com Chabal & Daloz (1999), só se mantém porque beneficia as elites; do contrário, não se perpetua. Justamente pelas complexidades e especificidades contextuais desse sistema, nas últimas décadas testemunhou-se a introdução de reformas neoliberais e eleições multipartidárias por toda África-subsaariana. Mesmo assim, assiste-se pouca transição para a democracia liberal ou para claras experiências de sua consolidação (BRATTON & VAN DE WALLE, 1999).

No continente africano, actualmente algumas nações experimentam progresso democrático, outras repetem experiências autoritárias, porém, a maioria delas permanecem como “regimes híbridos”, isto é, nem completamente democráticas, nem com autoritarismo clássico, como defendem Sanchez e Macuane (2019). Todavia, é importante lembrar que os diversos significados atribuídos à

democracia e a visível ingerência das forças armadas em sociedades que já experimentaram a transição democrática, mostram-nos que a democracia não é a condição única que países têm ou deixam de ter. Mais do que isso, ela é um conjunto de processos que ocorrem de formas desiguais ao longo do tempo (HOLSTON & CALDEIRA, 1998).

III.

Pelo mundo, a democracia e suas instituições funcionam de formas diferentes e carregam significados diferentes. A “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1993) pela qual passaram, especialmente, os países do leste europeu e a América Latina (inclu também África) convive, segundo o autor, com relações consuetudinárias, restrições culturais e ideológicas, chefaturas e formas de poder “tradicionais”, pressões, ingerências e influências de padrões sobre clientelas locais, ou até dos senhorios perante seus inquilinos.

As condicionantes acima mencionadas vão implicar em diversas trajetórias e vivências políticas e, portanto, diferentes formas de conceber a democracia. Por exemplo, no caso do continente africano, Bayart (2009) cunhou o termo “*politics of the belly*”, chamando atenção para a trajetória distintiva do poder no continente, necessária para uma compreensão histórica profunda. É tendo em conta esta diversidade de trajetórias que Schneider e Schmitter (2004) constatam que, longe de ser linear, a democratização é um processo que envolve dinâmicas complexas, distintas temporalidades e sequências entre liberalização, transição e consolidação.

Hermet et al (1978) traçam duas principais divisões olhando para as democracias pelo mundo: democracias com eleições competitivas (onde se enquadram os regimes ocidentais que reúnem a maioria dos pré-requisitos indispensáveis à sua realização, como Estado de direito,

governantes escolhidos por sufrágio universal, liberdade de expressão e associação, neutralidade do exército, e sociedade civil independente); e democracias sem eleições competitivas, na qual ocorrem as eleições sem escolha (regimes do leste europeu, América Latina e África). Os autores mostram que nessas regiões os governantes desenvolveram tecnologias de manipulação de forma a dar aos seus regimes um aparente consentimento e legitimidade através da “fabricação” de cerca de 100% de intenção de voto nas sondagens.

Em regiões como a África Austral, a abertura democrática e o multipartidarismo não vieram implicar em alternância política. Líderes e seus partidos perpetuam-se no poder, apesar da realização regular de eleições cujos processos tornam-se cosméticos. Por outro lado, os partidos da oposição, em pontuais vitórias nas eleições locais, não conseguem promover a governação e consolidação democrática antes reivindicada, em certos casos acabando até por reproduzir as acções do partido hegemónico. Entender o funcionamento dessas instituições dentro dessas circunstâncias é o contributo que a antropologia pode dar para explicar o funcionamento da política (e da democracia) em cada contexto. Tais situações indicam que eleições competitivas não são o estágio último no processo contínuo de evolução das instituições políticas.

Por seu lado, Ong (2001) nos alerta sobre os dilemas de traçar limites rígidos entre os regimes políticos — uma vez que estes não são nitidamente diferenciáveis, mas complexamente entrelaçados —, e os discursos qualificadores de certos regimes como democráticos — estrategicamente empregues por grupos com fortes interesses em uma definição particular, ao mesmo tempo em que são contestados por outros em posições diferentes nas relações de poder. A autora conclui ainda que, mais do que estabelecer uma definição *a priori* de democracia, perceber a

constituição dessas disputas é um dos papéis centrais de uma abordagem antropológica.

Nessa mesma linha, as investigações brasileiras do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), que tem sua sede no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, demonstram que a antropologia, dado seu compromisso com perspectivas alternativas e a sua vocação etnográfica, encontra-se em posição privilegiada de estudar a democracia “por dentro”, trazendo a perspectiva dos actores políticos e dos sujeitos que agem nas instituições, dando voz aos menos privilegiados e também aos ocupantes do grande poder.

Trabalhando em contextos classificados geopoliticamente como sendo de transição política nas sociedades em desenvolvimento, antropólogos empregando o método etnográfico, identificaram os significados locais atribuídos às instituições e exploraram desse modo, como o processo eleitoral e outros elementos do modelo ocidental da democracia são interpretados e reapropriados por tradições nativas culturalmente distintas. Cada regime serve-se do discurso democrático para legitimar práticas que não devem ser simplesmente vistas como desvios da democracia, corrupção de poder ou um poder que se entortou, mas como uma parte intrínseca das práticas de poder. Nesse sentido, faz-se necessário analisar os significados e funções do poder nas democracias contemporâneas, em vez de assumir suas qualidades benignas ou banais. A violência dentro dos denominados regimes em transição democrática nem sempre é necessariamente um legado de regimes militares anteriores, ela pode ser propiciada pelos próprios procedimentos democráticos (PALMEIRA, 1995; PALLEY, 2002; PALMEIRA & HEREDIA, 2009).

A abordagem da democracia na antropologia tem como base a recusa da mera transposição dos modelos padronizados da democracia liberal, afastando-se de noções preconcebidas do que é ou deveria ser a

democracia. A antropologia analisa de forma crítica as diferentes formas como a democracia se configura nos variados contextos. É necessário identificar, em cada contexto, as variações associadas ao termo *democracia*, bem como entender as formas como a democracia tem sido conceptualizada na prática e no discurso público (GOLDMAN & PALMEIRA, 1996).

De qualquer forma, é fundamental frisar que não existe nada de incoerente nas práticas quotidianas e no fazer político do contexto abordado no presente estudo. Este é um entendimento consolidado a partir dos estudos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), que tenho acompanhado durante minha formação académica no Brasil.

IV.

A realização da pesquisa de campo, especialmente em período eleitoral, apresentou enormes desafios. A vida social começa a fervilhar em outro ritmo, as instituições públicas e seus quadros são significativamente sequestrados por demandas partidárias e actividades das campanhas eleitorais, o que significa uma redução na capacidade institucional de atendimento ao público, estendendo-se ao sector privado, principalmente na área de serviços, cujas empresas têm no Estado seu principal parceiro de negócios. Seus accionistas são de certa forma também ligados ao partido Frelimo, devendo, portanto, priorizar toda sua *expertise* e capacidade logística em benefício da campanha do partido. Como corolário, o mercado vai sentir uma escassez ou até hibernação de certas áreas específicas. Em outras áreas, é comum que cidadãos não consigam atendimento burocrático, sendo mandados retornar em outro dia, sob argumento de que o responsável por certo departamento “foi reunir para alguma actividade do partido ou da campanha”.

Sou familiarizado com toda peculiaridade da cultura institucional moçambicana e, durante a pesquisa, frustrei-me em diversos momentos na tentativa de colher informações em instituições públicas, chegando inclusive a ser recomendado a “agendar um outro momento fora das eleições” pois, “estava a fazer tudo errado”, e “não era assim que se trabalhava”. Contrariamente a essas recomendações, esse funcionamento “anômalo” das instituições e demais mudanças verificadas na sociedade durante esse período, constituem fenômenos enriquecedores do sentido da disputa político-eleitoral em Moçambique, fornecendo-lhe um significado próprio que deve ser compreendido. Essa alteração do fluxo normal da vida social em época eleitoral, reconfigura a disposição dos diferentes campos sociais, e tem o potencial de expor, precipitar e acirrar as disputas (GOLDMAN & PALMEIRA, 1996), entre os contendores, bem como forçar vizinhos, amigos e familiares a uma situação de escolha de um dos lados da contenda eleitoral.

No período eleitoral, as ligas juvenis partidárias são mobilizadas. Através delas, o protagonismo que a juventude tanto reclama lhe é concedido, tornando elas os pilares centrais dos seus partidos durante o período de caça ao voto (HONWANA:258). Este momento representa também uma oportunidade de algum trabalho temporário nas caravanas e em outras logísticas inerentes às campanhas partidárias. Assim sendo, uma imensidão de jovens marginalizados disputam o recrutamento por empresas e/ou forças políticas, sem se preocupar necessariamente com afinidades ideológico-partidárias.

As eleições, além de oferecerem oportunidades de trabalhos temporários e precários, deixam esta juventude na esperança de conseguir uma colocação mais estável, e de procurar conhecer e estabelecer laços com gente de influência social que possa ajudá-los em alguma demanda da vida para além das eleições. Portanto, além de desenrascar uma pontual ocupação remunerável e de usufruir de coisas e

bens que circulam nessa fase, a juventude é interceptada pelas promessas, pela esperança, pelas palavras empenhadas, criando assim expectativas (VILLELA, 2011).

É preciso entender como funcionam os processos de construção dessas expectativas, inclusive, as modalidades em que palavras são empenhadas de modo a gerar esperança. Importa saber como se dá o relacionamento entre as diversas juventudes com os partidos, com os diferentes sectores de poder como o político e o empresarial. Ao acercarme dos comités partidários de campanha eleitoral e conviver com essas diferentes juventudes, ver de perto suas práticas, seus modos de actuação, bem como suas reflexões sobre suas vidas e sobre a política nacional, pude aceder a uma complexidade de formas quotidianas de relacionamento e ver seu impacto nas concepções e significados atribuídos ao processo eleitoral e a democracia em Moçambique.

Os transportadores de semi-colectivos de passageiros, conhecidos por subverter as regras de trânsito e desrespeitar os passageiros, também tomam parte no novo ritmo de vida trazido pela campanha eleitoral, personalizando suas viaturas, colocando adesivos, cartazes, bandeiras e, chegando a se vestir com camisetes e bonés partidários — geralmente da Frelimo. Com isto, suas infrações rodoviárias, a posse de documentos expirados, a superlotação das viaturas, são perdoadas pelas entidades policiais fiscalizadoras que, deixam de aplicar as respectivas multas nesse período.

Esses sectores do comercio informal, como estabelecimentos comerciais em situação de ilegalidade, mercados, feiras populares e vendedores ambulantes, que geralmente são perseguidos, sendo suas mercadorias apreendidas e seus estabelecimentos encerrados e/ou multados, passam a ser tolerados. As vendedoras em mercados populares são cortejadas com visitas de autoridades municipais ou governamentais de regulação de actividades de comércio e trabalho, com promessas de

regulamentação do seu ramo, promessas de construção de infraestrutura comerciais condignas, promessas de controle e punição dos agentes cobradores de taxas ilegais etc. Essas e outras conceções acontecem no período eleitoral. São elementos contextuais da socialidade e da política local. Entender como ocorrem, suas motivações e significados, seu acolhimento pelo público eleitor, pode possibilitar uma melhor compreensão de como funciona a democracia dentro da espessura social moçambicana. Daí se fundamenta escolha de realização da pesquisa de campo nesse período rico de eventos e fenómenos sociais carregados sentidos e valores especiais localmente.

Diante dessa escolha, o que ocorreu foi a retração das organizações políticas e dos agentes eleitorais na disponibilização de informações. Do lado dos partidos políticos, tive que lidar com desconfianças de espionagem. Consideravam-me um mandatário da oposição para espionar, buscar informações e repassá-las a algum partido, e só depois de insistir nas credenciais da Universidade de São Paulo, indicando meu vínculo institucional e o propósito da minha pesquisa, que os dissuadi de tal suposição. Já os gestores do processo eleitoral, através dos seus funcionários, afirmavam que eu devia esperar o fim do processo para ter acesso à informação, diziam que aquele momento não era adequado devido ao volume de actividades, e recorrentemente mandavam-me regressar em outro momento, pois afirmavam que o trabalhador indicado para me fornecer determinada informação encontrava-se ausente ou ocupado.

Quanto ao público comum, especificamente os eleitores, também se mostraram refratários, em alguns casos evocando medo de futuros “problemas” a partir do que me diriam, mesmo quando lhes garantisse sigilo na pesquisa; outros não viam utilidade na pesquisa. Fora da cidade de Maputo, em regiões rurais como Moamba, Boane e Magude constatei que, sem o consentimento das autoridades locais, as populações se

recusavam a conversar sobre a pesquisa, chegando a serem hostis. Portanto, para viabilizar este trabalho, precisei de me apresentar ao posto administrativo ou distrital de cada uma dessas localidades e explicitar minhas intenções.

A anuência do poder local, expressa em um visto na minha carta explicativa, significava para as populações que o meu trabalho não lhes seria prejudicial, sugerindo que eu tivesse ligações com a Frelimo ou não pertencesse a uma outra força política. Um considerável número de cidadãos evitava interagir ou se associar com a oposição por temer alguma retaliação das autoridades locais e dos membros do partido no poder. Segundo Nyar & Wray (2012), o conjunto de situações acima descritas, entre outras, são familiares na realização de pesquisa no contexto africano. Para os autores, em muitas regiões do continente é difícil conduzir pesquisas com uniformidade por conta das barreiras impostas pelas diferentes questões culturais, pelo centralismo de poder, pelo autoritarismo, pela gerontocracia e pelo etarismo (quando pessoas idosas acham que o pesquisador é demasiado novo para conversar com eles sobre determinados assuntos – o que ocorreu comigo em alguns casos); barreiras colocadas pelas crenças religiosas, por questões de género (necessidade de autorização de um chefe, ancião, pai, esposo, etc para interagir), pelo controle à adequação do vestuário, e pela exigência de incentivos materiais ou monetários para a interação com o pesquisador (NYAR & WRAY, 2012).

Embora tenha sido interpelado por esse tipo de questões durante o campo, não as tomo necessariamente como um empecilho à pesquisa. Elas constituem dados pertinentes à análise na presente investigação. Por ser natural de Moçambique, partilhar e dominar diferentes códigos culturais da região, consegui inserir-me e progredir com a realização da pesquisa. Em vários casos, no decurso de conversas, quando a situação era confortável, revelava minha não filiação ao partido no poder, ou

então, meus interlocutores chegavam a essa conclusão em função da interação. Todo esse conjunto de condições são especificidades da socialidade e da política local. As portas que se fechavam, as desconfianças, as hostilidades, as mediações são ingredientes do processo democrático moçambicano, reveladas em outras portas que se abriam, nas conversas realizadas enquanto mergulhava profundamente junto com os actores desse processo.

Durante a pesquisa, o clima foi de uma enorme expectativa quanto ao resultado das eleições, uma vez que a Frelimo se apresentava deveras fragilizada perante o eleitorado em virtude da enorme deterioração do custo de vida, da inflação, e de escândalos de corrupção envolvendo governantes de primeiro escalão. Além disso, notava-se, no eleitorado, muita ânsia de alternância política e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) apresentava-se com Ossufo Momade, nova liderança, em virtude da morte de Afonso Dhlakama. Na corrida eleitoral³, entrou também a Nova Democracia (ND), uma força política juvenil recém-criada, sobre a qual residiam muitas expectativas em virtude da mediática actuação política dos seus membros em organizações comunitárias.

Se enfrentei resistência nas demais forças políticas, imponderáveis do trabalho de campo conduziram-me até a ND, onde fui prontamente acolhido, tendo uma grande imersão nas actividades do partido. A ND, foi criada por jovens activistas cujo trabalho e luta são sobejamente conhecidos em diferentes cantos do país. Estas juventudes marginalizadas, contrariamente às ligas juvenis subalternizadas dentro dos principais partidos, chamam para si o protagonismo político, ressoando os efeitos da actuação da Frelimo. A ND, usando um discurso afinado com as demandas de sectores mais pobres e excluídos, chegando

³ Cerca de quarenta partidos participavam das eleições de 2019, mas apenas a Frelimo, Renamo, MDM e ND tinham presença nacional, as demais forças políticas eram inexpressivas no cenário nacional, disputando assim, no nível regional.

a ser um decalque politicamente sustentado das conversas de bar, de mercado e do transporte público, torna-se numa resposta organizada perante a actuação do partido governante.

A mobilização e o trabalho político desta juventude marginalizada da ND, corresponderam ao meu anseio de dar voz a sectores marginalizados, como forma de ampliar e integrar outras perspectivas e grupos dentro de um debate polifónico, almejando alcançar melhor compreensão sobre a política e, sobretudo, a democracia em Moçambique.

Por outro lado, o facto de se tratar de uma força política recém-criada, congregando grupos excluídos, em contraste à maioria dos trabalhos académicos, que orbitam em torno das organizações políticas hegemónicas, concorre para um enfoque específico de como os moçambicanos entendem e experienciam na prática a democracia.

Acompanhando o trabalho mobilizatório por perto e assistindo as reuniões, tive oportunidade singular de vivenciar as formas de construção de consensos, o embate e choque de ideias, gestão de animosidades bem como as formas internas de resolução de conflitos. Essas discussões também ofereciam oportunidade ímpar para observar a disposição dos equilíbrios hierárquicos e horizontais dentro do partido; excelentes condimentos para a análise antropológica. A convivência e trocas quotidianas rapidamente diluíram a distância entre eu e meus interlocutores, passando, então, eu a ser acolhido dentro da militância da ND.

Meus interlocutores viam-me como companheiro de batalha, vítima do mesmo sistema que os excluía das oportunidades, isto é, ambos estávamos atravessados e afectados pelos mesmos problemas que constroem a juventude moçambicana: precariedade de acesso à saúde, educação, transporte público, desemprego etc. Mais do que estabelecer

uma sintonia entre as nossas perspectivas, a minha imersão nas actividades da ND propiciou a convivência crescente com aquela juventude, e com a situação que os cerca, podendo também afetar-me no sentido estabelecido por Favret-Saada (2012). Não se tratava necessariamente de afinidade ideológica com o partido, porém, eu me revia na luta, na história, na condição e no modo de existência daqueles jovens, com quem partilho de um conjunto de angústias, demandas e anseios.

Meus interlocutores mostravam-se cientes das dificuldades de eleição e constituição de bancada parlamentar. Longos anos de activismo político em Moçambique deram-lhes a conhecer os meandros do poder e de seus jogos. Sabiam das suas insuficiências materiais, mas não deixaram que isso influenciasse no seu ânimo mobilizatório; sabiam do domínio dos organismos eleitorais pela Frelimo; já eram familiarizados com os habituais esquemas de fraude eleitoral; sabiam da instrumentalização de professores e da polícia na prática e facilitação de irregularidades ou ilícitos eleitorais; sabiam que, mesmo juntando irrefutáveis elementos de prova dessas irregularidades, a CNE e os tribunais continuariam decidindo a favor da vitória da Frelimo; ainda assim, dedicaram-se com total empenho na campanha eleitoral, usando o momento para dialogar com as populações, mostrar seus projectos políticos, desfrutar do acolhimento, da popularidade, construir e alargar alianças, e também aproveitar-se desse contacto com o eleitorado para escancarar a frustração generalizada do povo, bem como a impopularidade da Frelimo e de seus governantes. Ao abrir esse espaço de escuta e oferecer oportunidade para que as populações abordassem suas angústias, demandas e frustrações, esses momentos de diálogo tomavam uma forma de catarse.

Colocar no debate nacional uma agenda política elaborada e centrada na juventude; discutir os problemas enfrentados pelo povo;

expor os diversos casos de corrupção, descaso e arbitrariedade dos governantes, tornaram-se aspectos extremamente valorados, constituindo, desse modo, uma vitória política, visto que a vitória eleitoral estava impossibilitada por um sistema descredibilizado.

V.

A presente tese está dividida em cinco partes. Realizo no primeiro capítulo um enquadramento contextual da história política e social moçambicana tendo como marco inicial a proclamação da independência do país em 1975. Lanço um olhar às vicissitudes que levaram Moçambique a um longo conflito armado e, posteriormente, à assinatura dos acordos de paz entre as forças beligerantes que conduziram à introdução do sistema democrático. Aqui, a asserção é a de que o entendimento desses fenómenos é imprescindível para a conferição de inteligibilidade das disputas e da composição social e política actual em Moçambique. Portanto, não se trata de elaborar uma análise ou revisão exaustiva da história moçambicana, mas, sim, de pontuar elementos que considero importantes para o entendimento das clivagens e disputas políticas abordadas no presente trabalho.

“Onda Vermelha” — nome escolhido pela Frelimo para apelidar a sua campanha eleitoral — é o segundo capítulo. Nele, abordo as dificuldades de adentrar ao universo frelimista para realização da pesquisa “por dentro”, tendo que realizá-la “por fora”. A partir de incursões etnográficas, sigo de perto as caravanas eleitorais até o “showmício” da Frelimo na cidade de Matola, reunindo toda hierarquia do partido e seu candidato presidencial à reeleição. O capítulo demonstra a capilaridade, onnipotência e transversalidade dessa força política em todas as esferas da vida pública e privada na sociedade moçambicana.

Já em “Nós e Eles”, terceiro capítulo, a dicotomia entre povo/governantes, pobres/ricos, trabalhadores/exploradores do sangue do povo, ganha evidência nos discursos das classes populares em Moçambique. Após minha frustração ao tentar pesquisar a Frelimo “por dentro”, o “por fora” apresentou-me a oportunidade de desenvolver a pesquisa com a Nova Democracia (ND), um partido recém-criado por jovens com o intuito de disputar assentos no legislativo. Para legitimar a sua existência/criação, a ND recorreu à exploração das fissuras presentes na sociedade moçambicana, argumentando que os elevados índices de desemprego, a falta de habitação, o encarecimento do custo de vida, a precarização da saúde e habitação são fenómenos patrocinados pela Frelimo, cujos membros gozam e ostentam recursos ilegalmente apropriados do erário público. Assim, a ND afirmou seu interesse em ingressar no legislativo com o intuito de lutar pelo provimento de melhores condições de vida ao povo e uma distribuição mais justa de oportunidades para a juventude.

Intitulado “Vamos à Luta”, o quarto capítulo é uma etnografia da campanha eleitoral da ND. Sem repasses do fundo eleitoral e desprovido de recursos materiais, o partido privilegiou o contacto interpessoal, por meio do qual seus membros adotaram a escuta e a conversa com todos sectores populares para marcar sua distinção das forças políticas hegemónicas. Com esta estratégia, pretendia-se mostrar ao eleitorado que a ND respeitava o povo e valorizava a sua voz. Ciente das suas limitações e dos entraves situacionais, a ND focava sua campanha não unicamente na eleição de 2019, mas procurando passar a mensagem de que “veio para ficar” e de que todos poderiam fazer parte dela. Ao avaliar a reação de receptividade de sua mensagem pelo eleitorado (instigado a expressar sua reprovção aos governantes e partidos hegemónicos), a ND considerava estar dando passos para uma vitória política. Ainda que perdesse nas urnas, ela mostrava acreditar que ao atrair as massas e fazer

parte delas, apresentando seu projecto político, visto como do interesse do povo, ela estaria pavimentando a trilha que a levaria à vitória, ainda que no futuro.

No quinto capítulo retrato o desfecho das eleições a partir dos relatos dos actores políticos, membros de partidos da oposição, activistas, observadores eleitorais e jornalistas que participaram e seguiram o processo de votação por dentro das assembleias e mesas de voto. Descrevo, ainda, a engenharia e a efectivação da fraude eleitoral. Mostro também o papel da observação internacional e de suas responsabilidades dentro do processo, bem como a crescente insatisfação de diferentes grupos da sociedade civil com o papel desses agentes. Por fim, destaco a perseguição política aos membros da oposição, bem como a influência do judiciário no processo eleitoral.

Capítulo I

Génese do Estado moçambicano, disputas, conflitos e conformação do campo político

Moçambique esteve sob jugo colonial português até 1975, ano em que proclamou sua independência após uma guerra de dez anos (1964-1974) conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁴, força política que, até a actualidade, domina e se mantém hegemonicamente no poder. Um olhar sobre a génese e a evolução dessa força faz-se necessário para a compreensão da cena política e da vida social moçambicana.

1.1 FRELIMO: formação, luta e independência

No auge do colonialismo português, emigrantes moçambicanos que fugiam da repressão colonial juntaram-se nos países vizinhos formando diferentes grupos nacionalistas. No ano de 1962, em Dar-Es-Salam, então capital da Tanzânia, três movimentos nacionalistas de composição regional — União Nacional Africana de Moçambique (MANU)⁵, União Democrática de Moçambique (UDENAMO)⁶ e União

⁴ Nuvunga (2014) estabelece dois momentos na grafia dessa organização: o acrónimo FRELIMO refere-se à frente que conduziu a guerra contra o colonialismo português e proclamou a independência nacional em 1975. Dois anos depois, a FRELIMO transforma-se em partido político, passando a ser grafado Frelimo. Portanto, ao longo deste trabalho, mantenho a grafia FRELIMO em designação desse movimento desde 1962 até 1977, altura em que passo a descrevê-lo como partido Frelimo.

⁵ O MANU, cujos líderes eram Mateus Mole e Malinga Milingo, foi um movimento formado basicamente por migrantes de etnia Makonde no Kenya e na Tanzânia.

⁶ A UDENAMO foi fundada por emigrantes moçambicanos na antiga Rodésia do Sul. Em sua maioria, seus membros vinham de Manica e Sofala. Adelino Gwambe, presidente do movimento, era nascido em Inhambane e tinha trabalhado na cidade da Beira.

Nacional Africana para a Independência de Moçambique (UNAMI)⁷, unificam-se e formam uma frente com intuito de libertar o povo e a terra: a FRELIMO. Olhando a formação dessa força política, Luís Cabaço, esclarece que,

[...] A FRELIMO defendia uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo... Esta unidade forjar-se-ia pelo estabelecimento de “relações de tipo novo” que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional [...] (CABAÇO, 2007, p. 64).



Fig. 1 – mapa político de Moçambique.

⁷ A UNAMI, fundada em 1961, era composta maioritariamente de indivíduos oriundos de Tete, sob a liderança de Balthazar da Costa Changonga.

Crises internas não tardaram a abalar o movimento, sendo que tensões tribais e de natureza regional emergiram com alegações de exclusão dos membros do centro e norte pelo grupo de indivíduos do sul que assumiam a liderança. A unificação desses movimentos é relativizada por Siteo (2005), uma vez que, posteriormente à formação da FRELIMO, como se verificou, parte de seus líderes abandonou a frente e tentou, com diferentes graus de sucesso, refundar os antigos movimentos.



Fig. 2 – distribuição étnica da população moçambicana
Fonte: MINED

Desentendimentos ao longo da guerra colonial trouxeram tensões internas que tiveram como consequências expulsões, execuções e dissidências, das quais nasceu a União Nacional Africana da Rombézia (UNAR), movimento separatista formado em 1968, advogando a independência da área abrangida pelos rios Zambeze e Rovuma. Para Chichava (2010), os líderes desse movimento alegavam que as lideranças sulistas da FRELIMO se escondiam nos escritórios ou fugiam para estudos e diferentes formações no estrangeiro, enquanto nas frentes de batalha os militantes naturais do norte serviam de “carne de canhão” em confrontos concentrados no norte do país, fustigando, assim, apenas as populações locais.

Ainda que o movimento tenha apresentado logo de início desentendimentos e cisões baseados em questões étnicas, regionais e de classe, de acordo com Siteo (2004), o efeito de tais deserções, dissidências e expulsões foi o de permitir a formação de um bloco coeso e hegemónico nas estruturas de liderança da FRELIMO, apresentando-se em sintonia e imune a ataques e influências externas.

Para Nuvunga (2014), as dinâmicas em torno da formação da FRELIMO constituem até a actualidade o âmago das clivagens políticas do país. A divisão entre o centro e o sul, explica o autor, posteriormente agravada pela exclusão dos grupos políticos que apareceram ao longo do governo de transição em 1974, com o intuito de participar do processo de dependência nacional⁸ proclamada aos 25 de junho de 1975, teve a FRELIMO como único e legítimo representante do povo moçambicano⁹.

⁸ Com a assinatura dos Acordos de Lusaka entre o governo português e a FRELIMO, em 7 de setembro de 1974, em Lusaka, capital da Zâmbia, houve reconhecimento formal da independência do povo moçambicano, ao qual foi transferido o poder sob representação da FRELIMO. Alguns grupos clandestinos que existiam na época da luta colonial, como o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) e outros, emergiram nesse momento, porém viram-se afastados das negociações pela independência, tanto pelas Forças Armadas portuguesas quanto pela FRELIMO.

⁹ O modelo desenvolvimentista do colonialismo português (posteriormente transposto ao Moçambique independente), privilegiou a concentração de riqueza e principais investimentos nos centros urbanos, sendo o principal destes, a capital Maputo, no sul do

1.2 Da independência ao regime monopartidário

O colonialismo português não só se alheou da vaga independentista que se espalhou pelo continente africano a partir dos anos 1950 e 1960, como também ignorou e resistiu tenazmente tanto às pressões dos movimentos nacionalistas quanto aos apelos internacionais pela independência das então colónias.

Perante as pressões e o isolamento internacional, a administração colonial portuguesa realizou um conjunto de reformas que incluíam a abolição do Estatuto do Indigenato¹⁰, a abertura económica ao investimento estrangeiro e até a adoção tímida do chamado princípio da “autonomia progressiva e irreversível” para as colónias que passaram a designar-se como “províncias ultramarinas” em 1961. Esse foi um passo arduo de Portugal, que passava a se apresentar à comunidade internacional como não possuidor de colónias, enquanto, ao mesmo tempo, anexava administrativamente os territórios africanos sob seu domínio.

Tais medidas, aliadas à forte repressão das já oprimidas populações africanas, sinalizavam inequivocamente que Portugal não pretendia abdicar da sua aventura colonial. Ao constatar tal facto, a FRELIMO chegou ao entendimento de que apenas o desenvolvimento de uma

país. Nas demais regiões permaneceu um modo de vida rural com predominância de estruturas tradicionais (locais). Este facto reflecte-se ainda hoje com as respectivas nuances. O sul herdou um conjunto de infraestruturas e organização que permite suas populações um relativo acesso a modernidade enquanto as regiões interiores, do centro e do norte, permanecem ruralizadas.

¹⁰ Conjunto de normas segregadoras enunciadas como definidoras de direitos, mas sobretudo de deveres, das populações africanas nas colónias portuguesas, expressas em vários diplomas legais. As primeiras foram o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, o Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933, e, finalmente, o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Trata-se de importantes instrumentos coloniais no reforço e na garantia do enquadramento legal da exploração, opressão e exclusão dos povos africanos.

guerra armada expulsaria o colonialismo e libertaria Moçambique. Com uma vasta rede de apoios dos governos anti-imperialistas de Gana, Argélia, URSS e Tanzânia, que forneceram apoio logístico e formação militar, o movimento nacionalista inicia, em setembro de 1964, um conjunto de ataques ao norte de Moçambique a partir do país vizinho que servia de retaguarda e base militar. A resposta belicista da administração colonial às referidas incursões rapidamente fez a questão evoluir para uma guerra armada com duração de dez anos.

As supracitadas reformas e a eclosão da guerra precipitaram e escancararam “fissuras políticas significativas” entre as populações brancas nas colónias e o governo central de António de Oliveira Salazar, em Portugal. Esses factos, aliados à chegada de notícias de massacre de colonos em acções levadas a cabo por nacionalistas em Angola, como aponta Pimenta (2014), geraram muita apreensão entre a população europeia de Moçambique, ao receber informações das incursões militares nacionalistas no norte do país.

Como explica Cabaço (2009), perante a opinião pública, por questões políticas e de propaganda, tanto internamente quanto externamente, o governo colonial não dava a devida relevância à situação militar, negando-a ou minimizando-a, a ponto de chamar de “simples operações para restabelecimento da ordem” as acções no norte de Moçambique. Tal postura, continua o autor, além de afugentar os temores da repetição do massacre havido em Angola, fez com que a população branca, cuja maioria se concentrava nos grandes centros urbanos (no centro e no sul do país), longe, portanto, do terreno de operações, “visse a guerra no norte como fenómeno localizado e tarefa dos militares”.

De facto, a região central do país, mais precisamente Manica e Sofala, cujos territórios foram concedidos à Companhia de Moçambique com direito de soberania por cinquenta anos - um fundo de

investimentos de capitais, alemães, britânicos e sul-africanos -, passou a registar um vistoso crescimento industrial e económico, impulsionando, desse modo, o desenvolvimento da região com a construção do terminal petrolífero Porto da Beira, a estrada internacional e a linha férrea que alimentavam também os países vizinhos sem acesso directo à costa, designados de *hinterland*.

Como consequência, o desenvolvimento industrial e económico atraiu para a região um grande número de colonos portugueses que se fixaram na então Vila Perry - hoje Chimoio - dedicando-se a actividades agrícolas e industriais. Registou-se também uma grande vaga migratória chinesa que veio se juntar aos portugueses e ingleses no território, com maior incidência na cidade da Beira, sendo que suas habilidades e mão-de-obra barata mostraram-se importantes na construção ferroportuária, nas demais infraestruturas e também na indústria de açúcar e actividades comerciais. A cidade da Beira é geoestrategicamente singular uma vez que pela sua localização permite o contacto entre os países do interior e o mar, escoando através do seu porto importantes mercadorias. O referido desenvolvimento, aliado às pressões do movimento nacionalista e à reiteração do isolamento internacional promovido pela ONU, coagiu Portugal a reforçar sua política de “autonomia progressiva e irreversível”, pela qual, de forma ludibriosa, passa a atribuir a Moçambique o estatuto de Estado a partir de novas reformas constitucionais em 1971-1972 (DARCH, 2018).

O potencial económico dessa região, ao atrair e integrar grandes populações europeias e orientais, acentuou o sistema de estratificação social e racial local, em consonância com o projecto colonial e de embranquecimento da área da África Austral, liderado, principalmente, pelas vizinhas África do Sul e Rodésia do Sul – actual Zimbabwe (DARCH, 2018; CABAÇO, 2009). Essa migração, ao usufruir do conforto económico relativo às condições de desenvolvimento dessa região,

paulatinamente passou a evidenciar o enorme hiato cosmológico com a metrópole. A situação de tutela perante o governo de Salazar desagradava a alguns sectores das elites locais com ambições políticas. Essa tutela contrastava com a autonomia política dos povos brancos da Rodésia do Sul e da África do Sul, principais interlocutores, parceiros e modelos de autonomia almejada por tais elites.

As contradições entre as populações colonas e a metrópole ganharam outra faceta quando a FRELIMO estendeu suas ações de guerrilha do norte para o centro do país em 1972 e 1973, gerando um pânico atenuado pela chegada das Forças Armadas portuguesas. A mentalidade colonialista dessa população, de acordo com Cabaço (2009), estava consolidada como cultura hegemónica, “exprimindo-se com toda dimensão de despreço pela diferença”, já que, na “vivência colonial, o colono desenvolvia o sentimento elitista, que no confronto com os militares portugueses se evidenciava em um complexo de superioridade cosmopolita”¹¹.

Rapidamente, os militares que desembarcavam em Moçambique, sem vivência colonial nem “envolvimento directo em assuntos económicos do território”, viram que as populações colonas esperavam deles a “proteção dos seus privilégios e sistema racista, onde a exploração e a discriminação eram intrínsecas ao seu modo de vida” (DARCH, 2018). Com o decorrer do tempo, também se tornara evidente aos olhos dos militares o alheamento das populações e suas autoridades administrativas, quanto a situação do exército na guerra, exibindo eles falta de colaboração nas estratégias de combate, principalmente na adotada filosofia de “guerra subversiva”, na qual era importante a acção

¹¹ Estas elites racistas eram a expressão local da colonização portuguesa e de todo sistema de segregação, discriminação e injustiças por ele praticado. A continuidade dos seus privilégios se dava pela boa relação mantida com a administração colonial e com a metrópole, com que até então partilhavam interesses comuns. Para uma abordagem mais detalhada, ver Cabaço (2009).

psicológica, que exigia profundas mudanças no comportamento dos colonos e administradores sobre as relações a manter com os povos africanos, de modo a ganhar sua simpatia e reduzir a sua colaboração com a FRELIMO. Houve, inclusive, um administrador que, perante uma actividade de inspeção, mandou informar que “[...] não tem tempo para se dedicar ao trabalho psicossocial e pede que lhe enviem pessoal daquele serviço” (CABAÇO, 2009, p. 365).

Com o choque cosmológico, a intensificação da guerra independentista significou para a população europeia uma impotência dos militares e da administração colonial em contê-la, assim como uma ineficiência em proteger os privilégios e riquezas dessa população. Perante a sensação de vazio de ordem e de autoridade, as elites agrícolas, comerciais e económicas, estabelecendo em primeiro plano os seus interesses e de seus associados constituintes da elite local, ofereceram resistência a certas reformas e posturas metropolitanas que colidissem com seus interesses, ao mesmo tempo que exerciam pressões com vista a puxar suas agendas.

De acordo com Darch (2018), foi nesse contexto que Jorge Jardim, influente empresário local com trajectória política e relação de proximidade a Salazar, assumiu a liderança ideológica de grande parte da comunidade europeia do centro do país. Usando suas boas relações regionais com o regime racista de Ian Smith na Rodésia, com o presidente Hastings Kamuzu Banda de Malawi e também com o regime zambiano, Jardim mobilizou apoios desses países para atacar e impedir o avanço da FRELIMO no centro de Moçambique, chegando a tomar dianteira na formação de alguns destacamentos de forças africanas¹²

¹² Apesar da relutância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e das autoridades administrativas coloniais em avançar com a formação de soldados africanos para integrar a frente de combate das Forças Armadas, pressões e avanço da guerra obrigaram-nos a ceder.

(africanização da guerra), e liderar o comando de operações paramilitares, tendo de alguma forma freado o avanço da guerrilha¹³.

Por outro lado, Jardim, ao atuar praticamente como um centro paralelo de poder, com habilidade diplomática, conseguiu junto à metrópole, procurando uma saída neocolonial, fomentar a criação de movimentos e partidos políticos, tendo-se aproximado de dissidências da FRELIMO, as quais instigou a se organizarem politicamente. Jardim estava a preparar uma base para o que pretendia ser o futuro Exército e também os partidos políticos que concorreriam com a FRELIMO, da qual se opunha à entrega total do poder pelo Movimento das Forças Armadas após o 25 de Abril. De facto, arditosamente, Jardim desenhara o Plano de Lusaka¹⁴, pelo qual almejava a declaração unilateral da independência e posterior estabelecimento de um governo de maioria branca, nos moldes da Rodésia, o que foi recusado pela FRELIMO (DARCH, 2018).

Esse conjunto de movimentações políticas, posturas reacionárias e ambições separatistas fez com que a região central, principalmente a cidade da Beira, merecesse especial atenção da FRELIMO, como é possível perceber no discurso de Samora Machel em sua primeira visita à cidade durante a denominada “viagem triunfal”, na véspera da proclamação da independência:

* Viva a luta justa dos povos oprimidos! Viva a revolução moçambicana! Viva a Luta Armada de Libertação Nacional! Viva a Frelimo que organiza o povo [...], cheguem mais perto para nós conversarmos melhor [...].

¹³ Beira tornou-se o principal reduto das actividades militares de contrainteligência, fundamentais para o desenvolvimento e a defesa dos projectos colóniais da época.

¹⁴ Para mais detalhes, ver Darch (2018) e Cabaço (2009).

[...] Aqui, na Beira, é o centro da discriminação racial¹⁵. [aplausos] Aqui! Essa discriminação foi criada deliberadamente, deliberadamente pelo governo fascista, colonial-fascista de Salazar¹⁶, e consolidado em estruturas podres pelo Marcelo Caetano, chefe da fila dos bandidos [aplausos, apupos].

Desde crianças, nós conhecemos Beira como o satélite do Apartheid, o satélite da África do Sul, do racismo da Rodésia e da África do Sul [aplausos]. E escolheram durante a guerra¹⁷ como centro, centro de desdobramento das forças reacionárias, das forças que agrediam, assassinavam, massacravam, matavam, violavam o povo moçambicano. O centro das forças que humilhavam, o centro das forças que discriminavam, o centro da humilhação na base da cor da pele.

Falar da Beira é falar do crime. É falar do crime contra a humanidade. Vivemos divididos no nosso país. Vivemos dominados, discriminados, desprezados, como incapazes no nosso país. Mas, esses elementos, os instrumentos todos, visavam somente um objectivo – para poder explorar, para poder sugar o sangue do povo moçambicano, para poder pilhar as riquezas do nosso país [...].

[...] Quantos partidos nasceram aqui na Beira? Quantos? Quantos? Cinco? Cinco? Cinco? Só na cidade da Beira? Só? Quantos? Onde estão os seus dirigentes, onde estão os seus dirigentes? [indicações da audiência] Onde estão seus dirigentes? [Mais indicações da audiência]. Primeiro chamar a atenção a esses fantoches [risos, aplausos]. A esses fantoches. Títeres. Títeres. Vamos lá. Títeres. São títeres. Não eram eles, eram manejados por alguém. Eram manejados por uma força exterior. Eram encorajados pelos rodesianos a declarar uma segunda Rodésia aqui em Moçambique¹⁸. Eram encorajados pela República Sul-Africana, porque os racistas são os satélites da África do Sul. Nós queremos dizer a esses senhores – porque aqui há camaradas, há senhores e há amigos, não são todos camaradas [...]. Mas eu queria dizer aos fantoches, aos reacionários, aos agentes do imperialismo que nós derrotamos a força mais organizada que é a força portuguesa [...]. Primeiramente derrotamo-lo politicamente e, em segundo, militarmente. Por isso esses pequenos grupos [...] estão aqui. Estão

* Excerto do discurso de Samora Machel na passagem pela cidade da Beira durante a Viagem Triunfal, em junho de 1974 (apud DARCH, 2018).

¹⁵ A cidade da Beira era considerada pior que a capital nesse sentido [Nota do autor].

¹⁶ António de Oliveira Salazar.

¹⁷ Guerra de Libertação Nacional (1964-1974).

¹⁸ A tendência a favor de uma solução rodesiana em Moçambique, ou seja, a declaração de uma pseudoindependência em que um governo de “caras pretas” funcionaria como a face pública do poder dos colonos, ou os próprios brancos abertamente tomariam posse, se manifestou várias vezes em 1973 e 1974. O “Programa de Lusaka”, de Jorge Jardim, e a tentativa de golpe em setembro de 1974 pelos “Dragões da Morte” em Lourenço Marques são os exemplos mais conhecidos [Nota do autor].

aqui. Queremos chamar a atenção que em Moçambique, não há lugar para vocês... [risos, aplausos].

Do lado português, os militares que assumiram as negociações da descolonização após a Revolução dos Cravos, de 25 de abril, reconheceram a FRELIMO como único interlocutor válido para o processo de composição do governo de transição e a posterior transferência total de poder em Moçambique. Desse modo, ficou fácil para essa força esmagar e silenciar os partidos e as movimentações políticas então emergentes.

É possível entender então que, ao chamar publicamente de “títeres”, em seu discurso na cidade da Beira, as organizações que haviam participado diretamente em ações de oposição declarada à liderança da FRELIMO, Samora, além de espelhar o desprezo dessa força política pelas demais formas de organização com diferentes agendas para a sociedade moçambicana, indicava o que viria a ser uma perspectiva exclusivista, intolerante e de unicidade, pela qual formas que chocassem com o projecto de construção da “sociedade nova” e com o pretense Estado popular seriam consideradas inimigas do povo.

Para fazer frente ao clima de incerteza e convulsão social estabelecido com a queda do regime salazarista em Portugal e o advento da independência em Moçambique, a FRELIMO, declarando-se “partido de vanguarda do povo moçambicano”, seu “único e legítimo representante”, proclamou a independência e instituiu, dessa forma, uma constituição monopartidária na qual ela era o partido-Estado moçambicano. Assim começou a construção de um projecto hegemónico de domínio social e político implementado com requintes autoritários.

1.3. A “Sociedade nova” e o “Homem novo”

A luta armada pela libertação de Moçambique estendeu-se por dez anos. Se em um primeiro momento o objectivo da FRELIMO era libertar a terra do jugo colonial, a agudização da guerra, bem como a duração da experiência militar em situações extremas, levou ao aprofundamento da conceptualização política e teórica da especificidade do colonialismo português e de seus efeitos na vida das populações africanas. Isso significa que a guerra colonial já não visava apenas libertar a terra e os homens, mas sim, tornava-se necessário compreender o âmago da engrenagem colonial de modo a combater e erradicar seus efeitos dentro da sociedade e também no psicológico dos povos que usufruiriam dessa liberdade.

O avanço da guerra trouxe conquistas territoriais, possibilitando que o movimento passasse a interagir quotidianamente com as populações das regiões anexadas. A esses territórios, atribui-se o nome de “zonas libertadas”, constituindo a primeira experiência de administração pública da FRELIMO junto às populações. Tal convivência mostrou que essas populações possuíam expectativas, ambições, culturas, religiões e cosmovisões próprias, escancarando nitidamente formas de existência divergentes do projecto de sociedade idealizado pela frente. Impuseram-se, então, novos desafios ao movimento que se familiarizava com a dinâmica da vida nas “zonas libertadas”, ao mesmo tempo que testemunhava contradições e divergências internas estabelecidas nas propostas distintas e antagónicas sobre as estratégias políticas, militares e administrativas a serem seguidas.

A emergência de conflitos ideológicos e de classe no interior do movimento, durante a administração das “zonas libertadas”, fez com que seus dirigentes, que no primeiro momento tinham identificado o sistema

colonial português como seu principal inimigo, nomeassem outras formas por si consideradas nefastas ao projecto de nação almejada. Nas “zonas libertadas”, ensaiou-se, assim, a construção de uma “sociedade nova”, na qual habitaria o cidadão idealizado pela FRELIMO, o “homem novo”, dotado de uma “nova mentalidade”.

Mariani (2012), analisando o discurso revolucionário moçambicano e a escrita do “homem novo”, frisa que estes devem ser vistos como inseridos no âmbito das revoluções socialistas, portadoras de um projecto de sociedade mais justa e igualitária, em que a distância entre as classes deixaria de existir. As massas tomariam a palavra, e todos, sem excepção, teriam os mesmos direitos. No contexto moçambicano, a autora considera que a revolução deveria imprimir a reescrita do passado da história colonial recheada de desigualdades sociais, contendo promessas de um futuro outro, ainda opaco e irrealizado, porém extremamente almejado.

Nesse sentido, a revolução impôs uma criatividade política com a qual a FRELIMO teve de imaginar uma “nova sociedade”, em que deveria imperar “uma nova mentalidade” moçambicana, visando a ruptura e a superação do status quo colonialista anterior, marcado por desigualdades e diferenças internas, que a nação pós-revolucionária teria de superar (MARIANI, 2019). O “novo” pretende ressignificar o que é designado. Desse modo, no contexto moçambicano, a autora considera que,

“novo homem” opõe-se fortemente a uma memória e à evidência dos sentidos até então colocados em circulação ao longo de mais de três séculos de colonização. A materialidade dessa expressão “homem novo” tem espessura histórica, pois contrapõe-se a uma memória instituída pelo português e, ao mesmo tempo, porta um inegável esforço de deslocamento ideológico (2019, p. 35).

Portanto, ao serem enunciados o “homem novo” e a “nova sociedade” na retórica da FRELIMO, a ideia era pautar tanto a quebra de práticas discursivas que portavam determinados sentidos constitutivos de rituais ideológicos do passado colonial quanto o desejo de realizar o que ainda não estava realizado, mas que poderia vir a ser. É por esse viés que Samora Machel afirma que “a construção da ‘nova sociedade’ em que estamos empenhados é indissociável da criação do homem novo [...], não podemos criar a sociedade nova sem destruímos a antiga, sem derrubarmos o colonialismo e seus vestígios” (MACHEL, 1975, p. 19).

Ainda segundo Mariani (2012), a revolução demandou a “criação”, ou “invenção”, do novo moçambicano, a partir de uma retórica de ruptura, recorrendo-se ao emprego de uma linguagem de guerra. No discurso oficial, “liquidar” com o período colonial era também liquidar com o modo como os moçambicanos eram significados, ou seja, “selvagens, como seres inferiores, sem consciência”. “Liquidar” era romper para transformar e criar o “homem novo”, esse era o desafio.

De acordo com Meneses (2015), em sua análise dos discursos em torno da construção do Estado moçambicano, nas “zonas libertadas” - territórios vistos como “laboratório científico”¹⁹ do futuro Moçambique independente -, foi adotado o modo colectivo de organização de vida. Tal implementação era considerada revolucionária, fruto da compreensão sociopolítica do colonialismo português, o que permitiria combater a já identificada presença de interesses de classe divergentes e antagónicas no seio do movimento.

¹⁹ “A característica fundamental das zonas libertadas é que as massas cumprem as palavras-chave, são mobilizadas e publicamente organizadas por nós, e seguem a nossa linha [política] nas suas atividades diárias. E assim a libertação da exploração, a eliminação do tribalismo e o nascimento da nação acontecem juntamente com o estabelecimento prático do poder popular a nível das estruturas políticas, económicas e sociais. [...] As zonas libertadas são centros de difusão da nossa ideologia, da vida nova que estamos a criar” (MENESES, 2015, p. 18, apud MACHEL, 1974a, p. 11).

Assim, a autora indica que foi dada continuidade ao aprofundamento da conceptualização do inimigo, investiu-se no discurso político revolucionário de descolonização da mentalidade moçambicana, no sentido de desfazer os estereótipos construídos sobre os africanos nos discursos europeus dirigidos a si durante séculos de colonização. Nesses discursos, o colonizador, identificado deliberadamente com o homem de pele branca, era apresentado como o modelo de civilização e de progresso que os moçambicanos deveriam procurar imitar. A luta era por uma busca de caminhos revolucionários que reapproximassem os moçambicanos de sua própria história a fim de dar início à construção de uma memória outra, desvinculada do branco, e assim implantar o projecto de Estado popular (MARIANI, 2012).

Esse Estado popular seria habitado pelo “homem novo”, à semelhança do que sucedia nas “zonas libertadas”. A partir da discussão política, do trabalho e da educação, procurava-se “destruir as ideias e hábitos corruptos herdados do passado; desenvolver o espírito científico para eliminar a superstição; promover a emergência de uma cultura nacional, liquidar o individualismo e o elitismo” (MENESES, 2015, p. 20, apud FRELIMO, 1982b [1969], p. 196). Não bastava ser patriota, era necessário que esse “homem novo” estudasse, produzisse, participasse da luta, se integrasse com os camponeses em seu trabalho manual, combatesse as formas de exploração, buscasse criar relações novas, cultivasse continuamente a disciplina revolucionária, e assim por diante (CABAÇO, 2009, p. 307).

O “homem novo” seria, portanto, o oposto do que a ideologia colonial preconizava sobre os moçambicanos. Dessa forma, havia uma vigilância constante contra o que era considerado tribalismo, racismo, regionalismo, discriminação contra a mulher, os novos exploradores, a traição, o ódio. Todo um conjunto de disposições contrárias à moral identitária da cidadania almejada para o futuro país deveria ser combatido, pois antagonizava com o projecto concebido por quem se

outorgava representante legítimo e exclusivo do povo moçambicano – a FRELIMO.

Em sua análise sobre as diferentes etapas sociais em que o homem africano se viu envolvido em Moçambique durante o colonialismo e também nos períodos subsequentes, Farré (2015) aponta que, no processo de construção do “homem novo”, na visão da FRELIMO, foram definidos como “inimigos internos” da “sociedade nova” os que representavam valores contrários à revolução. Eram terminantemente abominados aqueles que tinham decidido, por vontade própria, engajar-se nas instituições do colonialismo, tais como: régulos, soldados do exército colonial, funcionários civis, deputados provinciais, agricultores abastados.

As denominadas lideranças tradicionais - os régulos -, responsáveis pela interlocução entre a administração colonial e o grosso da população rural, colaboraram com o regime colonial ao assumir, além das funções já referidas, actividades paramilitares, contrarrevolucionárias, administrativas, fundiárias e judiciais (BORGES COELHO, 2010). Por outro lado, ao exigirem do novo regime o reconhecimento do seu poder comunitário, foram classificadas como reacionárias, o que se estendeu também a outras manifestações vistas como divergentes do projecto político-militar “revolucionário” da FRELIMO (MENESES, 2015).

Já as dissidências e líderes de outros movimentos políticos que participaram dos tumultos de 7 de setembro de 1974, durante o governo de transição, justamente por serem percebidos como contrários à linha ideológica da FRELIMO – portanto “traidores da causa da revolução moçambicana” e colaboradores do regime colonial –, foram perseguidos, presos, julgados e mandados para os “campos de reeducação²⁰” e, em

²⁰ Inspirados na revolução soviética, os campos de reeducação em Moçambique eram maioritariamente localizados nas regiões centro e norte, e recebiam homens e mulheres vistos como prostitutas, marginais, improdutivos ou até reacionários pelas autoridades governamentais e por seus representantes. O trabalho forçado em condições extremamente precárias ceifou muitas vidas e também obrigou esses homens e mulheres a se submeter a formas de sobrevivência degradantes. Decorridos tantos anos

alguns casos, fuzilados. A esses campos, seguiram também os “percebidos como antissociais e adeptos de tendências erradas: os polígamos, as prostitutas, burgueses”. Organizações e partidos surgidos após o 25 de Abril, chamados de “organizações fantoches”, foram banidos. Da mesma forma, associações de todos os tipos (comunitárias, culturais, científicas e estudantis etc.) foram proibidas ou encerradas, à exceção dos clubes desportivos²¹ (MENESES, 2015; BRITO, 2020).

A dureza e o extremismo das medidas supracitadas devem ser entendidos olhando o processo de consolidação do movimento durante a luta armada (1964-1974), no qual a FRELIMO, ao imaginar a “sociedade nova”, desenvolveu um modelo deveras idealista nos objectivos e muito rigoroso nas atitudes (valorização do esforço, condenação dos vícios etc.). O “homem novo” tinha um ar puritano, misto de educação protestante de muitos dos dirigentes, e disciplina militar. A almejada transformação social da herança do colonialismo inseria em si uma sorte de engenharia social que havia de melhorar a sociedade e se justificava pela superioridade cultural e moral dos dirigentes que a propunham. É a partir desse lugar de superioridade moral que esses “homens novos” nomeavam como inimigos internos todos os que se haviam beneficiado de regalias do colonialismo (FARRÉ, 2015).

Se a vida nos quartéis e nas “zonas libertadas” oferecia uma dinâmica que permitia ensaiar a construção do “homem novo”, no contexto da chegada da

Independência, e no curto período de euforia libertadora que o país conheceu na sua sequência, a figura do inimigo tornou-se abstrata e distante. O próprio discurso sobre o “homem novo”

após o fim dessa política, o Estado moçambicano e os sucessivos governos da Frelimo ainda não pediram desculpas às vítimas e a seus familiares.

²¹ Os clubes desportivos tiveram, no entanto, de modificar seus nomes, já que os faziam de sucursais das equipas portuguesas.

acontecendo agora em contextos mais diversos, como eram as cidades onde o poder era realizado, que diferiam bastante dos ambientes que a FRELIMO controlara durante a guerra. Porém, a força política da referência ao “homem novo” manteve-se (MENESES, 2015).

Vendo o controlo social, a prepotência e o autoritarismo da FRELIMO, e também se apercebendo do inevitável impacto da descolonização e do novo governo na estrutura política, social, económica – enfim, nos seus privilégios – milhares de membros da população de origem europeia e chinesa decidiram migrar massivamente para África do Sul, Rodésia, Portugal, Brasil e Estados Unidos (DARCH, 2018, apud RITA-FERREIRA, 1988).

1.4. O campesinato, aldeias comunais e autoridades tradicionais

O sucesso das incursões militares da FRELIMO contra as estruturas coloniais deveu-se grandemente à colaboração das populações rurais. De facto, essas populações, que por décadas sofreram toda sorte de arbitrariedades do colonialismo português - trabalho forçado, cobranças de impostos, expropriação das suas terras, prática de culturas forçadas, obrigatoriedade de trabalho assalariado (com baixa remuneração), como apontado por Newitt (1995) - viram na luta nacionalista um meio de pôr fim à exploração e à humilhação colonial. Todavia, a ansiada colaboração dava-se após estratégico contacto da guerrilha com as chefaturas locais, de cuja anuência encontrava-se refém a incursão militar em seus respectivos territórios, o que nem sempre acontecia.

A partir desses acordos, a guerrilha era acolhida pelas populações, podendo implantar, em seu seio ou nas proximidades, bases militares. Esse campesinato, nem sempre tão esclarecido a respeito das implicações e da duração da guerra, engajava-se transportando armamento e

munições; produzindo e abastecendo os guerrilheiros; fornecendo novos recrutas; servindo também de escudo, enquanto a comunidade formava um tampão protegendo a base militar e fornecia informações sobre os movimentos das forças inimigas (BRITO, 2020).

Nesse contexto, diferentes grupos populacionais eram estimulados a abandonar suas terras, ainda sob domínio colonial, e dirigir-se para as zonas libertadas, o tal “laboratório científico” da implementação da ideologia da FRELIMO. Nele, eram realizados o trabalho político e a formação da “aliança operário-camponesa”, efectivando-se a construção na prática do “homem novo”.

No intuito de acabar com focos de resistência, a implementação do Estado colonial incidiu na destruição da autoridade política de algumas linhagens. De facto, linhagens temidas, consideradas possíveis focos de resistência militar, eram eliminadas, ou divididas e integradas em outras, passando à condição de subordinadas; as insubmissas, em certas situações, mudaram-se com inteiras comunidades para países vizinhos; em outros casos, chefes tradicionais fortes eram ignorados pelas autoridades coloniais que, em seus lugares, escolhiam algum membro local ou familiar de postura mais dócil e submissa como representante da comunidade perante a nova estrutura político-administrativa (LOURENÇO, 2005).

Essa subversão da ordem e hierarquia local retirava, no seio da comunidade, legitimidade desses chefes auxiliares do regime colonial, no qual gozavam de relativos privilégios concedidos por seu estatuto não bem-vistos pelas populações. Na era colonial, essas lideranças ocupavam uma posição frágil e ambígua, pois, como relata Lourenço (2005, p. 23), estavam submetidas aos caprichos e à arrogância dos administradores e, ao mesmo tempo, sujeitas a toda uma série de penalizações, muitas vezes aplicadas publicamente, no caso do incumprimento de suas incumbências.

Se, por um lado, as populações camponesas viam na guerra independentista uma forma importante de libertação da subjugação colonial e de ganhar sua autodeterminação, por outro, algumas lideranças tradicionais encontravam na luta armada uma possibilidade de reforçar sua posição e autoridade política. “Esta revalorização procuravam-na, eles, através do controle da actividade política da FRELIMO nas áreas sob sua influência e pela subordinação da componente militar da luta ao seu controle”, tendo buscado implementar um conselho de anciãos como estrutura mais alta do partido, o que foi rechaçado (LOURENÇO, 2005). Tais atitudes irritavam ainda mais os independentistas e aumentavam sua percepção negativa sobre as lideranças comunitárias. De facto, os régulos e seus coadjuvantes eram, por um lado, percebidos como parte efectiva do poder colonial e, por outro, vistos como um empecilho à revolução, embora em diversos casos a tenham apoiado.

A imagem negativa dos régulos perante as populações africanas já havia sido abordada em um editorial do jornal *Brado Africano* no início do século XX, no qual se escrevia:

Encarregam dessa árdua e ingrata missão os Régulos. E que são os Régulos? Quem são os Régulos hoje? Autoridades de Comédia. De Comédia ou de pura Farsa porque são uns risíveis ratões de quem o Governo se serve, a quem o Governo atormenta com obrigações... São portanto os Régulos os encarregados do “apanha” de trabalhadores “voluntários” para a indústria, para a agricultura e para tudo quanto apetece... (JOÃO ALBASINI apud BORGES COELHO, 2010, p. 194)

Assim, como refere Cabaço (2009, p. 399), o poder tradicional foi acusado pela FRELIMO de representar um obstáculo à acção anticolonial unitária e de se opor à “ciência, à técnica e ao progresso”, preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder do ocupante. A partir de então, como já referido, ele foi classificado, na análise da

direcção do movimento, como parte do aparelho de poder colonial, representando os colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica.

Essa luta implicava, para a FRELIMO, a destruição do que eram consideradas estruturas herdadas do colonialismo, ostracizando tudo que se associava à sua administração. Desse modo, autoridades tradicionais e religiosas, vistas como “comprometidas com o inimigo” foram banidas. Da esfera pública, práticas e elementos tradicionais das culturas locais, vistos como feudais, obscurantistas e retrógrados também foram banidos.

Instituições sociais e políticas cuja base de sua reprodução social assentava nas lógicas do parentesco, assegurando os lugares da autoridade política pela sucessão hereditária, tiveram o mesmo tratamento. Isso significou a destruição de vínculos recíprocos de responsabilidade mútua preexistentes pela imposição de novas formas de solidariedade norteadas em preceitos entendidos como revolucionários e modernos. Desse modo, novas estruturas de poder, como assembleias e tribunais populares, grupos dinamizadores, foram introduzidas como forma de garantir a participação do “homem novo” na vida colectiva e assegurar o triunfo da revolução (MENESES, 2015; LOURENÇO, 2005).

Faz-se necessário sublinhar que o termo “autoridade tradicional”, usado em Moçambique para designar figuras cuja influência e cujo poder derivam de instituições de organização assente nas relações de parentesco, é problemático. Como indicam West e Kloeck-Jenson (1999, p. 457), o rótulo “tradicional” confere e legitima simultaneamente um anacronismo às instituições e aos indivíduos detentores dessa autoridade, desviando atenção da complexidade histórica na qual títulos, dimensão geográfica, funções e identidades individuais de figuras cuja autoridade é baseada no parentesco são continuamente transformados em meio a

uma grande variedade de contextos específicos. Sem descurar a complexidade referida pelos autores, a expressão “autoridades tradicionais” é usada aqui como categoria étnica.

Retomando o contexto do triunfo da revolução, eufóricos com a independência e aclamados pela multidão por terem vencido a opressão colonial, os dirigentes da FRELIMO, cuja experiência directa e prática de dirigir e administrar as populações resumia-se às zonas libertadas, isto é, o meio rural de uma parcela do extremo norte e centro do país, como afirma Geffray (1991), não dispunham praticamente de nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que passavam a governar. Empenhados em “matar a tribo para construir a nação”, continua o autor, foram incapazes de pensar essa construção sem apagar, ao mesmo tempo, a diversidade e a heterogeneidade concretas e históricas dos grupos sociais que pretendiam unir e integrar sob o signo de uma identidade única.

A perspectiva de unicidade identitária, tão obstinadamente defendida pelo movimento, nasce do pensamento uniformizador de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO assassinado durante a guerra anticolonial. Com a sua morte, em 1969, de acordo com Farré (2015), a nova direcção do movimento era

convencida de que os moçambicanos estavam unidos por uma experiência colonial comum, e deviam manter-se unidos para conseguir derrotar o colonialismo. Levando essa perspectiva ao extremo, chega-se à conclusão de que as diferenças entre moçambicanos eram todas produto do colonialismo, que sempre aplicou a estratégia de dividir o inimigo para vencer [...]; assim, a melhor resposta a esses conflitos era modelar uma nação unitária e uniforme, com uma identidade nacional que apagasse completamente as divisões coloniais. Havia que matar a tribo para construir a nação, pois só destruindo completamente a herança colonial é que se podia conseguir alicerces firmes para um novo futuro (FARRÉ, 2015, p-15).

Às pressas, ignorando a diversidade social e cultural, houve a imposição de um modelo social idealizado e extremamente esquisito para a maioria, sendo concebido, sem profundo entendimento, um projecto de transformação social da maior parte da população sob a liderança de uma minoria esclarecida, tal como o colonialismo português fizera, desrespeitando todo conjunto de laços, relações e crenças locais. Nesse sentido, para o mundo rural, cuja população encontrava-se maioritariamente dispersa, a estratégia de desenvolvimento pensada foi a sua centralização em “aldeias comunais”.

Essa medida constituiu um cálculo governamental segundo uma razão de Estado, com o intuito de regulamentar a vida das populações rurais, como sua organização geoespacial, sua produção, produtividade, suas actividades económicas, uma maneira reflectida e ponderada para organização da sociedade já existente e também a construção da nova sociedade ou novo Estado. Conforme observa FOUCAULT (2008a),

o Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática ou, antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado.

Como tenho sublinhado, o projecto nacional revolucionário do Moçambique independente idealizado pela FRELIMO estava imbuído de uma violenta carga modernizadora. Ao propor um reagrupamento indiscriminado das populações rurais do país, cerca de 80% do povo moçambicano, em aldeamentos, sem olhar para seus modos de subsistência, sem respeitar seus sistemas linhageiros, sociais e históricos,

e também ignorando suas práticas culturais e tradicionais, a FRELIMO as forçou a largar suas casas e deixar para trás suas terras, suas prerrogativas individuais e familiares, enfim, toda a sua existência enquanto pertencentes a um grupo, para que se dedicassem aos trabalhos colectivos nos campos da cooperativa de produção, no quadro da organização do trabalho mais eficaz e fraternal. De acordo com as directivas dos dirigentes, os ganhos resultantes de tal trabalho seriam investidos em bens de produção mais modernos, que permitiriam maior produtividade para posterior investimento, por exemplo, em saúde, educação e cultura.

Tratava-se, portanto, de uma luta por uma subjetivação outra para o homem moçambicano, uma subjetivação que, embora não pudesse apagar a história colonial, buscava inventar um outro modo de estar no mundo, propondo outras maneiras de organização social para os moçambicanos. Assim, aglomerando as populações rurais em aldeamentos erguidos mediante uma racionalidade localmente estranha (habitações contíguas perfiladas em ruas espaçosas e obedecendo a uma arquitetura outra), a partir de uma perspectiva foucaultiana, pode-se afirmar que, pelos corpos dos indivíduos, o intuito era garantir que fossem estes submetidos a um conjunto de dispositivos de poder e de saber, baseados na vigilância permanente, na normalização dos seus comportamentos e na exposição a exames. Com vistas à produção de verdades sobre eles mesmos, essas práticas tinham como objectivo a extracção máxima das potencialidades do povo, de modo a se erguer a nova sociedade; portanto, tratava-se de emprego de técnicas disciplinares (FOUCAULT, 2008b).

Em sua análise, Geffray (1991) critica as políticas supracitadas apontando que os promotores das aldeias comunais, sem consultarem as populações rurais, concebiam tudo como se estas fossem uma enorme série de indivíduos, homens, mulheres, velhos e crianças, sem aspirações

e qualquer vínculo social, cuja subsistência fosse independente uma das outras, enfim uma terra virgem.

De facto, a arrogância e a prepotência da FRELIMO não se cingiam à outorga de único e legítimo representante do povo moçambicano. Sua autoridade, diziam, teria sido delegada por uma “aliança operário-camponesa”, para que exercesse, em seu nome, a ditadura sobre os seus inimigos, inimigos do povo. Assim, quando foram realizadas as eleições às Assembleias do Povo em 1977²², com o intuito de “levar as massas trabalhadoras, desde a localidade, a participar activamente na direcção do Estado”, os antigos régulos, cabos, sipaios, enfim, todas as autoridades religiosas e tradicionais vistas como comprometidas, independentemente de ter ocupado algum posto na hierarquia colonial, foram proibidas de se candidatar. A proibição incluía também a participação em qualquer estrutura do partido-Estado.

Tais medidas ignoravam que essas lideranças comunitárias, em sua maioria, representavam para as populações algo muito diferente de agentes coloniais, e que a sua autoridade não provinha essencialmente de funções atribuídas pelos portugueses (MENESES, 2015, p. 29, apud MACHEL, 1978; GEFFRAY, 1991).

Se, no primeiro momento, as eufóricas e esperançosas populações aceitaram momentaneamente participar das organizações e produções colectivas, não tardou para que o descontentamento se manifestasse enquanto baixava a euforia da independência e se evidenciava o equívoco dos dirigentes que insistiam em atribuir “carácter revolucionário a uma aspiração que era simplesmente anticolonial” (GEFFRAY, 1991, p. 14).

²² É nesse momento que a frente se converte em partido político. Por me referir a eventos que tomaram lugar no regime monopartidário, continuarei a manter a grafia do acrónimo FRELIMO em maiúsculas, apesar das alterações estatutárias dessa organização.

A implacável perseguição, marginalização e ridicularização das chefias tradicionais, o apagamento da sua história e existência social, aliado à crescente violência para com quem relutava em mudar-se para as aldeias comunais, acenderam nas populações a percepção de que era a sua própria existência social que estava a ser marginalizada e subalternizada. Os implementadores no terreno das políticas de aldeamento esmeravam-se em apresentar grandes números às autoridades centrais, uma vez que a quantidade de aldeias construídas em cada distrito passou a ser usada como critério de avaliação do dinamismo da administração, podendo, em casos satisfatórios, permitir a implementação das cooperativas de consumo; importantes infraestruturas administradas pelo governo central com função provedora de abastecimento às comunidades com produtos manufacturados a preços subsidiados, portanto, os mais baixos de então.

Por prestígio e pelos ganhos trazidos pelas cooperativas de consumo, os administradores distritais empregavam as mais diversas, por vezes brutais, estratégias para convencer as populações a erguer suas habitações nos aldeamentos, o que era exibido à hierarquia por esses dirigentes como credenciais de cumprimento das directivas do partido. De sua parte, interessadas na possibilidade de ter por perto a diversidade dos produtos manufacturados, as populações também se mostravam proactivas na modernização, quer construindo nos modelos estabelecidos, quer empenhando-se em fazer machambas²³ colectivas de modo a convencer as estruturas administrativas a autorizar a instalação da aldeia em suas terras, onde estariam perto de suas árvores, das campos dos seus antepassados. Porém, em observação das referidas directivas, a aldeia acabava sendo instalada a quilómetros de distância.

Ao ficarem cada vez mais cientes de que a nova ordem não respeitaria aspectos da vida social e política imbuídos localmente de

²³ Plantações agrícolas familiares com emprego de tecnologia rudimentar.

significação e simbolismo, ao se verem apenas como mero número da política modernizadora em aldeamentos, as populações responderam a pressões e assédios dos administradores, construindo e regularizando a burocracia nos locais indicados para aldeamentos, sem que abandonassem ou rompessem com a sua história, suas terras, plantações e casas, e sua existência política e social. Assim, tocavam a vida em suas residências dispersas em suas terras onde, à revelia, reverenciavam os líderes religiosos e tradicionais investidos de autoridade por si reconhecida, o que pode ser visto como forma de resistência nos moldes apontados por Scott (2008). Deslocavam-se às aldeias comunais apenas para reunir com as estruturas administrativas, assistir a alguma reunião ou eventualmente tratar de alguma burocracia.

A massificação desenvolvimentista das aldeias comunais, de acordo com Geffray (1991), revelou-se um instrumento político de extrema importância para a edificação do aparelho administrativo do Estado nas regiões rurais. Cada uma das numerosas aldeias dispunha, de acordo com o autor, de um secretário administrativo, um responsável e uma célula do partido, um administrador de localidade, milícias, tribunal, Assembleias do Povo e secções das organizações de massas do partido, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM). É constatável, portanto, que a ruptura, a perseguição e o conflito agressivo do partido com as formas sociais revestidas de significado e autoridade nesses territórios foram determinantes na substituição e na ocupação do vazio administrativo ocorrido com o fim do colonialismo. A FRELIMO conseguiu rapidamente aglomerar (ainda que de forma temporária) populações rurais dispersas e enquadrá-las em seu projecto administrativo, no qual todas as esferas da vida comunitária estavam submetidas a alguma instância ou organização do partido em representação do aparelho do Estado nacional.

Em seu projecto de moldar uma nova sociedade, a FRELIMO refinou o controlo social com a implantação de células do partido nos bairros, cujos secretários desempenhavam funções políticas e administrativas, o que reforçou a presença do partido-Estado em nível local. Os secretários de bairro trabalhavam em coordenação com os Grupos Dinamizadores (GDs),²⁴ os quais, de acordo com Meneses (2015), assumiram muitos dos encargos que anteriormente cabiam às “autoridades tradicionais”: gestão de questões sociais, mediação de conflitos, policiamento, administração e regulação. Rigorosamente controlados, os GDs tornaram-se tentáculos do partido-Estado, cuja ramificação viabilizaria a execução do projecto político da FRELIMO nos diferentes níveis, como aponta a autora:

Esta forma de organização popular de base [...] foi tomando corpo em instituições públicas, em fábricas e em empresas, em escolas e bairros residenciais. Considerados os embriões de novas formas de poder popular a partir da base, o acesso a membro do grupo dinamizador estava vedado a todos os que fossem considerados “comprometidos” com as instâncias de poder da época colonial (o que excluía, pelo menos formalmente, a possibilidade de os régulos poderem participar destas estruturas).

[...] Esperava-se que os grupos dinamizadores, fortemente partidários e ligados a organizações da Frelimo, introduzissem a “nova” história política e as prioridades políticas do novo governo a todos os cidadãos moçambicanos. (MENESES, 2015, p. 26).

Esses facilitadores trouxeram inicialmente sucesso no recrutamento de novos membros partidários, expansão da rede de saúde, educação e acesso a água potável no campo. Todavia, as iniciativas frelimistas experimentavam barreiras, desde a falta de recursos, o baixo preparo de seus quadros, até, principalmente, a escolha de novos dirigentes pelo partido em substituição às execradas lideranças locais,

²⁴ Os grupos dinamizadores eram constituídos por dez membros eleitos pela assembleia de residentes, sendo liderados por um secretário e um assistente. Nessas eleições, era apurada a idoneidade dos candidatos, sendo recusados os elementos conotados com práticas descritas como “reacionárias” ou “obscurantistas” (MENESES, 2015, p. 27).

demasiado jovens, com pouco traquejo na resolução das complexas questões rurais. Apesar da boa-fé em um projecto revolucionário cheio de grandes ideias humanistas e, por vezes, vago em sua visão socialista, o paradigma modernizador da FRELIMO criava vazios de poder e de legislação, como no caso de regiões sem observação de formas colectivas de produção, em que a Lei de Terra não esclarecia quem podia e quais parcelas produzir. West e Kloeck-Jenson (1999, p. 458) afirmam que os dirigentes apontados pela FRELIMO geralmente não dispunham de tempo nem de interesse em resolver tais questões, prevalecendo uma resolução consuetudinária:

As a consequence, land tenure remained in most rural areas, rooted in principles of acquisition and inheritance through kinship networks, with local elders – whether “*comprometidos*”²⁵ or not – overseeing these processes to one degree or another. (WEST e KLOECK-JENSON, 1999).

De facto, essa minimização de determinados assuntos pelos quadros da FRELIMO tornara-se frequente, uma vez que tapavam a vista para alguns casos em que populações procuravam os anciãos para aconselhá-los sobre diferentes aspectos da vida social, como resolução de conflitos, ritos de iniciação, pedidos de chuva e proteção. Por outro lado, houve casos em que os dirigentes apontados pelo partido trabalharam em estrita colaboração com as “autoridades tradicionais” locais, ou não tiveram, propositalmente, o zelo de averiguar se estas eram ou não “comprometidas”. Eles tinham a preocupação de demonstrar o seguimento e a implementação das directrizes perante a hierarquia do partido, devendo obedecer a uma grande organização administrativa burocratizada que percorria da base ao topo

²⁵ Grifo dos autores.

por um fluxo contínuo de papéis, relatórios e circulares, devidamente carimbados, recorrendo a uma *langue de bois* que permitia a falsificação da realidade, ao mesmo tempo que não punha em causa a boa-fé dos funcionários, alguns dos quais acreditavam sinceramente estarem a cumprir o seu dever, transmitindo do que sabiam apenas o que era possível pensar e formular dentro das categorias da *fraseologia oficial*²⁶ (GEFFRAY, 1991; WEST e KLOECK-JENSON, 1999).

Com o tempo, a FRELIMO sentiu uma agudização das dificuldades na administração do país. Se, por um lado, a organização administrativa hierarquizada massificava a implementação das estruturas partidárias e demais formas de organização social nas comunidades e ambientes de trabalho como mecanismos de controlo, por outro, cresciam os questionamentos e a insatisfação popular sobre os rumos e modos de governação do país. A questão da insegurança alimentar agravava-se, uma vez que as cooperativas de produção concebidas como a base material e condição de desenvolvimento social da vida aldeã, nada produziam. Preocupava também a destruição da rede comercial no campo implicando em maior racionamento de produtos, o desabastecimento das cooperativas de consumo e os exorbitantes preços de produtos nas lojas que ainda conseguiam ter alguma mercadoria.

Como explica Anna Maria Gentili (2018), a FRELIMO via os desequilíbrios na integração local e regional sob a égide da guerra de libertação e da falta de adesão à economia centralmente planificada, como manifestação de “obscurantismo” ou diabólicas conspirações divisivas orquestradas por seus “inimigos” com o fim de destruir a união revolucionária da nação. Em seu discurso e sua prática ideológica, a FRELIMO culpava a falta de entusiasmo e a resistência à colectivização por parte do campesinato como manifestação de uma retrógrada defesa de costumes construídos sob subordinação colonial ou como instigados pelos inimigos da revolução. A visão anticapitalista tornou impossível ao

²⁶ Grifos meus.

partido reconhecer até que ponto tais resistências populares podiam ser recurso a identidades tradicionais, defesa de interesses pessoais ou comunitários contra políticas percebidas como ameaçadoras às suas estratégias de subsistências (GENTILI, 2018).

O peso da situação geopolítica que influenciou grandemente na incapacidade governamental de satisfazer questões materiais parecia não ser de grande importância para os “teóricos esclarecidos”, que culpavam as massas populacionais pela catastrófica crise. De facto, os países vizinhos, principais parceiros comerciais do país, logo após a independência enveredaram por políticas que visavam a asfixia económica do regime em Moçambique. Isso resultou no fim das importantes rotas comerciais da região, sendo que o regime sul-africano reduzira o recrutamento da mão-de-obra no país, afectando grandemente o fluxo de divisas e mercadorias trazidas pelos mineiros para o Estado moçambicano e para as suas famílias. Por outro lado, vieram os efeitos da decisão do governo de Samora em avançar com a aplicação das sanções da ONU ao regime de Ian Smith, cortando a comunicação e o comércio rodoviário e ferroportuário, que permitiam o escoamento de mercadorias da Rodésia ao porto da Beira, trazendo catastróficos efeitos à economia nacional.

Os chefes tradicionais, líderes religiosos, médiuns e curandeiros continuaram usufruindo, no seio das comunidades, de respeito, legitimidade e autoridade. Apesar do ostracismo a que tinham sido relegados pela FRELIMO, eles viam uma adesão cada vez maior da população às suas advertências perante a postura hostil, desrespeitosa e humilhante das autoridades governamentais para com o mundo social africano, chamando-o de feudal, obscurantista e retrógrado. Afirmavam que isso ofendia os espíritos dos antepassados, passando a atribuir a essa causa os males que os assolavam. Zangados pelo desrespeito e abandono,

os espíritos ancestrais, supunha-se, decidiram castigar a todos com a desgraça, a miséria e a guerra que despontavam.

Temos, assim, o imprevisto de políticas às pressas sem levar em conta a diversidade dos contextos e realidades do povo, buscando impor um modelo social cujos princípios estranhos ao grosso da população eram a bandeira da imaginada sociedade que habitava apenas o pensamento de alguns “dirigentes esclarecidos”. A ausência de empatia pelas populações locais gerou um desprestígio da FRELIMO e dos valores a ela associados, principalmente nas zonas rurais, o que, aliado a outros factores já mencionados, levou ao fracasso da tentativa de criação da “sociedade nova”. A revolução passou a ser entendida como uma outra forma de opressão que veio substituir o poder colonial.

1.5. A RENAMO e a guerra

Como já apontado, a independência moçambicana interferiu no equilíbrio político regional, uma vez que se apresentava como ameaça aos regimes de supremacia branca predominantes na África Austral. Com uma retórica anticolonial e a imposição de sanções ao regime rodesiano vizinho, que implicou o encerramento do acesso desse país à rota marítima, a FRELIMO deixou clara a irreconciliabilidade com os governos vizinhos. Ian Smith, governante rodesiano defensor da supremacia branca, retaliou financiando grupos de guerrilheiros moçambicanos descontentes com a FRELIMO. Tais grupos, liderados por uma antiga dissidência frelimista, passaram a investir em ataques e actos de sabotagens dentro do território moçambicano, fugindo em seguida para suas bases instaladas no país vizinho.

Com a queda dos supremacistas brancos da Rodésia do Sul, resultando na independência do país que mudou de nome para Zimbabwe em 1980, o movimento rebelde fugiu desse país e se instalou

nas matas dentro do território moçambicano, passando a contar com o apoio do regime do apartheid sul-africano. Já a natureza da independência nacional colocou a sociedade moçambicana em uma situação de subordinação à FRELIMO, que se apresentava como “guia do povo” e “vanguarda da revolução moçambicana”, proibindo qualquer forma de actividade ou associação política fora de sua organização. Além disso, a opção pelo controlo político da economia, a imposição do sindicalismo ligado ao poder de Estado, isto é, corporativista, e a fortíssima centralização (CAHEN, 2017, p. 5) geraram a exclusão de diversos grupos e produziram opressão social na medida em que a construção da “sociedade nova” e de uma nação pluralista ignorava os modos de vida pré-existentes impondo uma nação homogénea.

Essa situação agudizou o descontentamento de diferentes sectores que, excluídos e oprimidos pelas forças do Exército, se refugiaram para junto dos rebeldes ou passaram a acolhê-los em suas comunidades. Desse modo, ganhavam em troca proteção e o direito de celebrar suas tradições e cultivar suas religiosidades livremente, sem o açoite das autoridades governamentais que, tal como a administração colonial, perseguiram e criminalizavam as tradições locais.

Ao ganhar certos apoios das comunidades rurais, o movimento de rebeldes rapidamente constituiu uma base social que lhe possibilitou condições de expansão da guerrilha pelo território nacional. Acto contínuo, esse movimento passou a chamar-se Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Cahen (2017) aponta que o que começou como agressão externa logo evoluiu para uma guerra civil no início da década de 1980, conduzida a partir do território nacional, tendo a RENAMO instalado seu núcleo na província de Sofala. Isso fez acentuar a clivagem sul-centro do país, originada no tempo da luta pela independência, facto que hoje enforma as peculiaridades das clivagens

políticas e também das votações no país (BRITO, 2009; CHICHAVA, 2010).

1.6. A guerra: a construção de uma base social de oposição à Frelimo

A eminente conquista da independência moçambicana e o discurso radical e emancipatório dos povos colonizados empregado pela FRELIMO rapidamente acenderam um alerta na região pelo perigo que oferecia potencial suporte aos movimentos nacionalistas dos países vizinhos, nomeadamente a África do Sul e a Rodésia do Sul. De acordo com Darch (2018, p. 58), a Rodésia alimentara a infiltração de grupos guerrilheiros e antigovernamentais com início em junho de 1974. Samora menciona essa actividade na primeira parte do discurso citado no início deste capítulo, como um aviso da possível reacção de um colonialismo regional já parcialmente derrubado, mas ainda não superado. As acções militares desestabilizadoras partiam da região fronteiriça do centro do país, recrutando eventualmente mercenários e antigas dissidências frelimistas.

Enquanto a guerra se espalhava, o discurso governamental a atribuía a “um bando de assassinos - *bandidos armados* - manipulados pelos rodesianos, pelos sul-africanos e pelo imperialismo”²⁷. Todavia, com a ascendência de ZANU-PF ao poder no Zimbabwe (ex-Rodésia do Sul) e a assinatura do Acordo de Incomáti²⁸ entre o governo moçambicano e o regime do apartheid, em 1980 e 1984, respectivamente, esses argumentos perdiam legitimidade, uma vez que a guerra se espalhava por quase todo o território nacional, conseguindo seus

²⁷ Essa característica de atribuição de origens estrangeiras a todas as formas que escapam ou se opõem à ideologia frelimista manifesta-se até a actualidade.

²⁸ Pacto de não-agressão e boa vizinhança entre os dois países, o que significava que o regime sul-africano pararia de apoiar a RENAMO e, de sua parte, a Frelimo teria de parar de oferecer assistência aos militantes do ANC.

percursores mobilizar adesão e colaboração de vários grupos populacionais.

De facto, esse discurso prevaleceu por muito tempo, gerando enorme comoção internacional, uma vez que, como apontado por Cahen (2004), a RENAMO era apoiada pelas correntes mais reacionárias e antidemocráticas da Rodésia e da África do Sul, correntes cristãs de extrema-direita. Seus actos eram publicitados pelo governo como bárbaros e apolíticos, como é o caso de destruição de escolas, hospitais e variada infraestrutura, assassinato de mulheres e crianças; recrutamento destas últimas como soldados, após serem obrigadas a matar seus pais diante de toda a comunidade, para que jamais pudessem regressar para junto dela.

Segundo o autor, essa perspectiva analítica na cobertura da situação moçambicana prevaleceu por muito tempo porque todos os produtores de tais notícias, nacionais ou estrangeiros, “eram um produto da esfera do Estado moderno: simpatizantes da FRELIMO ou vivendo simplesmente no seu mundo”. Portanto, tratava-se de narrativas feitas a partir das zonas urbanas ou com dados oferecidos pelo governo, com total desconhecimento da realidade empírica da guerra no campo.

Em *Os outros*, seu estudo sobre a RENAMO, Cahen (2004, p. 24) inquieta-se sobre por que a imprensa e demais pesquisadores e organizações de países simpatizantes da FRELIMO não se questionavam

como é que o grupo dos supostos mercenários dedicados a matar mulheres e crianças, dinamitar pontes e pilhar conseguia desenvolver-se e reproduzir-se a ponto de, em 1986 (portanto, sem mais dispor do apoio dos países vizinhos), espalhar-se por cerca de 80% do território nacional? [...] Como compreender a incapacidade completa do Exército em reagir; e por que razão as populações camponesas não desenvolviam, elas próprias, mecanismos de contraguerilha popular?

Sem poder mais contar com os apoios dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, a RENAMO instalou suas bases nas matas, intensificando suas actividades guerreiras. Ciente do impacto e do significado do projecto aldeão e da ideologia frelimista para a maioria das populações campestres, a RENAMO procurou estabelecer aliança com chefes dos grupos marginalizados pelo Estado, oferecendo proteção às diversas violências causadas por este último. Assim, os chefes de linhagem e as demais lideranças tradicionais atingidas pelo paradigma de modernização autoritário e violento da FRELIMO na implementação de suas políticas, tendo, inclusive, fugido das humilhações infligidas por seus membros, foram rapidamente seduzidos pelo movimento militar. Astutamente, tal movimento se apresentava como defensor das tradições africanas, respeitando o modo de vida das populações, sem obrigá-las a abandonar suas terras, suas casas, suas machambas, plantações de árvores, cemitérios, questões de linhagem e hierarquia - em suma, sua autodeterminação, em nome de uma modernidade violenta, tal como foi a colonial.

O grande hiato entre as cidades e o meio rural concorreu grandemente para o futuro posicionamento das populações dessas regiões perante os dois lados da guerra. Se antes da independência a FRELIMO tinha uma postura desconfiada e quase hostil em relação às cidades e suas populações, estas rapidamente tornaram-se “espaço privilegiado de poder”, como aponta Brito (2020). De facto, a política de nacionalizações da terra, saúde e educação, de prédios e casas de arrendamento, profissões liberais, conduzida pelo governo frelimista, tornou este deveras popular entre tais populações, uma vez que facilitou a elas acesso a escola, saúde e habitação condigna, a preços populares. Se a base do poder frelimista durante os anos da guerra independentista se assentava no controlo do Exército, o cenário trazido pelo fim da luta

armada exigiu novas posturas capazes de “assegurar o controlo da gestão do país independente”, cujo foco nas cidades foi a burocracia estatal.

Em um contexto que testemunhava o abandono e/ou a fuga de vários comerciantes portugueses e chineses, em temor ao novo governo nacionalista, deixando um vazio na comercialização de diversos produtos, a inclusão de grande parcela da população anteriormente excluída foi acompanhada da criação de “lojas de povo” com gestão estatal, que abasteciam as populações com produtos alimentares e bens de consumo, de modo a colmatar o referido vazio. Tais lojas garantiram empregos em várias áreas profissionais que anteriormente eram exclusivas da população branca. De certa forma, isso beneficiou grupos que outrora tiveram relações com o Estado colonial (GEFFRAY, 1991). Embora haja sido banida toda e qualquer forma de expressão independente de política e também tenha havido perseguições com a “operação produção”, em sua larga maioria as populações urbanas, habitando na esfera do Estado, protegidas dos ataques da RENAMO e usufruindo dos privilégios já mencionados, mantiveram-se fiéis à FRELIMO.

Já as populações rurais, como referido anteriormente, foram alvo de um paradigma de modernização autoritário. Marginalizadas pelo poder colonial e posteriormente pelo poder da FRELIMO, humilhadas e preteridas do direito de autodeterminação, elas veem no poder governamental uma força hostil como a colonial, desejando, assim, retornar a um mundo social anterior à chegada dos portugueses, ou seja, se colocar fora da esfera do Estado moderno. Sobre esses grupos, Michel Cahen fala em “coligação de marginalidades”, isto é, populações excluídas e marginalizadas podendo incluir:

etnicidades inteiras, cujo relacionamento com o Estado moderno (colonial ou pós-colonial) nunca tinha sido bom e estável, camponeses económica e culturalmente agredidos pelos

aldeamentos [...], jovens descolarizados do campo ou das periferias urbanas, chefes tradicionais e religiosos etc., ou seja, categorias que até podiam “objectivamente” ter interesses contraditórios, mas que foram igualmente atingidas pelo paradigma de modernização autoritária da Frelimo e acabaram unidas pela dinâmica militar desta estrutura de guerrilha. (CAHEN, 2004, p. 361).

Se, por um lado, as populações das cidades englobam grupos que, de certa forma, se beneficiaram da relação com o Estado colonial e nacionalista, as populações rurais, historicamente marginalizadas e em conflito com as duas formas de organização estatal, entraram maioritariamente em dissidência em função desses conflitos com o Estado. Todavia, a posição dessas populações não seguiu o mesmo rumo, diferentes circunstâncias e trajectórias influenciaram suas decisões, como aponta Christian Geffray, em seu estudo em Nampula:

Todas estas populações, Eráti, Chaka, Macuane [...] sofreram os efeitos da mesma estratégia de aldeamento com a construção das aldeias comunais, todas viram surgir no seu seio os mesmos graves conflitos políticos e territoriais. Mas nem todas tinham tido outrora as mesmas ligações com o Estado português, nem todas tinham sofrido da mesma forma a situação colonial e nem todas tinham sabido, ou podido, dela tirar as mesmas vantagens [...], as populações legitimistas da Frelimo foram também as privilegiadas da situação colonial [...], as marginais e rebeldes dessa altura continuaram a ser marginais no Estado independente, antes de se tornarem dissidentes da Frelimo e de se confiarem à autoridade militar da Renamo (GEFFRAY, 1991, p. 25).

Portanto, isso explica parcialmente o sucesso da RENAMO na construção de uma base social. A polarização das populações na guerra, resultante de oposições históricas por vezes anteriores à chegada da FRELIMO, influenciou seu engajamento na guerra e/ou na dissidência.

A RENAMO conseguiu dar uma forma violenta à oposição dos habitantes ao Estado aldeão. Se inicialmente sua agenda cingia-se unicamente a sabotagem, assassinatos e desestabilização generalizada, com a perda dos apoios dos regimes racistas de Ian Smith e do apartheid, rapidamente ela percebeu a utilidade de aproximação e estabelecimento

de relações com as ostracizadas autoridades tradicionais, sempre que possível. Cortar o contacto das populações rurais com o Estado, retirando-as das zonas de influência da FRELIMO e de suas instituições, destruindo e queimando as aldeias comunais ao mesmo tempo que indicavam aos chefes locais que podiam retornar às suas terras e viver em consonância com as suas tradições.

Embora essas populações habitassem nas proximidades dos guerrilheiros da RENAMO, ela proibia qualquer ingerência de seus homens no quotidiano dessas comunidades. Por exemplo: não tolerava relações sexuais com o que designava como “elementos da população”, proibia seus homens de praticar qualquer forma de comércio privado, exigia-lhes relatório detalhado de todas as actividades e resultado dos saques e pilhagens em suas incursões. Portanto, trata-se de uma estrutura hierarquizada e burocrática. Essas foram algumas estratégias que, aliadas à perseguição dos colaboradores e tudo o que representasse a autoridade governamental, contribuíram também na conquista da confiança dessas populações (CAHEN, 2004; GEFFRAY, 1991; BRITO, 2020).

Sem uma orientação política claramente definida para o futuro de Moçambique, a RENAMO apresentava-se como opositora da ideologia e de tudo advogado pela FRELIMO, os “comunistas” e, defendia tudo que esta declinava. Paradoxalmente, a RENAMO replicava as práticas da organização às quais dizia se opor. West e Kloeck-Jenson (1999) apontam que a RENAMO, advogando o retorno ao modo de vida anterior à independência, identificou os chefes locais, “mambos”, para servir de intermediários na hierarquia administrativa das regiões sob seu comando. Os autores explicam que, tal como a FRELIMO excluiu os “comprometidos” e nomeou seus “líderes tradicionais” desprovidos de qualquer legitimidade ou histórico linhageiro ancestral, em vários casos as lideranças dos territórios sob comando da RENAMO, os “mambos”, eram descontentes e corajosos que se voluntariavam mediante diversos

cálculos, por mera simpatia, ou ainda apenas cooperaram mediante considerável coerção.

Isso talvez explique por que, com o fim da guerra, a FRELIMO tenha demonstrado resistência ao reconhecimento formal das “autoridades tradicionais”, o que lhes garantiria um estatuto e privilégios legais. Sérgio Vieira e Pascoal Mocumbi, históricos dirigentes desse partido, afirmaram respectivamente que “as autoridades tradicionais, na sua forma legítima, deixaram de existir e nem devem ser reinventadas” e “todos que exigem a lei das autoridades tradicionais são demagogos que desejam apenas criar-nos problemas, pois autoridade tradicional varia de acordo com cada indivíduo e contexto” (WEST e KLOECK-JENSON, 1999, p. 468).

Estudando os “cadernos da Renamo”, onde estava registado o quotidiano das operações dessa força, Michel Cahen conclui, em seu livro *Não somos bandidos* (2019), que a RENAMO era um exército de guerra e de guerrilha semiconvencional, extremamente disciplinado e ultracentralizado, que não procedia a acumulação de capital para a cúpula ou produzia internamente novas camadas sociais, pelo contrário, ela estava orientada a uma economia rural não monetária. O autor rechaça ainda a ideia de uma constelação de grupos de “bandidos armados”, grupos de mercenários e “senhores de guerra”.

Ainda assim, trata-se de uma força que, com o tempo, ganhou ambições políticas, o que se pode ver com a nomeação de um “presidente”, algo pouco comum nas estruturas militares. A rígida disciplina que mantinha entre seus homens é vista por Cahen (2019) como necessária, uma vez que esse exército servia como o “único lugar de socialização para jovens” – um *corpo social guerreiro*²⁹. A manutenção de um forte militarismo em sua estrutura interna é contraditória com a

²⁹ Grifos do autor.

legitimação defendida: a luta pela democracia. Para o autor, essa democracia é desejada por populações cujas trajetórias históricas heterogêneas foram, de um lado, atravessadas pela invasão colonial e pela fixação arbitrária de fronteiras, e, de outro, pelas vítimas de dois paradigmas autoritários de modernização, cuja oposição militar ao último rendeu à RENAMO a simpatia popular, possibilitando a construção de um corpo social em torno do seu exército (CAHEN, 2019).

Em dezasseis anos, essa guerra foi de grande destruição de infraestruturas, deixando um saldo de mais de um milhão de mortos, milhares de órfãos, feridos, desabrigados e refugiados nos países vizinhos. Por outro lado, o êxodo fez com que as populações rurais fossem se fixar nas periferias urbanas, gerando maior pressão à estrutura já deficiente das cidades cujo superpovoamento deteriorou ainda mais as condições de vida locais pela incapacidade estrutural de acolhimento. Era guerra e miséria no meio rural, e precarização da vida urbana.

O abandono do parque industrial e de fábricas responsáveis pela produção por parte de seus proprietários e respectivos técnicos em função de latentes divergências político-ideológicas, exacerbadas pela Lei das Nacionalizações, e também a já referida fuga de comerciantes para o exterior, deixando para trás lojas vazias e cidades desabastecidas em produtos, trouxeram uma paralisação na produtividade e no comércio. Apesar das cooperações com os países do Leste Europeu, nórdicos, Cuba, Vietnam etc., que prestavam solidariedade política, diplomática e humanitária (DE BRITO, 2020), as políticas do inexperiente governo frelimista, aliadas à situação regional e internacional (bloqueios económicos dos regimes racistas e a Guerra-Fria, respectivamente) e à própria guerra no território moçambicano, foram incapazes de evitar a hecatombe social e económica na qual o país mergulhara.

O comércio deixou as lojas mais vazias, enquanto as fábricas, cujos dirigentes tinham sido indicados pelo partido, produziam cada vez

menos, chegando a entrar em falência. A insustentável situação pressionou o governo da FRELIMO a avançar “imediatamente após o seu 4º Congresso (1983) um processo de liberalização económica que incluiu a adoção de um programa de ajustamento estrutural, sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial” (DE BRITO, 2020, p. 145).

No âmbito das reformas neoliberais, assistiu-se a uma avalanche de privatizações das empresas estatais. Foi uma liberalização económica em favor dos sectores burgueses em ascensão, precedendo uma eventual futura liberalização política (DE BRITO, 2020). Em processos pouco transparentes, tais empresas viraram propriedades de seus ineptos ex-dirigentes. De todo modo, as reformas abriram caminho para organização das populações independentemente do Estado. A proximidade com o Estado e, sendo mais preciso, com o partido Frelimo³⁰ vai passar a ser determinante para a formação, sucesso e coesão da nova burguesia e da elite económica.

Embora deslegitimada por suas indignas origens como instrumento de desestabilização dos regimes racistas, primeiro o rodesiano e posteriormente o sul-africano, a RENAMO conseguiu interferir na profunda crise social moçambicana causada pelo paradigma de modernização autoritária sem contrapartida de progresso social. Clivagens e autoritarismos já tinham levado à dissidência de cofundadores da FRELIMO, sendo incerto que a génese de sua oposição esteja ligada à “mão-externa” como geralmente apregoam seus ideólogos. Essas dissidências não foram silenciadas de todo, mantiveram-se activas e, inclusive, participaram separadamente da luta armada contra o colonialismo português ou então por lideranças comunitárias que não aceitaram apoiar a FRELIMO na luta independentista. O silenciamento

³⁰ Lembremos que, a partir de 1977, o movimento decidiu transformar-se em partido político.

pela proibição de qualquer forma de manifestação independente ao partido-Estado fez com que diferentes formas de oposição encontrassem na agressão dos aldeamentos, no desrespeito e na exclusão dos chefes tradicionais a manifestação acabada de uma força hostil à sua autodeterminação.

Ao atacar todos os símbolos da FRELIMO, queimando aldeias comunais, matando os dirigentes representantes do poder governamental, seus familiares, ao devolver o poder aos chefes tradicionais “inventados” (por ela) ou considerados legítimos pela população, permitindo que ela voltasse a viver dispersa e em observação a suas questões clânicas e religiosas sob proteção das suas forças, a RENAMO conseguiu, recorrendo à guerra, capturar e exprimir a crise social que o país vivia. Isso pode ser comprovado pelo seu acolhimento como uma guerrilha exterior, por uma parcela das populações que desejavam viver fora da esfera do Estado frelimista. Isso talvez explique a razão de, ao invadirem e assaltarem uma base já abandonada pela guerrilha e encontrando ali homens da população civil, os soldados das Forças Armadas os matarem, os prenderem ou os castigarem (CAHEN, 2004).

1.7. Os acordos de paz e a abertura democrática

A tentativa de imposição de uma ideia de nação homogênea, em nome de uma revolução baseada em princípios marxistas-leninistas com o intuito de transformar radicalmente as relações herdadas do regime colonial português, hostilizou as sociedades africanas, reprimiu suas identidades, limitou sua autodeterminação e reiterou sua subordinação a um poder central – o governo da FRELIMO. A tentativa de coesão identitária pela criação da “sociedade nova” e do “homem novo”

homogêneos invisibilizou uma pluralidade de outras experiências culturais. Portanto, era uma ideologia que se pretendia nacional, descurando que ela própria era também era uma agressão ontológica (BORGES COELHO, 2010).

A opressão aos valores cosmológicos locais rapidamente esvaziou o entusiasmo das populações com o projecto revolucionário frelimista, gerando descontentamento e diferentes vias de resistência à FRELIMO. As formas de solidariedade que essa força política visava destruir para impor as suas resistiram e escaparam das zonas de sua esfera, passando a acolher um novo tipo de poder – a RENAMO, que lhes permitia autodeterminação, quer em aspectos económicos, quer relativa a questões costumeiras. Essa base de sustento possibilitou à RENAMO também se reproduzir, social e militarmente, a ponto de sustentar uma longa e mortífera guerra por longos dezesseis anos.

A longa e destrutiva guerra, sem vencedores, deixou claro que sua solução devia ser política, o que exigia profundas reformas no seio das forças beligerantes. Embora tivesse iniciado um conjunto de reformas estruturais no âmbito económico – uma abertura neoliberal sob pressões do FMI e do Banco Mundial -, no âmbito político e social, a Frelimo só abandonaria o marxismo-leninismo³¹ de forma oficial no seu 5º Congresso, em 1989. Reformas constitucionais foram efectuadas e, com a aprovação da nova Constituição de 1990, o monopartidarismo foi oficialmente cessado, o que intrinsecamente reconhecia legitimidade à RENAMO como força política com a qual deveria negociar e pôr termo à guerra.

É nesse sentido que, após diversas conversações, em um clima de desconfiança, sob mediação da Comunidade de Sant’Egídio, organização da Igreja católica dedicada a evangelização, caridade e promoção da

³¹ Hoje o partido identifica-se com a social-democracia.

paz, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, líderes das duas forças, assinaram em Roma, no dia 4 de outubro de 1992 os Acordos Gerais de Paz. Dentre vários aspectos, esses acordos estabeleciam a amnistia, a desmobilização e a integração dos militares da RENAMO nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique; a descentralização em favor do estabelecimento das autarquias locais e Assembleias Provinciais; e a realização de eleições periódicas e regulares, cujas primeiras tomaram lugar em outubro de 1994.

Para fazer parte do novo momento político e participar dos seus processos em nível nacional, a RENAMO precisou reformular sua estrutura, buscando transformar-se de exército guerrilheiro em partido político, o que lhe permitiu disputar e procurar demonstrar sua legitimidade popular por meio de eleições. Inicialmente, o partido apresentou-se como anticomunista, demonstrando assertividade para libertar o povo moçambicano do que considerava sofrimento, miséria e opressão, causados, no seu entender, pelo marxismo-leninismo imposto pela Frelimo.

Em seguida, a RENAMO adota uma ideologia de direita, nacionalista e conservadora³², revelando-se, nos primeiros anos da abertura democrática e multipartidária, um partido com suficiente coesão interna, obtendo expressivos resultados nas duas primeiras eleições. Todavia, tendo sido assolado por convulsões internas, não tem conseguido estabelecer alianças com outras forças políticas, designadas de partidos “não-armados”³³ da oposição.

³² É assim que ela se identifica em sua página oficial: <http://www.renamo.org.mz/index.php/o-partido>. Acesso em: 26 fev. 2019.

³³ De modo a fugirem do estigma carregado pela RENAMO, que é a sua ligação não só com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, como também com a guerra que dizimou milhares de vidas e destruiu o país, diversos partidos políticos, surgidos com a introdução do multipartidarismo, adotaram a categoria distintiva de “oposição não-armada”.

O protagonismo da Frelimo e da RENAMO na história do país, a condução das conversações que levaram aos Acordos de Paz e o nascimento efectivo do sistema democrático moçambicano conferem a essas duas forças políticas uma disputa hegemónica entre si na cena política nacional. Os dois partidos excluíram as demais forças políticas não só das discussões dos Acordos Gerais de Paz, como também de demais assuntos candentes da nação. De início, um dos principais engenhos dessa exclusão foi o estabelecimento da barreira mínima de representação eleitoral em 5% do total dos votos (DE BRITO, 2010; NUVUNGA, 2017).

Mesmo depois da retirada da referida barreira, outras formas de marginalização da sociedade civil e das pequenas forças políticas foram mantidas, como veremos nos próximos capítulos. Mais recentemente, as duas forças esmeraram-se em conversações visando pôr termo à vaga de confrontos bélicos conduzidos pela RENAMO em demonstração da sua insatisfação com a exclusão política e social, promovida pela Frelimo, bem como com o incumprimento dos acordos de Roma. Assim, ignorando os apelos da sociedade civil e das demais forças políticas minoritárias por inclusão nas conversações, a Frelimo e a RENAMO assinaram, em 2014, o acordo de cessação de hostilidades militares. Isso permitiu a realização das eleições naquele ano, porém não impediu o retorno da tensão político-militar que levou a novas conversações, à assinatura de um novo acordo em 2019 e à revisão pontual da Lei Eleitoral, discutida apenas pelos representantes de ambos os partidos. Nesse sentido, podemos seguir o pensamento de Terenciano, Braga e Souza (2016) e concluir que os acordos de paz, que viabilizam a realização das eleições em Moçambique, constituem uma forma de superação do conflito armado.

Para Silva (2016), a RENAMO partido não difere muito da RENAMO guerrilha, sendo um grupo altamente centralizado com uma

“ideologia ainda revolucionária, escassos recursos, políticos inexperientes e o mesmo líder, que sempre priorizou o seu enriquecimento e poder em vez da boa governação do seu partido”. A autora aponta ainda que Dhlakama impediu a democratização do partido, limitou a eficácia dos deputados da Renamo e, devido a inseguranças, expulsou os membros mais fortes e experientes.

1.8. O sistema eleitoral

O sistema moçambicano, fruto dos Acordos Gerais de Paz, é presidencialista com sufrágio universal direto e secreto. O voto é facultativo, com idade mínima estabelecida nos dezoito anos. As eleições presidenciais são majoritárias, e as legislativas, proporcionais. São localmente designadas de eleições gerais, uma vez que, desde o ano inaugural, 1994, decorrem simultaneamente, realizadas em intervalos de cinco anos. A Assembleia da República é unicameral, composta por 250 deputados. Com a actualização pontual da Constituição em 2019, introduziu-se a Lei das Assembleias Provinciais que acolhe a eleição do cabeça-de-lista do partido, coligação de partidos ou grupos de cidadãos vencedor da eleição provincial como governador da província.

Desde 1998, são realizadas com a mesma periodicidade as eleições municipais que, a partir de 2018, passaram a decorrer em sistema proporcional de listas fechadas e em um único turno, sagrando-se vencedora a força que obtiver maioria na assembleia municipal. Aqui, não há eleição direta do presidente do Conselho Autárquico. Torna-se presidente aquele que encabeçar a lista vencedora. Nas eleições gerais, passa a se eleger também o governador de cada província em um sistema proporcional, similar ao dos municípios. A Comissão Nacional de

Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) são as entidades responsáveis pelo processo eleitoral.

Cabe salientar que, no sistema em vigor, ao serem eleitos através de listas partidárias fechadas, tanto nas legislativas, provinciais, quanto nas municipais, os deputados, membros de assembleias provinciais e municipais não dependem individualmente da confiança dos eleitores. No sistema, há desvalorização do vínculo dos eleitos perante seu eleitorado, enfraquecendo o processo de prestação de contas, uma vez que os deputados não são eleitos nominalmente, mas a partir de listas fechadas, fazendo com que os interesses partidários prevaleçam perante interesses públicos do eleitorado (DE BRITO, 2010).

Isso é propiciado pelo facto de os candidatos, para a sua eventual eleição, deverem antes gozar de uma boa relação com os líderes ou com os seus pares, que no seio do aparelho partidário podem influenciar na sua inclusão nas listas e/ou pô-los em posição elegível. Isso, de acordo com Luís de Brito (2010), pode estar na origem do desencantamento dos cidadãos com o sistema político, revelando uma crise do processo democrático verificada no crescimento substantivo das abstenções a partir de 2004, atingindo 64% de acordo com a CNE.

Capítulo II

“Onda Vermelha”

A campanha para as eleições gerais de 2019 – quando, pelo voto popular, seriam eleitos o presidente da República e os deputados à Assembleia da República, bem como renovadas as assembleias provinciais, e pela primeira vez também viria a escolher os governadores provinciais – irrompeu de forma bastante marcante no quotidiano nacional. Embora oficialmente ela devesse ocorrer entre 31 de agosto e 12 de outubro, a movimentação política e os pedidos de voto já vinham acontecendo de forma deveras antecipada, com viagens por todas as províncias do então presidente e candidato à reeleição pelo partido Frelimo, com as pinturas na cor vermelha nas estradas, ruas e praças de cidades, distritos, vilas e localidades.

Ainda que tenha obtido consentimento oficial para a realização de pesquisa junto do Comité da Cidade de Maputo do Partido Frelimo e, principalmente, acompanhamento de suas caravanas e todas as actividades de campanha, decidi não seguir com a investigação nesse partido; primeiro em função dos empecilhos que se me apresentaram desde o início; em segundo lugar, por ter ciente a necessidade de dar voz aos grupos historicamente menos pesquisados³⁴ no contexto moçambicano, e com isso obter uma outra luz e perspectiva sobre o quotidiano político nacional, ampliando, desse modo, a sua compreensão.

³⁴ Apesar das desconfianças de “espionagem” e de comentários sobre a inadequação do momento para a pesquisa em função da agitação no seio dos partidos devido à proximidade das eleições, as demais organizações por mim estudadas responderam prontamente aos meus pedidos e também se mostraram empáticas quanto ao trabalho de investigação científica.

De facto, a minha aproximação ao Comité da Cidade de Maputo revelou, parcialmente, aspectos interessantes da dinâmica organizacional da Frelimo, pelo menos quanto a burocratização, hierarquia etc. Ao submeter minha carta-pedido, além de juntar a declaração em papel timbrado da Universidade de São Paulo, identificando-me como estudante de doutoramento regularmente matriculado no curso de antropologia social e desenvolvendo pesquisa sobre democracia em Moçambique, elaborei uma exposição sobre a natureza e a importância dos dados que pretendia colher para o meu trabalho. Após três semanas, fui contactado por telefone. Do outro lado da linha, uma voz feminina disse que era do gabinete do primeiro secretário da Frelimo e perguntou: “É o sr. Miguel...é o camarada Miguel Muhale? Nem sei se posso chamá-lo de camarada, é camarada?”. Enquanto processava o implícito dessa indagação, arrastava a voz e confirmava: “Sim... sim, sou eu, Miguel Muhale”.

Desde então, passou a me tratar por “camarada”, às vezes seguido do meu nome, às vezes não. Dado que a minha resposta não apresentou nenhuma negativa, provavelmente a interlocutora assumiu minha pertença à sua organização. Enquanto me adaptava à dinâmica do diálogo, minha interlocutora afirmou estar com o meu expediente em mãos, e que este não apresentava assinatura de punho, sendo ela necessária para que o expediente fosse apreciado pelo primeiro secretário do partido. Perante meu silêncio, repetiu, querendo se certificar do meu entendimento e, após minha anuência, combinamos minha ida ao local no dia seguinte para efectuar a assinatura da minha carta-pedido.

No local, agentes da polícia faziam a segurança e, depois do processo de identificação, indicaram-me o edifício designado, onde fui recebido pela secretária do primeiro secretário do partido. Após um olhar inquisidor sobre a minha pessoa, ela começou com uma série de

questões tentando recolher informações sobre a minha origem, trajectória, como quem tenta construir um perfil do interlocutor. Afirmou que o momento não era adequado para o meu trabalho em virtude da aproximação das eleições e que eu deveria ter-me aproximado com maior antecedência.

Esse clima de suspeição veio a desanuviar com a entrada de uma funcionária na sala, que prontamente me reconheceu e, ao gritar meu nome³⁵, perguntou pela minha mãe. Perante a minha perplexidade e o espanto da secretária do gabinete, a mesma funcionária esclareceu que fora aluna da professora Linda, e que esta, por vezes, me levava às suas aulas. Rememorou alguns episódios desses tempos citando nostalgicamente a sua então professora. O fortuito incidente, ao criar um ambiente familiar, serviu para alterar significativamente a abordagem da secretária para comigo, ao saber que minha mãe pertencera à importantíssima “Geração 8 de Março”³⁶, cujos préstimos à nação estão grafados indelevelmente em sua história. Isso ficou evidente quando me olhou fixamente e disse: “Afiml, és nosso filho?”. Em seguida, mais descontraída, explicou que, em período eleitoral, é reforçado o alerta de modo a evitar infiltrados, “espiões” e “mal-intencionados” que eventualmente possam se aproximar para colher informações. De todo modo, assegurou-me que minha papelada seria apreciada pelo “camarada primeiro secretário” e, dando palpite, tranquilizou-me sempre apelando ao pertencimento identitário com a afirmação: “Já que você é dos nossos, terá despacho”.

³⁵ Conhecendo-me desde a infância, chamou-me pelo diminutivo, como o fazia sua então professora, no caso, minha mãe.

³⁶ Nessa data, em 1977, após a fuga de vários profissionais da população branca no desdobrar da independência nacional, Samora Machel fez um chamamento patriótico à juventude de todos os cantos de Moçambique para assumir seu papel no desafio de reconstrução do país em todas as esferas. Abandonando seus projectos pessoais, esses jovens foram alocados como quadros na administração pública, formação e actuação na defesa e segurança, justiça, educação, saúde etc. Em sua maioria, essa juventude recebeu formação nos países parceiros de cooperação com principal ênfase para União Soviética, Cuba e Argentina.

Antes de prosseguir, urge lançar um olhar atento e elucidar determinados aspectos supracitados. Como referido, a minha carta-pedido tinha informações sobre minha instituição de origem, identificação, motivo e objectivos do pedido de realização de pesquisa naquela entidade. Tais informações não pareceram suficientes para se convencerem da genuinidade do meu interesse de pesquisa, e após levar três semanas para reagir, no contacto evidenciou-se a predominância de um formalismo institucional peculiar. Aqui, percebia-se um formalismo endógeno pelo qual práticas comuns de impessoalidade e trâmites burocráticos eram substituídos por lógicas de identificação e pertencimento grupal evidente na frase “nem sei se posso chamá-lo de camarada, é camarada?”, uma pergunta com implícita indagação sobre minha filiação e/ou simpatia pelo partido Frelimo.

Uma resposta negativa a tal questionamento muito provavelmente teria redundado em uma negativa ao meu pedido. Importante também notar como a secretária privilegiou um relato informal de sua colega para me reconhecer como “nosso filho” ou então como “*um dos nossos*”. A partir daí, mudou a forma de tratamento a mim, o que evidencia preponderância de lógicas de personificação na organização em detrimento da impessoalidade dos trâmites burocráticos.

Passaram-se mais duas semanas até eu ser contactado para um encontro com o “camarada primeiro secretário”. A ideia de me encontrar com um dos dirigentes do partido deixava-me animado, embora me intrigasse a demora na resposta ao que eu considerava um “simples” pedido de pesquisa a uma instituição cuja existência é anterior ao Estado moçambicano e que tem sido historicamente investigada por diversos e renomados académicos³⁷. Presumi que não devia constituir nenhuma novidade a minha intenção. Foi com essa animação inabalada depois de cerca de hora e meia de espera - pois o “camarada primeiro secretário”

³⁷ Cf. Egerö (1987); Hanlon (1991); Sumich (2020); Khan, Meneses e Bertelsen (2018a).

encontrava-se reunido à hora que ele próprio marcara para me receber - que irrompi adentro do gabinete do primeiro secretário do partido Frelimo na cidade de Maputo, Razaque Manhique.

Enquanto convidava-me para sentar, Razaque Manhique ajustou os óculos e puxou a minha papelada, na qual continuou absorto, enquanto trocávamos saudações de praxe. Ergueu a cabeça, fitou-me e começou a questionar-me, como que procurando confirmação sobre as informações ali contidas, o que me levou a fazer-lhe uma narração resumida da minha pesquisa. “Não vais andar a escrever más coisas sobre nós?”, brincou. Sorri e, aproveitando-me da descontração, disse-lhe que era importante ter a permissão de fazer a pesquisa “por dentro” da instituição, justamente para evitar situações do género.

O primeiro secretário explicou-me que as vésperas das eleições eram um momento de vários acontecimentos e agitação no país e dentro do partido, havendo, por isso, muito trabalho entre a militância, pelo que seria, em sua opinião, muito difícil realizar uma pesquisa, que eu devia ter aparecido mais cedo, em um momento “mais calmo” para o efeito. De minha parte, expliquei-lhe que minha aparição nessa época não tinha sido fortuita, fazia parte de um plano que visava realizar a pesquisa nesse contexto de abundância de eventos, agitações, diversos trabalhos da militância etc. Tudo isso não seria incómodo, mas, sim, importantes dados para o meu trabalho.

Embora não convencido (avaliando pela expressão facial), Manhique anuiu e disse que precisava antes de uma concertação com sua equipa para depois responder ao meu pedido. Decepcionado, reclamei que fazia cerca de um mês que aguardava por tal resposta; ao que ele justificou dever-se à sua recente tomada de posse como primeiro secretário do partido³⁸, o que foi acompanhado de substituição dos

³⁸ Razaque Manhique foi eleito primeiro secretário da Frelimo em Maputo em julho de 2019.

trabalhadores. Disse ainda que eu, como pesquisador de pós-graduação, devia entender o significado da mudança de uma equipa em uma instituição. Retorqui que, de qualquer forma, era incompreensível que uma instituição com mais de cinquenta anos como a Frelimo não tivesse estrutura que viabilizasse uma resposta em um mês a um simples pedido de pesquisa. Acrescentei que, com as eleições à porta, não me restava outra opção senão realizar a pesquisa “por fora”. Meu interlocutor ainda me garantiu que teria a tão ansiada resposta antes do arranque da campanha. Não a tive³⁹.

A busca pelo consentimento do comité de campanha do partido para a realização da pesquisa visava facilitar a minha circulação e acesso aos militantes durante o “fazer da política”, ao mesmo tempo que, em um contexto de desconfianças e acirramento de diferenças e pertencimento partidários, me protegeria de assédios e outras importunações que poderiam, inclusive, pôr em causa a minha integridade física.

Sem perceber por que o primeiro secretário, cujas autoridade e hierarquia institucional o permitem dar resposta à minha carta, ainda precisaria ouvir seus colegas; ao constatar que minha origem ou pertença partidária, aferidas através da questão “o senhor é camarada?” ou outras formas discursivas que visavam enquadrar-me dentro de um sistema de relações de camaradagem hierarquizada às quais supostamente eu deveria obedecer; ao notar a forte presença de um espectro de desconfiança sobre o meu trabalho, mesmo depois de comprovado meu vínculo académico; ao ver a prevalência de uma estrutura que cultua a

³⁹ Não mais sendo contactado, dirigi-me mais uma vez à sede do partido Frelimo da cidade de Maputo, justamente no dia em que arrancou a campanha eleitoral e, depois de muito tempo de espera, consegui falar com Razaque Manhique em um intervalo de uma reunião a outra. O primeiro secretário acabou dando uma autorização verbal, incumbindo sua secretária de me apresentar ao chefe de campanha do partido, mas este já se encontrava nas ruas com as caravanas; assim, apenas no dia seguinte eu conseguiria encontrá-lo.

figura do chefe em detrimento da obediência aos trâmites burocráticos; e diante do visível desinteresse e desprezo pela pesquisa científica, aliados aos motivos enunciados anteriormente, decidi abandonar de pronto a ideia de pesquisar a Frelimo “por dentro” ou tê-la como um dos principais focos do trabalho. Uma decisão bastante difícil, uma vez que esta contamina todas as esferas da vida política e social moçambicana. De todo modo, os movimentos internos que recebi, ao repelirem a impessoalidade, empurrando-me tacitamente para um lugar de vinculação e, portanto, subordinação ao partido, progrediriam no sentido de me colocar em uma situação de pesquisador-partidário, o que levantaria problemas teóricos, metodológicos e éticos.

2.1. O partido da *pole position*

O subtítulo com terminologia desportiva se dá em consonância à linguagem competitiva típica do desporto empregado pelo partido Frelimo durante a campanha. Na linguagem desportiva, *pole position* indica o ponto de partida dianteiro, portanto o mais favorável no arranque de uma corrida; uma posição dos líderes e dominadores da competição. Esse é o lugar do partido Frelimo na cena política moçambicana, incluindo a competição eleitoral em que, contrariamente à presunção de igualdade entre as forças políticas no tocante à observação da legislação, o partido consegue estabelecer sistemático contacto com o eleitorado antes da data prevista, empregando meios públicos etc.

De facto, como veremos, um grande hiato separa o partido Frelimo do resto da oposição. Ao deter o controlo do Estado e de sua máquina administrativa, o partido no poder consegue se fazer presente no quotidiano dos indivíduos e de toda sociedade durante os longos

períodos que separam as eleições, enquanto as demais forças políticas se limitam a marcar aparições esporádicas em atividades parlamentares, ou então em ocasiões festivas. Tais singelas aparições, embora deem visibilidade a essas forças políticas perante o grande público, paradoxalmente escancaram a fraqueza de sua estrutura organizativa e diminuta capacidade mobilizadora.



Fig. 3 – Membros da Organização da Mulher Moçambicana nas celebrações do Dia da Independência em 2019, na praça dos Heróis em Maputo. Detalhe para as vestes do partido Frelimo e a estampa com a imagem de seu pré-candidato.

Foto: LUSA

Essas discrepâncias foram visíveis aquando de minha chegada ao país na véspera do mais importante feriado nacional, o Dia da Independência, celebrado em 25 de junho. Enquanto percorria as artérias da cidade de Maputo, lia em dísticos mensagens celebrativas da data assinadas em nome do partido Frelimo. Em algumas delas, seu presidente e candidato à reeleição era associado aos heróis nacionais e combatentes de libertação, ao mesmo tempo que árvores e postes de

iluminação pública apresentavam ornamentos predominantemente com as cores vermelha e branca, características desse partido.

No que se refere ao espaço mediático, a televisão pública, a rádio pública e o jornal público, sendo todos de maior abrangência e circulação nacional, desdobravam-se com reportagens especiais na cobertura permanente de tais festividades, trazendo documentários, debates e entrevistas com personalidades, e memórias ligadas ao partido Frelimo. Ainda que se tratasse da celebração da fundação do Estado moçambicano, a imprensa pública associava as celebrações ao partido no poder e a seu candidato, dando cunho partidário a um evento de carácter nacional.

Por todo o país, as celebrações oficiais reuniam dirigentes públicos, dignatários locais membros e/ou simpatizantes da Frelimo, acompanhados de militantes pertencentes às diversas organizações sociais desse partido (como a Organização da Juventude Moçambicana, a Organização da Mulher Moçambicana, a Organização dos Antigos Combatentes etc.), envergando camisetes e bandeiras vermelhas com símbolos e dizeres do partido: “O mesmo ideal”.

Nos discursos oficiais, mensagens e cânticos das festividades, eram saudados o presidente e combatentes da Frelimo, dando uma tónica particular a um evento público com honrarias estatais; uma clara sinalização dos intervenientes de que, no país, o partido Frelimo confunde-se com o Estado, ou está acima dele. Quanto aos partidos da oposição e demais organizações da sociedade civil, cumpriam papel de meros coadjuvantes, ou então sua presença era ignorada; facto visível nos municípios sob seu domínio.

A presença do partido Frelimo no quotidiano da sociedade e dos indivíduos continuou ainda patente nos meses seguintes durante as – muito noticiadas pela imprensa pública – Presidências Abertas, que são

visitas de trabalho nas quais o presidente da República palmilha todo país, desde as localidades mais recônditas às grandes cidades. Tais visitas pretendem ser uma forma não institucionalizada de *accountability*, ao prover um fórum público ao presidente no qual este dialoga directamente com as populações locais e administradores distritais em uma averiguação com lógica de horizontalidade na implementação das políticas de desenvolvimento no mandato.

Essa prática, com potencial de contribuir na fortificação qualitativa da democracia ao fornecer um espaço de prestação de contas por diferentes integrantes do Executivo, ao mesmo tempo que oferece oportunidade de participação às populações em um contexto em que várias outras formas de participação lhes são negadas, não traz a consolidação da descentralização democrática, uma vez que tanto a prestação de contas quanto a participação nesses eventos são calculadas e controladas, devendo, portanto, obedecer às directivas do seu organizador, o Executivo.



Fig. 4 – Propaganda do partido Frelimo. Cartaz distribuído em 2019 na praça da Independência, em Maputo.

Fonte: Facebook Frelimo

Assim, tais eventos, ao tomarem lugar em ano eleitoral e justamente na véspera das eleições, confundem-se com acções propagandísticas, ao destacar realizações do governo frelimista, o que é geralmente acompanhado de pomposas inaugurações de estradas, pontes, escolas, centros de saúde etc. Os discursos dos governantes e empresariado locais esmeram-se em elogios ao partido, a seu presidente e candidato à reeleição, pelo que chamam de “boa governação”, ao mesmo tempo que arrolam extensa lista de qualidades dos mesmos.

A cobertura mediática destaca em diferentes planos um enxame vermelho, as ruas, praças e diferentes espaços, ornamentados com diferentes adereços cujas cores remetem ao partido Frelimo. Os cartazes, as faixas e bandeiras predominantemente vermelhas trazem símbolos do partido e imagens sequenciadas dos presidentes da Frelimo, respetivamente Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza e, mais recentemente, Felipe Nyusi, candidato à reeleição pela Frelimo, com a imagem mais destacada na propaganda da Figura 2. Por baixo ou ao lado das fotos dessas lideranças, aparece a legenda “o mesmo ideal”; portanto, uma associação das actuais lideranças do partido aos heróis da libertação nacional e fundadores da pátria; o que insufla de capital político o candidato à reeleição, catapultando, assim, a sua candidatura.

Ainda que o discurso oficial do partido Frelimo e do Executivo defenda se tratar de visitas de trabalho, nas quais o presidente da República vai, em nível local, fiscalizar a implementação dos seus programas quinquenais de desenvolvimento e também auscultar as populações, torna-se difícil dissociar as “Presidências Abertas e inclusivas” de actos de pré-campanha. De facto, como já aponte, a saturação no uso dos símbolos do partido, a publicitação dos feitos governamentais, a adoração à figura do presidente da República reflectida nos discursos e mensagens dos dirigentes e representantes

proferidos nessas visitas, bem como as exorbitantes e pomposas oferendas que lhe fazem os empresários locais, têm como efeito a colocação em relevo do partido e seu candidato à reeleição.

A circulação pelo país empregando meios do Estado e a realização de inaugurações e orientação de comícios da dita “Onda Vermelha” merecem críticas dos partidos da oposição e de diferentes sectores da sociedade civil, que acusam o presidente de campanha eleitoral antecipada e de esbanjamento de dinheiro público, respetivamente. A ausência de reconhecimento do período pré-campanha pela legislação eleitoral moçambicana impede a regulação das actividades (tais como inaugurações e comícios) permitidas ao incumbente na véspera eleitoral. Em denúncia, José Manteiga, porta-voz da Renamo, afirmou que “Nyusi aproveita-se da capa de presidente para fazer campanha eleitoral antecipada, fora do tempo eleitoral, usando meios públicos, fora do tempo eleitoral”⁴⁰; acusação rebatida pelo partido, que afirma não fazer uso de bens públicos nas suas actividades.

Embora diversas reportagens televisivas fossem veiculadas em paralelo à circulação em redes sociais de imagens de viaturas estatais sendo usadas em diferentes actividades partidárias, inclusive indicando a existência de um acórdão⁴¹ do Conselho Constitucional que condenava o partido por tais práticas, a Frelimo não só negava os factos de domínio público, como também reincide com tais práticas a cada ano eleitoral ou nos demais eventos seus.

Esse desprezo não só ao povo, como também às decisões judiciais, pode ser entendido a partir do controlo da máquina administrativa do

⁴⁰ Cf. Amós Fernando, “Moçambique: Quem controla o início da campanha eleitoral?”. *DW*, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-quem-controla-o-in%C3%ADcio-da-campanha-eleitoral/a-49998345>. Acesso em: 2 fev. 2021.

⁴¹ Cf. William Mapote, “Frelimo condenada por uso de viaturas oficiais em campanhas”. *VOA*, 23 dez. 2011. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/article-12-23-2011-mozambique-frelimo-voa-news-com-136145363/1261855.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Estado pelo partido. Como explica o pesquisador da Chatham House Alex Vines, em sua retrospectiva sobre os 25 anos de democracia em Moçambique, apesar de o país, do ponto de vista formal, não ser um Estado de partido único, o partido no poder encontra-se fortemente enraizado no aparelho do Estado. De tal modo que, na prática, se torna difícil separar um do outro. Ao fazer um controlo cerrado do poder político, a Frelimo continua a confundir seus interesses e de personalidades importantes no seu seio com os do Estado (VINES, 2020).



Fig. 5 – Agentes da polícia escoltam viatura do Ministério da Saúde que transporta militantes empunhando cartazes do partido Frelimo em actos de campanha eleitoral em 2019.

Foto: Facebook/Stv

As referidas “visitas de trabalho” do Executivo reforçam visivelmente o desnível entre a Frelimo e demais forças políticas. O presidente da República e candidato à reeleição, ao escalar as diferentes localidades, se reúne com a militância partidária, o empresariado,

lideranças locais, e lhes concede espaço na tribuna, ao seu lado, na qual discursam perante a multidão. Posteriormente, os mesmos aparecem como candidatos locais, quer para as eleições municipais ou assembleias provinciais, a deputados à Assembleia da República ou a governador provincial. Portanto, as Presidências Abertas viabilizam a exposição pública e mediática da Frelimo e de seus membros candidatos, ainda em fase pré-eleitoral, o que constitui uma vantagem competitiva.

Tal vantagem competitiva é também feita pelo contacto antecipado com o eleitorado. Às massas que acorrem aos comícios são ofertadas capulanas, camisetas, lenços e bandeiras, que vestem ou empunham, formando o enxame vermelho cujas imagens estampam as capas de jornais e ocupam considerável tempo nos telejornais e demais programações televisivas. Tal público, além da militância e das diferentes organizações sociais do partido, é recrutado entre grupos de comerciantes e vendedores informais simpáticos ou ligados a essa organização. A facilitação de favores, em ajuda e flexibilização nos trâmites burocráticos em importação e exportação de mercadorias, cedência e/ou renovação de alvarás e outros documentos (mesmo em casos de ausência dos requisitos necessários), é um dos atrativos que levam a classe comerciante a se juntar desse modo como massas do partido. Há, além disso, o prestígio de passar a participar de jantares e outros eventos que juntam a elite política com a nata do empresariado, uma oportunidade indispensável para quem nutre ambições de crescimento em seu ramo.



© DW/S. Lutxeque

Fig. 6 – Militância frelimista desfilando pelas artérias da cidade de Maputo em recepção ao presidente do partido.

Foto: DWS



Fig. 7 – Cartazes de propaganda eleitoral da Frelimo estampam viatura com chapa de matrícula oficial do Estado moçambicano que circulava em 2019 na cidade de Maputo.

Foto: Whatsapp

Usufruindo do privilégio de reunir e discursar para milhares de cidadãos, e também auscultar suas necessidades específicas em diferentes cantos do país, em período pré-eleitoral, a Frelimo e seus candidatos têm condições de expor suas realizações, colher as demandas das populações e, desse modo, reivindicar credibilidade, base real e eficácia de seus projectos políticos. Ao mesmo tempo, o partido consegue discursivamente se eximir de responsabilidade perante a miséria, o desemprego, o encarecimento da vida nas cidades, a corrupção etc., e antecipa-se à crítica de seus opositores prometendo melhorias às populações e também incorporando suas demandas em seu programa eleitoral.

A viabilização material da vantagem do partido Frelimo merece atenção. A manutenção da hegemonia e a reprodução das desigualdades partidárias não seriam possíveis sem o controlo da administração pública. Enquanto os demais partidos debatem-se com dificuldades de financiamento de suas actividades, a Frelimo, de forma promíscua, emprega meios públicos e serve-se da administração estatal na viabilização de actividades políticas do partido e de seus membros. Desse modo, é comum o emprego de viaturas oficiais de diferentes repartições públicas a serviço do partido, quer no transporte de material propagandístico deste, quer na locomoção das massas pertencentes aos diversos organismos sociais do partido, que desempenham papel fundamental na encenação de grande afluência popular aos eventos.

Para custearem a pesada logística da recepção e hospedagem da comitiva presidencial, instituições públicas locais são autorizadas (ou ordenadas) a recorrer às suas economias e pagar os serviços demandados pela ocasião (CORTÊS, 2018), o que não encontra nenhuma resistência dos dirigentes locais, uma vez que precisam mostrar-se prestativos ao poder que os nomeou, que goza da prerrogativa de destituí-los ou renomeá-los no mandato seguinte.

Há também o indispensável apoio material e financeiro do empresariado local que, tal como as lideranças, procura mostrar-se prestativo desdobrando-se a efectuar ostensivas doações monetárias ou colocando a máquina operacional de suas organizações a serviço da logística do evento (camiões e viaturas para o transporte de material logístico e das populações, hospedagem em estabelecimentos hoteleiros, provimento de refeições para a comitiva, abastecimento de combustível nos veículos, remuneração aos artistas e outros serviços do evento etc.). A oportunidade de obter notável visibilidade perante o presidente e sua comitiva, composta por vários membros do governo central, gera disputas no seio do empresariado e de lideranças locais, levando-os, por vezes, a alargar sua generosidade na hora de presentear o presidente e seu partido, como tem sido visto nas mediatizadas doações. Tal generosidade, por exemplo, poderá ser compensada em contratos e diferentes negócios com o Estado.

Isso ocorre porque no país a política passou a ser um instrumento de acesso a economia, poder e tudo aquilo que ele oferece. Estar no governo, ou com ele gozar de relações privilegiadas, permite o acesso a posições de mordomia e poder. Portanto, não espanta que dirigentes, empresários e militantes em nível local entrem em competição ou conflitos buscando capturar a atenção do governo central, pois se trata de uma luta para aceder ao poder como trampolim em vista debenesses materiais (NGOENHA, 2020).

2.2. “Hiato enorme”

À meia-noite de 31 de agosto, arrancou oficialmente a campanha eleitoral no país. A Frelimo e seu candidato à reeleição, que já vinham em um longo período de exposição pública, com inaugurações e comícios

pelo país, reafirmam sua pujança levando às ruas e à imprensa uma reforçada máquina propagandística que se mostraria e seria reconhecida por todos como sendo a maior campanha eleitoral da história nacional.

De facto, Egídio Vaz, historiador e mediático defensor dessa força política em comentários televisivos e nas redes sociais, afiançara-me em uma entrevista anterior que a vindoura campanha eleitoral seria “arrasadora, uma guerra entre Goliás e David”, pois a Frelimo vinha extremamente preparada. Em suas palavras:

[...] neste momento, o apoio que a Frelimo recebeu da China é uma coisa gigante. Enquanto conversamos, está a atracar navio dos chineses na Beira, trazendo várias motorizadas personalizadas para a campanha. Agora, a nível provincial, cada secretário tem cerca de 10 milhões de peças de roupa para a propaganda da campanha. O presidente Nyusi também saiu da visita a Xi Jin Ping com cerca de [incompreensível] milhões de dólares, oferta do Partido Comunista chinês, histórico parceiro da Frelimo. Não há hipóteses para os outros partidos... o orçamento da Frelimo para este ano económico, de maio a maio, são 3.7 biliões de meticais, dos quais 2.5 biliões são para a campanha. É um hiato enorme [...] (VAZ, 18 de julho de 2019).

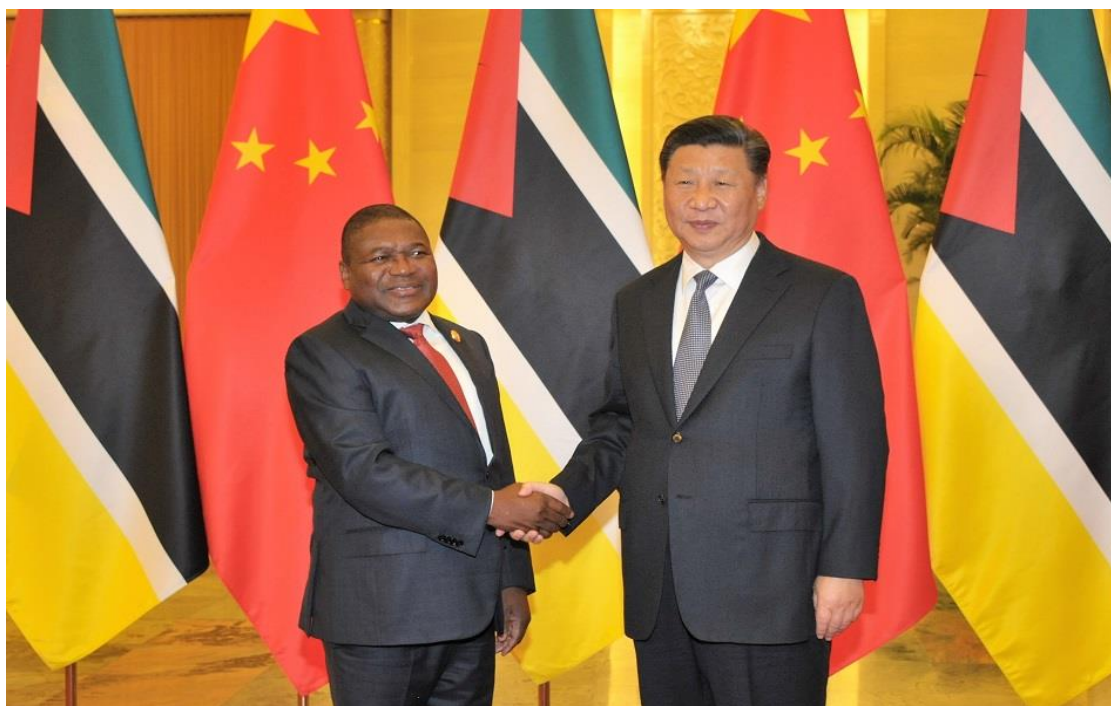


Fig. 8 – Felipe Nyusi é recebido por Xi Jinping em visita oficial de Estado à China, seis meses antes das eleições.

Foto: Facebook Frelimo

Essa antecipação do historiador veio confirmar-se com o arranque da campanha eleitoral e também no próprio discurso do candidato à reeleição e demais membros partidários. O presidente Nyusi, que em abril do mesmo ano estivera de visita à China, principal parceiro económico de África e cujo Partido Comunista tem histórica afinidade político-ideológica com a Frelimo, adotou, ao longo das Presidências Abertas e posteriormente na campanha eleitoral, uma linguagem desportiva com que dizia que sua equipa viria “jogar para ganhar”, mostrando-se deveras confiante em sua reeleição⁴².



Fig. 9 – Bandeiras da Frelimo ornamentam rua no bairro Malhampswene, periferia da cidade da Matola, capital da província de Maputo, durante a campanha eleitoral de 2019.

Foto: Acervo pessoal

⁴² Cf. Bernardo Jequete, “Moçambique: Filipe Nyusi está confiante na reeleição e promete emprego para jovens”. *DW*, 28 set. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-filipe-nyusi-est%C3%A1-confiante-na-reelei%C3%A7%C3%A3o-e-promete-mais-emprego-para-jovens/a-50626506>. Acesso em: 1 fev. 2021.

No tocante aos partidos da oposição, os representados no Parlamento - Renamo e Movimento Democrático de Moçambique (MDM) -, cuja legislação lhes garantia verba eleitoral uma vez que apresentaram candidatos à presidência da República, iniciaram suas campanhas no modelo habitual, a partir da meia-noite, com suas equipas percorrendo estratégicos pontos da cidade, colando cartazes, faixas, e gritando palavras de ordem. Quanto aos partidos extraparlamentares, sem ainda disporem de qualquer verba eleitoral estatal, seu arranque foi deveras humilde e tímido, resumindo-se a passeatas de fraca mobilização e muita exiguidade.

Tal exiguidade era notória em todos os partidos da oposição; as fracas organização e estrutura material ficavam patentes na carência de veículos para transporte da militância; precário material sonoro na propagação de mensagens e discursos em via pública e perante a multidão; pouco material propagandístico a distribuir para o público como camisetes, lenços, bonés, capulanas e bandeiras muito requisitados pela multidão, que, decepcionada, perguntava “como vão governar o país se não conseguem ter camisetes para nos oferecer?”. A escassez era também evidenciada na reclamação dos militantes, que lamentavam não poder percorrer longas distâncias durante o dia, uma vez que não havia nenhum fundo para sua alimentação durante a campanha. A mesma reclamação também se dava entre os motoristas que prestavam serviços aos partidos, que reclamavam de falta de abastecimento de combustível para sua circulação pela cidade e/ou para escalar diferentes pontos. Em mais de uma ocasião, eu próprio fui interpelado por alguns membros com pedidos de compra de almoço, refrigerante ou ainda dinheiro para

transporte, o *chapa* ⁴³. Tudo isto é indicativo certas expectativas dos eleitores em relação às campanhas, à política e aos políticos.

Ao acompanhar as comitivas de campanha eleitoral, em suas abordagens ao eleitorado, vi diversos membros que, na presença ou ao lado das lideranças partidárias, gritavam palavras de ordens, ofereciam declarações encorajadoras e rasgados elogios ao partido e a seu candidato. Em outros momentos, na ausência dessas estruturas, em conversas com outros colegas, criticavam moralmente certas posturas de algumas lideranças; mostravam, inclusive, desagrado com o carácter do candidato; lançavam suspeição sobre a exiguidade de meios materiais, alegando que a alta cúpula do partido retinha deliberadamente o dinheiro destinado à campanha eleitoral, com o intuito de embolsá-lo. Enquanto escalávamos um mercado na província de Maputo, um membro desabafou:

Além do fundo público para campanha dos partidos, desembolsado pelo Estado, nós temos apoio internacional de organizações pela democracia e contra as políticas do nosso governo... mas aqui nem tudo é culpa deles [Frelimo]; nossos líderes não estão preocupados em ganhar, contentam-se com migalhinhas; preferem fazer uma campanha pobre, só para inglês ver, e depois encher os bolsos com o resto do dinheiro. Mesmo material de campanha, que hoje é barato fazer. Imprimiram poucas quantidades de cartazes, camisetas, bandeiras etc., para onde foi o resto do dinheiro? Estamos a enganar o povo (Anónimo, setembro de 2019).

⁴³ Minibus ou vans, veículos usados no transporte semicolectivo de passageiros. Os *chapas*, pertencentes a singulares, são o principal recurso de transporte da população, uma vez que a quantidade de machimbombos (públicos) é menor. Geralmente, apresentam-se em avançado estado de degradação e são também conhecidos pela perigosa condução e desrespeito aos passageiros por parte dos motoristas e cobradores. Por outro lado, são espaços de conversas públicas, em que se discutem os mais diversos assuntos, desde a ordem social e política até costumes, confrontos geracionais, diferenças. Aqui a conversa é pública; por vezes pacífica, em outros momentos com ânimos exaltados. Ela decorre até que cada passageiro chegue ao seu destino, sendo continuada pelos que ficam ou então substituída por novo tópico.

Portanto, parte das bases desconfiava do alcance do empenho das lideranças partidárias, mormente a sua abnegação ao projecto de luta e conquista do poder. Ao acusá-las de não aplicarem na totalidade os recursos disponíveis, aventavam a hipótese de que pretendiam desviar o dinheiro para si. É também parte dessa autocrítica que as sucessivas derrotas eleitorais não se devem unicamente à acção fraudulenta da Frelimo. São igualmente de responsabilidade do partido, cuja liderança, suspeita-se, vai se corrompendo. Ao ver considerável parte do eleitorado depositando confiança na oposição, essa militância considera que seu próprio partido esteja a ser desonesto, por inércia e egoísmo das lideranças.

De sua parte, as lideranças, antecipando o descontentamento da militância e também puxando pelo seu empenho, já tinham abordado o facto, indicando dificuldades de angariação de apoios junto ao empresariado local, uma vez que este era filiado ou simpático ao governo da Frelimo, ou temia represálias deste. “Estruturas” da Renamo e também do partido Nova Democracia (ND) relataram-me recorrer a viaturas particulares no transporte de suas comitivas, porque as empresas autorizadas e capacitadas no ramo de transporte de passageiros aplicavam preços proibitivos ou se mostravam indisponíveis. Isso, para a oposição, não é mero desinteresse ou inviabilidade financeira da proposta por si apresentada às empresas transportadoras; consideram tratar-se de uma urdida trama arquitetada para inviabilizar a mobilidade massiva de membros e a afluência a seus actos de campanha. Suspeitam que essas empresas e seus proprietários estejam ligados ao partido no poder. Assim, serviços públicos do Estado ou oferecidos por privados encontram-se monopolizados pela mesma elite política e empresarial, unidas pelo vínculo partidário, podendo, sempre que necessário, actuar no bloqueio ou na dificultação das actividades vistas como de relevante impacto da (e para a) oposição.

Testemunhei, em campo, penosas e dramáticas situações. Por exemplo, o caso dos motoristas de táxi Tuk-Tuk, conhecidos em Moçambique como *txopelas*, prestadores temporários de serviços para a campanha da Renamo na cidade de Maputo. Comprometidos com o transporte de parte da comitiva, eles não compareciam às passeatas ou simplesmente desistiam em algum ponto do trajecto, deixando à deriva os passageiros. A alegação era de demora no pagamento. De regresso à actividade regular de taxista, argumentavam que seus clientes pagavam melhor do que o partido. Uma atitude que gerava situações constrangedoras.

A visível privação material e financeira gerava dúvidas e questionamentos, entre os eleitores, sobre os partidos da oposição, levando alguns a considerá-los despreparados a assumir o governo do país - discurso muito explorado e capitalizado também pela Frelimo. Assim, comentários do tipo “estes gajos não têm dinheiro nem para abastecer carros, quando chegarem ao governo, primeiro vão roubar para ficar ricos como a Frelimo. Melhor eu ficar em casa, não vou votar ninguém!”, eram deveras frequentes durante o campo. Disso resultavam longos debates, em que alguns apontavam o partido no poder como responsável pela incapacidade de organização financeira da oposição. Diziam que a Frelimo “controla o dinheiro no país” e clamavam por renovação, defendendo a necessidade de “dar espaço ao sangue novo”.

Portanto, esse é um exemplo de que, apesar da hegemonia do partido no poder, sua reputação baseada na monopolização dos bens públicos e meios financeiros não se traduz em uma conquista ou ampliação automática da adesão do eleitorado. As viaturas luxuosas e as condições económicas para abastecê-las com combustível, de modo a poder circular por toda cidade, são valoradas socialmente em um contexto de extrema carência. Contudo, em certos sectores, tais atributos

geram como resposta a abstenção política – não confundida com apatia – em função do descrédito da classe política, vista apenas como “ladrões”.

Por outro lado, a péssima reputação da Frelimo, fruto de sua exclusiva concentração, acumulação e ostentação de recursos e bens de prestígio social, aguça entre o eleitorado o desejo de uma sociedade com mais justa e inclusiva distribuição de oportunidades e riqueza, vista como possível apenas com a alternância política. Essa é a parcela que defende a adesão às forças políticas da oposição.

O arranjo social descrito pode ser entendido mediante a reflexão de Sumich e Honwana (2007), em sua obra *Strong Party, Weak State*. Os autores apontam que, em Moçambique, desde a independência, o poder esteve sempre nas mãos do partido Frelimo, e não em estruturas supostamente neutras, que pudessem ser herdadas de uma forma razoavelmente intacta, por uma outra força política. Dado o sucesso do partido em reestabelecer a sua própria hegemonia e a sua falta de vontade em partilhar o poder com forças sociais fora do seu controlo, as desigualdades agravam-se. Assim se estabeleceram as condições para uma robusta vitória eleitoral.

2.3. “Ganhar de goleada”

Uma vez que, ao acumular tamanha vantagem competitiva, o campo social é controlado pela Frelimo – através do domínio das instituições judiciais e dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE); do monopólio do controlo das instituições financeiras, bem como dos cargos e funções públicos; da cooptação do empresariado e da emergente burguesia local mediante estabelecimento de relações clientelares etc. –, controlo esse que, tal como foi anteriormente demonstrado, é exercido no cerceamento das actividades políticas da oposição, o partido

governamental encontra-se em situação de vitória assegurada. De todo modo, precisamente porque tem a vitória assegurada, a onda vermelha, e sendo a superioridade esmagadora é a sua plataforma, a Frelimo não se coíbe de mostrar sua pujança material nas ruas, quer para deixar claro o hiato que o separa das demais forças políticas, quer para dar a impressão de que a vindoura vitória eleitoral se deve ao grande trabalho nas ruas. Assim, no período eleitoral, o partido pôs a sua poderosa máquina a serviço da campanha com o intuito de “ganhar de goleada”, como dizem seus militantes.

Alguns pesquisadores sinalizam que o clima democrático moçambicano está em crescente degradação; actualmente, seu regime político é considerado híbrido (NUVUNGA, 2014; MACUANE, 2020; ROSÁRIO, 2020). Não obstante as grandes movimentações do partido no poder, seu empenho em fragilizar as bases de apoio das principais forças opositoras, os resultados das eleições municipais de 2018 – quando em diversos municípios a diferença de votos foi de margem mínima –, e, ainda, o reforço no controlo de recursos, o acirrado controlo das assembleias de voto, a flagrante manipulação das eleições gerais de 2019: creio que todos esses e outros aspectos podem ser indicativos de quão vibrante é hoje, mais do que nunca, a disputa democrática em Moçambique.

Embora as instituições democráticas sigam capturadas pelo partido governamental, servindo de principal suporte na manutenção do seu poder e hegemonia, este se vê na obrigação de desdobrar-se cada vez mais em refinadas, ardilosas e também violentas estratégias dominadoras que lhe permitam assegurar a vitória eleitoral. O contínuo descontentamento social manifesto quotidianamente, quer em conversas nos espaços públicos, quer nas intenções de voto e nas urnas, evidencia que, em circunstância de eventual paridade, as folgadas maiorias legislativas – apelidadas pela Frelimo de “vitórias retumbantes” – não se

verificariam. Muito possivelmente, mesmo seu candidato presidencial enfrentaria tremendas dificuldades de se reeleger.

Assim, na sequência do que vinha acontecendo nas eleições gerais de 2014 e eleições municipais de 2018, a campanha eleitoral de 2019 recebeu grande atenção e investimento por parte do partido Frelimo. Nela se enfrentou o descrédito no qual o partido se encontrava envolvido, em função dos numerosos escândalos de corrupção e das denominadas “dívidas ocultas”⁴⁴ efectuadas perante agentes financeiros internacionais, que agravaram seriamente a situação económica do país. A esse factor se somava a incerteza em torno da nova faceta da Renamo, que, devido à morte em 2018 de Afonso Dhlakama, seu líder histórico, iria pela primeira vez se apresentar ao eleitorado com um novo candidato.

De facto, havia na oposição a expectativa de que Ossufo Momade, pertencente aos Macua – maior grupo étnico do país e predominante nos maiores círculos eleitorais –, pudesse revigorar e entusiasmar as bases e o apoio ao partido, especialmente nas regiões norte e centro, onde reside sua forte base de apoio. Portanto, o corolário da eventual revigoração desse apoio à Renamo em tais regiões teria efeitos nefastos à Frelimo, que colocou a sua máquina partidária em funcionamento, de modo a neutralizar seus adversários.

Desse modo, o partido mobilizou por todo país as suas principais lideranças, desde os membros históricos, dirigentes governamentais e lideranças parlamentares às individualidades de fora da política, detentoras de enorme prestígio na sociedade, na área do entretenimento, passando pela área desportiva e pelo mundo dos negócios. Pelas artérias das cidades e nos diferentes bairros e localidades, a comitiva frelimista chamava atenção por onde quer que passasse.

⁴⁴ Créditos bilionários contratados por membros do governo em bancos internacionais à revelia da necessária autorização do Poder Legislativo.

Além da militância de base, toda equipada com camisetas, capulanas, bonés, bandeiras ou outras peças de vestuário, criativamente feitas de tecidos estampados com os símbolos do partido, as comitivas obedeciam a uma distribuição estratégica, que integrava no seu comando: algum membro do Comité Central ou Comissão Política do partido, deputados, presidente da Assembleia da República, chefe da bancada parlamentar; acompanhados de artistas badalados que se encarregavam da animação.

Esse arranjo trouxe grandes resultados propagandísticos e mediáticos. Por onde passasse, as multidões se aproximavam para ver e ouvir as prestigiadas individualidades, transformando rapidamente o evento ou o local em espetáculo popular. Testemunhei tal situação enquanto seguia as actividades da ND no mercado Xikelene, nos arredores de Maputo.

Enquanto a ND realizava abordagens individuais com os comerciantes, nas suas bancas ou no interior dos seus estabelecimentos, sendo que, por vezes, a conversa era interrompida para dar lugar ao atendimento dos clientes ou para esboçar decepção pelo facto de o partido não ter camisetas, lenços ou capulanas a oferecer, a comitiva da Frelimo irrompia pela praça dos Combatentes (onde fica o mercado) em uma enorme caravana com dezenas de veículos automóveis e motorizados vermelhos, personalizados com estampas do partido e seu candidato.

As buzinas, apitos e cânticos eram abafados pelo potente som do trio elétrico que transportava alguns dirigentes do partido, entre os quais Roque Silva, o secretário-geral, alguns deputados e certo número de artistas, como Roberto Chitsondzo, Oliver Style e Anita Macuacua, que animavam a comitiva com seus sucessos musicais. Ao se aperceber da movimentação, a multidão acorreu ao local, inclusive os comerciantes que se encontravam à conversa com os membros da ND. Todos saíram

correndo ao encontro da caravana frelimista, ora gritando os nomes dos políticos ali presentes, ora vibrando ao som dos artistas. Perplexa, a equipa por mim acompanhada ainda ficou alguns instantes contemplando a cena, retirando-se em seguida.

Do potente som, ouviam-se os animadores a convidar toda a comunidade de vendedores da praça dos Combatentes a se aproximar da “Onda Vermelha” e ouvir a mensagem da Frelimo. A multidão começou a gritar pedindo camisetas, facto aproveitado pelo secretário-geral do partido, que passou a gritar palavras de ordem: “Viva a Frelimo!”. Seguido pela sua comitiva e também pela multidão, garantiu que todos os populares receberiam camisetas – pois “a Frelimo não deixa o seu povo para trás” – e convidou a todos que quisessem “continuar a testemunhar o desenvolvimento do país a pintar Moçambique inteiro de vermelho... uma maré e Onda Vermelha”; o político Roque Silva, secretário-geral, levou a multidão à apoteose.

De facto, a importância atribuída a esses itens de vestuário na campanha eleitoral é imensa. Quando a comitiva frelimista iniciou a sua distribuição por entre a multidão, esta se precipitou para as viaturas que continham esse material, abandonando, assim, o pequeno comércio que era dirigido por Roque Silva, tal como o fizera com os membros da ND. Ainda que milhares de itens tenham sido distribuídos, colorindo por completo a praça dos Combatentes, nem todos os comerciantes conseguiram pegar capulanas ou camisetas. Nisso, os não contemplados, furiosos, regressavam às suas bancas, ou então permaneciam no comércio, mas já sem demonstrar o ânimo anterior.

Por outro lado, ouvi vendedores ambulantes comentando que era dever da Frelimo distribuir à multidão as peças de vestuário, pois, diziam eles, se tratava de “dinheiro do povo... é o nosso dinheiro que fez tudo isso”. Assim, esse grupo corria de um lado para o outro, tentando colectar o maior número de brindes distribuídos. Outros ainda, os que já haviam

conseguido pegar um ou mais itens, cantarolavam e juntavam-se aos militantes na resposta aos gritos de ordem vindos do dirigente frelimista. Assim, para esse grupo de vendedores, tratava-se de uma festa. Evento colectivo, onde se representa, discorre e vive a política (CHAVES, 2003).

A ideia de que os sujeitos têm o direito de ganhar brindes da campanha encerra em si uma análise sistêmica feita por esses indivíduos sobre o quotidiano político moçambicano. Na perspectiva dos meus interlocutores, a Frelimo organiza a campanha com o “dinheiro do povo”. Assim se enuncia o tácito reconhecimento desse partido como sendo o Estado para o qual todos contribuem e, assim sendo, devem também usufruir de seus benefícios. O corolário disso é que, não havendo diligência ou atenção especial e individualizada ao eleitor e seu núcleo familiar por parte dos políticos, os brindes, ou melhor, o conjunto de bens ofertados não significa votos, não gera voto e não se transforma em voto. Portanto, em vários casos, não passa de uma demonstração vazia de pujança económica, contrariamente ao notado em outros contextos em que prestígio, atenção e generosidade do candidato são eficazes na captação e na conversão de voto (PALMEIRA, 1996; PALMEIRA e HEREDIA, 2006; VILLELA e MARQUES, 2006).

Continuando, enquanto o pequeno grupo de membros da ND se afastava do local, a militância frelimista celebrava “é goleada, é pra ganhar de goleada”, em uma clara comparação do efectivo dos dois grupos, da assimetria dos meios e da capacidade de mobilização ou afluência popular às suas comitivas. De resto, o uso da analogia futebolística vinha sendo feita por Felipe Nyusi, candidato à reeleição pela Frelimo, que exortava a multidão em seus comícios a comparecer massivamente às urnas para votar em si e seu partido, de modo a “ganhar de goleada”.

Se, por um lado, a militância frelimista, aludindo à competição desportiva, humilhava a comitiva da ND ao falar em “ganhar de goleada”

dos opositores políticos, pela abismal desigualdade de meios e materiais de campanha, bem como em função da capacidade de captar maior atenção popular evidenciada na afluência da multidão aos seus actos de campanha, por outro lado, é possível constatar que tal afluência não se deve necessariamente a uma identificação com o partido ou seu projecto político, mas, sim, ao conjunto de artefactos materiais e imateriais em torno da Frelimo. Dito de outra forma, seriam as coisas que a Frelimo oferece em tempos de campanha que atraem a multidão; uma multidão que bem sabe avaliar o que está em jogo nesse projecto político.

A possibilidade de ver *in loco* renomados artistas, atletas, enfim, celebridades geralmente inacessíveis ao cidadão comum, que gozam de mediatismo e prestígio social, leva a multidão a acorrer aos eventos da campanha do partido. Mas o interesse pelas coisas materiais, isto é, os brindes oferecidos durante tais eventos – camisetes, capulanas, lenços, bonés, bolas, cadernos, lapiseiras etc. – também tem papel importante na registada afluência massiva. Mais ainda, o abandono do recinto e o retorno às suas actividades por parte dos comerciantes após a recepção dos brindes, em um gesto claro de desinteresse pelo discurso do secretário-geral que dirigia o pequeno comício, são indicativos de que esses indivíduos não se deslocavam ao local pela mensagem ou por identificação política com a Frelimo. Todavia, é importante frisar que, tal como apontado por Palmeira e Heredia (1995), não são os discursos e mensagens dos candidatos nos comícios que atraem o voto. De acordo com os autores,

os votos passariam pela demonstração de força das facções rivais e não por aquilo que é dito nos palanques, embora essa “demonstração”, que é o comício, seja fundamental para uma facção demonstrar a força que tem e, assim, poder ganhar a luta que se trava em torno das eleições. (PALMEIRA e HEREDIA, 1995, p. 37).

Não tendo mais o que ali fazer, cabisbaixa e humilhada, a comitiva da ND encaminhou-se para seus parques veículos constituídos por uma carrinha, duas viaturas ligeiras e oito bicicletas. Enquanto contemplava a militância frelimista que apontava em sua direção e gritava “goleada”, juntei-me a ela e retiramo-nos do local, deixando para trás um enxame de vermelhidão e gritaria que seria comum nas semanas seguintes.

A reacção da multidão às duas comitivas eleitorais, caracterizada pelo desinteresse na apresentação e no debate de seus projectos políticos, só demonstrando interesse pelos brindes e pela actuação dos célebres artistas, poderia ser interpretada como indicativa de um clima político que espelharia apatia e decadência da democracia em Moçambique. No entanto, algumas semanas depois, testemunhei no mesmo local a recepção efusiva da comitiva da Renamo por esses comerciantes e populares, que paralisaram completamente o trânsito na praça dos Combatentes por cerca de 45 minutos.

À comitiva liderada por deputados a AR e delegados locais, não havia por parte dessa multidão exigência de brindes, e também não houve nenhuma atracção musical. Foi um encontro festivo no qual a multidão aplaudia efusivamente ao discurso do deputado Eduardo Namburete e seus colegas, muitas vezes abafados pela apoteose da audiência que gritava “Já ganhou” e “Desta vez o gatuno não passa”, como apontei em outro lugar (MUHALE, 2020), o que indicava um clima de efervescência democrática.

2.4. “É contigo que dá certo”

Desde o arranque da campanha eleitoral, além de colorir as ruas com as já referidas bandeiras, cartazes, faixas e demais adereços, ou então com as camisetas vermelhas distribuídas em todos os cantos do país, a

“Onda Vermelha” da Frelimo estendeu-se para os meios de comunicação, ocupando espaço em jornais, televisões, rádios e, inclusive, redes sociais, nas quais militantes e simpatizantes personalizavam suas fotos de perfil com avatares do partido e/ou de seu candidato e republicavam as mais variadas informações, meticulosamente produzidas com predominância da cor vermelha e símbolos do partido, e difundidas pelo comité de campanha.

No quotidiano, mesmo fora do horário eleitoral, em que rádios e televisões passavam a propaganda eleitoral da Frelimo ao mesmo tempo que carros de som circulavam nas vias tocando a música de campanha do partido, a repetição constante dos vídeos e da música de campanha da Frelimo fez com que, em pouco tempo, as notas musicais e o *slogan* do partido - “É contigo que dá certo” - ficassem rapidamente gravados na memória do grande público, resultado do grande investimento de marketing dessa força política.

Absorto nas actividades dos partidos que acompanhava de perto, da ND e da Renamo, travei contacto esporádico e fortuito com o desenrolar das actividades da Frelimo através dos cruzamentos das comitivas, causando disputas nos espaços públicos como relatado anteriormente, ou então pela imprensa. De todo modo, com a aproximação do fim da campanha, anunciava-se uma grande festa - showmício - de encerramento, com a presença de Felipe Nyusi⁴⁵ e uma extensa programação cultural com animação da nata artística nacional. Decidi que iria à cidadela da Matola ver *in loco* o evento anunciado como a “maior festa da Onda Vermelha”.

Foi com esse intuito que em torno das 10 horas de 12 de outubro, feriado nacional, Dia dos Professores, dirigi-me ao grande espaço da

⁴⁵ Nyusi, então candidato a reeleição, é o quarto presidente moçambicano eleito. Tomou posse do seu primeiro mandato em 2015. Antes, integrou o governo ocupando a pasta ministerial da defesa.

cidadela. Ao longo do trajecto, as estradas estavam tomadas de veículos particulares e de transporte de passageiros, todos caracterizados com símbolos e cartazes do partido. Eufóricos, seus ocupantes apitavam, gritavam e cantavam ao ritmo da velocidade dos veículos, cujos motoristas por vezes infringiam as regras de trânsito, mesmo com ostensiva presença policial na via. O clima apoteótico igualava-se ao dos adeptos de futebol em dias de jogos decisivos. Uma festa acompanhada de excessos.

Um imenso dispositivo policial e militar (incluindo batedores), digno de cortejo presidencial, patrulhava o local, auxiliando na organização e instruindo os motoristas a estacionarem seus veículos em áreas autorizadas, em um perímetro de segurança, levando os militantes a percorrerem alguma distância sob o sol escaldante até o palco do evento. A cidadela da Matola é uma enorme área bem no centro da cidade da Matola, cujo plano municipal a reservou para a construção de um projecto habitacional de alto padrão. Enquanto o projecto não avança, o imenso terreno vai sendo tomado pela vegetação que desponta da areia vermelha. Sem árvores ou qualquer edificação que pudesse proteger a multidão do sol ostensivo, esta procurava atenuar o calor com bonés, amarrando camisetes na cabeça ou então empunhando cartazes na altura da testa.

Uma enorme frota de machimbombos⁴⁶ perdia-se de vista no estacionamento exclusivamente reservado a viaturas de grande porte. Tratava-se dos veículos das empresas municipais de transporte, portanto veículos públicos de transporte de passageiros nos diferentes municípios circundantes da cidade de Maputo. Ainda que fosse sábado, a presença daquelas viaturas naquele recinto significava privação de mobilidade de milhares de indivíduos em uma metrópole que se debate com gravíssima falta de meios públicos circulantes.

⁴⁶ Autocarros, ónibus.

Sobre esse aspecto, ainda que o local estivesse recheado de militantes e simpatizantes, pude ouvir brevemente, em uma conversa de um grupo de jovens: “Quem usa machimbombo hoje deve estar tramado. Estão todos aqui, não deixaram nenhum em circulação para as pessoas na cidade...”. Não ouvi o desfecho do assunto, uma vez que, caminhando em sentido contrário a esse grupo, me aproximava do turbilhão da multidão posicionada em torno do palco onde tomaria lugar o showmício. Enquanto isso, via chegarem incessantemente machimbombos públicos de diferentes municípios da área metropolitana e também de outras instituições, transportando militantes vestidos rigorosamente com as cores do partido, com camisetas ostentando seu candidato.

Embora o partido exista e desempenhe actividades quotidianas de acordo com sua agenda e que contaminam de certa forma o cidadão comum, em momento eleitoral opera-se uma turbinagem pela qual ele insufla-se, estrutural, performática e ostensivamente, para que sua aparição e presença pública não só sejam fortemente sentidas, como também incorporem o maior número possível de pessoas, o que é essencial pela quantidade de votos que isso representa e pela demonstração pública de força.

Apesar da garantia da vitória eleitoral pelo controlo total da máquina político-administrativa, a Frelimo, mais do que impedir a oposição de chegar ao poder, também tem a preocupação de se fazer confundir com o resto da sociedade, tal como acontece em outros contextos (PALMEIRA e HEREDIA, 2006). É essa demonstração pública de força e poder, essa ambição de tornar a sociedade um reflexo ou extensão de si (a “Onda Vermelha”), que se manifestam por meio das pomposas caravanas com inúmeras viaturas luxuosas, dos machimbombos da rede pública de transporte de passageiros, das bandeiras ornamentando as ruas, das roupas e dos brindes distribuídos aos milhares para a multidão mobilizada aos eventos dessa força política.



Fig. 10 – Perfilados na cidadela da Matola, autocarros das empresas municipais de transporte de passageiros da região metropolitana de Maputo, a serviço da campanha da Frelimo em 2019.
Foto: Acervo pessoal



Fig. 11 – Militantes descem dos machimbombos e dirigem-se ao palco do showmício de encerramento da “Onda Vermelha” da Frelimo em 2019.
Foto: Acervo pessoal

Enquanto percorria pela terra vermelha, sob o sol escaldante, a longa distância que separava os estacionamento do centro do evento, observei que cada um dos diferentes grupos de militantes que desciam dos autocarros em direção à estrutura do palco, ainda que vestindo camisetas vermelhas, amarelas, brancas ou verdes – cores do partido –, empunhava uma enorme placa indicando o distrito municipal de sua proveniência. Toda a província de Maputo estava representada: Manhica, Marracuene, Belavista, Katembe, Moamba etc., conforme se lia nas faixas dos grupos, que, aos cânticos, se misturavam e celebravam como se se tratasse de uma claque de futebol festejando a conquista de um título.



Fig. 12 – A frota do MetroBus também foi mobilizada para a “Onda Vermelha” transportando a militância do partido Frelimo em 2019.
Foto: Acervo pessoal

Mais perto do recinto, vi a empolgação da multidão que se divertia com a animação cultural comandada por Gilberto Mendes, renomado actor e apresentador televisivo de conhecida ligação com o partido. Os boatos correndo naquele espaço o apontavam como futuro ministro da

Cultura no próximo governo de Nyusi⁴⁷. Enquanto todos aguardavam pela chegada do candidato presidencial, entre “Vivas a Frelimo” e outras mensagens do partido que eram recebidas com respostas em coro pelo público, Mendes coordenava as apresentações dos DJ’s, artistas musicais e grupos de dança que eletrizavam a animada plateia.



Fig. 13 – Comitiva da Manhica no showmício da “Onda Vermelha” em 2019.
Foto: Acervo pessoal

A multidão se acotovelava, quer animada pela música, quer correndo para receber alguns brindes distribuídos pela organização, mesmo que fossem bonés e camisetas que já tivessem. De minha parte, procurava posicionar-me em um lugar que me permitisse boa visibilidade ao palco e escrevia ao interlocutor com quem marcara um encontro previamente. Eugénio⁴⁸, funcionário de uma agência publicitária, pertencia à equipa que cuidava da imagem da Frelimo,

⁴⁷ Gilberto Mendes, após a eleição, acabou de facto integrando o governo de Nyusi, porém, como secretário de Estado para a área desportiva

⁴⁸ Nome fictício.

tendo por diversos momentos acompanhado a comitiva do candidato Felipe Nyusi ao longo da campanha pelo país.

Meu interlocutor coordenava, naquele exacto momento, uma equipa que recolhia depoimentos entre militantes e a alta hierarquia do partido. Portanto, ele tinha acesso a todos os espaços, incluindo a tribuna presidencial. Os conteúdos produzidos eram imediatamente enviados à televisão pública, que os difundia em rede nacional. A eficácia do processo devia-se ao considerável número de profissionais de comunicação, entre jornalistas, operadores de drones, câmaras de filmar e técnicos de pós-produção, que trabalhavam na edição dos vídeos, imediatamente entregues aos motoboys que efectuavam a entrega.

Acompanhei de perto as gravações dirigidas pelo meu interlocutor, o qual basicamente procurava recolher depoimentos efusivos, instruindo seus entrevistados, antes de ligar a câmara, a falarem de forma eufórica, declarando confiança na Frelimo e em seu candidato, e a citarem exemplos de como a governação desse partido tem historicamente impactado no desenvolvimento do país. O cinegrafista, por sua vez, procurava posicionar os entrevistados de forma a capturar, no fundo, a multidão da “Onda Vermelha”. Eram imagens que projectavam um Moçambique vermelho, portanto da Frelimo, no qual seu povo se mostrava sorridente, satisfeito, confiante e reconhecedor do empenho dessa força política na condução do país desde 1975. Uma produção audiovisual feita de maneira minuciosa por profissionais da comunicação e propaganda da internacionalmente multipremiada agência publicitária do país, cujo impacto mediático fora inigualável.

No contacto que tenho mantido com o meu interlocutor desde o início da pesquisa, há cinco anos, fui ficando a par de determinadas informações vitais sobre determinados aspectos pertinentes à vida política moçambicana. Através de conversas por aplicativos de mensagens, ele já me havia revelado, entre outras coisas, que o ministro

da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, responsável pela estratégia de campanha, já em março de 2018 frequentava quotidianamente a sede da Agência Golo de publicidade, onde discutia, com uma selecta equipa de criativos, a concepção imagética e a estratégia de marketing do que seria a campanha eleitoral de outubro de 2019.

Isso revela que, apesar de dominar os meios de comunicação, as instituições de organização eleitoral (IOE), a Polícia e o Judiciário – garantes de suas vitórias eleitorais –, a Frelimo também atribuiu importância à força do marketing no processo eleitoral. Mais ainda, demonstra a capacidade, em meios materiais, de iniciar um investimento permanente e contínuo de concepção de estratégia de publicidade com instituição especializada, com uma antecipação de quase dois anos, o que exige desembolso de elevadas somas; um investimento inviável para os demais partidos. Esse aparato levou Alex Vines, em sua reflexão sobre o processo eleitoral, a assinalar a grande discrepância de meios entre o partido governamental e a oposição. O autor concluiu que a Frelimo fez uma campanha industrial, e a Renamo, uma campanha artesanal (VINES, 2020).

O enorme investimento da Frelimo na propaganda, posto anteriormente como sendo de “grande hiato” ou então designado “industrial” (VINES, 2020), também foi assim percebido por parte dos profissionais da comunicação. Entre uma pausa na recolha dos seus depoimentos, Eugénio relatou-me o seguinte:

Esta foi a campanha mais orgânica de todas. Tudo foi diferente das demais. Desta vez, o candidato da Frelimo não veio sequer uma única vez aos nossos escritórios, apenas Celso Correia vinha coordenar connosco. Desta vez, eles (o partido Frelimo) nos deram total liberdade de criar. A ordem era “conceber um produto de qualidade para atrair a atenção das massas”. A principal exigência da parte deles era que fosse algo muito [cool] e de qualidade. Se prestares atenção às filmagens ou spots veiculados, verás que é tudo bem bonito e bastante colorido, tipo um videoclip musical do

showbiz. São imagens tecnicamente trabalhadas e, inclusive há aparições em “Slow Motion” do presidente.

Nas eleições anteriores de 2014, o próprio presidente aparecia semanalmente na sede da agência para gravar os discursos; desta vez, não... nos deram tudo para fazer de forma livre. Foi mais bem organizado, e eles se preocuparam com a importância da imagem. Contrariamente às outras vezes, todos os colegas que cobriam a comitiva presidencial foram bem tratados e não perdiam lugar no helicóptero... outras vezes, vínhamos por último e, em caso de pouco espaço na aeronave, éramos os primeiros sacrificados. Agora a atenção foi especial. Do ponto de vista da nossa agência, “foi a campanha mais orgânica, mais bem organizada e mais cara”. (Eugénio, publicitário, 42 anos, 12 de outubro de 2019)

A pouca importância atribuída por esse partido à produção propagandística nas eleições anteriores, como referido pelo meu interlocutor, deve-se a uma perspectiva, consolidada dentro do partido, de que a vitória eleitoral é garantida com o controlo do aparato organizacional do processo, desprezando-se, desse modo, a comunicação de (e com as) massas. Tal postura assenta-se na génese da introdução da democracia no país, como nota a pesquisadora Anna Gentili:

[...] those involved in the peace process were fixated on negotiating an accord between Frelimo and Renamo and left out all other political groups; thus, the entire exercise postponed democratization to the next phase [...] democracy was introduced less to legitimize the government with the people as it was to legitimize it with the international community and to end the war. (GENTILI, 2019, apud MESSIANT, 1997; SUMICH, 2016).

Se os diferentes sectores da sociedade civil, e inclusive o povo moçambicano, foram desde o início excluídos do processo negocial da paz que instaurou a democracia no país, tal postura prevalece até a actualidade, uma vez que a Frelimo detém um domínio hegemónico de todas as esferas da sociedade, não se preocupando, desse modo, com o sistema de pesos e contrapesos e menos ainda com a legitimação popular. Como abordado no capítulo primeiro, o povo é estrategicamente

mantido controlado, subordinado e refém de sua relação com o partido no que concerne aos ganhos da distribuição da riqueza e a outros privilégios locais.

De outro modo, a capacidade de mobilização, aliança e protesto de sectores populares estaria minada por esse controlo ou então seria violentamente reprimida pela máquina policial. Esses e mais factores têm contribuído para que essa força política faça as suas campanhas eleitorais de forma amadora e sem grande preocupação com propaganda, já que, seja como for, seus actos têm conseguido maior visibilidade do que a oposição.

Não obstante, o que se depreende das declarações do meu interlocutor é que se a direcção do partido, nas eleições anteriores, não dedicava especial atenção ao trabalho propagandístico, o peculiar contexto⁴⁹ das eleições de 2018 e 2019 forçou uma mudança de abordagem do partido. A Frelimo via-se realmente ameaçada e estava internamente descredibilizada devido aos escândalos das “dívidas ocultas”, cujas investigações e denúncias na imprensa davam conta do envolvimento de dirigentes dos mais elevados escalões do Estado, bem como de repasses de consideráveis somas para o financiamento das actividades partidárias. Aliado a isto, estão os bloqueios de empréstimos e suspensão de cooperação pelos parceiros internacionais cujos financiamentos possibilitavam a execução de diferentes projectos pelo país. Assim, verificou-se um aumento do desemprego, da inflação, da miséria e por conseguinte, do descontentamento popular que, nos diferentes espaços de interação e debate público era endereçado à Frelimo e seus dirigentes.

⁴⁹ Em 2018 o país se encontrava fustigado pela crise económica agudizada pelos bloqueios do FMI ao financiamento do país, em virtude do escândalo das “dívidas ocultas” ilegalmente feitas por membros do governo e que jogaram o país em uma situação de inadimplência com bancos internacionais.

Desse modo, esa força política passou a investir fortemente na produção de conteúdos propagandísticos eleitorais que atraíssem diferentes camadas populacionais e, principalmente, a juventude que constitui a maioria do eleitorado. O aceno à juventude por esse partido marcadamente dominado por uma gerontocracia foi iniciado por Armando Guebuza, em sua gestão de 2005 a 2015, que integrou um pequeno grupo de jovens dirigentes nos seus governos. De sua parte, em seu primeiro mandato, Nyusi ampliou a presença de jovens em pastas ministeriais e efectuou grande apelo a esse público durante as eleições subsequentes. A campanha eleitoral de 2019 foi recheada de animação artística com jovens músicos (Lizha James, Mr. Bow, entre outros), e o presidente da República adotou um discurso acompanhado de uma postura cool, como referido no relato do meu interlocutor. Na cidadela da Matola, tal como em seus discursos feitos em outros lugares, Nyusi empregava uma linguagem familiar ao público jovem, como será demonstrado mais adiante.

O grande investimento na captura da atenção e simpatia da juventude, deve-se ao facto de esta, constituindo a maioria populacional e também dos eleitores, ser actualmente o alvo da política por excelência. A emergência de uma nova geração localmente empoderada e relativamente mais informada, escolarizada, rebelde e sobretudo uma geração que não vivenciou o período colonial, que não concebe a Frelimo como heróico partido libertador; portanto, uma juventude posicionada fora da esfera da influência histórica que esse partido exerce sobre as gerações anteriores, vai fazer com que a grande política a eleja como seu grande interlocutor; a juventude assume o protagonismo político; ela tem papel fundamental e, é jogador de destaque; um importante actor político.

Continuando, aproveitei-me do livre-trânsito do meu interlocutor para estabelecer contacto, circular e dialogar com os militantes ali

presentes. Dado que naquela data celebrava-se o Dia do Professor, decorriam festividades em uma escola ali em frente, da qual a organização do showmício presidencial se servia para questões logísticas. Uma vez que os convivas também vestiam camisetas, bonés, capulanas e demais adereços da Frelimo, não era perceptível se tratar de um evento exclusivo. Lá dentro, homens e mulheres – que posteriormente constatei serem da comunidade escolar (professores, directores, funcionários etc.) – em ritmo completamente diferente ao da animação da campanha, comiam, bebiam, dançavam e conversavam alheios aos acontecimentos no exterior da escola. Uma vez que Eugénio efectuava suas filmagens no interior da escola, aproveitei para conversar com alguns professores. Eles, que antes mostraram resistência, só acederam após lhes assegurar que a conversa decorreria sem filmagens.

Contrariamente ao que seria de imaginar pela entrada e saída de membros e organizadores do showmício, o acesso ao recinto escolar era reservado à comunidade escolar e aos organizadores do evento político. Apesar das vestimentas partidárias, alguns professores que dançavam e cantavam ao som de um pequeno aparelho sonoro não partilhavam do entusiasmo da militância que assistia ao evento eleitoral, como se pode constatar pela declaração abaixo:

Não esperávamos que o Dia do Professor calhasse com o fim da campanha, e nem podíamos imaginar que a Frelimo realizasse o encerramento justamente aqui. Isso acabou por nos retirar toda privacidade do convívio. O ambiente entre os colegas é bom, mas não dá para ficar à vontade, conversar e se divertir tranquilamente com tanta gente a entrar e sair da escola. Pior porque nunca sabemos de quem se trata, então estamos acanhados (Anónimo, outubro de 2019).

Incomodada também com a presença de estranhos no recinto escolar, outra professora acrescentou:

Temos feito as celebrações em bom ambiente aqui na escola, este ano não está a ser a mesma coisa [...]. Invadiram-nos o espaço e nem sequer vão pagar qualquer tostão pelo uso das instalações escolares. A conta da água e energia eléctrica ficará para o fundo escolar. Mas eles falaram com o director, ele é que tratou disso, a nós apenas nos deram essas camisetas e nos obrigaram a vestir como se estivéssemos na campanha ou como se fôssemos todos membros. É muito desrespeito e humilhação que o professor sofre neste país. Nenhum outro partido teria acesso à escola para realizar seus eventos ou obrigar os professores a vestir suas camisetas. Ora, são descontos nos nossos salários para a Frelimo, são reuniões em horário de trabalho, salas de aula com turmas lotadas, faltam giz e carteiras, casas-de-banho precárias, enfim... uma série de coisas. Estamos abandonados, só se lembram de nós na hora de política. (Anónima, outubro de 2019).

As reclamações dos professores, para além da perda de privacidade em sua festa, são questões comumente presentes nos diálogos sobre o sector no país: as péssimas condições de trabalho. A estas se somam sobrecarga do horário e excessivo número de alunos nas salas, e a baixíssimos salários, sobre os quais incidem coercivas cobranças debitadas directamente para o financiamento de actividades políticas do partido Frelimo, tais como congressos, campanhas eleitorais, recepção e acomodação de comitivas partidárias em visita a determinadas localidades ou distritos. Merece também atenção a constatação do livre acesso às instalações escolares pela Frelimo, situação que não seria concedida a nenhum outro partido, o que demonstra o domínio hegemónico da força governamental no aparato estatal e também sobre os indivíduos, ao obrigar os professores a envergar suas roupas de propaganda eleitoral.

Seguindo o publicitário em suas filmagens, saímos do recinto escolar e nos dirigimos a uma área reservada aos observadores internacionais e à imprensa, onde só conseguimos adentrar depois que meu interlocutor exibiu seu credenciamento aos dois agentes de segurança pública que controlavam o acesso. De facto, foi notório em

toda campanha que homens da Polícia da República de Moçambique (PRM) efectuavam escolta e segurança da comitiva frelimista.

Esse foi outro factor preponderante e ilustrativo da assimetria entre essa força política e as demais, cuja garantia de segurança em seus eventos ficava sob responsabilidade de seus próprios membros, ou de agentes privados, facto que raramente ocorria em virtude da onerosidade das somas envolvidas. A presença ostensiva de elementos da polícia em eventos e instituições do partido Frelimo, isto é, agentes do Estado prestando serviços de segurança a particulares, reflecte a apropriação e o uso dos meios estatais para benefício partidário, mais um nítido exemplo de negação da ideia de separação entre partido e Estado.

Ao entrar naquele espaço, com isolamento improvisado com uma cerca de grade, cones e fitas de trânsito, deparei-me com homens e mulheres de diferentes cores, conversando em diferentes línguas ocidentais ou absortos lendo ou digitando em seus computadores e tablets, ou então tomando notas em pequenos blocos de nota em papel. Aproximei-me de um grupo composto por três homens e uma mulher, cujos crachás os identificavam como membros da Missão de Observação Eleitoral da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Apresentei-me como estudante realizando pesquisa para tese de doutoramento e, inclusive, exibi a declaração passada pelo meu departamento na Universidade de São Paulo. Embora nenhum dos quatro falasse português, entusiasmaram-se e pediram mais explicações sobre o conteúdo da declaração e também da minha pesquisa.

Explanei-lhes meus interesses de pesquisa e pedi que me dessem suas impressões sobre a observação do processo eleitoral no país. Nisso, o mais jovem do grupo pediu para ver minha credencial, ao que respondi não possuir, ao mesmo tempo que repetia meu pedido. Seguiu-se um momento de titubeação entre eles enquanto se olhavam, como que

aguardando que um deles tomasse a iniciativa de responder. A mulher, em um inglês com carregado sotaque zulu, disse:

I am not in the position of giving you an holistic view of the process. I was working in Quelimane and I just arrived yesterday to Maputo. It would be better for you reaching to our coordinator. He has assembled a wide-ranging of information from different sources and he's in condition of giving you all you need... (Observadora eleitoral, outubro de 2019)

Tentei argumentar que não era a posição oficial da coordenação da Missão de Observação Eleitoral que me interessava, mas, sim, as impressões individuais dela, de acordo com o que tinha visto e vivido no centro do país e também na capital durante a sua estadia. Hesitante, ela preparava-se para responder-me quando interveio outro dos homens ali presentes, dizendo:

We are not allowed to talk to the press. We recommend you going to Hotel Gloria, headquarter of our electoral mission. There you will be provided with all the information including relevant data by our leadership. We also have daily briefs where the press is informed on the ongoing electoral campaign and also the casualties from the confrontation between party members that has been taking place around the country (Observadora eleitoral, outubro de 2019)

Tentei esclarecer que eu não pertencia à imprensa e que também estava ciente dos briefings diários da Missão de Observação Eleitoral no Hotel Glória, mas que, naquele momento, meu foco eram as impressões individuais, parciais ou até confusas e incompletas, colhidas junto a cada um no terreno, e não os dados holísticos apresentados com coerência pelos chefes coordenadores da missão observatória. Assegurei ainda que falariam na condição de anonimato; mesmo assim, não consegui demovê-los de sua posição, que passou a ser defendida pelos quatro.

Inclusive me disseram que aquela não era a melhor maneira de recolher os dados para a minha pesquisa, pois, de acordo com um deles, eu deveria trabalhar com dados oficiais. A troca de argumentos ainda levou alguns minutos até eu me render e agradecer pelo tempo deles. Então me afastei.

Perto dali, outro grupo de três homens, envergando coletes com a inscrição “IMPrensa”, cada um com sua garrafa de água, comentava sobre o insuportável calor e a quantidade de público presente no evento. Fui por eles recebido de forma simpática quando os abordei, apresentando-me e explicando-lhes a origem e o interesse do meu trabalho. Um fotojornalista e um repórter deram-me seus cartões-de-visita, dizendo que teriam todo gosto em conversar comigo nos próximos dias. Naquele momento, preparavam-se para subir à tribuna e realizar uma reportagem com a alta hierarquia do partido, que aguardava a chegada do candidato Felipe Nyusi.

Fiquei então a conversar com o terceiro do grupo, um homem branco de estatura média, fluente em português e com forte sotaque anglófono. Afirmou já haver participado de diferentes missões de observação eleitoral em África e que estaria no país ainda por mais uma semana, podendo nós tomar umas “2M⁵⁰ bem geladas” e conversar de forma mais aprofundada, caso as nossas agendas o permitissem. De todo modo, fez-me o breve resumo que se segue:

Já estive em diferentes missões da Comissão Europeia observando processos eleitorais em África. O que chama atenção é sempre o domínio dos partidos libertadores do colonialismo, aqueles cujos presidentes estão no poder há muitos anos e detêm o monopólio do poder e da máquina estatal. Em Moçambique, há

⁵⁰ 2M é a marca da internacionalmente multipremiada cerveja moçambicana, em geral muito bem recebida pelos estrangeiros que visitam o país. No Brasil, em diferentes momentos, brasileiros ou indivíduos de outras origens que já estiveram em Moçambique, ao me abordarem, usam-na como uma das principais referências ou tópicos de conversa.

a particularidade de um domínio geral, em todas as regiões do país a Frelimo manda. Claro que tem uma pequena presença da oposição mais ao centro, mas Dhlakama foi se enfraquecendo com o tempo. O que se observa com tristeza é que paulatinamente as eleições estão a ficar mais violentas, o partido do governo (a Frelimo) está a deixar que se torne normal a violência praticada por seus militantes, uma violência recorrente, gratuita e, muitas vezes, sob beneplácito da polícia. Agora, além de vandalizar sedes da oposição, queimar seu material, atacar suas comitativas, passamos a observar assassinatos de activistas que já vinham sofrendo perseguições. O quadro não é nada animador, há muita impunidade e muita tolerância aos praticantes desses actos. E a experiência nos outros lugares mostra que isso vai desaguar em revoltas, confrontos generalizados onde autoridades perdem controlo da ordem pública, deteriorando-se em guerras.

Outra observação pertinente é a visível diferença de meios. É a terceira vez que observo eleições em Moçambique, há um reconhecido desequilíbrio entre os partidos, mas desta vez a diferença é gigantesca... “It’s a horse racing with small dogs”. O custo das campanhas eleitorais em Moçambique costuma estar nos mais baixos do continente. O que se vê agora é que há muito dinheiro investido, claro, os interesses também são outros... todos os lugares estão pintados de vermelho da Frelimo, os outros partidos nem se fazem sentir, não conseguem concorrer... (Observador eleitoral, outubro de 2019).

Fomos interrompidos por uma movimentação dos presentes. A chegada de Felipe Nyusi era iminente, pelo que se dizia, e com isso, jornalistas e observadores procuravam se posicionar da melhor forma para testemunhar o momento. Ainda trocamos algumas palavras e depois me despedi desse interlocutor com a promessa de nos encontrarmos posteriormente para conversar saboreando a cerveja local, o que de facto aconteceu.

Na saída apressada da área reservada à imprensa e a observadores, não consegui ver o principal interlocutor e também “guia de campo” naquele espaço. Nesse instante, uma grande movimentação da multidão levantava poeira da areia vermelha, do lado esquerdo do palco que aguardava o candidato. Curioso, também me aproximei. Mas, por falta de qualquer perímetro de segurança, conclui que não se tratava da chegada

do candidato presidencial, e sim de distribuição de brindes de campanha. Três homens ofereciam camisetas, bonés e folhetos do manifesto eleitoral. Este último despertava pouco interesse da multidão, que quase sufocava os dois primeiros para pegar essas peças de vestuário, as quais a maioria já possuía e, inclusive, vestia naquele exacto momento.

Aproveitei a oportunidade e peguei o manifesto eleitoral, juntamente com outros folhetos propagandísticos, enquanto observava aquela cena que se repete em todas as eleições, ou sempre que caravanas partidárias saem às ruas e entram em contacto com o eleitorado. As aglomerações formam-se rapidamente em torno da distribuição dos brindes. Camisetas e capulanas são os itens mais procurados pela multidão. Mesmo os que já envergavam tais peças de vestuário queriam mais. Um homem que tentava pegar esses brindes de vestuário disse-me não ser militante da Frelimo, que fora ao local porque era dia de folga no trabalho e então queria ver os políticos e os artistas. Ao perguntar-lhe por que queria ganhar a camiseta, respondeu: “Se estão a distribuir, por que não levar? Quero a camiseta para mim, não tem nada a ver com voto, isso vou pensar depois”.

Como entender esse desejo ávido de ofertas e, principalmente por camisetas, lenços, capulanas e bonés de campanha em período eleitoral? Quer no caso dos comerciantes da praça dos Combatentes, quer na repentina aglomeração no calor da cidadela da Matola, atentando aos discursos dos meus interlocutores, evidencia-se que o desejo por esses itens não se relaciona com uma vontade de demonstração pública de pertença ou adesão a um determinado partido.

Aceitar ou procurar ganhar uma camiseta, vesti-la no quotidiano, não significa, nesse contexto, uma declaração de voto. Ademais, os eleitores, contrariamente à lógica de competição política, não concebem os partidos como sendo pontas extremas e excludentes, em que a aceitação da camiseta e demais ofertas de um partido implicam a

exclusão ou a negação dos brindes oferecidos pelos demais. Pelo contrário, o que vemos é que os eleitores em Moçambique, em sua maioria, procuraram juntar maior número de itens oferecidos em campanha, independentemente dos partidos. Estes, por sua vez, também já perceberam que no acto de aceitação pelo eleitor em envergar camiseta com seu símbolo e seus candidatos estampados não há nenhuma conversão, compromisso ou adesão eleitoral. Tal facto não descarta, evidentemente, encenação entre as partes no momento da interação, quando o militante que oferece o brinde pede o voto e o eleitor promete que o dará.

Para as comitativas partidárias, distribuir camisetas e outros itens faz parte da performance eleitoral, transitória, circunscrita à véspera da eleição. Para o grande público que os recebe, é mais do que isso. Não obstante a ligação, a simpatia ou a identificação com o candidato ou o partido estampado, essas peças são incorporadas à indumentária quotidiana. Subvertendo sua função propagandística eleitoral, passam a integrar as vestes do dia-a-dia ao longo do tempo, isto é, fora do período eleitoral, em diferentes actividades: no lazer, no trabalho, nos afazeres domésticos, em festas familiares ou até em funerais⁵¹. Casos há em que, cinco anos depois, na eleição seguinte, eleitores são vistos vestindo roupas com estampas do candidato anterior, embora, em vários casos, essas peças apresentem-se já velhas e aos farrapos. Portanto, além de tais roupas não serem descartadas logo após a eleição, são envergadas regularmente, não importando o resultado obtido pelo candidato ou partido estampado.

Em outra abordagem, Daniel Miller sugere que a ciência do social deve se dedicar a entender como as coisas se conectam hoje. Em vez de

⁵¹ Vi no cemitério de Lhangaguene, em 2019, uma mulher de meia-idade com capulana da campanha de Armando Guebuza para as eleições de 2009. Em outro evento social, cruzei-me com um homem que trazia a camiseta de Dhlakama, portanto, também de uma eleição anterior.

procurarmos um significado que se encontre em um nível profundo⁵², devemos buscar o significado das roupas mais superficialmente. Numa metáfora: todos nós somos cebolas, quando as nossas camadas são descascadas, descobrimos que não resta absolutamente nada (MILLER, 2013).

Essa conexão pode ser encontrada a partir de um olhar contextual. A história recente de Moçambique é marcada por guerras e calamidades naturais, tais como seca e cheias cíclicas, que deixam milhares desabrigados, forçando-os a abandonar suas terras em busca de refúgio. O cenário de devastação e miséria fica sob a atenção da comunidade internacional e de organizações humanitárias, que passam a realizar diferentes missões de ajuda, fazendo chegar donativos às populações afectadas.

Com relativa frequência, essas populações passam a receber assistência em lonas, tendas, cobertores, roupas e calçados de segunda mão, além de alimentos etc. Tais donativos recebidos das missões humanitárias por essas populações que se encontram em situação de calamidade, de tão impactantes em suas vidas, fazem com que elas se apropriem e integrem o termo “calamidade” a seu léxico, para designar vestuário de segunda mão vendido a preços baixos, em fardos, no comércio popular: *xicalamidade*.

A dinâmica de formar grandes filas para recebê-los em helicópteros, tractores, camiões etc., geralmente com a presença de autoridades governamentais – portanto, políticos ligados à Frelimo –, pode ter cristalizado na memória social uma ideia de que o deslocamento

⁵² No estudo da cultura material, diferentes abordagens, oferecem leituras sobre o estudo e compreensão do valor das coisas. A semiótica (DOUGLAS, 1994; SAHLINS, 2004), prioriza um olhar sobre o papel dos objectos como símbolos e signos que nos representam. Portanto, de acordo com esta perspectiva, haveria um significado profundo a ser desvendado intrínseco às camisetas de campanha para os eleitores moçambicanos, o que não é sugerido pelos meus interlocutores nas suas ações de procura por tais roupas.

das autoridades políticas de alto escalão às comunidades e seu contacto com as massas sejam um momento de dádiva. Um momento no qual o povo recebe não só de quem detém poder, mas também de quem usufrui visivelmente (helicópteros, camiões) de uma vida muito acima da realidade popular.

Essa ideia pode ser reificada pelo aparato automobilístico das caravanas eleitorais, que têm frotas de carros 4 x 4, vistos como símbolos de riqueza, e transportam dirigentes políticos que, no lugar dos donativos que aliviarão a situação penosa das populações, apenas têm a oferecer camisetas e capulanas partidárias. Do ponto de vista das populações, essas peças podem cumprir um papel útil (já que as usam no quotidiano) de aliviar os custos com a indumentária. Assim, sempre que podem, pegam o maior número desses itens. Portanto, essas camisetas e capulanas não são para tais populações uma representação, um signo semiótico ou um símbolo. Têm uma utilidade prática no dia-a-dia. Esses eventos são também úteis para as populações, uma vez que proporcionam oportunidades de obter pequenos trabalhos remunerados.

2.5. “A vitória é certa”

Retomei então contacto com meu interlocutor publicitário, Eugénio, que me permitiu outro acesso a uma área especial, rente ao palco, reservada aos fotógrafos e operadores de câmara, no meio da multidão, com vista privilegiada a toda a estrutura montada. Embora distante, podia perceber todos os movimentos no palco e do candidato através das telas gigantes laterais, que transmitiam em tempo real.



Fig. 14 – Jovens mobilizadoras vestidas com capulanas, camisetas, lenços, bonés e laços da campanha do partido Frelimo no encerramento da “Onda Vermelha”.
Foto: Acervo pessoal

O mestre de cerimónia do evento, Gilberto Mendes, interrompeu a apresentação de um músico e pediu a atenção de todos para a chegada do candidato, “Sua Excelência, presidente Felipe Jacinto Nyusi”. Passou a tocar a música de campanha, “É contigo que dá certo”, enquanto a alta hierarquia do partido, toda vestida de vermelho, tomava seus lugares no palco. Uma figura vestida de camisa branca despontou ao fundo, encaminhando-se para frente do palco e sendo cumprimentada com apertos de mão pelos presentes. Era Nyusi, que foi recebido com ovação e gritos numa explosão da multidão, que era incentivada a continuar com os aplausos pelo mestre de cerimónia; uma apoteose que durou consideráveis minutos, pois acompanhava a música da campanha que era repetida continuamente.



Fig. 15 – Entrada de Felipe Nyusi no palco da “Onda Vermelha”. O candidato destaca-se no centro, de camisa branca.
Foto: Acervo pessoal

Em seguida, todas as grandes personalidades da Frelimo tomaram seus lugares nos assentos enfileirados no fundo do palco, enquanto o candidato presidencial se sentava em uma enorme cadeira, a si reservada, mais para o centro, destacando-se para o público pela pomposidade de sua cadeira e também por ser o único vestido com cor branca no palco da “Onda Vermelha”. Nisso, Gilberto Mendes, depois de gritos de ordem “Viva a Frelimo! Viva o camarada presidente Nyusi!” e elogios ao candidato presidencial, seguidos da resposta da multidão, “Vivaaa!”, e mais uma ovação, anunciou o arranque oficial do evento. Antes de o “presidente Nyusi” se dirigir ao público, porém, tínhamos um momento religioso para abençoar o evento.

Para a abertura, Gilberto Mendes anunciou o bispo José Guerra, chefe máximo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em

Moçambique e também da TV Miramar, filial local da emissora brasileira TV Record, acusada pela oposição de tentativa de influenciar as eleições ao veicular persistentemente, nesse período, reportagens prejudiciais à oposição, em especial a Renamo, como entrevistas de dissidentes da Junta Militar da Renamo. Bispo Guerra, com a habilidade comunicacional inerente à sua profissão, subiu ao palco e cumprimentou a multidão, “em nome de Deus todo-poderoso”. Afirmou estar feliz pelo grande momento e orgulhoso de poder abençoar aquele evento de seu “amigo pessoal Felipe Nyusi”. Em sua oração, o bispo pediu bênçãos a Deus para que Felipe Nyusi tivesse sabedoria ao dirigir o país em seu segundo mandato. Pediu ao povo que votasse em Nyusi no dia 15 de outubro, pelo brilhante futuro que esperava Moçambique. Por fim, terminou pedindo uma “salva de palmas em nome de Jesus”.

Em seguida veio o Sheik Aminudin Muhamad, mediática figura, presidente do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), que em sua oração pediu paz e eleições tranquilas. “Que Allah conceda segurança e que todos os moçambicanos fiquem satisfeitos e respeitem o resultado das eleições.” Pediu ainda que “Allah ajude a todos que gostam deste país e frustrar os que têm maus planos para esta nação”. Prosperidade social, económica e também bênçãos a Nyusi: “Que vença as eleições que se seguem e que dirija a nação de boa forma”. Por duas vezes, o Sheik Aminudin pediu em suas preces que Nyusi saísse vencedor das eleições.

Foi sucedido pelo padre Alberto Maquia em representação da Igreja católica. De todos, mostrou-se o mais sucinto, rezando acompanhado pela multidão o “Pai-Nosso”, pedindo dos eleitores voto consciente, responsável, livre e justo. Das autoridades, pediu serenidade e um processo ordeiro e pacífico. Foi o único dos religiosos que não pediu bênçãos e vitória para o candidato Nyusi.



Fig. 16 – Nyusi em sua pomposa cadeira retribuindo as ovações do público.
Foto: Facebook Frelimo

Por último, subiu ao palco o apóstolo Matlhombe, líder da Igreja Doze Apóstolos. Em contraste com os religiosos que o antecederam, o apóstolo Matlhombe fez a sua oração em shangana, língua predominante no sul do país. Ele recebeu grande ovação da multidão, que entendia todas as palavras e também se sentia identificada com ele, algo perceptível nas respostas que ela dava na interação feita pelo apóstolo ao longo da oração. Aprofundando a sua distinção dos oradores precedentes, essa liderança exibiu seu carisma pedindo que Felipe Nyusi se levantasse da sua cadeira para “orar ao grande Deus”. Nesse gesto, o candidato foi seguido por toda a cúpula da Frelimo na tribuna. Em sua oração, o apóstolo Matlhombe pediu bênçãos e um futuro brilhante para o país, sem mencionar nem pedir verbalmente a vitória da Frelimo e de Nyusi. Terminada a oração, aproximou-se do candidato, estendeu-lhe a mão, sussurrou-lhe algumas palavras fora do alcance do microfone e foi

ovacionado pela multidão para qual fazia vénia e acenava enquanto se retirava.



Fig. 17 – Nyusi interage com a multidão em sua entrada triunfal ao palco.
Foto: Facebook Frelimo

Antes de abordar a interação de Nyusi com a multidão presente, urge apontar que a presença de representantes religiosos nesse evento desagradou a sectores da sociedade civil e, principalmente, partidos da oposição. Sendo encerramento da campanha eleitoral, as reações apareceram junto à análise dos resultados eleitorais, com questionamentos de certos sectores da imprensa independente, como o editor do semanário *Savana*, que afirmou:

É extremamente embaraçoso que lideranças religiosas apareçam na tribuna eleitoral de um partido, principalmente quando se trata do partido governamental... pedir que Deus abençoe Nyusi para ganhar as eleições? Ele não precisa de nada disso, tem a máquina estatal a seu dispor. É chocante porque vemos sempre essas lideranças a reclamar da deterioração das condições de vida,

da miséria que assola nosso povo enquanto um grupo vai enriquecendo... não entendo como depois de passar anos a criticar a governação da Frelimo, aparecem com esses pedidos de voto e sabedoria... (Edson Carmona, Maputo, 15 de novembro de 2019)



Fig. 18 – Sob sol escaldante, multidão da “Onda Vermelha” empolga-se com o candidato Nyusi.
Foto: Acervo pessoal

Edson Cortês, pesquisador do Centro de Integridade Pública (CIP), em um seminário de análise do que foi o processo eleitoral de 2019, apontou a relação entre a Frelimo e igrejas, e expressou assim a sua revolta:

As igrejas e o partido no poder vivem uma relação conturbada, não se suportam, mas precisam conviver, e parece que agora arranjam uma forma de acertar esse entendimento, vão fechar os olhos para o que o outro faz. Há muito dinheiro a circular dentro das Igrejas, não sabemos como o Estado fiscaliza isso. Por outro

lado, acho desrespeitoso para os crentes independentes, da Renamo, do MDM, da Nova Democracia etc., como vão se sentir lá dentro se seus líderes religiosos fazem campanha para a Frelimo? Isso é muito perigoso, não vamos misturar política e religião. (Edson Cortez, Maputo, 6 de dezembro de 2019)

Para a uma consternada militante do partido ND, também é preocupante a aproximação entre a Frelimo e as Igrejas:

Também foi equivocado e inacreditável ver líderes religiosos na campanha eleitoral do partido Frelimo. Há uma relação promíscua e vergonhosa entre a Frelimo e as Igrejas, coisa muito atroz, isso me dói muito, sou crente e espero que Deus esteja vendo isso que acontece aqui em Moçambique. Até a Igreja católica se deixou usar, não consigo ainda entender. As outras Igrejas têm seus negócios com a Frelimo, mas a Igreja católica também participar disso, é estranho, espero que o Vaticano venha nos explicar o que está a acontecer (Membro da ND, novembro de 2019).

A Renamo, através do seu delegado de campanha, expressou-me de forma mais veemente a sua revolta, em virtude do que ela considera ataques para prejudicar a Renamo nas urnas, feitos pela TV Miramar, que explorou a dissidência de certos elementos, refugiados nas matas e envolvidos em ataques armados:

Não sei se a nível da sede da Igreja Universal no Brasil sabem o que este senhor, José Guerra, está a fazer em Moçambique. Houve uma altura em que o canal-satélite da rede Record, a TV Miramar, convidava apenas membros de um único partido aos seus debates políticos, uma única perspectiva num debate. Tive conhecimento de que o malogrado líder da Renamo, Afonso Dhlakama, teve de ligar para o bispo Edir Macedo, lhe explicou a situação aqui, e ele depois influenciou para que passasse a haver comentadores de outros partidos nos debates políticos daquele canal. Outra coisa que me inquieta é como esse senhor, o José Guerra, é capaz de ser homem de Deus de dia, e à noite ser homem do diabo? Repara que está a dar divulgação aos vídeos da Junta Militar, a dissidência armada dentro da Renamo, é o canal dirigido por ele; inclusive, houve uma altura em que a TV Miramar se deslocava sozinha pela mata para ir colher declarações desses dissidentes; depoimentos nocivos, de guerra, de promoção de desunião entre

o povo. Levavam isso e difundiam nos telejornais. Curiosamente, algum tempo depois, vimos esses militares aparecendo com fardamentos e botas novas, material novo que não foi dado pelo partido ao qual pertencem, e sua direção nem tinha conhecimento da proveniência desse material... essa relação de promiscuidade é extensiva também aos líderes da medicina tradicional, a AMETRAMO, não se consegue perceber... então às vezes nós pensamos que seja a Igreja Universal, mas não, é o papel desse senhor Guerra nessa coisa toda que deve ser estudado. Não sabemos o que ele é, se é líder religioso, se é político, mas sei que ele é um dos promotores de conflitos. Inclusive o partido no poder vai para aquela Igreja (Universal) fazer campanha. Como se explica que um líder, representante da Igreja Universal do Brasil, esteja numa campanha de um partido e peça votos para seu candidato? Chama-o de amigo? Ora, ele nem devia estar lá presente, não há separação entre a coisa da Igreja e da política? Isso nos preocupa, o que acontece no país com a Igreja Universal e a Frelimo é preocupante. As outras Igrejas também não ficam de fora. Tem que se denunciar. É isso que promove também a concorrência desleal, por que é que a Igreja Universal não se aproxima e oferece sua plataforma de crenças para a Renamo, para o MDM? (Celso Nhantumbo, Maputo, 28 de outubro de 2019)

Assim, podemos perceber que diferentes sectores da sociedade civil e partidos políticos são unânimes na condenação da proximidade pública entre a Frelimo e as Igrejas, considerando-a promíscua, chocante e vergonhosa. Causa estranheza para esses sectores que as Igrejas se juntem ao partido Frelimo, uma vez que elas têm, em suas homilias e sermões, desferido incisivos ataques à classe governante, sobre as constantes ameaças do retorno à guerra armada no país e a respeito do aprofundamento da pobreza para a maioria da população, em oposição ao enriquecimento ostensivo das elites, uma minoria ligada à classe política.

Por outro lado, partilha-se de uma suspeita de actividades económicas ilícitas por parte das Igrejas, visibilizada pelo rápido crescimento do património delas e de suas lideranças, que exibem publicamente sinais exteriores de riqueza. Em um contexto social marcado por desigualdades, corrupção e pobreza agravada, uma vertiginosa ascensão económica é imediatamente notada pela população.

A velocidade de abertura, implantação e expansão das igrejas, acompanhada desse enriquecimento e sem que nunca haja deteção de ilegalidades pelas autoridades, gera enorme suspeita de pagamento de luvas ao partido Frelimo. Em outras palavras, há uma convicção de existência de operações criminosas praticadas pelas Igrejas sob beneplácito das autoridades governamentais, isto é, a Frelimo. Nesse caso, por exemplo, a IURD, comandando a TV Miramar, como uma das contrapartidas para continuar a operar os seus esquemas presumivelmente ilegais, se obrigaria a veicular notícias pouco abonatórias à oposição, a difamar e a deslegitimar as lideranças da Renamo perante o eleitorado, a recusar espaço de antena para a oposição na sua grelha jornalística.

É também notória a ideia de que as Igrejas transnacionais ou hegemónicas, como a IURD e a católica, tenham duas bases de comando, a central (Brasil e Vaticano, respetivamente) e a local, situada no país. De acordo com os meus interlocutores, existiriam parâmetros ideais emitidos pelo comando central, sendo que no nível local acontece um desvirtuamento de tais directrizes, o que gera a promiscuidade dessas Igrejas com o partido Frelimo. Portanto, de acordo com tal perspectiva, meus interlocutores fazem uma separação entre a IURD brasileira, a Igreja católica do Vaticano e as suas filiais em Moçambique. Sendo que as primeiras são vistas como bem-intencionadas e despidas de interesses escusos, pois sua missão e agenda independeriam da realidade social local. Por outro lado, as filiais nacionais são vistas como sendo contaminadas pela ambição de suas lideranças e também pelos interesses da Frelimo.

É justamente por isso que os partidos da oposição entendem que o Vaticano não está ao corrente da presença de um representante seu em actos de campanha para a Frelimo. E, justamente, esperam que essa instituição se explique sobre tal acto. Do mesmo modo, considera-se que

José Guerra, bispo da IURD no país, esteja aliado ao partido Frelimo e que também seja movido por suas ambições políticas ao detratar a Renamo na estação televisiva que dirige, acções que seriam levadas a cabo sem o conhecimento da hierarquia máxima na sede brasileira. Por isso são efectuadas ligações ao fundador da mesma, bispo Edir Macedo, reclamando do que acontece na estação da sua filial em Moçambique.

Chegada a sua vez de se dirigir ao público, Nyusi levantou-se e pôs-se no centro do palco carregando uma enorme bandeira vermelha na qual se lia em cor branca “A vitória é certa”, frase que foi por si repetida em diversos momentos de seu discurso. Após aplausos efusivos, acompanhados de apitos e vuvuzelas pela multidão que se empolgou enquanto ele ondulava a bandeira, um assistente de palco a tomou e a trocou pelo microfone. Já com o microfone na mão, o candidato agradeceu primeiro aos líderes religiosos pelas orações que, de acordo com ele, mostravam que estavam juntos e lutavam “pela paz e prosperidade do nosso país”.

Em seguida, dirigiu também palavras carinhosas às diferentes delegações, organizações sociais do partido e ao público ali presente: “quero agradecer a esta massa humana que veio e está aqui desde cedo, debaixo deste sol, o que mostra que Moçambique está Frelimo, nós somos Moçambique”. Um posicionamento que se insere na histórica ambição frelimista de se confundir e ser o “legítimo representante do povo moçambicano”, como apontado anteriormente.

Uma vez que durante a campanha uma das principais críticas da oposição e de certos sectores da sociedade civil era que, durante 44 anos de governação, a Frelimo não conseguira melhorar a vida dos moçambicanos – e que, portanto, era necessário efectuar alternância de poder de forma a dar espaço à juventude vigorosa e com outras ideias –, Nyusi começou por atacar essa perspectiva, citando o que considera os grandes feitos do partido ao longo da história e a sua experiência política

e administrativa. Atacou a oposição acusando-a de falta de legitimidade política; de ser destruidora do país (em alusão à guerra civil, argumento recorrentemente mobilizado pela Frelimo contra a Renamo); e também, sem citar, chamou os outros partidos de inexperientes e aventureiros, presumivelmente em referência ao MDM e à ND.

Após uma pausa para animação cultural, com os jovens badalados artistas Oliver Style, Marllen, Twenty Fingers e Anita Macuacua⁵³, que receberam calorosas ovações ao dançar com Nyusi – geralmente ele próprio fazia animação dos comícios, ao dançar no palco músicas de jovens artistas, arrancando deste modo muitos aplausos das plateias –, o candidato passou a dedicar maior parte do seu discurso à juventude, afirmando que ela deveria “tomar parte activa no desenvolvimento do país”, alertando-a para que “não se desvie com falsas e vazias promessas”, em outra alusão aos adversários. Enquanto a plateia reagia com aplausos, Nyusi se comprometia a ajudar a juventude, por entender que esta é o “pilar da nação”.

Animado, Nyusi pediu a subida de dois jovens eleitores de ambos os sexos que votariam pela primeira vez. Os mesmos demoraram algum tempo para passar entre o forte aparato de segurança, levando Nyusi, também presidente da República, a exigir dos serviços secretos maior agilidade na escolta dos convocados ao palco. Vestidos com roupa de campanha do partido, essa dupla recebeu de Nyusi a missão de explicar ao público, em shangana ou rhonga – línguas locais – os procedimentos a serem levados em conta no momento da votação. Sendo da região norte do país, não dominando as línguas do sul, Nyusi pediu que a multidão avaliasse a explicação da dupla. Essa estratégia, acompanhada de mistura de palavras nas línguas locais, permitiu ao candidato travar maior

⁵³ Renomados artistas locais, cujo repertório enfoca na música jovem local caracterizada pela mistura do ritmo Marrabenta a tendências modernas. Os temas abordados geralmente retratam festas e relacionamentos afectivos.

interação com o público, que achava interessante esse facto, dado que não é comum os presidentes se dirigirem ao povo em línguas locais.

Nyusi, ainda se dirigindo à juventude, prometeu criar uma política de incentivo fiscal às empresas na contratação de mão-de-obra jovem para o primeiro emprego, no que foi bastante ovacionado, uma vez que habitação e emprego são a principal reclamação dos jovens recém-formados. Justamente nesse momento, começou uma grande movimentação de agentes dos serviços secretos e policiais fardados, ao mesmo tempo que o apresentador, Gilberto Mendes, irrompeu ao palco e anunciou: “É proibido voar drones na presença do chefe de Estado. Por favor, que o responsável por esse drone faça-o descer imediatamente”.

Enquanto isso, dois agentes à paisana posicionaram-se diante do presidente, formando um escudo de proteção, enquanto os demais, juntamente com a polícia, procuravam entre a multidão o comandante do drone que sobrevoava bem alto naquele espaço. Em poucos instantes a questão foi sanada, o drone baixou⁵⁴ e intercalou-se mais um momento de animação cultural, com os artistas (sempre vestindo Frelimo) que, cada um a sua maneira, tentavam arrancar maiores aplausos, ao dançar com o candidato Nyusi.

Depois, Nyusi anunciou que passaria a falar do manifesto eleitoral da Frelimo. Nesse instante, a multidão iniciou paulatinamente uma dispersão, alguns dirigindo-se aos sanitários químicos, outros indo comprar alguma bebida ou encontrar amigos, e havia ainda os que começaram a abandonar o local. Ao mesmo tempo, alguns grupos de dinamizadores chamavam pelos membros, avisando sobre a partida, sem esperar o fim do evento. Tratava-se de delegações de lugares distantes, como Manhiça, Magude, Moamba etc. Por outro lado, singulares também se apressavam a deixar o lugar em carros particulares, sob o argumento

⁵⁴ Soube posteriormente que o piloto desse dispositivo, um cinegrafista amador, foi interrogado pelas autoridades policiais e depois liberto.

de evitar o difícil tráfego que haveria quando o evento terminasse, o que de facto aconteceu logo de seguida. Portanto, um claro desinteresse e secundarização da escuta e discussão do programa, tal como também acontecera quando distribuidores de brindes foram quase sufocados pela multidão, enquanto os distribuidores do programa eram ignorados.

Não houve uma efusiva despedida. O candidato Nyusi terminou seu discurso declarando “a vitória é certa” e pedindo votos de todos. Saiu do palco e foi seguido por todos na tribuna. Essa declaração, é uma espécie de redundância, aprofundada sempre que reiterada, visto que todos sabem quem sairá vencedor da eleição; todos sabem da manipulação e fraude eleitoral; todos sabem dos esquemas de corrupção; todos sabem que apesar das promessas patentes do programa eleitoral, nada irá mudar. É uma redundância da qual todos participam.

Já escurecia quando reencontrei o meu interlocutor publicitário, com quem ainda conversei enquanto seus colegas arrumavam o material. Olhamos o caos no tráfego a partir dali, pois as vias principais foram bloqueadas para priorizar a saída dos dignatários ali presentes. Nisso, observava as diferentes delegações se mobilizando para pegar os seus respectivos machimbombos ou outros veículos para o retorno.

Da paragem, ouviam-se reclamações sobre a escassez de automóveis para transporte público de passageiros, em comparação à abundância dos mesmos para a militância na campanha da Frelimo. A frota de automóveis, percebidos como sendo luxosos, também gerava numerosos comentários de tristeza, revolta e resignação, como ouvi em shangana na conversa que tomou conta do *chapa*, já no meu caminho de volta para casa:

Vejam quanto tempo esperamos na paragem? Não há carro para nos levar daqui, basta anoitecer, os *chapas* são parqueados, já fizeram a receita do dia, e o povo que se vire. Estamos a ver muitos machimbombos a sair da campanha, nós que fomos trabalhar não temos como regressar, mas eles podem comer, beber, dançar e depois pegar os machimbombos e ir embora... o

povo sofre neste país... olha para essas bandeiras em todo lugar. Nossos eletrodomésticos estão sempre avariando pelos problemas no abastecimento da eletricidade, mas eles enfeitam postes com bandeiras, por que não usam o dinheiro gasto nelas para melhorar a rede eléctrica? (Passageiro A, outubro, 2019).

A indignação continuou com outro passageiro:

Eles são nobres, respiram outro tipo de ar, veja os carros que usam, você pensa que algum dia vai poder andar em um carro daqueles? Viver em casa igual à deles? Olha pra eles, os fatos que vestem já não lhes servem, é tudo apertado, estão gordos de tanto comer bem, enquanto nós passamos fome. Tudo fruto do nosso trabalho. Nem hospital temos, nossas crianças sentam-se no chão, sem carteiras nas escolas e ainda tem que pagar quantias cuja aplicação não vemos. A “África do Sul já não é como antigamente, mas prefiro que meus filhos migrem e trabalhem por lá, pois aquele governo respeita as pessoas. Aqui para qualquer doença somos receitados com paracetamol e às vezes nem isso conseguimos achar nas farmácias públicas (Passageiro B, outubro, 2019).

A “Onda Vermelha” foi um grande sucesso mediático, ao cobrir cidades, vilas, distritos e localidades com bandeiras e cartazes da Frelimo, e, por outro lado, ao se fazer presente nos espaços de convivência social quotidiana, como mercados, sectores de trabalho, espaços de lazer e desporto etc; ao ocupar televisão, rádio e jornais públicos, e também alguns privados cujos proprietários têm ligações com a Frelimo; ao capturar para si a administração pública e pôr toda sua máquina a seu serviço, como as viaturas estatais empregadas em actividades de campanha, distribuição de material de campanha nas escolas e mobilização dessa juventude a serviço da propaganda partidária; ao servir das alianças com o empresariado local no financiamento de suas actividades; ao cooptar a classe artística, que apenas participa e se identifica publicamente com seus, o partido Frelimo esforçou-se em passar uma imagem de que espelhava o povo moçambicano e que este também se reflectia na Frelimo.



Fig. 19 – Militância frelimista em camião de conhecido empresário local, com fortes ligações ao partido, enfrentando o trânsito na saída do showmício.
Foto: Acervo pessoal

De todo modo, as multidões exibidas nos noticiários em actos de campanhas desse partido não se traduzem em identificação das massas com a Frelimo. De facto, o descontentamento com essa força política reflecte-se em conversas quotidianas, quando o povo faz conceber uma separação entre “nós” e “eles”, sendo “nós” o povo (Xitsungo), visto como vivendo em privações, na miséria e sob a opressão das corruptas autoridades governamentais; e “eles”, o poder (N’fumo), representado pela Frelimo e pela classe dirigente, que dispõem de uma vida confortável e de abundância.

Esse poder é visto como sendo usurpado do povo. Portanto, os dirigentes da Frelimo, ao “engordarem” e não “caberem em suas roupas”, estão “chupando o sangue” do povo; engordam às custas da força do trabalho do povo, que se vê oprimido nas mais precárias condições de vida. Portanto, a “Onda Vermelha” é exclusiva para uma parcela da

sociedade: aquela que usurpa, oprime e se beneficia (eles) do esforço do povo trabalhador: a Frelimo e sua militância.

Capítulo III

Nós vs eles

Os itinerários percorridos na realização da presente pesquisa impõem exercícios de estranhamento, distanciamento e questionamento de aspectos profundamente enraizados na sociedade moçambicana, ao mesmo tempo que exigem de mim, enquanto pesquisador-nativo, um esforço de desnaturalização de categorias e formas cosmológicas, discursivas, performativas etc., que evidentemente carrego como parte da minha socialização e formação no país. Tal necessidade, embora exaustivamente repetida na formação académica, não surgiu de forma automática e óbvia quando me dediquei a pesquisar fenómenos do meu país, meus conterrâneos, com os quais partilho mesmo passado histórico, socialidades, língua, códigos, trajectórias similares etc. Surgiu, sim, como uma imposição epistemológica durante a pesquisa.

Tal imposição começou a se mostrar aquando da minha chegada ao país na véspera das celebrações do 44º aniversário da independência nacional do jugo colonial português. Com o intuito de realizar a pesquisa etnográfica, cheguei animado de poder vivenciar e observar de perto as grandes movimentações de diferentes sectores sociais e as animosidades dos debates sobre a história moçambicana entre alguns dos seus protagonistas, especialistas, académicos, políticos e combatentes da guerra colonial. A tradicional cerimónia de deposição de flores na praça dos Heróis, em Maputo, apresentava-se a mim como uma grande oportunidade de estabelecer bases de interação com tais figuras e outros potenciais interlocutores de pesquisa.

Se por um lado as ruas da cidade estavam decoradas com bandeiras e faixas com mensagens de exaltação a 25 de junho, tudo predominantemente em cor vermelha e outras características do partido Frelimo, cujos membros estavam mobilizados, marcando grande presença nas celebrações, por outro o resto da sociedade, no geral, respirava uma apatia e um alheamento pelo evento, expressos no boicote dos principais partidos da oposição e na ausência das camadas populares outrora comum nos rituais da praça dos Heróis.

Enquanto num primeiro momento eu considerava frustradas as minhas intenções de estabelecer diversos contactos e diálogos com actores de diferentes cores políticas que decidiram não comparecer ao evento dirigido pelo presidente da República, a minha atenção foi capturada pela predominância de um discurso de imputação de falta de sentido patriótico e de irresponsabilidade a certa alteridade. De resto, um discurso que não constituía novidade, pois, mesmo naquela manhã, a imputação de acções negativas a uma alteridade fez parte das conversas que eu acompanhara no transporte público.

Em um momento deveras crítico⁵⁵, as mais recorrentes questões da imprensa relacionavam-se com a ausência dos principais partidos de oposição no evento. Os comentários dos presentes, inclusive de alguns dirigentes governamentais, apontavam o enaltecimento da Frelimo, “que lutou contra o colonialismo e o expulsou, libertando o povo moçambicano”, ou então que “os verdadeiros moçambicanos são os que estão aqui a celebrar orgulhosamente a nossa independência”. Sobre a ausência dos representantes da oposição, diziam: “Esses não têm nenhum sentido patriótico” ou “eles nunca tiveram nenhuma agenda política para o país senão a destruição”. E, desse modo, concluíam: “A Frelimo é o

⁵⁵ O país testemunhava a intensificação dos ataques terroristas em Cabo Delgado iniciados aos 4 de outubro de 2017. Para mais detalhes, ver “Terrorismo em Cabo Delgado”. *DW*, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/terrorismo-em-cabo-delgado/t-55180646>. Acesso em: 28 fev. 2022.

único partido comprometido com a democracia e o desenvolvimento do povo”.

Recordei-me das conversas que acompanhei no transporte público, onde os passageiros também se mostravam desengajados quanto aos festejos da independência nacional, afirmando “o colono foi-se embora há muito tempo, eles [governantes/Frelimo] é que subiram de vida, nós estamos na miséria e temos que nos desenrascar diariamente” ou então “eles vão ali [vestidos] de fatos, depois é só entrar no ar-condicionado dos [seus] carros luxuosos para os banquetes. Eu queimaria debaixo do sol e nem teria dinheiro para pegar o *Chapa* de volta para casa, sem convite ao almoço de gala, isso é apenas para eles”. Mais tarde, no noticiário, um representante da oposição justificou a ausência nos seguintes termos:

[...] é uma cerimónia de Estado e deveria ser tratada como tal, mas o que vemos é que, ano após ano, a Frelimo monopoliza esses eventos, mobiliza a sua massa da OJM, OMM, Antigos Combatentes, e faz desses eventos uma celebração partidária. Eles são antidemocráticos... têm um certo discurso, mas, na prática, não aceitam a oposição como representante política do povo... eles não respeitam os moçambicanos. (António Muchanga, deputado da Renamo, telejornal STV)

Embora fosse familiarizado com as disputas políticas, essa troca de acusações fez-me atentar para a necessidade de um esforço contínuo de estranheza de aspectos por mim naturalizados e, ao mesmo tempo, levar em consideração o dinamismo contínuo do universo e dos fenómenos por mim estudados, visto que não constituíam nem aconteciam respectivamente em um vazio cultural e social (PALMEIRA e HEREDIA, 2006). Impuseram-se necessários a mim a desnaturalização e o estranhamento de modo a “capturar o local”, atribuindo às ideias e categorias socialmente dadas novos significados e conteúdos.

Dos discursos supracitados, além das acusações e disputas, percebe-se a circulação de percepções dualistas e antagônicas de identidade e pertencimento: a) Para as classes populares, há uma separação entre o povo, enfrentando grandes dificuldades na miséria, e - eles - a classe dos políticos e governantes, vistas como beneficiadas pela independência, uma vez que controlam os recursos do país; b) os membros da Frelimo se veem como patronos da independência, libertadores do povo, orgulhosos patriotas preocupados com o povo, distinguindo-se, assim, da oposição, vista como antidemocrática, destruidora e sem agenda nacional; c) a oposição que reclama sua legitimidade no povo por si representado contra a antidemocrática Frelimo, usurpadora da coisa pública em benefício partidário, cujos dirigentes e membros se tornaram a elite burguesa nacional.

Passando a atentar às falas quotidianas, deparei-me com a vigência de um vasto conjunto de narrativas de exclusão/inclusão, baseadas em classe social e pertencimento partidário, mais precisamente à Frelimo, entendida como detentora e administradora do poder. Os “camaradas”⁵⁶ gozam de uma posição ambígua. Por dominarem a política nacional e constituírem governos desde a independência, eles têm prestígio junto a certa parcela da população, que os vê como privilegiados, social e economicamente; tal posição mobiliza, por outro lado, ataques vexatórios, com a particularidade de serem vocalizados por diferentes sectores sociais (organizações da sociedade civil, partidos políticos opositores, imprensa, certa intelectualidade cultural e académica, e também sectores populares), que consistentemente acusam essa força política de monopolizar o espaço e a coisa pública, governando, assim, em função dos interesses de suas elites vistas como corruptas e concentradas nas cidades – o que agrava a precarização das classes

⁵⁶ Designação atribuída aos membros do partido Frelimo em alusão ao seu passado socialista.

populares, periféricas e rurais, e aprofunda as assimetrias regionais manifestadas no abandono do campo e em suas populações.

Nas produções discursivas sobre esse problema, podemos considerar a reflexão de Mahmood Mamdani em sua obra *Citizens and Subjects*, a qual nos ajuda a realizar um enquadramento e uma compreensão parcial dos discursos acima, como inseridos em sociedade pós-colonial africana. Tais sociedades, na concepção de Mamdani (1996), apresentam o que ele designa de “bifurcação social”, uma dualidade que é reflexo do colonialismo tardio em contextos africanos. Essa bifurcação é caracterizada por uma intervenção diferenciada dos regimes coloniais nos espaços urbanos e rurais, havendo nos primeiros introdução de valores ocidentais, liberais e capitalistas, guiados por uma lógica desenvolvimentista e industrial; enquanto nos segundos predomina a administração indirecta, em que autoridades tradicionais, aliadas e legitimadas pela administração colonial, impõem, pelo uso da força, o controlo da terra, seu uso, força do trabalho, comercialização da produção, enfim, toda a forma de organização social rural.

Continuando, o autor mostra que, nas cidades, o aparato burocrático das administrações coloniais impulsionou uma cultura de direitos civis que, embora discriminatória, racista e selectiva nas liberdades, se guiava por uma cultura política moderna. Apesar da repreensão e da violência estatal contra emergentes formas de organização de massas, o governo colonial permitiu certa incorporação das populações periféricas e subjugadas nesse sistema. Já no meio rural, o domínio das chefaturas tradicionais pouco permitiu a penetração desses valores modernos e direitos civis, prevalecendo as normas consuetudinárias de organização da vida social.

De todo modo, o autor frisa que, mais do que essas formas de domínio colonial, o que importa hoje é reconhecer e perceber a persistência e os impactos dessa bifurcação social na fase pós-colonial.

Embora as independências tenham colocado termo à lógica racial dominante e permitido o usufruto da autodeterminação, de direitos e valores modernos pelos povos africanos nos contextos urbanos, no meio rural prevaleceu a lógica étnica e tribal com respeito aos costumes supervisionados pelos chefes tradicionais. Portanto, neste último contexto, continuaram a vigorar hierarquias locais, não se tendo desenvolvido uma forma de socialização homogénea, tampouco havendo incorporação de valores modernos.

Esse autor ainda chama atenção ao que denomina de “despotismo centralizado”, que são Estados pós-coloniais caracterizados pela centralização do poder nas cidades com uma lógica *up-down*, sem respeito aos valores costumeiros do meio rural, ignorando as diferenças tribais e étnicas das populações locais, retratadas por esse poder como camponesas (MAMDANI, 1996). De acordo com a sua historiografia, Moçambique pode ser inserido nesse grupo.

Nessa perspectiva, a dualidade dos discursos acusatórios dos meus interlocutores - *nós/eles* - deve ser historicamente contextualizada. No âmbito da guerra anticolonial, com as ideias difundidas durante a revolução, inculcando entusiasticamente às camadas populares ideais progressistas e a crença de que era seu direito básico almejar melhores condições de vida, justiça, igualdade e ampla participação política, a Frelimo terá proporcionado consenso e legitimidade ao projecto de construção da nação moderna, durante a luta pela independência colonial. Mas o entusiasmo gerado pelo projecto de construção da nação rapidamente desapareceu quando um conjunto de duras configurações geopolíticas ganharam peso, como apontado por Hanlon (1991): um país com grandes assimetrias, carência de infraestruturas vitais, falta de habilidades e de recursos humanos com formação profissional diversificada.

De facto, os impactos coloniais de um legado estrutural deficitário e as condições geopolíticas regionais e internacionais adversas, aliados à opção política por um Estado socialista centralizado e, mais ainda, à doutrina autoritária que antagonizou, perseguiu e reprimiu os modos de vida local e suas hierarquias costumeiras, favorecendo formas de organização urbanas e características dos povos do sul do país (GEFFRAY, 1991; CAHEN, 2008), são alguns dos factores que implicaram desilusão das populações para com a Frelimo, frustrando seus sonhos de usufruir da independência e de valores modernos em uma sociedade igualitária e com plena autodeterminação.

Em um segundo momento, o ânimo trazido pelas reformas políticas que puseram fim ao monopartidarismo, possibilitando abertura à economia de mercado e, mais importante, levando à assinatura dos Acordos Gerais de Paz que encerraram o conflito armado de dezasseis anos, culminando com a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1994, sucumbiu aos impactos das políticas neoliberais implementadas com o advento democrático, privilegiando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), medidas fiscais com vistas à estabilização da moeda e desmantelamento de empresas estatais ou com participação do poder público a favor das privatizações. De acordo com Pitcher (2002), em seu largo estudo sobre privatizações em Moçambique, estas possibilitaram as maiores vendas de bens no continente africano, tornando possível que actores privados assumissem grande parte das áreas anteriormente sob responsabilidade estatal.

O reflexo das novas políticas está na perda de confiança nas autoridades governamentais. Apesar do declínio da pobreza, mais de 50% da população nacional é classificada como pobre, vivendo maioritariamente no meio rural e ocupando-se da agricultura. A desregulamentação do mercado de trabalho agudizou as precarizações regionais, o crescimento do desemprego, a inflação que impede o acesso

da população a alimentos e serviços essenciais. No meio urbano, verificam-se a lenta redução da pobreza e a crescente expansão do ensino público, apesar de sua precarização em contraste à proliferação de investimento em instituições de rede privada, restringindo-se, assim, o acesso ao ensino de qualidade para quem dispõe de recursos financeiros. Os serviços públicos são de pouca cobertura, e sua distribuição, geográfica e socialmente, é desigual (GENTILI, 2018, p. 48). A mesma autora aponta também que:

If statistically poverty has diminished, what has increased visibility is the inequality between social classes in both urban and rural areas. All observers also note that growth is mainly a result of external intervention. Thus regarding government strategies on where and how to intervene, and in which sectors and regions, central political and administrative powers have the upper hand on negotiating and shaping donor decision-making process.

É dentro desse contexto de crescimento gerado pela ajuda externa/cooperação internacional, e não pela produção nacional, que assistimos a grandes tensões e acusações entre autoridades político-administrativas, comunidades, poderes locais e vastos segmentos populacionais para os quais a democracia multipartidária, a liberalização de mercado e o relativo crescimento económico não conduziram sequer a uma substancial redução da pobreza ou um equitativo acesso aos recursos (GENTILI, 2018). Destruiu-se o sonho de construção de uma sociedade progressista e moderna, em que se anunciava a igualdade de oportunidades a todos os moçambicanos.

Por consequência, os efeitos da bifurcação social e do “despotismo centralizado” (MAMDANI, 1996) foram transferidos para outras arenas sociais corporificando-se no campo político-partidário no qual se evidencia, tanto em nível local quanto central, que os ganhos e recompensas são distribuídos entre membros e gente próxima ao partido

no poder. Esse monopólio no usufruto dos recursos do Estado, incluindo a ajuda externa, faz da Frelimo (e que assim seja percebida como sendo) parte do Estado, se não constituindo sua encarnação total, o que lhe fornece legitimidade entre seus membros e eleitorado (PEREIRA, 2008).

A cisão ideológica marca profundamente a organização da vida social em Moçambique. As relações interpessoais, os contactos e trânsitos pelos diferentes espaços sociais e até casamentos são permeados pelo pertencimento e simpatia político-partidária, ou melhor, pela relação que se estabelece com o partido Frelimo. Um ambiente que se tornou excludente, mas no qual se ambiciona entrar ao mesmo tempo.

Minha imersão no campo e o desenvolvimento da presente pesquisa foram atravessados por essa configuração social, ditando activamente os rumos da mesma, uma vez que a autorização da minha entrada e da recolha de dados junto à militância na sede do partido Frelimo na cidade de Maputo esteve condicionada à resposta da pergunta: “Posso chamar-te de “camarada”?⁵⁷. No mesmo sentido, no partido MDM, havia desconfiança de que eu pudesse ser um “espião”, isto é, se teria sido enviado pela Frelimo para infiltrar-me e monitorar os seus passos. Quanto à Renamo e à ND, fortuitamente, relações pessoais possibilitaram meu acolhimento e trânsito interno, viabilizando a imersão no campo e a realização da pesquisa.

Foi dessa forma, explorando antigas redes de amizades, que um amigo de longa data me informou que a casa onde crescera no bairro de Maxaquene “B”, zona periurbana de Maputo, encontrava-se transformada em escritório, sede do partido Nova Democracia, cujos membros fundadores tinham transitado do associativismo - principalmente da ONG Parlamento Juvenil (PJ), em que actuavam havia

⁵⁷ Pergunta feita pela secretária do primeiro secretário do partido Frelimo, na véspera do arranque da campanha eleitoral, enquanto eu procurava consentimento para acompanhar “por dentro” as comitivas e caravanas eleitorais.

mais de uma década – para a política formal. Outra feliz coincidência foi o facto de uma das principais lideranças ser uma velha amiga. Assim, ao me dirigir para a sede desse partido acompanhado do filho do locador, e também ao ser efusivamente recebido pela então mandatária da campanha eleitoral do partido, com que gozava de uma relação de proximidade que remontava há bastante tempo, me vi imediatamente livre do espectro de “espião” ou de qualquer outra desconfiança que tivessem a meu respeito, como ocorrera na Frelimo e no MDM, o que permitiu maior simpatia e abertura dos demais militantes ao se inteirar do meu trabalho.

Após animadas conversas antecedidas das apresentações de praxe ao entusiasmado grupo presente na sede, a ativista e então mandatária do partido nas eleições, Quitéria Guirengane, atual Presidente da Rede de Mulheres Jovens Líderes, amostrou-me as instalações e, em seguida, convidou-me ao seu escritório (um compartimento no qual eu já havia estado antes, uma vez que frequentei aquela casa na adolescência⁵⁸), onde dispensou formalidades e pudemos conversar sobre a minha pesquisa e também preliminarmente sobre o projecto político da ND.

Quitéria relatou-me sobre sua trajetória no PJ, onde se engajava na exortação da juventude a participar politicamente das decisões e dos rumos do país. Tendo conseguido grande êxito ao estender a organização para todas as partes de Moçambique, com forte adesão de jovens e adolescentes aos projectos de sua organização, gerando, assim, maior interesse entre esse público sobre a política nacional, para ela a “semente estava lançada”. Mas Quitéria reconhecia ter enfrentado grandes dificuldades no associativismo, uma vez que a retórica de sua

⁵⁸ No ensino secundário, parte das aulas ocorria no período vespertino. Nos dias em que não podia voltar para casa devido ao curto intervalo entre as aulas matutinas e vespertinas, ia com meu colega e amigo a sua casa descansar (mais precisamente, jogar seu Nintendo) e fazer uma breve refeição; isso se deu durante dois anos, o que me permitiu conhecer todos os recantos da casa.

organização não era simpática ao governo e ao partido no poder, o que trazia retaliações de diferentes formas e impunha sérios empecilhos aos desdobramentos do trabalho.

Devido à contundência na crítica ao governo em sua falta de transparência, corrupção endêmica, favorecimento partidário e monopolização da função e de bens públicos, a minha interlocutora atribuiu a mentoria do cerceamento do desenvolvimento das actividades e o bloqueio de intercâmbio e cooperação com diferentes organizações governamentais aos membros do partido Frelimo. De acordo com seu relato, esse assédio evoluiu para perseguição e ameaças de morte aos membros do PJ.

Essas e demais questões que ela se dispôs a me relatar em futuras ocasiões - dado que a nossa conversa foi então interrompida, pois ela tinha reunião marcada - contribuíram definitivamente para que, em bloco, certas lideranças dessa ONG enveredassem por outros caminhos de luta, optando por ingressar na política formal e disputar eleições. De acordo com a minha interlocutora, em Moçambique “as organizações da sociedade civil falam para as paredes”, isto é, seu trabalho é desvalorizado ou sabotado de diferentes formas. Em suma, o associativismo impunha limitações aos novos anseios e perspectivas, e nele a luta política estaria fadada a não alcançar patamares ambiciosos.

Saí da breve conversa meio impressionado e meio temeroso com o entusiasmo daqueles jovens que se arriscavam a ingressar na política, enfrentando forças históricas e hercúleas, de real poder, em busca do que almejam ser (no seu entendimento) uma “sociedade mais igualitária e justa para todos os moçambicanos; sem usurpação, monopolização e favorecimento no usufruto dos espólios dos recursos públicos à militância frelimista”. Se diferentes assédios, perseguições e ameaças de morte eram eventos recorrentes no associativismo, indagava-me o que seria do ingresso dessa juventude na política formal, considerando que

pretendiam radicalizar sua abordagem, frontalidade e contundência em sua crítica e em seu fazer político.

3.1. Continuando com a missão: do associativismo à disputa político-partidária

Das diferentes indagações que me ia fazendo enquanto acompanhava as notícias da véspera eleitoral e revisitava o acúmulo histórico das atuações das organizações da sociedade civil, e também da imprensa local⁵⁹ com posturas de fiscalização, denúncia e afrontamento às autoridades governamentais, o histórico de assédios, perseguições e até assassinatos a vozes contrárias ao partido Frelimo, ficou evidente para mim que, além do domínio político e social hegemónico desse partido, o contexto social pesquisado é hostil a posicionamentos contrários a essa força política e, embora contenha formalmente os pilares do Estado Democrático de Direito, como soberania popular, separação de poderes, respeito às liberdades e direitos humanos, é um contexto social marcado por forte predominância de autoritarismo político.

Como é feita a actuação política de oposição em um contexto de democracia com paradigma autoritário? Longe das formalidades dos discursos com decoro parlamentar, emitidos pelos deputados em consonância com as suas bancadas na Assembleia da República, o activismo social transferido à política formal através da fundação do partido ND ofereceu uma oportunidade ímpar de acompanhar e

⁵⁹ Entidades como a Liga dos Direitos Humanos, Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique), Centro de Integridade Pública (CIP), União Europeia, entre tantas outras, têm repudiado ataques à liberdade, cerceamento e intimidações à classe jornalística, bem como brutalidade policial; também têm exigido e pressionado por investigações e justiça às famílias dos ativistas e jornalistas desaparecidos ou assassinados pela polícia

compreender, na prática, a feitura da política, de modo a responder à questão estabelecida.

De todo modo, é necessário sublinhar o clima de entusiasmo demonstrado pela militância da ND enquanto novo projecto político, uma vez que ela tem forte herança de activismo social. Em 2008, jovens de diferentes estratos sociais, estudantes e outros com trajectória em partidos políticos e associativismo – como é o caso de António Muchanga⁶⁰, que fora vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) – fundaram o Parlamento Juvenil (PJ), organização que ganhou imenso destaque ao advogar por direitos e prioridades da juventude, passando a ocupar espaço central na pressão ao governo com denúncias de corrupção e exigências de responsabilização dos membros governamentais corruptos.

Com apoio de governos dos países nórdicos e em cooperação com diferentes organizações humanitárias internacionais e demais parceiros, o PJ conseguiu os apoios financeiros devidos de modo a implementar pelas demais províncias do país suas actividades, entre as quais discussões junto a juventudes locais, criando, assim, uma cultura de diálogo democrático e circulação de uma linguagem de direitos, contribuindo ao mesmo tempo para o empoderamento das comunidades.

A actuação por cerca de dez anos valeu notáveis reconhecimentos regionais e internacionais a essa organização como promotora de boas práticas democráticas e participação política, com seus membros, inclusive, participando e discursando no plenário das Nações Unidas, da União Europeia e de demais organizações, onde denunciaram práticas consideradas antidemocráticas e corruptas do governo moçambicano. Embora denúncias de corrupção e actos antidemocráticos por parte das autoridades nacionais sejam quotidianos e venham de diversos

⁶⁰ Muchanga foi eleito presidente dessa organização logo na sua fundação e posteriormente reconduzido ao cargo que ocupou até 2018.

quadrantes sociais, quando o autor da denúncia consegue ser sistemático, articulado, e alcançar grande projeção internacional, passa a representar um contraponto ao discurso oficial das autoridades que retrata um país idealizado pelos governantes para a comunidade internacional, e principalmente aos doadores, que são responsáveis pelo financiamento anual ao Orçamento do Estado.

Ao mostrar, com evidências, violações de direitos humanos, alta corrupção envolvendo membros do alto-escalão da Frelimo e do governo aos doadores e parceiros de cooperação, que são os principais financiadores dos projectos de desenvolvimento - os mesmos mobilizados pelo governo e pelo partido Frelimo perante as comunidades e eleitorado como seus -, o PJ, com a sua estratégia de actuação, põe em risco a continuidade desses financiamentos e a implementação de programas que, de acordo com Weimer (2012), impactam positivamente a vida das comunidades e também proporcionam alguma base de legitimidade ao partido no poder. A mediatização extrema destas questões agudizava o mau momento da Frelimo nas eleições, assim como também explica o seu redobrado investimento na campanha eleitoral

Desacreditado ideologicamente e incapaz de mobilizar as populações, quer nas cidades, quer nas zonas rurais, o partido no poder passa a encarar ONG's como o PJ com hostilidade, estabelecendo empecilhos ao desenvolvimento de suas actividades. Isso pode ser feito através dos governadores, administradores ou directores locais, que inviabilizam visitas de trabalho do PJ em parceria com instituições do sector público, ou então impedindo a realização de diferentes acções em espaços públicos⁶¹, como o uso de recinto escolar, pátio do círculo do bairro ou posto administrativo.

⁶¹ Minha interlocutora relatou-me que, em diferentes momentos, ficaram na iminência de não realizar actividades na região norte do país, ao chegar aos recintos previamente

A repercussão desses episódios, quer na imprensa, quer nas redes de trabalho, de amizade ou familiares – geralmente acompanhada da exposição de fotos de tela das conversas ou áudios de mensagens telefônicas com as respectivas ordens dos dirigentes impedindo a realização de tais actividades – tem, por um lado, o efeito de gerar um clima intimidatório que se reflecte no afastamento e no desinteresse da população pelo debate e por actividades políticas; por outro, cria inconformismo e revolta em alguns sectores populacionais, como relatou a minha interlocutora:

Quando circularam em grupos de WhatsApp ordens oficiais dos administradores em Nampula e Cabo Delgado a nos negar espaço para reunir com as populações locais e debater sobre as prioridades da juventude, teve uma parte que se retraiu... alguns, sabemos que foi por pressões familiares, os pais receberam ordens superiores para desengajar os filhos. Mas tivemos também muito apoio de jovens e adultos que nos deram força e se juntaram a nós. Entendem nosso sentido de luta, nossas palavras encontram eco neles... é muita gente cansada de ver esse tipo de coisas a se repetir de várias formas todos os dias... a juventude está cansada, a juventude quer lutar não só por um “futuro melhor”, mas lutar também pela sua vida hoje. (Quitéria Guirengane, setembro de 2019).

Portanto, apesar dos riscos, as acções coordenadas por membros do partido governamental para cercear o trabalho ou então ameaças anónimas e, em alguns casos, assassinatos foram incapazes de demover o empenho dessa ONG. De forma contraproducente, ampliaram-lhe o prestígio acumulado entre as diferentes camadas populacionais, uma vez que seu discurso e trabalho encontravam ressonância na juventude e entre estudantes e trabalhadores.

Foi a partir desse conjunto de situações, aliado a ataques às liberdades, alta corrupção e crise económica gerada pelo escândalo das

marcados, e os funcionários recusarem a abertura do espaço, afirmando que o local estava preparado para a visita do governador ou administrador na mesma data. Assim sendo, tiveram de acionar outras redes que ajudassem a encontrar espaço para o efeito.

chamadas *dividas ocultas*⁶² envolvendo membros do governo (o ex-presidente Armando Guebuza e seu ex-ministro da Defesa e actualmente presidente em exercício, Felipe Nyusi), que um grupo de lideranças do PJ protocolou afastamento da organização em 2018 (condição necessária para a disputa eleitoral) e passou a se dedicar à construção de um empreendimento político “com uma agenda de governação a médio prazo” que lhes permitisse disputar o poder, influenciar e ser actor de mudanças no âmbito da política formal, uma vez que o associativismo, de acordo com seus membros, tinha demonstrado suas limitações nesse campo.

Por outro lado, a grande projecção nacional e internacional, a experiência colhida reflectida no conhecimento das diferentes realidades da juventude pelo país (onde foram espalhadas delegações e representantes do PJ), os diferentes apoios e adesões à causa, as constantes aparições mediáticas, importantes na conquista de notoriedade e legitimidade aos olhos da sociedade, enfim, todo um espectro curricular de atributos individuais e colectivos apresentados ao público por mais de uma década serviu como forma de construção de reputações e recursos de acúmulo de prestígio que levaram à decisão de formação do partido Nova Democracia, apresentado ao público a 4 de junho de 2019.

3.2. Intromissão indesejada

A entrada desse novo actor na cena política nacional não foi celebrada entusiasticamente por todas as esferas da sociedade, principalmente no que concerne aos segmentos mais tradicionais da

⁶² Cf. “Documentos do processo das dívidas ocultas em Londres (CL-2019-000127)”. *CIP*, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://cipmoz.org/2021/02/04/documentos-do-processo-das-dividas-ocultas-em-londres-cl-2019-000127/>. Acesso em: 1 março. 2022.

política moçambicana que não esconderam sua insatisfação⁶³ e desdém com a sua aparição, tratando-o como invasor de uma arena exclusiva para uma minoria. Conforme denunciado por Salomão Muchanga, membro-fundador do partido ND, “o regime colonizou as pessoas para não dar nem um passo. Porque há pessoas determinadas para fazer política”⁶⁴.

A mobilidade de grupo de indivíduos actuaes no associativismo para a política formal, embora tenha ganhado maior visibilidade no país devido ao mediatismo do PJ, não era de todo uma novidade. De facto, nas eleições municipais do ano anterior (2018), a Associação de Ajuda ao Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM) tentou concorrer, sem sucesso⁶⁵, à autarquia da cidade de Maputo. No tocante à ND, sectores conservadores ligados ao partido governamental criaram suspeições e tentativas de deslegitimação dos seus membros, recorrendo à habitual acusação de representação de interesses externos ao país, isto é, defendiam que esse partido não teria agenda própria e estaria sendo instrumentalizado por organizações estrangeiras com interesses em Moçambique.

Certos académicos e imprensa local veem como necessária e incontornável a entrada de activistas sociais para a política, ao mesmo tempo que reconhecem as dificuldades que enfrentarão em virtude do que representam para o *establishment*:

⁶³ Espaços de debate político da Rádio Moçambique (RM) debocharam da formação da ND, indicando se tratar de “aventura” e “desvario” de miúdos, em desprezo à juventude e à trajectória no activismo social dos seus membros.

⁶⁴ Cf. Abílio Maolela, “Salomão Muchanga explica a essência do seu partido: ‘Nova Democracia é haver algo para todos e não tudo para alguns’”. *Carta de Moçambique*, 7 jun. 2019. Disponível em: https://cartamz.com/index.php/politica/item/2116-salomao-muchanga-explica-a-essencia-do-seu-partido-nova-democracia-e-haver-algo-para-todos-e-nao-tudo-para-alguns?fb_comment_id=1851954968253048_1878405405608004. Acesso em: 1 mar. 2022.

⁶⁵ Cf. “Comissão eleitoral chumba candidatura independente de filho de Samora”. *Diário de Notícias*, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/comissao-eleitoral-de-mocambique-chumba-candidatura-independente-de-samora-machel-junior-9755164.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Já faz um tempo que a ideia [do associativismo à política] vinha sendo amadurecida; nós [pesquisadores] víamos sinais de que certas organizações estavam a chegar a essa percepção de que é necessário dar um outro passo, continuar no associativismo não lhes garantiria os resultados que pretendiam, era evidente que muitos activistas andavam convencidos de que a sua luta deveria ser conduzida noutras direções e suas batalhas travadas em outros palcos. Acho até que demoraram um pouco nisso, mas não estou nada surpreendido com a decisão. (José Macuane, professor/UEM. Entrevista realizada em setembro de 2019)

Com cautela, outra perspectiva reflecte sobre os ataques dirigidos à ND:

Temos cerca de quarenta partidos a concorrer para estas eleições, muitos desconhecidos, ninguém fala deles, apenas atacam a nova democracia, por que será? Querem minar a força que sabem que eles têm das ruas, são conhecidos em todo país, representam uma ameaça séria se conseguirem eleger deputados, o nível de debate que trarão ao Parlamento será outro e isso é perigoso do ponto de vista da Frelimo. Espero que façam um grande trabalho de base, de modo a conseguir passar a margem mínima e conseguir eleger representantes. Se isso não acontecer, vai servir de munição para sua desmoralização e descredibilização (Edson Carmona, editor Jornal Savana. Entrevista realizada em outubro de 2019).

A natureza e a seriedade do trabalho desenvolvido pelas diferentes ONG's lhes conferem boa reputação na intelectualidade local, a ponto de ser esperado o ingresso de certos agentes seus à vida política. A trajectória dos membros da ND é reconhecida em todo o país e espera-se que o capital político acumulado em suas actividades pretéritas possa actuar a seu favor.

É nesse sentido que a ND se apresenta com um discurso focado em pautas construídas com base na experiência de trabalho no campo e nas cidades, uma importante vantagem na familiarização com as necessidades populares mediante as especificidades regionais. Assim, a

luta é pelo estabelecimento de políticas públicas de promoção de emprego, uma justa redistribuição da riqueza, maior abertura à participação e à representação política, independência do Judiciário, fiscalização da acção governativa, assim como combate à exclusão, ao clientelismo, à corrupção, ao favorecimento por afinidades familiares, empresariais e políticas etc.

Esse conjunto de pautas é popularmente respaldado, mas, de todo modo, a história das disputas político-eleitorais no país é recheada de criação de “novas” forças políticas empenhadas com as mesmas bandeiras. Porém, elas acabam por frustrar as expectativas populares, uma vez que seu empenho na luta restringe-se aos momentos eleitorais, desaparecendo em seguida, mudando de agenda ou pior ainda: em certos casos, acabam cooptadas e passam a funcionar como base aliada do partido governamental. A sucessão de tais fenómenos vem reforçar o descrédito da política nacional e também faz com que as populações tenham reservas e suspeição perante novos projectos políticos, vistos nesse sentido como persecutórios de poder e enriquecimento para seus grupos, e não realmente interessados ou comprometidos com causas do povo.

É nesse sentido que Meneses et al. (2018) questionam até que ponto a transição democrática em Moçambique representa uma luta pela codificação de novos direitos e privilégios. Tal luta, aliada ao aumento das desigualdades e corrupção, vem desencadeando uma onda de violência pública e privada, ao mesmo tempo que obscuras alianças políticas entre a Frelimo e grupos particulares da sociedade civil têm produzido múltiplas formas de privatização dos recursos, bens e instituições do Estado (2018, p. 20).

O descrédito da política ou a insatisfação generalizada com os modos de governo da Frelimo – extremamente hábil na neutralização ou na cooptação de novos focos de organização política – fazem com que o

surgimento de novos partidos seja visto com reservas, dado que membros do partido governamental e seus aliados, ao prosperarem e exibirem sinais exteriores de riqueza, são acusados no linguajar popular de “estar a *comer* sozinhos”. Tal acusação, nesse contexto, funciona como uma reprovação moral à classe política que, com a crescente precariedade social, é vista como usurpadora do erário público: “*Eles* vivem do nosso suor”. A frase que registei em 2019 a partir de uma conversa entre passageiros no transporte público indica a desconfiança de que novas formações políticas estariam a ser criadas para ingressar nessa configuração do sistema e se “alimentar com o suor do povo”.

Para afastar tais suspeições, por um lado, e defender-se do tratamento esnobe e pretensioso de certas correntes, por outro – que a retratavam como um grupo de “jovens aventureiros intrometidos em assuntos que não são de sua alçada”⁶⁶ - a ND aproveitou-se da oportunidade e da visibilidade geradas na imprensa local por tais discursos para pôr em campo a sua contraofensiva mediática, rebater os seus detratores e publicitar os fundamentos de sua génese, bem como seus projectos políticos.

Desse modo, Quitéria Guirengane, então mandatária do partido, desdobrava-se em aparições em diferentes meios de comunicação, explanando as ideias do partido, ao mesmo tempo que, com a experiência e o capital político ganhos no activismo social, recorria à sua compreensão do funcionamento do esquema moral de articulação do descontentamento popular com a atuação governamental e partidos preestabelecidos.

[...] Temos Moçambique “A” e Moçambique “B”. No Moçambique “A”, temos um grupo de cidadãos nas cidades que goza de um conjunto de privilégios e oportunidades; e no Moçambique “B”,

⁶⁶ Comentário de Gustavo Mavie no programa *Café da Manhã* na Rádio Moçambique.

as pessoas nem sequer têm direito a sonhar. Temos uma elite de dirigentes predadores do Estado: passam férias fora do país, mandam seus filhos estudar fora de Moçambique e acedem a serviços de saúde fora do país. Deixam o cidadão à mercê de um sistema de saúde bastante precário, que não lhes preocupa porque nunca precisam usar desse serviço.

A Nova Democracia rompe com esse paradigma em Moçambique porque é o primeiro movimento político que emerge de grupos de cidadãos. As pessoas engajadas na ND são activistas sociais, são pessoas que lutam na base há muitos anos e que tiveram várias oportunidades durante vários anos (de singrar/realização material). Poderiam estar agora na zona de conforto, mas escolheram a esperança em vez de medo, escolheram lutar pelo cidadão... nós poderíamos ter-nos submetido ao ostracismo político porque as oportunidades em Moçambique são condicionadas (Quitéria Guirengane)⁶⁷.

Como exposto acima, essa protagonista política recorre à predominante insatisfação com o desempenho formal dos políticos para estabelecer a divisão do país mediante a experiência social dos grupos populares e das elites políticas. Nessa divisão do país em Moçambique “A” e “B”, podemos estabelecer conexão com a já citada separação *nós e eles*, na medida em que evoca uma realidade social bifurcada em que, por um lado, uma elite minoritária (a mesma que vive do suor do povo) usufrui de melhores condições materiais, recorrendo ao estrangeiro para satisfação do seu lazer ou em busca de serviços; por outro, a maioria – o povo – relegado ao abandono, resigna-se perante serviços públicos precarizados.

Com essa fórmula, que incide no destaque do descontentamento popular quanto a desemprego, serviços públicos precarizados, como são os casos da saúde e educação etc., e também denuncia e expõe a elite governante que se serve ilicitamente do dinheiro público e recorre a serviços de melhor qualidade no estrangeiro, a ND pretende estabelecer uma conexão com o cidadão familiarizado quotidianamente com tal

⁶⁷ Cf. “Nova Democracia quer fiscalizar governo moçambicano”. *VOAPortugues*, 9 out. 2019. Vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Lho7zXIKEM>. Acesso em: 29 nov. 2020.

realidade, almejando, política e eleitoralmente, a ampliação da margem de apoios e adesões populares.

O ingresso na política formal, no entanto, é justificado na base da trajectória social ligada a modos de vida de classes populares, trabalhadoras, e destacando valores assentes na honestidade e na integridade, como recursos sociais acumulados e atributos morais que legitimam o direito de ingressar na política e disputar o poder. Isso é evidenciado quando a minha interlocutora sublinha a origem do partido e o percurso dos seus membros, que seriam “cidadãos e activistas sociais que lutam na base há muitos anos e que tiveram várias oportunidades de singrar na vida”, tendo declinado delas em virtude da pretensa integridade e compromisso com a luta, preferindo, desse modo, continuar nela e resistir às tentações materiais e aos diferentes assédios.

3.3. “Agora é a vez do povo!” – O estabelecimento de bases e direcionamento de estratégias

Se por um lado a entrada da ND na política formal e na corrida eleitoral gerou desconfianças e desdém em diferentes sectores, o ritmo frenético da vida social e política moçambicana em véspera eleitoral levantou, de minha parte, questões que também mereceram atenção de vários moçambicanos. Como um partido lançado em junho de 2019 conseguira se organizar, logística e burocraticamente, de modo a disputar as eleições de outubro do mesmo ano em toda extensão do país? De que forma a recepção reservada e hostil de alguns sectores da sociedade influenciaria a sua performance política? Como entender que, mesmo ciente da hegemonia do partido Frelimo e seu controlo dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE) – os quais lhe têm garantido antecipadamente

vitórias eleitorais –, a ND e seus membros decidam se engajar na disputa político-eleitoral?

Embora circulassem diferentes narrativas – informadas contextual, histórica ou ideologicamente – sobre a entrada desse novo actor político, a apreensão das diferentes dimensões envolvidas nas disputas políticas moçambicanas fez-se com recurso ao método etnográfico. Não apenas como metodologia e/ou prática de pesquisa, mas, conforme aponta Peirano (2008, p. 3), como a própria teoria vivida, permitindo ao pesquisador apreender as diferenças e idiossincrasias a partir da experiência empírica no universo social do grupo estudado, podendo confrontar, inclusive, os modelos teóricos previamente assimilados e, às vezes, generalizantes.

Desse modo, foi possível o afastamento das explicações preconcebidas e enviesadas, separação dos argumentos apaixonados e naturalizados que polarizam o debate político cujo domínio se estabelece pelos meios de comunicação maioritariamente controlados pelo partido governamental. Foi preciso procurar entender como se estabelece o enraizamento dessas categorias no contexto local. Ao estranhar e questionar os processos de naturalização de tais categorias, operava um exercício necessário na identificação das formas modernas de dominação (VAZQUEZ, 2014, p. 37).

Passei então a prestar atenção aos modos quotidianos de manifestação de descrença na política que era deveras reinante. O desinteresse popular no recenseamento eleitoral havido em abril e maio de 2019, evidenciado no facto de as populações procurarem se recensear apenas no fim do processo, depois de fortes e persistentes apelos das autoridades, indicava coerência com os crescentes números de abstenção eleitoral (Brito, 2005) que o país vem registando. Interpelados, indivíduos abstinentes argumentavam não ter tido tempo de se dirigir aos postos de recenseamento em virtude de “ocupações laborais”,

enquanto outros retoricamente me respondiam: “Para quê?”. Ou: “Vai mudar o quê?”. Havia ainda os que retrucavam: “Já temos o resultado”.

Outras formas de desinteresse pela política e seus processos manifestavam-se no descaso pelos discursos e comunicados à nação feitos pelo presidente da República em celebração de datas e figuras históricas; no desprezo aos debates na Assembleia da República, pronunciamentos dos deputados e também membros do Executivo; na chacota dirigida a certos membros do partido governamental e também da oposição⁶⁸.

Percebia também, frequentemente, o mesmo descontentamento enunciado em frases como “eles comem sozinhos”, ou então “quando chegam lá [ao poder] se esquecem de nós”. Sendo véspera eleitoral, posteriormente, no decurso da campanha, percebi em vários momentos recusa ou desinteresse dos populares em dar atenção, ouvir ou conversar com os políticos em sua militância na caça ao voto.

De todo modo, a descrença e o descaso das populações para com os rumos políticos não devem jamais ser percebidos como alienação política. Meus interlocutores, de estratos sociais plurais, formulam ideias fundamentadas consistentemente e de acordo com a sua experiência com a classe política. Tal asserção pode ser ilustrada a partir do senso crítico por eles apresentado, quando, ao reconhecerem o voto como escolha individual – ao mesmo tempo que se inserem no paradigma da universalização da política – não o dissociam das demais esferas da vida social; recusam-se, assim, a se recensear, pois, sua experiência lhes ensina que pelo voto não se criam mudanças – quer políticas, quer sociais, quer de regime. A vivência lhes mostra que seus eleitos, chegados ao poder, “se esquecem” deles e “comem sozinhos”.

⁶⁸ António Muchanga, da Renamo; Miguel Mabote, do Partido dos Trabalhadores (PT); João Massango, do Partido Ecologista; e Edson Macuácuá, da Frelimo, tornaram-se figuras favoritas de imagens montadas - vulgo meme - na internet, veiculando mensagens inusitadas ou absurdas.

Isso ilustra que para os meus interlocutores, longe de ser um domínio à parte, a política é uma dimensão constituinte da vida social, sendo que, de quem nela singra, se espera que retribua a quem o indicou ou elegeu – portanto, o público –, inclusive provendo para suas famílias.

Passei então a observar como a ND lidaria com o já mencionado clima de apatia, hostilidade e desencanto com a política. Como o partido avaliava essa circunstância e quais estratégias seriam empregues na conquista de um eleitorado que, a princípio, se mostrava decepcionado, desinteressado e impaciente? Tornei regular a minha frequência à sede do partido sito no mercado Bela Rosa no bairro de Maxaquene “B”. Uma vez que já fora apresentado, poderia comparecer sem antes anunciar-me para acompanhar as actividades do movimento.

Assim, passei a conhecer os membros e representantes de diferentes delegações que por ali transitavam, visando, respectivamente, cuidar de expedientes e urgências burocráticas; interagi com a equipa de militantes em circunstâncias mais sérias e outras descontraídas, assisti a reuniões e, em alguns momentos, tomei refeições servidas no local para a militância e colaboradores da sede.

A convivência trazida por esses momentos rapidamente permitiu o estabelecimento de relações de proximidade entre eu e meus interlocutores a ponto de me tornar confidente em certos momentos, atender a pedidos de dinheiro para uma ou outra urgência – como pagamento da tarifa do transporte público – ou ainda ser convidado para “tomar uma 2M” após o expediente. Portanto, além do compromisso com o trabalho político, reinava na sede um ambiente de companheirismo e aprendizado, onde fui rapidamente integrado e passei a ser visto como parte da “família”.



Fig. 20 – Faixa frontal da sede da Nova Democracia, bairro de Maxaquene “B” em Maputo, 2019.

Foto: Acervo pessoal

A primeira resposta sobre as estratégias de conquista do eleitorado pela ND pode ser encontrada no local escolhido para a fixação de sua sede. Como já aponte, o edifício na imagem era uma residência familiar que foi alugada e transformada em escritório, sede do partido. Em um movimento oposto que serve também como sinal de distinção perante as principais forças políticas, a vinda ao bairro de Maxaquene “B”, um dos mais populosos e carentes na periferia da cidade de Maputo, sinaliza por parte desse partido um interesse e uma valorização dos espaços degradados e suas populações.

Fixar a sede partidária nacional em um bairro popular de baixa renda, privado de saneamento básico, habitações precárias, ordenamento estrutural irregular, pouca segurança etc., pode servir como indicativo de

que o partido, além de solidarizar-se com as populações mais carentes, acompanha e partilha dos seus problemas no dia-a-dia.

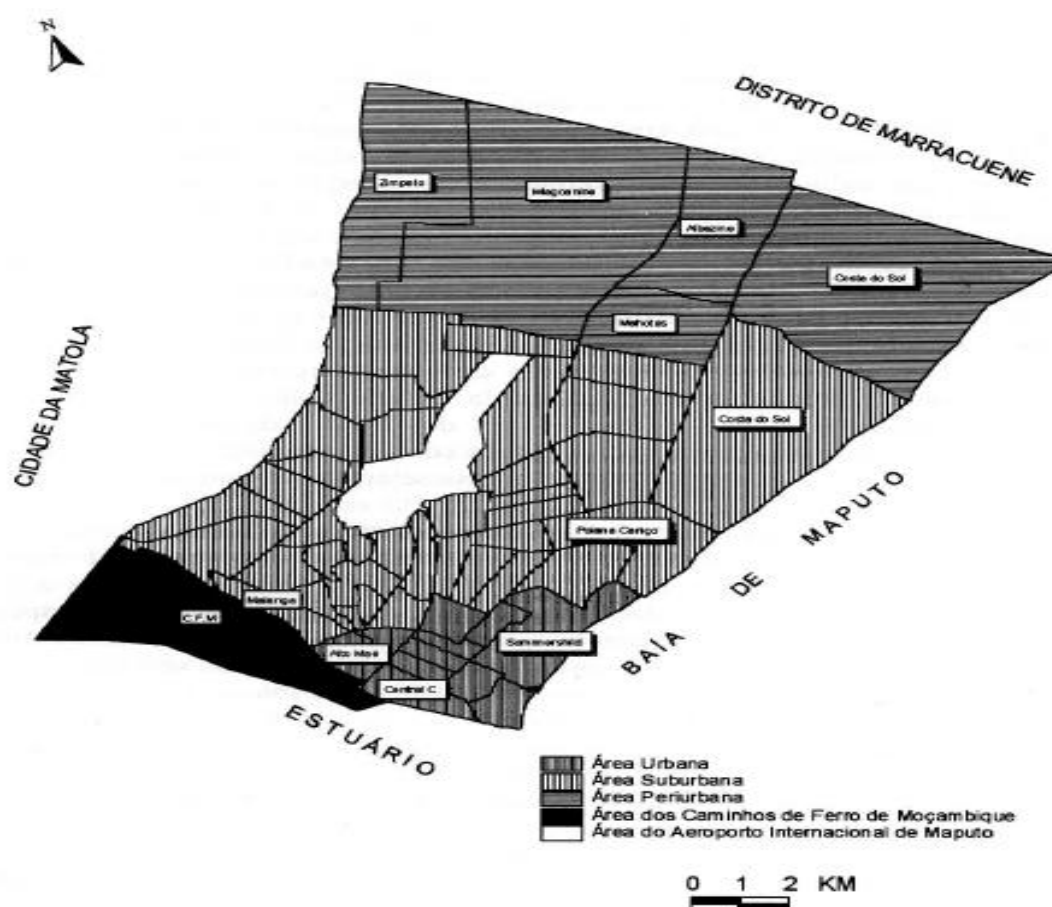


Fig. 21 – Mapa da distribuição urbana dos bairros da Cidade de Maputo
Imagem elaborada por Manuel Mendes de Araújo

Esse facto evidencia um afastamento do *modus operandi* dos partidos tradicionais cujas sedes nacionais tendem a ser vistosos edifícios de enorme valor nas zonas centrais da cidade, usufruindo de todo um conjunto de privilégios oferecidos pela estrutura e pelo ordenamento urbano. Distantes das massas situadas nos bairros periféricos, os grandes partidos, de acordo com o discurso da ND, são vistos como desconectados da realidade das populações, já que não vivenciam quotidianamente a realidade dos ditos “bairros suburbanos”. Portanto,

são *outros*, os de cima, que apenas procuram o *povo*, de baixo, em momento eleitoral.

Ao entrar na disputa político-eleitoral, a ND não recusa nem se esquiva dessa bipolaridade - *nós/eles* - pelo contrário, a reconhece, a valoriza e insere-se nela posicionando-se como parte do povo - portanto, *nós* - desfavorecido, ingressando na política para desafiar e denunciar - *eles* - os políticos acomodados no poder, usurpadores da coisa pública e que se esqueceram do povo.

Portanto, ao ter suas instalações dentro da periferia, a ND apresenta-se como uma força de origem popular, uma organização horizontal. O partido busca legitimar o seu discurso de ruptura com as forças políticas dominantes, visibilizando, desse modo, os distanciamentos patentes. Tais distanciamentos são enunciados de forma a reforçar a identidade do partido como popular, periférico, dissidente e horizontal.

A exploração das origens e da trajetória social, bem como a ideologia da organização, constituiu uma das principais apostas das lideranças do partido em sua estratégia de apresentação e legitimação da disputa pela adesão do eleitorado. Ao acionar e sublinhar essas dimensões como fundamentos de sua legitimação, a ND, em sua “construção social da política” (LACROIX, 1985), destaca nela aquilo que Coradini (2001), em seu estudo, denomina de características sociais percebidas como eleitoralmente pertinentes.

A ênfase na trajetória tinha o propósito de visibilizar o trabalho feito durante longos anos ao lado de diferentes comunidades em toda extensão do país, o que sob sua perspectiva lhes conferia conhecimento empírico das diversas idiossincrasias regionais e populacionais; ao mesmo tempo, exaltavam a formação de uma base prévia de liderança em múltiplas esferas, o que consideravam atestar contra as acusações de inexperiência e aventura.

Outra estratégia usada para visibilizar e marcar os distanciamentos políticos da ND perante as demais foi o investimento em uma candidatura partidária apenas ao Legislativo. Limitar a aposta à formação de uma bancada parlamentar em detrimento da corrida presidencial, pela sua distinção, despertou atenção do eleitorado, produzindo enorme eficácia na legitimação do discurso da ND como um grupo de jovens que entram para a disputa política com o intuito de “lutar por Moçambique” e “defender os interesses do povo”. Para esse facto, contribuiu a crescente percepção popular veiculada na imprensa e nas redes sociais, em que se discutem e denunciam os desrespeitos do Executivo e a sua sobreposição aos demais poderes.

Macuane (2020) mostra, em sua pesquisa sobre estrutura e agência das instituições de soberania, a proeminência da instituição Presidência da República e o desrespeito do seu titular às leis, à Constituição, aos tribunais e à Assembleia da República que, dominada pela Frelimo, serve como mero notário de chancela das iniciativas do governo. Dessa forma, a ND, com a sua candidatura unicamente parlamentar, propõe-se a restaurar o papel legislativo e fiscalizador do governo por parte da Assembleia da República, bem como lutar pela defesa de pautas de interesse popular.

A Nova Democracia é constituída por cidadãos de coragem que se juntaram à escala nacional em todas as províncias deste país para concorrer à Assembleia da República, trazendo uma nova forma de se debater assuntos de interesse nacional. Temos um Parlamento em Moçambique que, em cinco anos de mandato (Legislativo), nunca teve uma única iniciativa de lei, serve apenas para carimbar decisões governamentais e não necessariamente para criar políticas públicas que vão ao encontro das necessidades do cidadão (Quitéria Guirengane)⁶⁹.

⁶⁹ Cf. “Nova Democracia quer fiscalizar governo moçambicano”. *VOA Portugues*, 9 out. 2019. Vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Lho7zXIKEM>. Acesso em: 29 nov. 2020.

Essas ideias foram também sustentadas pela liderança do partido, Salomão Muchanga, em declarações a outro jornal de grande circulação no país, em que defendeu o manifesto legislativo da seguinte forma:

É preciso começar por desconfigurar o Parlamento, devolver ao Parlamento a sua vocação de defender o povo moçambicano, acabar com o cenário de partido único que se vive no nosso Parlamento. Era preciso que tivéssemos um foco principal e nos concentrarmos nesse foco, porque é no Parlamento que nós queremos que comece a efetivação de uma nova democracia, que significa o encontro dos cidadãos com os poderes constituídos. Ao conseguirmos construir um Parlamento com uma nova maioria, que significa, em primeiro lugar, que há um equilíbrio entre a relação do poder dentro do próprio Parlamento. E por via disso, as questões candentes da nossa sociedade merecem um consenso nacional, um diálogo nacional inclusivo. Se formos a ver, desde que o Parlamento foi constituído, não vimos os deputados a terem audições com os cidadãos. Queremos um Parlamento que fiscaliza a acção governativa. A decisão de concorrer apenas às eleições legislativas é também uma perspectiva didática da nossa sociedade, porque é o espaço de política por excelência e é onde deve se defender o cidadão nacional. (Salomão Muchanga – 11 de setembro de 2019)⁷⁰

O foco no Legislativo, o destaque da inércia das bancadas parlamentares, bem como sua subalternização perante o Executivo, constituíram ponto central como discurso de legitimação social das aspirações políticas da ND. Esse foi o factor distintivo que acionaram no debate eleitoral, visto que as demais pautas abrangentes, como saúde,

⁷⁰ Cf. José Jeco, “Não se combate a corrupção amando os corruptos”. *Blog Moçambique Terra Queimada*, 12 set. 2019. Disponível em: <https://ambicanos.blogspot.com/2019/09/nao-se-combate-corrupcao-amando-os.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

corrupção, educação, pobreza etc., eram genericamente abordadas pelos demais partidos, como de facto tem sido recorrente em anos eleitorais.

A candidatura parlamentar acompanhada pelo manifesto legislativo apresentou-se como inovação na história eleitoral moçambicana, imprimindo outra ênfase em questões consideradas candentes na política nacional. Dessa forma, o partido pretendeu rechaçar as acusações de ambição pelo poder – o que é moralmente reprovado nesse contexto – e se apresentava como um novo actor político de relevância, focado no fortalecimento do Legislativo e, conseqüentemente, na revigoração do sistema democrático.

O projecto do manifesto legislativo também foi acompanhado de uma ofensiva retórica na qual o partido, recorrendo à prévia experiência, às redes e à base comunitária do activismo social desempenhado pelo Parlamento Juvenil, colou estrategicamente o surgimento da ND a uma “vontade popular”; assim sendo, as suas linhas programáticas manifestariam os interesses do povo, uma vez que este é discursivamente colocado como tendo-se juntado à escala nacional para lutar por suas demandas, conforme apontou o seu líder:

[...] os princípios fundacionais da Nova Democracia emergem de uma vontade popular, dos sacrifícios dos jovens moçambicanos, do suor das mulheres, do suor das mulheres, emergem da vontade da população de fazer um novo Moçambique. A mais-valia da Nova Democracia é o cidadão que quer mudanças hoje, em Moçambique. Nova Democracia é como atravessar o deserto onde de dia são 50 graus e de noite são 20, mas nós estamos a atravessar o deserto porque é o professor, o agricultor, o comerciante, o religioso que está a dizer basta esta situação de pobreza que é como uma mangueira de incêndio na garganta dos moçambicanos. Portanto, a Nova Democracia apresenta em primeiro lugar a recusa firme da humilhação. A Nova Democracia é a imagem viva e activa da coragem dos que decidiram interromper um paradigma de hesitação e conforto [...]. Isso é uma marcha longa, temos consciência disso, mas alguém tinha de

fazer alguma coisa. (Salomão Muchanga – 11 de setembro de 2019)⁷¹.

Portanto, o partido toma um conjunto de pautas de relevância nacional que representam a angústia de diversos sectores populares e as mobiliza como âncoras e, ao mesmo tempo, como legitimadores do seu projecto político. Ao acionar a pobreza generalizada, a precarização das condições de trabalho e dos aparelhos públicos da saúde e da educação, a ND visou a preferência ou “adesão” (PALMEIRA e HEREDIA, 2006) de várias parcelas da população não comprometidas com os partidos hegemónicos.

Para um partido fundado há poucos meses, tal “adesão” seria desejável que se manifestasse na filiação, na colagem de cartazes e adesivos de campanha nas portas de casa e em veículos automóveis das populações, ou no uso de camisetas com as cores e os símbolos partidários; mas, em virtude dos cerceamentos estruturais e logísticos, tal desejo não seria alcançado com a urgência exigida pelo momento.

Desse modo, a “adesão” seria comprovada de outra forma, passando a ser vista como a repercussão pública das pautas propostas, por meio de publicações, menções em debates nas redes sociais, discussões nos transportes públicos, conversas em espaços como mercados, bares e restaurantes etc. Essa repercussão foi importante na visibilização dessa nova força política desprovida de meios e influência mediática de garantir cobertura das suas actividades pela grande imprensa.

Ainda que em alguns casos não fossem citações abonatórias, o facto de se colocar, repetida e publicamente, o nome da ND nos meios

⁷¹ Cf. José Jeco, “Não se combate a corrupção amando os corruptos”. *Blog Moçambique Terra Queimada*, 12 set. 2019. Disponível em: <https://ambicanos.blogspot.com/2019/09/nao-se-combate-corrupcao-amando-os.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

mediáticos representava uma espécie de vitória na medida em que atraía atenções para o partido que fora fundado havia menos de cinco meses.

3.4. “Colher a experiência antes de uma vitória maior”

Durante a cruzada mediática na qual a ND precisou mostrar a sua consistência organizacional, ideológica e discursiva ao enfrentar os questionamentos, hesitações ou ataques vindos de diferentes sectores, foi necessário aprimorar seus mecanismos de comunicação apostando nas redes sociais como principal forma de interação com o eleitorado. Uma linha telefónica também foi disponibilizada exclusivamente para interação via mensagens escritas.

Por diversos momentos, logo pela manhã, encontrava na sede do partido a secretária absorta prestando esclarecimentos a eleitores curiosos, desejosos de se filiar, ou que buscavam outras informações. Anabela⁷², jovem estudante de sociologia no período noturno na universidade Eduardo Mondlane, explicou-me que, moradora do bairro, ela era a primeira a chegar, abrir e organizar o escritório. Após esse ritual, sua rotina era dedicada às interações presenciais ou nas redes sociais, ou ainda pelo celular, junto ao público ávido por informações sobre o novo partido. Segundo ela, e como também testemunhei, esse público era maioritariamente composto por jovens estudantes ou recém-formados, comerciantes, desempregados, homens e mulheres que massivamente vinham de diferentes cantos da cidade, seduzidos com a proposta da ND, ao mesmo tempo que se disponibilizavam imediatamente a abraçar sua causa.

⁷² Aos membros e militantes cuja posição na estrutura do partido não implique mediatização das suas figuras, preservarei suas identidades com recurso a ficcionalização dos seus nomes.

Os grupos de jovens que chegavam diariamente eram identificados, registados e direcionados aos representantes do partido em seus respectivos bairros, o que indica a presença rizomática da ND em tão curto tempo de formação. Em alguns casos, na falta de representantes, tais voluntários eram instruídos politicamente e passavam eles próprios a representar o partido em seus espaços de residência, devendo, por sua vez, recrutar e difundir localmente os ideais do partido. Às mensagens de celular que vinham de diferentes cantos do país com esse tipo de teor passavam por um processo de tratamento similar, no qual os interessados eram encaminhados aos representantes provinciais, distritais e locais, que se encarregavam de localizar, identificar e, posteriormente, dar continuidade ao processo de formação, e assim por diante, fortificando as adesões.

Para atender a tantas demandas, Anabela tinha em sua mesa um *notebook*, três celulares e uma caixa com uma pilha de fichas de filiação. Duas outras jovens se juntavam posteriormente – soube depois que chegavam mais tarde porque uma estudava de manhã e a outra morava em bairro distante – e auxiliavam no trabalho permanente do escritório. Anabela sempre me recebia e me direcionava aos membros ou sectores com quem eu desejasse falar, ou então, nos raros horários de pouca movimentação, conversava comigo e me passava diversas informações sobre a agenda e os trabalhos em decurso.

Ela explicou-me que, pelas redes sociais, a interação era frequentemente com o público das grandes cidades, enquanto usava os três telefones celulares, principalmente por via de mensagens escritas, SMS, para interagir mais com o público sem acesso à internet, maioritariamente das zonas periurbanas e/ou rurais, sendo as últimas com baixa cobertura da rede. Disse que se esmerava em responder a todos que escreviam, pois era importante que as pessoas sentissem que

“podiam participar e ter suas vozes ouvidas, já que em Moçambique nenhum partido escuta o povo”.

O discurso de oferta ao cidadão de uma plataforma de escuta e participação foi deveras explorado pelo partido - reforçando a dicotomia *nós/eles* - justamente em contraposição à percepção de que a Frelimo, partido governamental, tinha abandonado as populações, passando a governar apenas para si e seus aliados. Nas redes sociais, nas aparições mediáticas em eventos e na imprensa, a mensagem passada dizia “agora é a vez do povo!”.

Com o *slogan* “agora é a vez do povo!”, a ND procurou estampar como sua marca a ideia de um projecto popular que se transformaria em instrumento de tomada de poder pelas massas:

somos um movimento de cidadãos, não necessariamente um partido político tradicional, mas porque a Constituição da República não abre espaço para que movimentos cívicos possam participar, por isso, decidimos registar este movimento de cidadãos como um partido político para poder concorrer ao Parlamento nacional [...]; estamos mobilizados e convocamos todos moçambicanos para esta luta, vamos travar uma luta sem igual na nossa história contemporânea. A participação é um direito que assiste a todos moçambicanos, não é um favor prestado pelos governantes. Temos uma classe que se comporta como dona do país, como se a política fosse só para eles. A Nova Democracia está em prontidão e nossa missão é libertar o povo. (Salomão Muchanga, 4 de junho de 2019)⁷³

No entendimento da ND, a elite governamental tem colocado o Estado como um instrumento de combate ao cidadão na medida em que suas políticas reiteram a exclusão social, precarizam as condições de vida, ao mesmo tempo que direitos são autoritariamente desrespeitados. De

⁷³ Cf. “Nova Democracia: Cerimónia de lançamento do Movimento”. Facebook, [s.d.]. Vídeo (72 min.) Disponível em: <https://ar-ar.facebook.com/NovaDemocraciaMZ/videos/450668712169708>. Acesso em: 21 nov. 2020.

facto, diversos autores (MBEMBE, 2006; NUVUNGA, 2014; MACUANE, 2018; CORTÊS, 2018) têm sublinhado como característica marcante da política moçambicana a proliferação de grupos em aliança com o partido Frelimo, procurando vantagens e se servindo da máquina administrativa estatal para benefícios particulares.

Isso levanta questionamentos sobre a conformação do Estado moçambicano; por um lado, até que ponto seu aparelho estatal é um bem público e, por outro, em que medida ele serve de instrumento de garantia de proteção e segurança aos indivíduos? Será que são localmente oferecidas condições legais de extensão dos direitos políticos dos indivíduos? Ademais, em que medida tal Estado torna possível o exercício da cidadania em suas formas múltiplas (MENESES et al., 2018).

Com o desiderato de promover a inclusão e a participação, em ruptura com o clima de polarização protagonizado pelas forças políticas hegemónicas - por um lado, a Frelimo, com passado socialista; por outro, a Renamo, com génese capitalista⁷⁴ - a ND afirma defender uma posição ideológica moderada de forma a abranger todos os moçambicanos. Nesse sentido, para este partido, o “contexto moçambicano expurga a esquerda socialista e a direita capitalista. É necessário construir um Estado compatível com o seu povo, buscar um novo modelo de afirmação de inclusão pelo estabelecimento de um centro democrático” (NOVA DEMOCRACIA, 2019):

O que nos mobiliza é o trabalhador, o estudante, o idoso, nossos pais reformados e desamparados, o jovem desempregado, as mulheres que passam por situações humilhantes para apanhar o transporte, as crianças que passam fome, taxa de água e luz muito caras. É a melhoria dessas condições que nos move, portanto, é um ideário nacional, nossa questão primária é suprapartidária, nutrimos uma paixão ardente por Moçambique. Vamos juntar-nos e criar uma nova maioria central. Só um ideário nobre de luta pode unir os moçambicanos para lutarmos por um país melhor.

⁷⁴ Como detalhado no primeiro capítulo.

Por isso, afirmamos que ND é o movimento, o nosso partido é Moçambique (Salomão Muchanga, 4 de junho de 2019)⁷⁵

Portanto, a ND apresenta-se como uma frente popular desejosa de unir os moçambicanos contornando a polarização Frelimo/Renamo, esquerda/direita. Nisso, ela concebe que a melhor alternativa ideológica capaz de abarcar todos os moçambicanos em sua diversidade de origens, trajectórias e credos é o centralismo democrático, uma vez que, como argumentam, a história nacional foi marcada pelos (e ainda sofre os) efeitos do conflito entre ideais socialistas e capitalistas dos dois partidos hegemónicos.

O pretenso carácter popular da ND é constantemente reforçado sob a justificação de que se trata de um “*movimento de cidadãos* que, por imperativos constitucionais, teve de formar um partido político de modo a participar da corrida eleitoral”. A constante afirmação do carácter cívico do movimento não constitui *per si* uma negação ou estratégia antipolítica, uma vez que o partido é enfático na convocação do povo a participar dos processos e da tomada do poder. Pode-se entender a reiteração do carácter activista e comunitário por esse partido como forma de se distanciar do perfil formal das forças dominantes e também deixar uma janela permanentemente aberta para a adesão de qualquer cidadão.

Nesse sentido, a postura de abertura permanente para as adesões insere-se mais uma vez como um marcador de distinção perante as forças políticas hegemónicas. Nestas, as formas de recrutamento predominante são, de acordo com o entendimento dos meus interlocutores, baseadas em interesses privados, podendo eles ser: afinidades sanguíneas e relações familiares; laços de camaradagem;

⁷⁵ Cf. “Nova Democracia: Cerimónia de lançamento do Movimento”. Facebook, [s.d.]. Vídeo (72 min.) Disponível em: <https://ar.facebook.com/NovaDemocraciaMZ/videos/450668712169708>. Acesso em: 21 nov. 2020.

afinidades económico-financeiras (interesses empresariais); convites em função da profissão (músicos, desportistas, académicos, artistas, jornalistas etc.); enfim, um conjunto de indivíduos portadores de notoriedade e de prestígio social entendido, em termos políticos e eleitorais, como relevante, não importando necessariamente suas convicções e compromissos ideológicos, mas, sim, a visibilidade e a exposição mediática que emprestarão a esses partidos.

Para a liderança da ND, os partidos hegemónicos, ao selecionarem quadros entre familiares, empresários e profissionais do entretenimento etc., facilitando e favorecendo sua entrada e construção de carreira na política respectivamente, estão apenas a perseguir agendas eleitoreiras e não demonstram ter um projecto político.

De acordo com a liderança da ND, Salomão Muchanga, as grandes forças políticas não demonstram preocupação com as demandas populares e, ao privilegiarem o predomínio de laços de diferentes afinidades na sua militância e nos cargos de relevância dentro de sua hierarquia, esses partidos afastam-se das camadas populares e perseguem interesses particulares.

É a partir dessa perspectiva que a ND, logo em seu surgimento, sublinha o carácter popular do seu projecto político e reitera suas trajectórias e alianças com o activismo cívico e com as populações dos bairros suburbanos, das zonas rurais e demais regiões desprivilegiadas e excluídas pelo sistema político hegemónico, respectivamente com o intuito de iniciar um projecto comum e de integração dos sectores das camadas populares e com o de tomar o poder.

A meta da ND é governar Moçambique. Queremos tomar os espaços de tomada de decisão. Não estamos aqui só pelo momento eleitoral para depois desaparecermos como os *outros*. Não somos um movimento meramente eleitoral. Somos um acto político da juventude e cidadãos, somos um projecto político.

Temos uma ligação profunda com o povo. Não somos um projecto de entretenimento político. Se isso [tomar os espaços de decisão] significa tomar o parlamento, tomar as províncias, tomar os distritos, vamos tomar. Se houver uma situação extraordinária para tomar a presidência, também vamos tomá-la. Não somos um movimento de faz-de-conta, não somos um movimento sazonal. Estamos a estabelecer uma agenda para governar Moçambique a médio prazo, juntamente com o povo. Estamos a lançar a semente, estamos a colher experiência antes para uma vitória maior. (Salomão Muchanga, 4 de junho de 2019)⁷⁶

Portanto, a ND afirma rejeitar o privilégio dado às personalidades mediáticas ou empresariais no ingresso e na construção de carreiras políticas, estratégia que vê como eleitoreira e criadora de afastamento com o povo, este por si retratado como o protagonista da luta e de seu projecto político. Ainda que o partido governante se autodenomine representante do mesmo povo visto como sofrido pela ND, esta envereda por uma pauta de participação política, não lançando mão a antipolítica como se tornou frequente em contextos de tamanha incredulidade e desengajamento com a política. É pela inclusão das populações de diferentes origens sem distinção de classe em sua militância que o partido lança as bases da fundação de um movimento em busca da tomada do poder, o qual estão cientes de que talvez não alcancem já em sua primeira corrida eleitoral, pois se trata de “colher experiência *antes* para uma vitória maior”.

⁷⁶ Cf. “Nova Democracia: Cerimónia de lançamento do Movimento”. Facebook, [s.d.]. Vídeo (72 min.) Disponível em: <https://ar.facebook.com/NovaDemocraciaMZ/videos/450668712169708>. Acesso em: 21 nov. 2020.

Capítulo IV

Vamos à luta

Para a corrida eleitoral de 2019, a ND privilegiou como estratégia de campanha o contacto interpessoal com o eleitorado a partir de caminhadas em bairros periurbanos, nos quais se fazia a campanha porta a porta; visitas aos mercados populares, feiras e espaços de grande aglomeração de comerciantes informais, onde se apostava em conversas individuais ou grupais com os vendedores locais. A aposta estava na galvanização da juventude e de camadas populares no sentido de lhes estimular interesse e engajamento na política. Para seduzir tais camadas, o partido apostava na divulgação dos seus ideais que, no seu entender, são inclusivos e priorizam o povo moçambicano, contrariamente às políticas conduzidas pela Frelimo. A desmoralização da Frelimo a partir do recurso aos diversos casos de corrupção e, principalmente, ao famoso caso das “dívidas ocultas” era recorrente.

Inicialmente, as visitas e conversas que eu efectuava com a militância da ND em sua sede condicionaram o meu entendimento sobre as dinâmicas internas das reuniões. Uma vez impossibilitado de acompanhá-las (num primeiro momento), não podia aferir a disposição física das mesas, das cadeiras, a distribuição do tempo e do uso da palavra entre os intervenientes. Ouvir os assuntos debatidos me permitiria entender as lógicas dominantes sobre o que é ou não relevante, o que é ou não prioritário, e os caminhos a seguir pelo partido. Permitiria também perceber como se estabelecem as relações entre os membros, sua sintonia, contradições, percepções, expectativas, e como eles as canalizam ao partido e como este lida com elas.

Poder presenciar as reuniões seria também uma oportunidade singular para detectar eventuais choques de ideias, quer sobre os modos de acção política ou sobre a concepção da mesma, quer sobre as diferentes animosidades, tão comuns nesses espaços, bem como suas respectivas formas de resolução. Isso, aliado aos modos de construção de consensos, ofereceria uma oportunidade ímpar de captar os processos de construção de predominância interna de certas perspectivas em detrimento de outras, em especial as hierarquizações ou horizontalidades dentro do grupo.

Como visto anteriormente (MUHALE, 2014), as reuniões ou assembleias - de movimentos políticos e não só - são espaços imbuídos de acalorados debates, demonstrações de emoções, afectos, disputas, cisões, consolidação de uniões, construção teórica e prática do processo político. Desse modo, são de grande pertinência ao trabalho do etnógrafo, uma vez que permitem a observação da construção do processo político. São espaços que permitem, simultaneamente, a observação do exercício da democracia na teoria e na prática.

Um dos motes do partido na campanha era a necessidade urgente de renovação política. Defendia-se que, depois de tantas décadas no poder, a Frelimo não entendia os problemas do povo e governava para uma minoria, devendo, por isso, ser afastada para que novas figuras, com novos projectos e agendas, tomassem espaço. A ND afirmava buscar melhores condições para as populações oprimidas, excluídas e empobrecidas, e as convidava a conhecer e abraçar seu projecto conduzido por jovens de faixa etária que entre 18-35 anos ou mais.

Com o arranque da campanha eleitoral, de modo a acompanhar os ínfimos detalhes das acções da ND, dirigia-me todas as manhãs à sede do partido no bairro de Maxaquene, de onde partiam as caravanas eleitorais com as quais eu seguia. Isso me permitiu ver a preparação das comitivas, o planeamento dos itinerários, o convívio entre a militância, o que me

ajudou a perceber as lógicas que norteavam as escolhas pelo escalonamento de determinados bairros ou mercados em detrimento de outros; a incidência em certos tópicos, por exemplo, os problemas que afectam a juventude, o tipo de abordagem e linguagem a ser empregada etc.

Ao frequentar diariamente a sede do partido, partir com as caravanas, fazer-me transportar pelos mesmos veículos com membros e cabos eleitorais, acabei por ver-me integrado ao grupo, partilhando refeições e conversas, desde as mais descontraídas e banais, como as bizarrices dos artistas e famosos reportadas na imprensa local, aos assuntos tidos como pertinentes, variando das tácticas de abordagem e temas a discutir com os diferentes tipos de eleitores, sendo até convidado a opinar sobre algumas dessas questões quando sua concertação ocorria na minha presença.

O secretismo que rondava diferentes questões, das quais eu era excluído a princípio, paulatinamente cedeu espaço a uma abertura na qual me diziam “perceber meu envolvimento com as causas do partido e a preocupação com o bem-estar do povo”. Para uma parte da militância, eu era visto como um membro, enquanto aqueles cientes da minha pesquisa desconsideravam meu lugar de pesquisador, impelindo-me, com diferentes artifícios retóricos, a filiar-me ao partido. De facto, passei a ser considerado como pertencente àquele grupo, um parceiro de batalha que, embora residindo temporariamente fora do país, como diziam meus interlocutores, estava afectado e atravessado pelos mesmos problemas que assolam o país e a juventude moçambicana, no caso: desemprego, falta de habitação, sistema de transporte público, saúde e educação precários e sucateados, entre outras indignidades que afirmavam dever-se à falta de compromisso da administração pública.

Ainda que não respondesse afirmativamente aos apelos e assédios de filiação, a distância entre pesquisador, interlocutores e fenómenos

observados diluía-se com o desenrolar dos eventos no terreno. Durante esse período, meu trabalho de campo correspondia a escalar os diferentes bairros acompanhando as equipas de visitas às famílias e conversa com as populações. Do vivenciado, despontou um misto de diferentes sensações emotivas, desde revolta, desespero, alegria, empatia, até esperança. Isso ocorria porque eu me reconhecia naquelas pessoas, em suas histórias, partilhando com elas a experiência do mesmo passado sociopolítico, trajectórias comuns salvaguardadas as respectivas nuances. Assim, as diversas questões relatadas e suscitadas entre as conversas dos cabos eleitorais com os eleitores remetiam-me a variados exemplos de questões vividas no seio da minha própria família, outras do bairro ou até de amigos. Era uma afectação no sentido apontado por Favret-Saada (2012), que despertava imensos gatilhos em mim ao trazer à pele problemas de um passado indigno e indecoroso que se fazia viver no presente de forma mais desesperadora. Ainda que a sensibilidade e a dramaticidade dos eventos durante o trabalho de campo tenham-me capturado e envolvido, creio ter feito o esforço de efectuar a necessária observação objectiva dos factos e a busca por uma compreensão da complexidade dos fenómenos estudados.

A dinâmica trazida pelo arranque da campanha eleitoral possibilitou a observação da interação dos meus interlocutores no terreno entre si e também com as populações. A espontaneidade comum aos encontros casuais permitiu descortinar as directrizes estabelecidas nas reuniões que fui impedido de acompanhar. O “inesperado”, criado pelas abordagens dos militantes aos potenciais eleitores, obrigava em diversos momentos a um “à parte”. Isto é, momentos em que conjuntos de membros se juntavam para efectuar reparos à actuação de algum colega; ou, então, situações em que os dirigentes das comitativas reuniam o grupo com o intuito de relembrar ou anunciar novas instruções; ou,

ainda, as pontuais concertações sobre certos aspectos que eventualmente surgissem ao longo da trajetória.

Tais concertações, reparos ou redefinições de estratégias de acção nas abordagens ao eleitorado, por se darem ao ar livre, embora conduzidas de forma discreta, podiam por mim ser testemunhadas. Embora nos primeiros momentos alguns militantes esboçassem certo secretismo, marcando uma distância para, em voz baixa, fazer os referidos acertos, foram aos poucos se mostrando desenvoltos, passando a tratar dessas questões espontaneamente, sem se incomodar com a minha presença. Tais conversas, com frequência, aconteciam em momentos de descontração como no interior das viaturas ou em caminhadas em grupo durante o trajecto de retorno das passeatas ou carreatas, ou ainda nos momentos de almoço e qualquer outra refeição após a jornada de trabalho.

Atentando às conversas travadas nesses momentos, pude colher elementos que me permitissem capturar as visões de mundo que norteavam não só a luta da ND, mas também as subjectividades dos seus membros. Esses momentos permitiram-me entender suas concepções de política, os sentidos e significados do seu engajamento, as motivações, e suas percepções sobre os papéis e as atribuições dos políticos e da política.

Além de poder acompanhar “na prática” os discursos e as performances dos actores políticos durante as interações com o eleitorado, seguir as caravanas eleitorais permitiu-me também colectar discursos das populações, suas concepções da política, o que consideravam pertinente naquelas eleições, quais elementos eram-lhes importantes em suas escolhas, a adesão ou o apoio político, e como ocorria a conversão do mesmo em voto.

As abordagens ao eleitorado, dependendo das circunstâncias, variavam entre descontraídas, interessadas ou o oposto. Por vezes calorosas, porém sem agressões físicas ou verbais, ou em outros casos demonstrando identificação e simpatia com o projecto da ND. Houve casos de eleitores que se mostravam desconfiados, lançando suspeitas sustentadas em rumores ou mensagens e vídeos das redes sociais. Havia ainda filiados ou simpatizantes de outras forças políticas que manifestavam sua lealdade e elaboravam, sob escuta atenta dos membros da ND, seus motivos de apoio aos seus respectivos partidos.

Perante esses casos, a postura dos membros da ND era de prestar atenção, demonstrando respeito pelos posicionamentos políticos contrários e buscando rebatê-los com a apresentação de propostas em um debate conduzido da forma mais pacífica possível oferecida pelo contexto. Isso evidenciava uma aposta e um compromisso dessa força política com a construção e o fazer político fundados no diálogo democrático em contraposição às posturas belicistas, agressões físicas e troca de insultos perpetrados pelos partidos dominantes e seus adeptos, nomeadamente a Frelimo, a Renamo e, por vezes, também o MDM.

4.1. Início de um “novo Moçambique”

A caça ao voto arrancou no dia 31 de agosto com reclamações de não alocação dos fundos públicos de financiamento das campanhas dos partidos concorrentes às eleições, embora a Comissão Nacional de Eleições (CNE) tivesse, na véspera, garantido que efectuará a distribuição⁷⁷ dos 180 milhões de meticais entre as forças políticas e uma

⁷⁷ Amós Fernando, “Tudo a postos para o início da campanha para as eleições em Moçambique”. *DW*, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/tudo-a-postos-para-o-in%C3%ADcio-da-campanha-para-as-elei%C3%A7%C3%B5es-em-mo%C3%A7ambique/a-50232802>. Acesso em: 10 abr. 2021.

parte desse valor (60 milhões) entre os quatro candidatos presidenciais. O incumprimento dos prazos legais pelas autoridades eleitorais veio aumentar a descrença de todo o sistema de administração e justiça eleitoral, visto como parcial, sem independência e sob constante influência do partido do governo.

Considerando a proporção da lista de candidatos apresentada, a ND entrava na corrida eleitoral com menos acesso aos recursos públicos do que os principais partidos, uma vez que ela não apresentava candidatura presidencial, focando-se nas eleições legislativas e provinciais. O referido incumprimento dos prazos legais e a exiguidade de recursos interferiram em toda sua campanha, chegando, inclusive, a influenciar a relação do partido com o eleitorado – como veremos – mesmo quando finalmente os referidos recursos foram em parte disponibilizados, como é possível depreender do Relatório da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia:

O financiamento público deve ser disponibilizado 21 dias antes do início da campanha eleitoral. A primeira tranche de 50% deveria ter sido disponibilizada a 10 de agosto mas devido a atrasos na aprovação das listas de candidatos e ao acordo da CNE sobre a fórmula de atribuição de fundos, os candidatos apenas receberam os fundos a 3 de setembro. Para receber as restantes duas tranches de 25%, os partidos necessitavam de submeter comprovativos das suas despesas à CNE (UE, 2019)⁷⁸.

Desse modo, a ND iniciou a corrida eleitoral com recursos próprios, oriundos da contribuição dos seus membros, que, como já referido, são maioritariamente jovens estudantes. Com a exiguidade de fundos, a ND priorizou um arranque centralizado, preferindo reunir

⁷⁸ “MOE UE Moçambique 2019: Apresentação do Relatório Final com 20 recomendações”. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/kosovo/74860/moe-ue-mo%C3%A7ambique-2019-apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-relat%C3%B3rio-final-com-20-recomenda%C3%A7%C3%B5es_en acesso em: 20 out. 2020

todas suas delegações de Maputo e Matola na sua sede, para um acto unificado. Dessa forma, contrariou a prática habitual dos principais partidos de iniciar as colagens de cartazes e faixas pelos principais pontos das cidades durante a madrugada do dia inaugural da campanha em uma antecipação aos seus adversários.

A movimentação na sede de Bela Rosa, no bairro de Maxaquene no dia 31 de agosto, era marcada por enorme agitação, à semelhança do que acontecia nas últimas semanas, com a afluência de membros e simpatizantes. Nesse dia, a numerosa militância chegava em grupos de viaturas ou individualmente, faziam-se os últimos acertos, distribuía-se camisetas e demais materiais de campanha, bem como a ornamentação dos veículos com símbolos do partido. A militância vestida de camisetas amarelas ou brancas, bonés amarelos com símbolos do partido, portava também coletes de trânsito – uma opção inovadora nos artigos a oferecer aos potenciais eleitores durante a campanha. Juntaram-se todos nas imediações da sede, onde, em clima de festa, gritavam, assobiavam, apitavam, cantavam e dançavam, prontos a iniciar o desfile pelas ruas da cidade.

Antes da partida, a mensagem da liderança aos membros foi a de “realização de uma campanha ordeira, alegre, priorizando o diálogo e a escuta com o/ao povo; observar escrupulosamente a legislação de modo a não incorrer em ilícitos eleitorais; respeitar as forças políticas adversárias e seus simpatizantes; não se envolver em actos de violência; e, principalmente, não responder a provocações e eventuais agressões”. Um conjunto de advertências que, de facto, foi repetido durante todo o processo eleitoral.



Fig. 22 – Militância da Nova Democracia e seu líder, António Muchanga (centro), festejam o início da campanha eleitoral no bairro de Maxaquene.
Foto: jornal Zambeze

4.2. Longa e árdua jornada

A caravana saiu da sede com cânticos e gritos acompanhados de músicas especialmente gravadas para a campanha do partido que eram difundidas pelo carro de som. Era constituída maioritariamente por viaturas particulares dos membros, algumas disponibilizadas apenas naquela data, de modo a transportar maior número da militância. Naquele primeiro dia de contacto com o eleitorado, a estratégia era escalar as regiões mais populosas ou de maior aglomeração nas cidades de Maputo e Matola, de modo a se mostrar pela primeira vez às populações desses bairros e/ou mercados.

A energia da caravana despertava ao longo do trajecto a atenção e a curiosidade das populações, que rapidamente se aproximavam, tornando o ambiente mais vibrante ao juntar-se à festa. Embora essas interações

com o público acontecessem com bastante frequência e rapidez, as pausas mais demoradas eram feitas nos mercados, *dumba-nengues*⁷⁹, paragens de *chapas* ou até quiosques, restaurantes e bares, localmente designados de *barracas*, lotadas de clientes.

Aqui, a comitiva descia dos carros aos cantos, fazia a festa com os populares, os comerciantes e sua clientela, apresentando o partido e difundindo seus principais ideais. Embora esses encontros durassem considerável tempo, subvertendo a agenda, uma vez que a ideia do partido era apenas circular pela cidade em *roadshow* - viagem por via rodoviária com o intuito de expor seu material em diversas localidades - sem se deter em conversas longas e profundas com o eleitorado, as perguntas e o entusiasmo do público que se juntava demandavam certa atenção, acabando por atrasar a marcha e o cronograma estabelecido.

Por conta dessas paragens não programadas ao longo do percurso em Maputo e Matola, a caravana da ND acabou seguindo atrasada – ao final da tarde - para o seu principal acto de campanha do dia: viajar oitenta quilômetros até a vila de Xinavane no distrito de Manhiça, a norte de Maputo. Lá se realizaria seu comício inaugural. A escolha de Xinavane, vila rural que tem as maiores plantações e indústria açucareira do país, para o principal acto inaugural da campanha da ND está ligada ao facto de ser a terra natal do seu líder, António Muchanga.

A forte ligação da referida liderança com a terra foi visível na recepção dada à comitiva na chegada. Um grande número de viaturas aguardava a caravana eleitoral na autoestrada e a escoltou pela localidade, constituindo um enorme e ruidoso cortejo, que percorreu, com uma grande massa de populares que se iam juntando, suas principais artérias, ao som de cânticos, músicas emitidas pelos carros, palavras de ordem, à semelhança do que ocorrera em Maputo e Matola.

⁷⁹ Pequenas feiras informais geralmente localizadas nas margens das estradas.

Ao passear pelas ruas de Xinavane, a caravana privilegiava contactos interpessoais, colagem de panfletos, distribuição de bonés e camisetas da campanha, acompanhados de pedidos de voto. Frisava tratar-se do partido de um “filho da terra”, cheio de coragem, humanidade e integridade – características localmente valoradas – criado para mudar Moçambique através da inclusão social, focando-se na geração de empregos para a juventude.

Diversos elementos considerados distintivos eram accionados para demonstrar distanciamento dos demais partidos, acusados de ter uma gestão interna gerontocrática, não havendo em seu seio voz para a juventude. Por sua vez, a ND mostrava-se como uma força que dava primazia à juventude. Nesse sentido, as explicações focavam na composição do partido, bem como nas trajectórias de seus membros.

Era transmitido ao eleitorado que as listas concorrentes à Assembleia da República por esse partido apresentavam uma distribuição igualitária de género, sendo uma metade constituída por mulheres e a outra por homens. Sobre esse aspecto, reiterando a distinção com as demais forças políticas, frisava-se que as mulheres ocupavam posições cimeiras nas candidaturas, o que significava, de acordo com a perspectiva do partido, que seu papel não era meramente decorativo. As mulheres seriam as primeiras beneficiadas pelos votos endereçados à ND, sendo as primeiras a serem apuradas no caso de eleição. Isso demonstraria para o partido a sua seriedade e o seu compromisso com a igualdade de direitos na construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Continuando com essas exposições, meus interlocutores aproveitavam e estabeleciam comparações para o seu eleitorado sobre dinâmica interna dos partidos hegemónicos, em cujas listas de candidatura, segundo afirmavam, as mulheres são posicionadas nas últimas posições, o que tinha como implicação a sua não eleição ou então fraca representação.

Os capitais políticos, culturais e sociais dos candidatos da ND eram também accionados como forma de conferir legitimidade, integridade e

adequação dos mesmos às funções que se propunham exercer. Sublinhava-se que em sua quase totalidade, os componentes das listas concorrentes à AR por esse partido se dedicariam a trabalho comunitário, associativismo político e voluntariado em organizações humanitárias. Tratava-se, portanto, de indivíduos que gozavam de notável reputação na advocacia de questões relativas a liberdade, direitos humanos, justiça social, empoderamento da mulher etc. Bourdieu (2004) aponta que a reputação possibilita um “capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento”; assim, o capital social se transforma em artefacto na disputa política, tal como era mobilizado pela ND.

Considerava-se que essas trajectórias ao lado das comunidades significavam recursos relevantes para a ocupação de cargos governamentais e legislativos, já que, de acordo com a ND, o percurso espelharia seu “conhecimento dos problemas e necessidades do povo moçambicano”. Desse modo, a imersão e a militância em causas sociais e comunitárias eram acionadas como trunfos sociomorais e de competência e compromisso com o povo, com a expectativa de que fossem capazes de atrair e converter votos.

Os diferentes conjuntos de atributos e capitais sociopolíticos dos seus candidatos eram contrastados directamente com os membros do governo e também com o dos componentes das listas concorrentes a deputados pelo partido Frelimo. Sobre estes, diziam não haver registos de nenhuma trajectória por associativismo, organizações de trabalhadores, trabalho comunitário (re) conhecido. Diferentes exemplos de ocupantes de cargos governamentais ou de componentes das listas de candidatos eram individualmente apontados, ilustrando-se a ligação histórica das suas famílias com a Frelimo; ou então, quando esses vínculos de origem não fossem considerados pertinentes para a audiência, mobilizavam-se o percurso e as afinidades empresariais dos referidos candidatos com as elites do seu partido.

Disso tudo depreendi que a intenção da ND em sua caça ao voto era estampar ao público a imagem de uma Frelimo alheia às massas, uma entidade constituída de membros com vínculos e interesses comuns que se baseiam na família, no compadrio e em negócios. Ainda de acordo com a estratégia de campanha da ND, a Frelimo não era um partido no qual qualquer indivíduo poderia ter a sua voz ouvida: “Tem donos”, diziam. Não era um partido aberto à juventude e com interesses em causas do povo, contrariamente a como se apresentava a ND, cujos membros diziam não ter empresas sob sua gestão, ou interesses familiares por preservar na cena política nacional.

A visita ao posto administrativo de Xinavane tinha como ponto central da agenda a realização de um comício no principal campo de futebol na localidade, o que de facto marcaria o lançamento da campanha dessa força política. A delegação local, constrangida, informou à liderança que o recinto, previamente reservado de acordo com os protocolos das autoridades policiais e também locais, encontrava-se naquele instante ocupado pelo secretariado local da Frelimo. Na véspera, de acordo com os relatos dessa delegação, ao se aperceber dos preparativos para o referido comício, a Frelimo mobilizou sua militância às pressas e, com o aval das autoridades policiais, foi ocupar o recinto, sem prévio aviso à delegação da ND. Quando esta tentou reivindicar seus direitos argumentando a primazia da reserva, foi prontamente dissuadida pelo contingente policial, ali presente em proteção da inesperada actividade dos membros da Frelimo.

Essa situação gerou enorme revolta entre a população local que, em meio a gritos e vaias, direccionou seu inconformismo à Frelimo e também aos agentes policiais. De modo a evitar a agudização da altercação gerada por esse imprevisto – embora não incomum na cena política nacional, uma vez que relatos similares são frequentes da parte dos partidos da oposição –, o arranjo adaptado foi partir para um outro campo de

futebol, mais acanhado e mais afastado, e cuja área oferecia exíguas condições para um evento daquela natureza.

Segundo os delegados da ND no posto administrativo de Xinavane, a circulação de mensagens, via celular, convocando repentinamente os moradores para uma actividade do partido Frelimo, na mesma data e local, gerou muita expectativa, fazendo com que a população saísse massivamente às ruas com o intuito de testemunhar o desenrolar dos acontecimentos. Ainda de acordo com esses membros, a atitude pacifista da liderança da ND, que optou por evitar o confronto e redireccionar o evento a outro local, aliada ao descontentamento generalizado dos populares – chamaram de “descaso com as leis e com o povo” a atitude da Frelimo e a arrogância dos seus representantes locais –, foi factor decisivo na escolha da população, que optou em afluir e assistir ao comício da ND, esvaziando desse modo o evento da Frelimo.

O comício contou também com a presença de alguns artistas e outras animações culturais que entretiveram a população, gritando palavras de ordem, repetindo os pedidos de voto. Também arrancavam ovações com mensagens subliminares atacando a Frelimo, sem mencionar seu nome. Essa animação foi interrompida com um repentino corte de energia eléctrica, que deixou a região às escuras. Os esforços da equipa organizacional redundaram em fracasso ao contactar a empresa fornecedora, Eletricidade de Moçambique (EDM), para que esta resolvesse a questão. De acordo com a delegação local, a resposta dada no mesmo dia por um funcionário foi de que “nada se podia fazer, pois o corte geral da energia vinha sob *ordens superiores*”. Desse modo, a localidade inteira ficou privada de energia eléctrica durante toda a noite. Segundo o relato de uma liderança do partido:

Aqui [Moçambique] não se pode confiar na polícia; neste país a Frelimo quer ser dona de tudo. Nós já sabíamos que ao ir informar às autoridades sobre a realização deste comício, podiam fazer alguma jogada para nos sabotar. A Renamo já vinha falando disto, depois seguiu-se o MDM. A televisão mostrou Daviz

Simango a ter sua comitiva agredida violentamente em Gaza pelos membros da Frelimo. Pior de tudo isso é que eles contam com a proteção policial. Ninguém pode reagir porque eles têm a polícia do seu lado... mas esses homens também estão cansados, sabem que estão a ser instrumentalizados, só que precisam do seu ganha-pão; então é muito difícil a situação da oposição no nosso país, até é melhor fazer campanha sem a proteção policial. Mas somos obrigados a informar as vias e locais públicos que visitaremos. Assim eles [a Frelimo] ficam a par das nossas actividades, espiam-nos e acompanham tudo que fazemos, passo a passo. Para alcançarmos o respeito pela democracia e igualdade de direitos será uma longa jornada (Anónimo, Outubro 2019).

Como acto de resistência, dado que o grande sistema de som já não poderia ser usado, e menos ainda as luzes do palco, os organizadores decidiram recorrer à iluminação dos veículos automóveis, dispendo-os em forma de semicírculo, de modo a iluminar uma grande parte do recinto. Com a ajuda do carro de som, a festa continuou de forma vibrante noite adentro, o que atraiu ainda mais populares, pois toda a localidade estava desprovida do fornecimento da energia eléctrica. Entre cantos, danças e gritos, as vaias ao partido Frelimo se repetiam, acompanhadas de comentários de indignação e revolta.

Pode-se ler dessa situação que, ao sofrer tentativas de impedimento de realização do seu comício por membros da Frelimo sob proteção policial, a ND, adotando uma estratégia de não confrontação – que muito provavelmente desencadearia cenas de violência física – conseguiu mobilizar notável apoio popular, explorando seu descontentamento com os governantes. Aliás, o facto de os funcionários da EDM terem revelado que a ordem de corte de energia veio de instâncias superiores indica a insatisfação desses trabalhadores com as políticas do regime. Tal como referido mais acima pelo meu interlocutor, os funcionários públicos – incluindo os policiais – apesar de servirem dentro desse regime, são membros da mesma sociedade que se mostra descontente com a Frelimo, oprimida por ela. Isto é, esses servidores são também afectados pelas políticas governamentais, como exemplifica a privação do uso da

corrente elétrica em toda a localidade por uma noite, na tentativa de impedir a realização de uma acção oposicionista, e também como retaliação ao povo, que esvaziou o seu evento dando preferência massiva ao comício da ND.

Se as tentativas de sabotagem das actividades políticas da ND visavam impedir o contacto dessa força política com o eleitorado, seu efeito foi contraproducente, uma vez que as populações escolheram um lado e também demonstraram as fissuras existentes naquela comunidade ao externalizar seu descontentamento com o partido governante e seus membros. Para a ND, o apoio recebido serviu como evidência de que o povo anseia por uma mudança política, o que fez com que o partido reforçasse a sua mensagem de se apresentar como esperança para um país mais inclusivo e com distribuição de oportunidades de forma igualitária, com enfoque no emprego juvenil. Por outro lado, o inusitado da abertura da campanha despertou um alerta preexistente relativo aos empecilhos postos à oposição nos processos eleitorais moçambicanos. Foi assim que, de madrugada, o evento político foi encerrado com um chamado de todos à luta, pois, de acordo com a liderança, “a jornada para libertar o país dos libertadores será longa”.

4.3. “O nosso partido é Moçambique”

Ao retornarem à cidade de Maputo, as lideranças do partido realizaram uma reunião fechada com os delegados, cujo conteúdo parcial, vim a saber, tratou das medidas de segurança na campanha e directrizes sobre como “evitar cair nas provocações da Frelimo”. Essas informações foram repassadas pela mandatária de campanha aos membros engajados nesse processo. Estabeleceu-se também a não divulgação prévia do roteiro quotidiano das vias e regiões onde seria exercida a caça ao voto. Assim, o círculo fechado que constituía o comité político da ND repassava a rota diariamente aos seus membros.

O receio de ter as suas actividades novamente sabotadas ou então monitoradas por “infiltrados” ou “espiões” levou o partido a decidir pela abdicação da proteção policial, pois, tal como acima relatado por um interlocutor, as forças de proteção pública têm sido instrumentalizadas pelo governo de forma a proteger e servir aos interesses do partido Frelimo. Porém, se a decisão de não disponibilizar previamente o roteiro aos membros engajados na campanha indicava um cuidado redobrado, ela também provocava desconfianças dentro da própria militância.

Esse facto gerou certo desconforto. A militância reclamou perante alguns colegas, como pude acompanhar durante os preparativos de uma saída para mais um dia de trabalhos em visita à Katembe, localizada na outra margem da baía de Maputo, exigindo a travessia da extensa ponte que separa a grande cidade dessa localidade. Na sede, na forma de desabafo, um membro disse para um pequeno grupo de colegas:

se me tivessem avisado que hoje trabalharíamos na Katembe, teria saído de casa directamente para lá, não gastaria tempo, dinheiro de transporte e também teria aproveitado o período da manhã para fazer algumas coisas em casa. Nós estamos empenhados a movimentar as coisas deste partido desde o primeiro dia, não fica bem os chefes decidirem e não nos avisar, afinal não estamos na mesma luta? (Membro ND, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Esse desabafo, embora não questione a separação vertical entre as lideranças e a militância da ND, espelha certo descontentamento por uma medida que expôs as hierarquias internas, já que os processos de tomada de decisões não obedeciam à horizontalidade que o próprio partido tem defendido em seu projecto democrático. O membro demonstra desagrado com o secretismo criado, por ser obrigado a se deslocar, logo pela manhã, para a sede do partido, abdicando dos seus afazeres individuais e usando suas próprias economias para apanhar o disputado, sucateado e escasso transporte semicolectivo da cidade, mesmo quando as actividades são realizadas próximas à sua zona de

residência. Esses transtornos seriam evitados com a partilha do roteiro aos membros engajados na campanha.

Finalizados os preparativos, a caravana constituída por viaturas ligeiras e camionetes, transportando a maior parte dos membros, os quais entoavam cânticos e gritos ao longo do percurso, bem como por um cortejo de bicicletas amarelas personalizadas com os símbolos do partido (usadas para fins de “agitação”, acção de dar visibilidade à ND em áreas residenciais), partiu em direção à Katembe. Na habitual conversa que antecede a marcha, a mandatária reforçou aos seus correligionários as habituais instruções sobre segurança, respeito e paciência na abordagem dos potenciais eleitores.

Um dos pontos importantes da conversa foi o estabelecimento de critérios para distribuição dos brindes, como camisetas e bonés, ao público. Ela apontou que, uma vez que o partido enfrentava dificuldades económicas por ainda não ter recebido o fundo eleitoral, não conseguira multiplicar em maior escala a produção dos materiais propagandísticos. Perante essa escassez, seria privilegiada a população adulta que demonstrasse interesse em recebê-los, e acrescentou: “Não escolhemos elites ou classe média, pedreiros ou vendedores, pobres, motoristas ou cobradores. Ofereceremos camisetas a todos que aceitem nos ouvir e que acreditem em nós”.

Uma ronda pelas avenidas Milagre Mabote e 24 de Julho antecedeu a travessia da ponte Maputo-Katembe, onde a caravana fez uma pequena pausa para colocar as bicicletas na camionete, retirando-as em seguida para a travessia e a passagem pela portagem.⁸⁰ O receio era o de que fosse cobrado pagamento da taxa de portagem por cada bicicleta, um custo a evitar, uma vez que o partido se debatia com a exiguidade de recursos. Já na Katembe, privilegiou-se uma ronda pelos locais de maior aglomeração, começando pelo cais, por onde embarcam e desembarcam

⁸⁰ Conhecida no Brasil como pedágio.

passageiros indo e vindo de Maputo. Depois, seguiram-se uma visita ao mercado local e, posteriormente, uma ronda pelos bairros, estabelecendo-se contacto porta-a-porta.

As bicicletas seguiam na frente ao som das buzinas, campainhas e gritos dos ciclistas, tendo na retaguarda, em marcha lenta, as viaturas ligeiras e, por fim, as camionetes. Esse arranjo foi concebido para a proteção dos ciclistas no trânsito e pronta reacção no caso de qualquer eventualidade. Chegados ao cais da Katembe, rapidamente registou-se uma aglomeração. Populares curiosos aproximaram-se enquanto a comitiva gritava e cantava:

*Muda ou não muda?
Muda.
Lugar de ladrão?
É na cadeia!
Lugar de corrupto?
É na cadeia!
Povo no poder!
Povo no poder!
Povo no poder!*

Ao discursar para a moldura humana ali formada, a mandatária Quitéria Guirengane, que liderava todas as actividades na cidade de Maputo, apresentou a ND sublinhando que a tónica desta se centrava na esperança para a juventude, acrescentando:

Somos um partido de jovens que pretendemos trazer justiça para o povo moçambicano, chega dessa coisa de o povo trabalhar e apenas a Frelimo e seus familiares engordarem seus bolsos, ostentar mansões, carros, vida boa com o dinheiro do povo. Eles são parte do problema e devem ir-se embora. Queremos introduzir teorias de mudanças através da transformação dos problemas em soluções! (Quitéria Guirengane, outubro de 2019)

Ao auscultar as populações e oferecer-lhes oportunidade de elaborar e verbalizar sobre sua condição, a ND ouviu os comerciantes locais reclamarem do custo de vida e do encarecimento dos produtos,

que reduziam sua margem de lucro, tornando a actividade comercial inviável. Os vendedores informais mostraram-se ainda apreensivos com o aviso dado pelas autoridades do município de retirada das suas bancas das margens das estradas até o dia 16 de setembro. Outra vendedora felicita a ND pela coragem da sua juventude e, em seguida, aponta as dificuldades enfrentadas pelos moradores e comerciantes de Katembe:

Eles disseram que ao construir a ponte, a vida dos moradores de Katembe ficaria melhor. Agora o que vemos é que colocaram uma elevada taxa de portagem para podermos atravessar para Maputo, é injusto, roubaram nossos terrenos através dos chefes de quarteirão⁸¹ e secretários de bairro, prometeram melhoria de vida com a tal estrada, mas até hoje, nada mudou. Perdemos nossas terras e somos cobrados para ir até a cidade fazer compras. No comércio também somos cobrados impostos, mas agora querem nos retirar das ruas, nunca nos construíram bancas ou mercado decente, dizem que estamos a poluir, mas nos cobram taxas e nada fazem por nós, nem sequer sanitários públicos eles construíram. Na África do Sul, ninguém cozinha a carvão como nós, todos usam a energia elétrica para preparar suas refeições. Mas, agora me pergunto, de onde vem essa luz elétrica? Qual é o país que lhes fornece energia? Somos nós, é nossa luz, mas nós aqui, o povo, não temos nada, dormimos às escuras e cozinhamos a carvão (Comerciante, outubro de 2019).

Manifestando sua indignação, essa eleitora aciona uma dimensão moral ao mencionar o que denomina de “injusto” roubo de terrenos, e cobranças de impostos sem retribuição no provimento de infraestruturas públicas básicas, como bancas de mercado e sanitários. A precariedade da rede elétrica que afecta os moradores daquela região, contrastada ao funcionamento pleno da mesma no país vizinho, sendo que a sua produção é feita no território moçambicano, é mais um agravo na leitura dessa eleitora sobre o desempenho dos políticos. Em sua concepção de política, os governantes têm falhado na missão de prover a sociedade de condições básicas. Essa decepção impele-a a prestar seu apoio à ND, como disse em seguida:

⁸¹ Representação comunitária do poder administrativo dentro dos bairros.

É por isto que precisamos de ter jovens corajosos, que se revoltam contra os desmandos e roubalheiras desta gente, jovens que lutem para mudar o país, ajudar e libertar o povo deste sofrimento, nós já estamos cansados de passar por isto ano após ano, nada melhora, são apenas promessas e desgraça... (Comerciante, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Em seguida, puxou um canto popular em Shangana, sendo acompanhada pelos presentes:

*A loko a ku ngali hina ma jovem⁸²,
A lexi xa tiku
A lexi xa tiku
A xi to m'bomba*

Seguiram-se outros cânticos exaltando a luta da juventude, acompanhados de distribuição de camisetas, abraços, palavras de encorajamento e promessas de voto. Posteriormente, a caravana partiu em direção aos bairros residenciais. Se nas proximidades do cais, pequeno centro comercial, a curiosidade dos populares permitiu a rápida formação de uma aglomeração, o que facilitou a comunicação e pedidos de voto, no adentramento aos bairros residenciais o cenário se transformou.

⁸² Se não fosse pela juventude, este país estaria afundado!



Fig. 23 – Equipa de ciclistas em abordagem a uma eleitora na Katembe.
Foto: Acervo pessoal, 2019

A comitiva foi dividida em três equipas que faziam a campanha porta-a-porta; ciclistas, que circulariam pelas ruas; e membros que estavam no carro de som, que ficariam posicionados em ponto estratégico abordando os transeuntes. Com essa disposição, o objetivo era maximizar a visibilidade das actividades do partido na região, visto que as limitações materiais enfrentadas condicionavam o regresso a essa localidade em curto período para outra actividade. Por isso, fazia-se necessária uma demonstração pública de abrangência geral por aqueles bairros, incluindo a campanha porta-a-porta.

A recepção calorosa havida no cais foi substituída por algum distanciamento, desconfiança e, em alguns casos, explícita rejeição. Abordados, poucos moradores permitiram a entrada dos membros da ND às suas casas, preferindo conversar à porta ou na rua. Outra parcela usava sua filiação ou simpatia ao partido Frelimo para declinar qualquer diálogo ou demonstrar seu desinteresse pelos pedidos de votos da comitiva da ND.

Um casal de jovens com duas filhas, que permitiu a entrada da comitiva à sua casa, afirmou desconhecer a ND e demonstrou simpatia com a ideia de um projecto político encabeçado pela juventude. Residindo em uma habitação precária, o casal expressou suas dificuldades e privações agudizadas pelo desemprego no qual se encontravam. De acordo com a mulher:

Na Katembe falta emprego, o preço dos produtos alimentares é elevado, não temos nada para comer, não sabemos como vamos continuar a criar estas crianças. Não estou nada bem, falta serviço, meu marido perdeu emprego e eu não consigo comprar nada para vender, podia criar uma banca lá na rua, mas as coisas [produtos] estão caras (Moradora, Katembe, outubro 2019).

Nisso uma vizinha que se aproximara ao ver a movimentação, indicando concordância com a dona de casa, interrompeu afirmando:

O sofrimento aqui é muito grande, vivemos perto da cidade [Maputo], mas parece que estamos no meio do nada. Aqui não temos água, não há torneiras. Só temos um reservatório para abastecer todo bairro e ela funciona só até às 8 horas. Depois disso a água é cortada... estamos na desgraça... quando chove, tudo aqui fica cheio de água, nossas casas ficam inundadas e temos de fugir para a zona alta. Já prometeram construir drenagens para levar a água ao mar, mas até hoje, continuamos nesse sofrimento (Moradora B, Katembe, outubro 2019).

Ambas as mulheres seguiram relatando sua penosa situação perante a lamentação dos membros da ND que, consternados, ofereciam palavras de esperança, luta e mudança a partir do voto. Dando continuidade ao trabalho pela vizinhança, o grupo era sistematicamente dispensado, com os moradores mostrando-se indisponíveis a ouvi-los sob as mais diferentes alegações, como: “Falta de tempo”, “Passem outro dia, o dono da casa [chefe de família] não está”, ou simplesmente “Aqui nesta casa somos da Frelimo”.

A explicação para essa rejeição sistemática até então não vista apresentou-se a partir de uma conversa com três senhoras idosas que,

depois de receberem e conversarem com a equipa em sua casa, afirmaram entender o propósito da ND e encorajaram a juventude a ser mais persistente. Elas, porém, não poderiam votar nesse partido, pois segundo uma delas:

ao depositar o voto na urna, o camarada secretário de bairro, os administradores e todas estruturas do bairro e da Katembe ficarão a saber em quem cada uma de nós votou. O chefe de quarteirão passou aqui, levou números dos nossos cartões e disse para no dia da votação nos lembrarmos de quem nos libertou do colono, quem nos protegeu na guerra [segue-se uma pequena pausa]. Disse para não esquecermos quem nos dá o que comer e quem nos ajuda a sobreviver (Idosa, Katembe, outubro 2019).

Embora uma das senhoras tenha tentado interrompê-la, ela insistiu e acrescentou que horas antes, quando a comitiva da ND chegara ao distrito municipal da Katembe, enquanto realizava suas actividades na região comercial do cais, as referidas autoridades locais, acompanhadas de outros membros do *M'pfumo* (poder, em alusão ao partido Frelimo), espalharam-se pelas ruas do bairro informando às famílias da presença de um partido em campanha na região, desaconselhando-as a estabelecer diálogo com o mesmo. Quando um dos membros da campanha procurou saber por que elas tinham aceitado dialogar mesmo com o alerta das autoridades locais do partido governamental, elas foram unânimes em afirmar que, com a idade que ostentavam, já não tinham “medo de ameaças” e também apontaram que, na percepção delas, a ND não estava a “matar, roubar ou cometer qualquer crime”.



Fig. 24 – Moradora, receosa, não permite a entrada da equipa da ND, e o diálogo ocorre à porta de sua casa.

Foto: Acervo pessoal, 2019

A continuidade da ronda pelo bairro confirmou a informação oferecida pelas senhoras, uma vez que outros moradores simpáticos ou

desdenhosos da Frelimo reafirmaram ter recebido previamente das estruturas locais recomendação de “ignorar” e “não dar ouvidos” ao que a ND tinha a dizer. Frente a isso, a postura dos membros em campanha foi a de informar que seu objectivo era de “conversar sobre Moçambique”, e que não desejavam obrigá-los a abandonar ou trocar de partido. Insistiam que o debate que queriam não era sobre partidos políticos, mas sobre “o partido de todos, Moçambique”. Ao posicionar-se dessa forma perante o eleitorado, a ND conseguiu, com alguma insistência, que os moradores e simpatizantes manifestos da Frelimo mudassem sua postura e se disponibilizassem ao diálogo.

4.4. Sobre o significado do voto

A estratégia de se apresentar como um partido interessado em propor um debate sobre o país, e não necessariamente sobre a eleição da sua sigla e de seus membros, permitiu maior desenvoltura entre os eleitores que, ligados aos diferentes partidos, passaram a dialogar e mostrar seus entendimentos sobre a vida social e política do país. A partir de então, no caso de resistência ao diálogo pelos eleitores, os membros em campanha eram orientados a enfatizar a agenda política alegadamente suprapartidária da ND, mobilizando a sua candidatura exclusivamente legislativa como exemplificação cabal do seu interesse na “discussão dos assuntos candentes da nação”.

Em uma ação de mobilização na periferia de Maputo, bairro Polana Caniço “A”, por exemplo, a população pedia camisetas e, na ausência delas e de outros brindes, rapidamente desinteressava-se pelo diálogo, ou pedia as bicicletas usadas nas actividades de “agitação”. Diante do número exíguo desses brindes, para contornar o desinteresse do eleitorado no debate, a equipa apostava mais na abordagem de questões sociais como saúde, educação, emprego, habitação e transporte, em vez de falar abertamente “da política”. Essa tática surtia efeito, com sua eficácia

atestada pela receptividade na qual conversas acabavam desaguando na política quando as populações abordavam o que consideram ser os problemas que as afectam nessas áreas.

Hoje a pessoa vai ao hospital e fica várias horas estateladas no chão, sem macas, sem atendimento, serventes e enfermeiros exigem dinheiro de refresco para atender o doente. Só quem tem dinheiro recebe atendimento. É preciso fazer mudanças na saúde, tirar toda essa gente corrupta. Os dirigentes sabem de tudo isto, mas nunca fazem nada, por que será? O país anda em constante guerra, não há paz, estamos a morrer de armas e de fome, a comida está cara, os *chapas* não oferecem nenhuma segurança, desrespeitam os passageiros, são filas nos hospitais, filas no transporte, filas para matricular crianças, já não há vagas nas escolas para crianças de seis anos... (Militante ND, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Outro eleitor desabafou, afirmando que:

Os preços das coisas estão sempre a subir, nunca nada baixa, o simples tomate, batata, cebola, é tudo caro, este país está a cair a cada dia que passa, são promessas nunca cumpridas, a nossa Frelimo está a se perder, nós não deixaremos de votar neles porque aquele é o nosso partido, mas já não estamos felizes. (Eleitor, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Como entender essa simultaneidade do sentimento de decepção acompanhada de persistência de lealdade política? Por que esses eleitores, frustrados com sucessão de promessas irrealizadas eleição após eleição, não apostam em uma alternância a partir da viabilização dos projectos políticos dos partidos opositores? Que laços unem essa parcela da população ao partido Frelimo a ponto de, mesmo afirmando-se descontente com a sua gestão pública, fidelizar-lhe o voto?

Atentando às narrativas em circulação durante a pesquisa, alguns eleitores afirmavam votar na Frelimo por ter “expulsado o colonialismo português libertando o povo”, por lhes ter “salvo a vida na guerra contra a Renamo”, que “destruiu suas propriedades, matou seus familiares, dizimou suas colheitas e roubou seu gado”. Uma amostragem enfática

dessa posição foi-me revelada por uma moradora de idade adulta ao afirmar que,

[...] as coisas não vão bem, mas já foram piores. A aldeia vizinha foi atacada e incendiada pelos bandidos [referindo-se à Renamo], violaram mulheres, raptaram seus filhos, mataram seus maridos. Os bandidos dirigiam-se à nossa aldeia e teríamos tido desgracia igual a dos nossos vizinhos e familiares, mas as Forças Armadas do nosso governo já sabiam que os bandidos estavam a caminho. Os soldados nos mandaram sair e nesse mesmo dia nossa aldeia foi atacada, mas não encontraram ninguém. Foi uma grande batalha e a Frelimo matou muitos bandidos, outros fugiram e algumas crianças raptadas foram recuperadas. No dia seguinte, voltamos, estava tudo cheio de sangue e balas. Pegamos o que dava e fugimos. Minha família decidiu vir para Maputo, hoje estamos aqui, reconstruímos nossa vida. Se não fosse o governo, toda nossa aldeia teria sido queimada e eu nem estaria aqui a conversar contigo. A Frelimo salvou-nos a vida e nossa família não tem como esquecer isso. (Eleitora, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Embora em diversos momentos se mostrassem conscientes da corrupção endêmica e sua influência na degradação do seu nível de vida, e lamentassem a exclusão social na distribuição de oportunidades, através de discursos como o supracitado, sentiam-se e mostravam-se moralmente ligados e obrigados a votar na Frelimo, afirmando estarem assim “honrando seus familiares mortos na guerra contra a Renamo”. Assim, votar na Frelimo é também uma forma encontrada por essas populações de demonstrar gratidão e retribuir a “salvação” de suas vidas durante a guerra. Outrossim, ao afirmar que “a Frelimo salvou-nos a vida e nossa família não tem como esquecer isso”, a eleitora vincula tacitamente a sua parentela não simplesmente a votar, mas também a tornar pública sua escolha e posicionamento perante os partidos em disputa eleitoral, o lado da Frelimo. Essa interlocutora ilustra o apontado por Palmeira e Heredia (2006), explicando que o voto não é necessariamente uma escolha individual, e na eleição não está necessariamente em jogo uma escolha cuja importância se resume à indicação de representantes ou governantes. Havendo fações em disputa, é necessário mostrar seu posicionamento social, portanto, aderir a um

dos lados. Tal adesão, continuam os autores, vai depender do estabelecimento de laços que passam por lealdades primordiais, solidariedade familiar, relações de parentesco, amizade, vizinhança etc. (PALMEIRA e HEREDIA, 2006, p. 4).

Nesse sentido, na cena nacional, o partido político, e não o candidato em si, tem sido o principal critério nas escolhas dos eleitores, que se baseiam na confiança inspirada pelo partido ao qual o candidato se encontra vinculado, e não necessariamente em sua trajetória individual, ideias ou projectos políticos. Assim, para esse conjunto de eleitores, mesmo no caso de candidatos com histórico de gestão pública, sua performance enquanto dirigentes e servidores públicos não ganha relevância no momento de escolha, não é uma razão definidora de voto. É até secundarizada, não se pondo em evidência os seus feitos, seus percursos, o que também pode ser visto como inserido em uma lógica de regulação ou asfixiação do crescimento dos indivíduos e de seu capital político superior ao partido. Portanto, é o conjunto de laços nos quais candidatos e eleitores estão inseridos que vai definir o voto, e não uma pretensa escolha racional baseada na ideia universalizante de “um homem, um voto” (PALMEIRA, 1992).

Dentro dessa lógica que não permite que os indivíduos se projectem mais que o partido, a manutenção do pertencimento partidário como principal norteador da escolha ou do voto faz com que o desempenho dos indivíduos em seus cargos executivos e legislativos durante os mandatos deixe de ser escrutinado. Isso possibilita a chegada, a renovação e a perpetuação de grupos de políticos cujos maus préstimos são apontados, inclusive, pela parcela do referido eleitorado.

Paradoxalmente, o mesmo eleitorado faz avaliações negativas dos sucessivos governos frelimistas, denunciando ausência de melhorias e agudização das condições de vida, evidenciando estarem cientes de que os políticos receptores de seus votos não têm correspondido com geração de mudanças estruturais e sociais que impactem positivamente suas

existências. Isso ilustra uma forma local de conceber a política e também a democracia, contrariando as ideias de uma suposta racionalidade da universalização da política, na qual o bom desempenho dos políticos automaticamente se converteria no voto, enquanto o mau desempenho implicaria a rejeição pelo eleitorado.

Mesmo votando na Frelimo, esses eleitores demonstravam enorme descrença no papel formal desempenhado por seus dirigentes na política. Pertencendo maioritariamente às classes populares e vivendo com toda a sorte de privações, esses interlocutores elaboravam justificações plausíveis e coerentes sobre suas escolhas de voto na política local. Portanto, não se pode aventar a ideia de alienação política quando se mostram cépticos em relação à mesma e ao partido por si apoiado.

Ao expressarem seu descontentamento, ao mesmo tempo que sustentam seu voto na Frelimo evocando “obrigação moral”, “gratidão” e “honra” aos parentes mortos durante a guerra, esses indivíduos tornam evidente que o voto e a política não são e não estão desconectados das demais esferas da vida social. Escolhas políticas vistas por alguns como irracionais são imbuídas de coerência, sentido e racionalidade, pois em qualquer esfera, como economia, religião e parentesco, é presente a dimensão moral influenciando os seus respectivos rumos, que são atravessados por esses valores (PALMEIRA, 2005; VILLELA, MARQUES e WILLIS, 2006; GODBOUT, 1998).

Um exemplo paradigmático foi encontrado no distrito municipal KaMavota, quando um eleitor apontou:

Aqui só come quem está com eles, quem tem um negócio precisa estar com eles senão nada vai andar. Veja o desmando, degradação dos transportes, o povo é humilhado todos os dias, vocês acham que eles não sabem o que acontece nos *Chapas* e nos *my love*⁸³? Sabem, mas os donos daqueles carros são também

⁸³ Viaturas de caixa-aberta: pick-ups e camionetes que, embora não licenciadas para tal, efectuam o transporte de passageiros em decorrência da escassez do mesmo nas cidades. Por algum motivo (que não consegui apurar), o nome *my love* remete ao facto de que, durante a viagem, os passageiros permanecem em pé agarrados uns aos outros,

membros, por isso aquilo não se resolve. Eu já fui convidado a ocupar cargo de liderança na oposição, pensei muito, mas não dá, não podia aceitar. Meu pai foi primeiro-secretário da Frelimo no distrito onde nascemos, hoje meu irmão é dirigente, não ficaria bem, seria uma mancha para a família, eu aparecer na oposição. Se não fosse por isso, eu assumiria porque sei que tenho muito a contribuir para este país. (Eleitor, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Mesmo apontando os diferentes dilemas que os envolviam, os eleitores frelimistas demonstravam clareza sobre as implicações do seu voto; mostravam-se cientes da exclusão social promovida pelo modelo de governação do seu partido. Conseguiram apontar a promiscuidade de relações entre o empresariado e os governantes, bem como seus efeitos na precarização dos serviços públicos, nomeadamente nos campos da educação, da saúde, da habitação e da mobilidade urbana, nos quais reclamavam das viaturas degradadas e lotadas, e do desconforto dos *my love*.

Contrapunham essa situação ao descaso e à insensibilidade das elites e dos governantes nos quais votaram, afirmando que estes possuíam viaturas luxuosas, equipadas com ar-condicionado; além disso, seus filhos vão se formar no estrangeiro e seus familiares recorrem também aos cuidados hospitalares no exterior, contrastando com o padecimento do resto do povo nos serviços públicos sucateados. Tais exemplos oferecem mais uma elucidação de que as escolhas políticas e o voto não seguem objectivamente um cálculo racional, ou não se baseiam em lógicas de cálculo de interesse. Eles podem ser atravessados por questões relativas à busca de prestígio, poder, cumprimento de obrigações formais, familiares e morais (BEZERRA, 1999; PALMEIRA e HEREDIA, 2006).

ocorrendo frequentemente abusos de homens que tocam os corpos das mulheres. Embora na arena pública o assunto seja tratado com jocosidade, a degradante situação social, o machismo enraizado, o desrespeito dos homens e sua objectificação do corpo feminino, dentre outros, são aspectos constantemente denunciados e repudiados pelas mulheres e por diferentes organizações da sociedade civil.

Nas reuniões de balanço feitas periodicamente na sede da ND, esses relatos eram vistos como importantes. Recomendava-se que os membros explorassem cada vez mais essa via do diálogo que fazia os eleitores reflectirem sobre a situação política do país, pois, em sua visão, o partido considerava estar a avançar em seu projecto de mudar a mentalidade popular e fazer com que as populações ganhassem interesse na política nacional. Desse modo, segundo essa visão, os eleitores conseguiriam perceber a diferença entre a ND e as demais forças, e sua importância para o futuro do país.

4.5. O hiato entre políticos e as populações

Em sua maioria, os interlocutores aqui abordados pertencem a um universo social do que se designa por “pobre”, vivendo em contexto de carência estrutural e material aliado à precarização dos serviços públicos e à inexistência de apoio estatal. Esses são alguns factores que criam condições de dependência e submissão impelindo a quem vive em tais condições a entrar numa rede clientelar de troca de adesão, lealdade política e voto por diferentes formas de assistência comandadas por políticos (LEONARDÃO, 2006; SILVA FILHO, 2011; SARMENTO, 2017; CHEESEMAN e KLAAS, 2018)⁸⁴. De todo modo, é importante sublinhar que não endosso as perspectivas que tomam o clientelismo como “política dos pobres”, estabelecendo questões de ordem moral como um problema de classe, uma subcultura e um entrave à consolidação da democracia política (AUYERO, 2004).

Pelo contrário, diversos estudos no contexto moçambicano são contundentes em mostrar a prevalência das relações clientelísticas entre classes privilegiadas, ligadas por interesses económico e empresariais

⁸⁴ Cortês (2018) reflecte sobre como operam as relações clientelares no contexto moçambicano, mostrando a promiscuidade entre os dirigentes políticos e o mundo empresarial.

(MACUANE, BURR e MONJANE, 2018; NUVUNGA, 2014; CORTÊS, 2018), além disso, a realidade estudada evidencia relações de distanciamento, descrença, desconfiança e até hostilização das classes populares aos políticos.

Ao longo da pesquisa, dentro desse universo social, evidenciou-se a posição de prestígio gozada pelos políticos a partir de certos discursos dos meus interlocutores que, de um lado, neles confiavam para a viabilização de uma burocracia, acesso a estágio ou vaga de emprego ou para obtenção de documentos necessários para activação de negócios ou outros. De outro, esses interlocutores acusavam a classe política de fazer um jogo de retenção de recursos durante a extensão do mandato, emitindo-os apenas à véspera das eleições, ou então privilegiando certas localidades em sua distribuição. Ocupar a posição de gestão de recursos tangíveis e intangíveis oferece aos políticos a capacidade de gerar dívidas, uma vez que podem conseguir alocar recursos e facilitar estágios/empregos; e também atraem e obtêm favores, cuja gratidão ou pagamento, em tese, podem ser demonstrados ou retribuídos com o voto (VILLELA, MARQUES e WILLIS, 2006).

Também ficou clara, ao longo da pesquisa, a resistência de certos sectores de populações ao estabelecimento de qualquer tipo de vínculo de subordinação que implicasse apoio político. Muitos eleitores, quando abordados durante a campanha eleitoral, impunham um limite ou recusavam-se ao diálogo com políticos. Esses actos de resistência à política ou resistência à relação com os políticos expressavam-se de diferentes formas, como o desprezo por meio de palavras, silêncios, ou, eventualmente, uma sustentação verbal que permitisse diálogo. Nestes casos, era a postura dos membros da ND afirmar o seguinte:

Não temos grandes promessas de mudanças, melhorias de vida, ou eliminação da pobreza e corrupção do dia para a noite. Nossa intenção é trabalhar em sintonia com o povo, auscultar constantemente os moçambicanos. Não podemos lutar sozinhos, queremos o vosso apoio. Dizem que “o povo é o patrão” quando

pedem o voto, mas depois da eleição sobem os preços de tudo. Basta termos de procurar apadrinhamento para arranjar emprego, termos de pagar até por uma vaga para nossos filhos em escola pública, que governo é esse? Basta! (Militante ND, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Ainda assim, esse grupo se mantinha intransigente, posicionando-se, como fez esta eleitora:

Aqui neste país o cabrito come onde estiver amarrado. Vocês dizem que não são esse tipo de cabrito, são “novos”. Então é para correremos o risco de o *novo cabrito* comer e adormecer no capim? Desculpa-me, jovem, mas eu já estou cansada, prefiro cuidar da minha família, vendendo aqui no mercado, do que esperar os políticos mudarem alguma coisa aqui. (Eleitora, outubro de 2019 – Caderno de campo)

O cepticismo e o descrédito atribuídos à política e a seus fazedores estavam na origem da negação dos eleitores em firmar compromisso de voto – ainda que verbal – com os partidos, chegando até a apelar a um discurso de neutralidade e resignação com a política. Essa frustração com o que tem sido as sucessivas governações da Frelimo fez com que esses eleitores endereçassem críticas à oposição e, inclusive, chegassem a projectar nela práticas de governação experienciadas nos mandatos da Frelimo. Alegavam que, por não dispor de recursos, qualquer partido da oposição que conseguisse se eleger adotaria práticas corruptas, favorecendo seus membros, simpatizantes e familiares; uma conclusão imbuída de resignação, dado que a oposição jamais experimentou governar.

Desse modo, punham-se à margem da política, evitando alongar-se em conversas para não gerar proximidade, empatia, reconhecimento de afinidade ou confrontações ideológicas. Os desinteressados eleitores eram veementes, ao expressar sua antipatia pela política e pelos políticos, desencorajando-os de sua insistência em explanar seus programas eleitorais e de pedir voto. Em alguns casos, os abordados afirmavam que

se absteriam de votar e reiteravam sua repugnância pela política alegando possuir “elevados valores morais”, sugerindo, inclusive, que a política é uma área de corrupção dos mesmos, apontando os políticos locais como exemplos. De todo modo, os referidos políticos, desde os notórios corruptos ou portadores de lisura, empregavam ambos o discurso anticorrupção como forma de conquista de voto.

Portanto, no caso desses comerciantes dos diferentes mercados de Maputo, a pobreza não se traduzia em dependência, subordinação, assistência, trocas de bens materiais por voto, lealdade e apoio político. Não se estabeleciam relações patrimoniais e clientelistas como ocorre em outros contextos (SARMENTO, 2017). A condição de privação material na qual se encontram não os torna agentes passivos à mercê das decisões, vontades e/ou favores clientelistas dos políticos. A recusa de relações de proximidade e apoio aos políticos é consciente e constantemente mobilizada para repudiar o sistema tal como constituído.



Fig. 25 – Grupo de membros mobilizadores da campanha da ND em concertações para mais um dia de actividades no bairro de Polana Caniço “A”.

Para as lideranças da ND, estabelecer essa auscultação na qual as populações, ainda que mostrando aversão e descontentamento com a política, desabafam e explanam suas angústias, era um exercício muito importante. A partir desse tipo de diálogo, na percepção dessas lideranças, as populações realizavam exercícios de reflexão que as levavam a identificar, acusar e sentenciar culposamente o considerado responsável pela penosa situação política e social na qual se encontravam: a Frelimo.

Ao deparar fisicamente e dialogar com os potenciais eleitores, mostrando-lhes que também são afectados pelos mesmos problemas, e mantendo-se a distância da classe política hegemónica, constituída pelo partido governamental junto com os representados no Parlamento, a ND não só pretendia gerar uma relação de confiança e empatia, como também escancarar os distanciamentos que afirmava existir entre ela e esses partidos. A convicção era de que as populações informadas e estimuladas pela ND iriam estabelecer por si as diferenças entre os variados partidos e, ao identificarem os responsáveis políticos pela degradante situação do país, repudiariam os governantes em exercício. Esse potencial de, a médio e longo prazos, capturar adesões, estabelecer alianças e converter votos em números expressivos, capazes de garantir a eleição de deputados pela ND ao Parlamento, significava para o partido uma vitória política. De acordo com a liderança, em mais uma reunião de balanço da campanha:

O contacto cara a cara é importante, olhamos nos olhos das pessoas e partilhamos nossas angústias que são as mesmas com as do povo. Precisamos continuar com esta dinâmica, o caminho é este, é bom que as pessoas ponham para fora tudo o que têm, devagar vamos construindo uma base sólida que será importante para nós. Os comerciantes sofrem, nos mercados é preciso reforçar a ideia de que os fiscais roubam. Muitos vendedores reclamam da cobrança da taxa de vinte meticais, mas não há

condições mínimas de saneamento onde trabalham. Vamos focar também nisso, reforçar que o dinheiro que pagam não se reverte a seu favor. Façamos isso ao mesmo tempo que pedimos o voto. Nessas situações, por vezes é preciso ouvir mais do que falar. Deixem as pessoas se expressarem, deixem o povo desabafar. (Salomão Muchanga, outubro de 2019 – Caderno de campo).

4.6. Eleitorado descontente

Embora o eleitorado se dividisse entre os vinculados moralmente à Frelimo, os manifestamente opositores a ela e ávidos de alternância política – dividindo sua simpatia ou militância pelos diferentes partidos da oposição – e os desencantados, ostensivamente aversos à política e a seus fazedores, havia uma convergência de visões quanto à conformação política local. Tal convergência coadunava-se também com o discurso da ND referente a um modelo de gestão pública que promove a exclusão social. Os diferentes sectores eleitorais partilhavam ainda de uma perspectiva que via a política formal como um universo conformado por classes privilegiadas, portanto classista, constituído por nichos poderosos vinculados por interesses económicos, de poder, de parentesco. Para os meus interlocutores, essas classes protegiam-se de forças exteriores, mantendo seu círculo fechado, redistribuindo os recursos e casando-se dentro do seu círculo de relações. Para uma eleitora:

Eles assinam Acordos de Paz apenas agora que se avizinham as eleições. Durante todos estes anos o povo sofria e morria por causa desse conflito. Assim que se dividirem o dinheiro, fazem as eleições, e quando acabar esse dinheiro, próximo ano vão voltar a nos matar. Dizem que os filhos dos deputados da Frelimo e da Renamo estão a estudar fora, Moçambique é só para vir passear. Enquanto para nós, a pessoa vai para a reforma e só recebe trezentos meticais, com sessenta anos, é obrigado a procurar ainda outro emprego. Nossos maridos são obrigados a virar guardas noturnos. Sem força, sem saúde vão passar noites ao frio a vigiar as casas, os carros, as lojas e empresas das mesmas pessoas que só dão bons empregos aos seus amigos e familiares. Um zé-ninguém nunca consegue nada bom com eles. Só eles podem viver bem. (Eleitora, outubro de 2019 – Caderno de campo)

No bairro de Hulene, outro eleitor expressou seu descontentamento na mesma direção, da seguinte forma:

Esses políticos estão nessas campanhas pelo dinheiro. Outros fundam partidos para concorrer embora saibam que não têm qualquer chance de ganhar. Querem o dinheiro das eleições, dinheiro do Estado, da quota reservada para os concorrentes. Os que ganham nos deixam no esquecimento por cinco anos, passam esse tempo a encher seus bolsos, compram casas para as suas amantes, fundam negócios para seus familiares e mandam seus filhos a estudar fora. É sempre assim, comem entre eles e se protegem. (Eleitor, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Outro homem que o acompanhava acrescentou:

Qualquer um que ganhar não vai fazer nada pelo povo, vão-nos esquecer. Do nada vão aparecer com contas altas fora do país, bens de luxo, mansões etc. e o povo a morrer de fome. Lá para o final do mandato, vão aliviar uma e outra coisa, vão reabilitar algumas estradas, inaugurar uma ponte, um hospital, uma pequena escola, só para poder enganar o povo na campanha (eleitoral) seguinte. (Eleitor, outubro de 2019 – Caderno de campo)

Os interlocutores reconhecem na cena política local um sistema de priorização de correligionários e favorecimento de familiares e dos pedidos de gente próxima, como forma de actuação política. Identificam também a existência de vínculos enraizados ligando políticos e elites económicas, o que viabiliza a predominância e a perpetuação de certos grupos na vida política, ao mesmo tempo que acoberta e esconde o desvio de verbas públicas, para atender o sector privado.

Essa perspectiva é corroborada por Nuvunga (2021)⁸⁵, ao afirmar que a forma como ocorre a governação em Moçambique privilegia o funcionamento deficitário das empresas públicas a partir de uma escolha política, uma vez que o desempenho ineficiente e ineficaz dos serviços públicos configura uma vantagem aos interesses das elites políticas que são simultaneamente empresariais.

⁸⁵ “Revista Nacional”. *TV Sucesso Moz*, Facebook, 13 jun. 2021. Vídeo (76 min.). Disponível em: <https://www.facebook.com/tvsucessomoz/videos/revista-nacional-13062021/228409595515005/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Como consequência, regista-se o predomínio de um monopólio de cargos de direção e controlo de pastas executivas e legislativas na base de vínculos partidários mais ou menos estáveis. Essa estabilidade gravita em torno do presidente e de seu mandato, cuja duração possibilita a emergência de novas elites, ou a falência de velhas, no comando do partido, visto que toda cadeia de relações de poder, de favores e de distribuição de oportunidades gravita em torno da figura que cumulativamente concentra as funções da presidência do partido Frelimo e da República (MACUANE, BUUR e MONJANE, 2018).

Esse conjunto de fenómenos, que são de domínio público e elaborados nos discursos eleitorais, constitui parte das estratégias usadas para o desgaste da imagem e da reputação do partido governamental. Ao mesmo tempo, sua contínua referência em conversas de campanha eleitoral era mobilizada como elemento distintivo da ND, já que seu programa, de acordo com o discurso do partido, evidenciava perante o eleitorado uma alternativa política com um projecto credível de combate a corrupção.

Para capturar o eleitorado descontente, a ND recorria ao suposto prestígio e à experiência de seus candidatos no activismo social, o que atestaria sua competência como prestadores de serviços comunitários e sua aptidão para ocupar cargos públicos. Em contraposição, afirmava que os candidatos dos partidos hegemónicos eram inexperientes no que concerne ao trabalho de base e conhecimento dos problemas das comunidades. De acordo com a ND, apesar do défice de traquejo político e de trabalho comunitário, esses candidatos conseguem concorrer devido às relações baseadas em interesses familiares e empresariais vinculados e favorecidos pelas lideranças dos seus partidos.

O ganho da confiança do eleitorado e seu voto, segundo o discurso da ND, deveria se basear no trabalho político feito pelo partido, por seus membros e candidatos junto das populações, e não no uso instrumental da imagem e da história dos partidos, como afirmou uma liderança:

Olhem para o nosso governo, já viram suas listas? Fulano, filho de tal; Sicrano, sobrinho do deputado “X”; Beltrano, empresário da televisão “Y”, o que sabem dos problemas do povo? Estão ali porque para a Frelimo, é preciso continuar a manter seus familiares nas nossas empresas, no parlamento, nos tribunais. É assim que eles se protegem e continuam a humilhar o povo. Moçambique é só para eles? (Militante ND, outubro de 2019 – Caderno de campo)

O conjunto dos fenómenos mencionados é ponto de convergência entre a ND e larga parcela do eleitorado. Ambos condenam severamente os favorecimentos a correligionários e familiares, a predominância de monopólio de cargos públicos, a precarização da vida e o sucateamento de empresas e serviços públicos, vistos como práticas corruptas e promotoras de pobreza e exclusão social. Convergem também na adoção de um discurso anticorrupção, na defesa da distribuição justa e igualitária de oportunidades e riquezas estatais, e na valorização de posturas de dirigentes reconhecidos por espelhar retidão, honestidade e impessoalidade em um contexto de predominância de tráfico de influências.

Na opinião dos militantes da ND, a lisura e a honestidade protegem os referidos dirigentes de prestar vassalagem a outros poderes, ou necessitar integrar-se em redes de relações de trocas de favor, submetendo-se a lógicas patrimoniais. Isto é, consideram que os dirigentes vistos como honestos gozam de liberdade administrativa, não precisando estar em sintonia com as práticas das elites do seu partido e governo, nem retribuir aos correligionários pela indicação do cargo ocupado. Um olhar à proliferação de pesquisas académicas sobre as intersecções entre governação e o mundo empresarial em Moçambique (CHICHAVA, 2008; ORRE e CADETE FORQUILHA, 2012; CORTÊS, 2018; CHAIMITE, CADETE FORQUILHA e SHANKLAND, 2021) desmente essa convicção, mostrando justamente o contrário.

Paradoxalmente, alguns eleitores, embora apontando o que chamavam de corrupção e roubo por parte da Frelimo, não afastavam a possibilidade de, instrumentalmente, filiar-se e demonstrar seu apoio a esse partido. Não que comungassem ideologicamente ou com suas práticas, mas porque consideravam que a posição governamental dessa força política possibilitaria o avanço dos seus interesses particulares; filiando-se, conseguiriam o que o voto e vãs promessas lhes negam, isto é, uma real possibilidade de realização económica e material; que poderiam “usufruir de oportunidades de negócios e emprego”, tal como percebem acontecer aos grupos com relações próximas ao referido partido. Nessa perspectiva, o partido seria o meio usado para a condução de interesses próprios. Isso pode ser explicado percebendo a política como um espaço atravessado por relações de compromisso originadas por diversos interesses, e sua composição abarca variadas estratégias – *rede* – (MAYER, 1987; LAND, 1977).

Nesse sentido, mesmo os anteriormente citados eleitores simpáticos ou ligados por diferentes razões ao partido governamental afirmavam reconhecer existências de práticas corruptas e impunidade dos seus perpetradores, o que consideravam uma traição aos chamados “ideais de Mondlane e Samora” e ao povo, diminuindo-lhes a confiança.

Frente à complexidade do fenómeno social e político em estudo, no caso específico desses interlocutores - autónomos, comerciantes, desempregados, estudantes, pequenos empresários e cidadãos pacatos desesperançosos, todos ávidos por uma oportunidade que lhes permitisse “subir na vida” -, percebe-se o quão lhes é conveniente proceder ao alistamento no partido governamental. Depois de alistados, eles afirmam realizar as necessárias diligências para atender solícitamente aos seus chamados, como participar das reuniões do bairro, efectuar contribuições, realizar doações, participar de eventos em datas festivas, fornecer apoios necessários – materiais e logísticos – durante as

campanhas e, principalmente, fazer-se notar perante as altas hierarquias partidárias.

Além disso, no idioma local, a oposição e os chamados “pequenos partidos” são vistos como “cheios de fome”; por isso, quando chegam ao poder, recaí-lhes a suspeita de que irão “comer” e “roubar”; atendendo aos seus interesses particulares em detrimento do povo. Essa concepção da política é fundamentada na vivência acumulada com os diferentes mandatos de governação da Frelimo, entendida como partido extremamente poderoso, cujos dirigentes e membros são percebidos como abastados. Nessa concepção, a referida abastança seria fruto de desvio de recursos públicos, ou seja, “a riqueza dos chefes vem do sangue do povo, roubam o nosso dinheiro”, como repetiram, em diversos momentos, os meus interlocutores.

Desse modo, os partidos da oposição, marcados pela exiguidade de recursos, entendida como “fome”, não seduzem a referida parcela do eleitorado uma vez que, para esta, no intuito de saciar a dita “fome”, a oposição “roubaria” de forma desmedida. Nesse sentido, para esses eleitores, é preferível que a Frelimo continue no poder, pois, na sua crença, acham que ela fará menos desvios de recursos públicos, visto que já “roubou muito”. Uma racionalidade, no entanto, desprovida de credibilidade

Para sustentarem suas afirmações sobre desvios de verbas públicas por parte dos dirigentes políticos, meus interlocutores serviam-se de diversos rumores de âmbito particular, dando conta da vida faustosa desses dirigentes, iniciando suas narrativas geralmente com “ouvi dizer” ou “dizem que”, seguidos do enredo dando conta dos supostos escândalos de favorecimentos, notícias de desvios e pagamentos ilícitos realizados por governantes.

A exploração de aspectos da vida privada era recorrente na demonstração do que se considerava incompatibilidade dos ganhos pelo trabalho comparados aos privilégios e vida faustosa estampados na posse

de bens materiais como habitações “luxuosas”, “mansões nas praias” mais afastadas dos grandes centros urbanos, carros de “alta cilindrada”, “compra de apartamentos para as amantes”, com as quais diziam efectuarem “viagens ao exterior em classe executiva” e compras de “roupas em lojas de grife”. Para evidenciarem tais acusações, esses interlocutores recorriam às publicações em redes sociais desses políticos e de suas supostas concubinas em que afirmavam estar patente essa ostentação.

Para a ND, o facto de os eleitores verbalizarem seus descontentamentos apontando a evidência de “roubos” dos governantes, estabelecendo com isso os distanciamentos dessa força política com os demais partidos, era visto como um caminho ao diálogo e possivelmente adesão ao seu projecto político. Ao estabelecer um ambiente no qual os eleitores pudessem se abrir e expressar suas agruras com a governação vigente, a ND considerava estar a avançar politicamente, criando condições de conversão e adesão de novos membros. Isso era entendido como garantia de vitória eleitoral para o futuro.

O apoio demonstrado pelo povo nas ruas, o ganho de interesse juvenil pela política, as conversas nos espaços públicos com o eleitorado consideradas francas, as discussões sobre o manifesto da ND, visto como diferenciado por esse público, foram aspectos percebidos como emanando um poder mobilizador e capaz de gerar mudanças das populações sobre a política e os grupos hegemónicos. Assim, ainda que nesse momento não garantissem voto imediato nas urnas, tais posturas eram tidas como vitória política, uma vez que denotavam uma expressa rejeição ao regime vigente e possibilidade de adesão e votos futuros.

Capítulo V

A efectivação da fraude eleitoral

“As pessoas não comem bandeiras... eles [políticos] gastaram dinheiro a fazer camisetes e bandeiras em vez de ajudar as pessoas; as pessoas estão a sofrer. Por que não levaram essa fortuna para dar comida, dar medicamentos, dar condições mínimas às pessoas? Na próxima semana tudo isto termina, nossa desgraça continua...o que faremos com bandeiras? Bandeiras pra quê?”

Já estamos a sofrer, não temos medo de votar em outros partidos [da oposição], só que sabemos que nosso voto de nada vale... eles [a Frelimo] *já* ganharam, e ninguém vai fazer nada” (eleitor, outubro de 2019).

Se nos capítulos anteriores o meu percurso foi, por um lado, em torno da acção política da ND, seus constrangimentos, e, por outro, a opulência e o total domínio da Frelimo em todas as vertentes da vida social moçambicana, ficou latente o espectro da fraude vislumbrável para a eleição vindoura. Ao expressar sua indignação com o espetáculo de gastos exorbitantes com a campanha eleitoral da Frelimo, que ostensivamente redobrou o investimento devido à ameaça de iminente perda de eleição que esse partido enfrentava, a fala transcrita do eleitor acima, além de espelhar ausência total de confiança no processo e nas instituições eleitorais, lamenta os gastos colocando em comparação a precariedade social que é o quotidiano das populações; adianta com revolta – uma constatação antecipada, baseada na vivência dos anteriores actos eleitorais – o vencedor da eleição que se avizinhava.

Uma vez que, na opinião pública, os vencedores das eleições são previamente conhecidos, como indicado na fala acima, urge questionar por que regimes hegemónicos e autoritários, como é o caso da Frelimo em Moçambique, precisam ainda da realização de eleições? Para que servem as eleições em um contexto no qual nunca se experimenta alternância política? Outrossim, por que essas eleições são cada vez mais onerosas, com dispêndio de centenas de milhares de dólares? Por que movimentam, cada vez mais, vários políticos de todas cores, inclusive os

já reformados, e também pastores, artistas, desportistas, intelectuais, mesmo que seus resultados não culminem em mudanças sociais, estruturais e políticas, como já sabido?

Observando o histórico das eleições multipartidárias moçambicanas, fica consolidado que o regime dominante “permite” a realização das mesmas na medida em que é confiante de que elas nunca o derrubarão. Para que assim seja, dado que a Frelimo faz-se confundir com o Estado, dominando completamente sua máquina administrativa ao mesmo tempo que investe no controlo da vida pública, individual e privada dos indivíduos, ela garante que essas eleições não sejam transparentes, livres e tão menos justas.

Tal como ocorre em diferentes regimes autoritários, com cerca de cinquenta anos no poder, a Frelimo não tem sua legitimidade alicerçada na representatividade popular, nem consegue responder às demandas do povo, promovendo, portanto, uma governação que instaura as populações em um estado de precarização, insegurança, medo e incerteza. Aliás, aqui, a vontade popular não se traduz em voto, inclusive porque este é reflexo de um conjunto de relações sociais concretas que constroem o indivíduo/eleitor dentro de sua rede comunitária; podendo o voto, desse modo, ser conquistado por outras formas de convencimento e pressão, quer seja, espalhando pânico, ameaças ou até desembolsando bens e valores. A manutenção do poder é obtida pela aliança e pelo apoio das elites, bem como pela cooptação das forças de defesa e segurança.

Para contornar o incómodo distanciamento das bases, a Frelimo urde estratégias de modelação do poder. Nessa tessitura de funções e efeitos múltiplos, acena-se aos partidários e diferentes grupos de interesse sobre vantagens ou “necessidade” de estar ligado ao partido e tê-lo à frente do país, para a facilitação das demandas individuais e privadas; uma mensagem é enviada, subliminar ou explicitamente, aos opositores sobre o controlo das massas, domínio de poder e opulência, o

que serve de desmoralizador ou desincentivador de suas iniciativas políticas na busca pela conquista do poder. Controlada a situação interna, outro efeito ou função dessa fabricação de legitimidade é o envio à comunidade internacional da ideia de controlo do Estado, isto é, que o partido é legítimo representante do povo moçambicano. É importante notar que tal legitimidade é forjada na base do mito normativo da democracia, no qual o voto expressaria a vontade popular, uma simplificação usada para criativamente mimetizar processos político-administrativos e até eleições endossadas pela comunidade internacional.

Passar imagem de legitimidade à comunidade internacional é deveras importante, uma vez que, historicamente, desde a independência colonial, o Orçamento do Estado tem apoio dos países nórdicos. É do interesse da Frelimo dispor de relações harmoniosas e cordiais com esse conjunto de países parceiros, pois é deles que vem o financiamento dos principais projectos e programas de desenvolvimento económicos. Por outro lado, esses países são legitimadores internacionais do poder da Frelimo em Moçambique, já que compõem as principais missões de observação eleitoral, e os relatórios dos seus observadores, ao validarem as eleições, são importante instrumento que atesta a confiança do povo na Frelimo e em seus candidatos, conferindo-lhes direito legítimo de governar e representar o país soberanamente.

Essa actuação da comunidade internacional, principalmente a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, é incómoda aos movimentos sociais e políticos que vêm recorrentemente denunciando as irregularidades dos processos eleitorais em Moçambique. Indignados, movimentos políticos da oposição responsabilizaram a União Europeia de conivência e cobraram uma nova postura da organização perante sucessivas chancelas de ilícitos eleitorais. De acordo com o relato da representante do partido ND, ao se dirigir aos representantes da UE, em uma reunião desta com os movimentos políticos:

[...] a própria União Europeia quando falou conosco depois da votação, dissemos-lhes que estamos muito indignados, vossa observação não faz um bom trabalho para Moçambique, vocês, observadores, não estimam o processo eleitoral. Eu quero vos perguntar se nos vossos países, lá na Europa, se um observador for assassinado no período da votação, se observadores e delegados forem presos, se alguns partidos são impedidos de exercer seu direito de fiscalização, enfim, tudo isso, vocês vão dizer lá que *houve irregularidades que não influenciam no resultado final das eleições, como fazem aqui?*⁸⁶ Nós estamos indignados, isto parece que há indicadores do que é eleição aceitável em Moçambique e do que é aceitável nos vossos países.

Eles alegaram que são observadores, não podem interferir no processo, e que sua abordagem é feita em forma de recomendações. De que vale a observação se ela não influencia no processo? Então é melhor não nos observarem mais, porque quando há criminalidade, *gangsterismo* organizado e a observação continua só a recomendar, então não vale a pena... quero saber o que recomendam em relação ao assassinato de Anastácio Matavél?⁸⁷ Vocês colocam nos vossos relatórios que *recomendam não assassinar as pessoas?*⁸⁸ Isso é recomendável? Quando vocês querem influenciar nos nossos países vocês influenciam. Quando houve o caso das dívidas ocultas, vocês removeram o financiamento do Orçamento do Estado, não vamos brincar aqui! (Quitéria Guirrengane, novembro de 2019)

Portanto, a representante de um partido político da oposição questiona o trabalho de observação eleitoral desenvolvido pelo principal parceiro de cooperação multilateral com o país. Denuncia a inação da missão observatória perante o acúmulo de ilícitos eleitorais, bem como a existência de dualidade de critérios no que tange a elementos de validação e reconhecimento de resultados eleitorais por esses observadores para Moçambique e para seus países de origem. Outrossim, ela aponta que essa inércia é calcada no desinteresse dos ocidentais em alterações profundas na cena política nacional, pois, quando em outro momento isso foi de seu interesse, agiram com veemência no já relatado caso das dívidas ilegais.

⁸⁶ Grifo meu, denotando sua gravidade na entonação.

⁸⁷ “Assassinato do activista dr. Anastácio Matavel e restrições ao espaço cívico comprometem as eleições iminentes”, *Front Line Defenders*, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/statement-report/killing-activist-dr-anast%C3%A1cio-matavel-and-restrictions-civic-space-mar-upcoming>. Acesso em: 2 abr. 2022.

⁸⁸ *Ibidem*.

A ideia de interesse na manutenção da Frelimo no poder em Moçambique por parte dos europeus é também formulada pelo presidente do município de Quelimane, Manuel Araújo, membro da Renamo, ao apontar em um seminário⁸⁹ realizado por uma instituição académica, o seguinte:

Vejo com perplexidade quando reconhecidos estadistas, respeitadores do Estado de direito em seus países, como é o caso do professor Marcelo Rebelo de Sousa, presidente português, a congratular, antes do anúncio dos resultados, o candidato Nyusi e a Frelimo pela suposta vitória. De igual forma, Macron, da França, vem reconhecer e legitimar eleições cujo processo não terminou. Tenho dúvidas se o Ocidente vê a democracia na Europa como a vê entre nós, aqui em África. Parece que, segundo os relatórios dos seus observadores, existe diferença nos parâmetros da democracia pelo mundo: existe democracia europeia e existe a africana. Não deixo de pensar que nossas reservas de gás não estarão a deixar alguns países parceiros, cegos... ou estão a ser forçados a ter de ver apenas uma metade [do processo eleitoral] de forma a garantir interesses das suas empresas petrolíferas? Não estarão as reservas do gás natural a ser usadas para sacrificar a nossa democracia? E nós, moçambicanos, qual é o passo que temos de dar? (Manuel Araújo, Seminário Iese – novembro de 2019)

De facto, o presidente português, cujo capital empresarial do seu país é deveras activo na economia moçambicana (principalmente no sector bancário e construção civil), apressou-se a congratular Nyusi enquanto os partidos da oposição denunciavam a fraude. De sua parte, Emmanuel Macron, cuja petrolífera francesa – Total – lidera um consórcio com um investimento avaliado em cerca de 24 biliões de dólares, em um projecto de implantação e exploração de gás natural liquefeito (LNG) no norte de Moçambique, foi também dos primeiros a felicitar Nyusi e a Frelimo pela vitória eleitoral, apesar das denúncias e disputas pós-eleitorais.

Esses factos ajudam a consolidar a já partilhada ideia entre os diferentes movimentos políticos locais de que, contrariamente ao que apregoa a comunidade internacional, referindo-se especificamente ao Ocidente, ela não está totalmente comprometida com a promoção da

⁸⁹ Seminário “Eleições Gerais 2019 em Moçambique: lições e desafios”, Iese, [s.d.]. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/apresentacoes-seminario-eleicoes/>. Acesso em: 2 mar. 2020.

democracia e do Estado de direito nos países do Sul global. Seus interesses económicos, militares e geopolíticos serão os norteadores da relação belicista, antagónica, cordial ou pacífica e conivente, quer com regimes democraticamente eleitos, legítimos, autoritários, ditatoriais, extremistas ou até fundamentalistas religiosos.

O corolário da conivência do Ocidente com um regime que vai permitir, sem apresentar vários empecilhos, a satisfação de demandas bilionárias de suas multinacionais é a multiplicação de eleições gerais e locais em Moçambique, sem que estas produzam mudanças significativas. Mais do que eleições cosméticas, uma vez que não produzem alternância de poder e o povo não tem a sua vontade reflectida no Legislativo ou no Executivo, seus resultados, com vitórias esmagadoras, quase absolutas, para a Frelimo, são usados para conduzir seus interesses particulares e também para reverter conquistas e avanços democráticos.

O Ocidente, com a sua capacidade de exercer pressões políticas aos seus oponentes ideológicos a partir de embargos económicos, como acontece no vizinho Zimbabwe (acusado por aqueles de fraudar eleições etc.), é, no entendimento dos meus interlocutores, alheio às reclamações da sociedade civil moçambicana, mantendo relações vistas como espúrias com o regime da Frelimo, cujas elites locupletam em esquemas de corrupção e desvios de verbas em diversos projectos e programas financiados pelos governos desses países.

Hyde (2011) aponta que, apesar da crença entre estudiosos e activistas no poder transformativo das eleições, incluindo as realizadas em contextos de pouca abertura, o que as experiências recentes mostram é a habilidade dos líderes desses contextos em engendrar estratégias que amputem o multipartidarismo. Continuando com a sua explanação, o autor destaca que eleições não derrubam ditadores, déspotas e autocratas; geralmente os ajudam a fortificar o seu poder, uma vez que, estando no poder, se servem da máquina pública, se preparam melhor para a disputa

e, com a renovação do poder, asseguram o acesso aos valiosos recursos económicos, principalmente a ajuda externa, aproveitando para revigorar as suas bases partidárias, ao mesmo tempo que agem activamente no enfraquecimento da oposição (HYDE, 2011, p. 8).

Um exemplo empírico dessa actuação dos observadores ocidentais é trazido por Cheeseman e Klaas (2018), quando mostram como esses emissários têm atitude meramente contemplativa perante as crassas evidências de falseamento de eleições. Como ilustração, usam as eleições realizadas no Azerbaijão em 2013. De acordo com os autores,

In Azerbaijan, a congressional delegation from the United States dispatched to watch the polls ignored the seemingly glaring red flags all around them and endorsed the election. Congressman Michael McMahon, a New York Democrat, called the election “honest, fair, and really efficient”. There were no queues at polling stations, he pointed out, a sign of bureaucratic efficiency. The real reason was probably that people did not bother to show up because they knew the outcome was predetermined. It is tempting to interpret the comments of Congressman McMahon as an example of the naïvety of a single deluded Western official. Sadly, it was not the exception. Both the Parliamentary Assembly of the Council of Europe and the European Parliament also fawned over an election that appeared to be blatantly rigged. Their statement suggested that Azerbaijan’s dictator had presided over a clean poll: “Overall around Election Day we have observed a free, fair and transparent electoral process... From what we have seen, electoral procedures on the eve and on Election Day have been carried out in a professional and peaceful way”. (CHEESEMAN e KLAAS, 2018, p. 104)

Para afastar qualquer presunção de boa-fé ou ludíbrio desses observadores pelos agentes locais, os autores vão esclarecer afirmando que

Yet at the same time, there are cases in which democracy has clearly been sacrificed on the altar of another more pressing goal. The most obvious incentive for world powers to approve poor-quality polls is to maintain good relations with the government in order to access resources and pursue their geostrategic ambitions. In this sense, a state’s resource wealth and location play an important role in shaping whether the costs of rigging can be reduced. The significance of these factors becomes clear if we briefly return to the example of Azerbaijan. In 2013, Western monitors didn’t simply endorse an election that seemed so clearly

rigged because they were blind to its problems; they were blind to its problems because they deliberately did not open their eyes. The reason? Geopolitics. (CHEESEMAN e KLAAS, 2018, p. 106)

5.1 O dia da votação

A ensolarada manhã de 15 de outubro de 2019, uma terça-feira, já nas primeiras horas, apresentava consideráveis filas nos recintos designados para a votação. Nas ruas, havia os que preferiam aproveitar o dia de folga para se dedicar a algumas actividades individuais ou familiares e, só mais tarde, ao fim do dia, é que iria votar. Basicamente, o argumento dado por esses eleitores para justificar essa opção era de evitar filas sob o sol forte das primeiras horas do dia. Perante a minha insistência sobre as dificuldades que poderiam surgir nas últimas horas da tarde como enchentes, eventual falta de luz etc., as respostas variavam desde quem afirmava peremptoriamente que seguiria nas filas das assembleias de voto até que conseguisse exercer seu direito; outros que confessavam não ter tanta certeza, se terminariam seus compromissos atempadamente, de modo a ir votar; até os que, de forma retórica, indagavam: “Você acha que a Frelimo gastou tanto dinheiro para perder as eleições hoje?” ou “Se eu não puder ir mais tarde, não faz diferença, já sabemos quem ganhou”.

Durante o dia, publicações nas redes sociais e na imprensa davam conta de um processo a decorrer de forma tranquila, embora não faltassem relatos de alguns incidentes organizacionais em algumas mesas. De forma geral, a sensação transmitida sobretudo pela grande imprensa era de um processo a decorrer positivamente, e os pontuais casos de incidentes eram retratados como menores e prontamente sanáveis. Para credibilizar essa narrativa, dirigentes da CNE/STAE, analistas “especialistas em questões eleitorais” e até alguns observadores

internacionais eram entrevistados nas diversas assembleias de voto, afirmando não identificar significativas anomalias processuais.

Se, no primeiro momento, as publicações nas redes sociais corroboravam a posição acima, quem vivenciava o processo de perto tinha outra percepção. Delegados e membros dos partidos da oposição passaram a denunciar sua expulsão das assembleias de voto pela autoridade eleitoral, CNE. Observadores em representação da sociedade civil também denunciaram ter sido impedidos de realizar seu trabalho fiscalizador próximo às mesas de votação. Cresceu também o número de denúncias sobre eleitores e outros indivíduos surpreendidos com vários boletins de voto em branco ou preenchidos a favor da Frelimo e seu candidato.⁹⁰

Enquanto maiores detalhes dessas informações se espalhavam nas redes sociais, algumas assembleias de voto foram esvaziando, com eleitores impacientes diante da lentidão dos escrutinadores; enquanto várias outras registavam grande afluência no final de tarde, obrigando, em muitos casos, que a votação fosse estendida para além das 18 horas, transgredindo o estipulado pela norma. Eleitores afluíam simplesmente por ter deixado a votação para o fim da tarde, ou porque, como alguns diziam, queriam “impedir a roubalheira”. Na Escola Primária 7 de Março, testemunhei animosidades entre a população e a polícia, uma vez que representantes da CNE pediam aos agentes de segurança que criassem um perímetro de trezentos metros das assembleias de voto; um perímetro que frustrava a intenção dos populares de acompanhar a apuração dos votos. Tanto a medida quanto a truculência policial aumentaram as suspeitas de orquestra de manipulação do processo eleitoral.

⁹⁰ “Minuto a minuto: eleições em Moçambique”, DW, 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/minuto-a-minuto-elei%C3%A7%C3%B5es-em-mo%C3%A7ambique/a-50832485>. Acesso em: 20 fev. 2022.

A Renamo, MDM e ND, através de seus delegados e membros credenciados a fiscalizar as eleições, denunciaram a exclusão de seus representantes nas mesas de voto pelo que consideraram ser “manobras da Frelimo e sua CNE”, a partir da emissão de credenciais com erros, portanto sem validade reconhecida nas mesas de votação, como forma de impedir a fiscalização do processo. Outra irregularidade verificada em todo o país foi a presença de agentes policiais fortemente armados à boca das urnas, o que é proibido por lei. Ao pedirem a retirada da polícia das salas de votação para as imediações, os delegados fiscalizadores da oposição foram ameaçados com truculência e, em alguns casos, retirados das salas, detidos e conduzidos às esquadras, como indicou Hanlon (2019c). Em outros casos, delegados credenciados e membros de mesa de votação (sempre da oposição ou da sociedade civil) impedidos de exercer suas actividades – por qualquer motivo que o presidente da mesa, representante da CNE e a força policial usassem – eram substituídos por professores das respectivas escolas ou até outros agentes policiais, todos sem qualquer credenciação ou formação em fiscalização eleitoral.

Relataram-se também atrasos e lentidão na abertura de mesas de voto em algumas localidades, e cortejo de viaturas policiais antimotim, o que foi denunciado pelas organizações da sociedade civil como forma de amedrontar e intimidar os eleitores. Surgiram relatos de eleitores impedidos de votar porque seus nomes não constavam nos cadernos eleitorais, mesmo com o número de seus cartões de eleitor indicando pertencer a essas mesas. Jornalistas também foram, em alguns casos, impedidos de adentrar aos recintos de votação e exercer seu trabalho.⁹¹ Houve casos de ausência de membros de assembleia de voto por diferentes questões. Essas ausências eram ilegalmente cobertas por agentes policiais ou indivíduos estranhos ao processo, indicados por

⁹¹ “Moçambique: Sala da Paz aponta ilícitos na província de Sofala”, *DW*, vídeo, 2min33s, 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-sala-da-paz-aponta-il%C3%ADcitos-na-prov%C3%ADncia-de-sofala/av-50859528>. Acesso em: 2 abr. 2022.

representantes da CNE/STAE. Houve ainda relatos, em diferentes postos, da presença de viaturas estacionadas perto das salas de votação. De acordo com as denúncias, alegava-se que tais veículos transportavam urnas com votos preenchidos a favor da Frelimo e aguardavam escurecer do dia para operar a troca pelas urnas usadas no processo. Ao questionarem a presença dessas viaturas, membros das assembleias de voto e observadores eram ameaçados pela polícia e, frequentemente, detidos sob acusação de perturbação da ordem nas mesas de voto (HANLON, 2019).

Frente a tamanhas denúncias pela imprensa e pelas redes sociais, enquanto a oposição e diferentes organizações da sociedade civil que observavam o processo questionavam a integridade das eleições e exigiam resposta das autoridades eleitorais, a observação internacional da UE atestava a regularidade do mesmo, as autoridades do partido Frelimo emitiam mensagens de pacificação, apelando por tranquilidade e serenidade dos moçambicanos, ao mesmo tempo que reiteravam sua confiança nas instituições eleitorais. Esse discurso, bem calculado, apresentava a oposição como sendo desordeira, antidemocrática e desrespeitosa do processo eleitoral.

Até o encerramento total das urnas, haviam sido reportados diferentes casos de delegados e membros de assembleia de votos detidos pela polícia sob acusação de perturbação da ordem nas mesas de voto, ou então por apresentação de credenciais supostamente falsas. Quanto aos eleitores surpreendidos com inúmeros boletins de voto, como não houve aprofundamento das investigações e não se divulgaram mais detalhes, eventualmente acabaram libertos.

5.2 Procedimentos fraudulentos e a orquestra da fraude

Na organização das eleições moçambicanas, a CNE distribui cadernos eleitorais aos partidos políticos. Esses cadernos são o mapa que contém os dados dos eleitores inscritos em cada assembleia de votação; é a partir deles que delegados de candidatura identificam e conferem os inscritos em cada mesa de voto. Esse procedimento, de acordo com Brito (2014), tem gerado diversos conflitos entre as partes, uma vez que, historicamente, os partidos de oposição denunciam receber das autoridades eleitorais CNE/STAE documentos com nomes e dados errados ou não condizentes com os cadernos oficiais e entregues à Frelimo. Nisso, como relatado por meus interlocutores, resulta que a oposição, não tendo os dados correctos em seus cadernos, não é capaz de fiscalizar com detalhes a identificação e proceder à conferição dos votantes.

Tendo listas semelhantes, o escrutinador e o presidente da assembleia de voto conseguem conduzir o processo em sintonia, permitindo que eleitores simpatizantes da Frelimo exerçam seu direito de voto, acrescentando eleitores-fantasmas, ao mesmo tempo que excluem eleitores de outras cores partidárias, alegando que seus nomes não constam dos cadernos eleitorais. Sem que significativa parcela de eleitores exerça seu direito, a contagem vai mostrar resultados esmagadores nas urnas que, de acordo com meus interlocutores, espelharão votos da Frelimo.

Uma vez que as estratégias supracitadas eram de domínio público e a oposição tinha tomado suas precauções, nas eleições de 2019 verificou-se uma outra arquitetura, um refinamento de mecanismos de manipulação eleitoral. De acordo com um delegado da Renamo em Maputo, a fraude das eleições foi feita limitando-se a presença de uma parte dos contendores e fiscalizadores do processo, no interior dos

recintos de voto, o que permitiu o enchimento de urnas e o aparecimento de eleitores-fantasmas. Segundo esse interlocutor,

Desta vez foi diferente, como pressionamos a CNE/STAE a nos dar os cadernos em formato digital, podíamos descobrir onde foi feita a alteração dos nomes ou números de cartões dos eleitores. A lei permite que cada partido esteja representado apenas com um membro dentro da sala de votação. A Frelimo faz-se representar por dois ou três: o delegado de candidatura, o escrutinador e o presidente da mesa de voto. Para todos os partidos da oposição, encontravam-se problemas nos documentos de credenciação. O único partido que nunca tinha nada errado ali era a Frelimo. Como pode alguém dizer que nossas credenciais são falsas se foram passadas pela CNE/STAE, tal como as da Frelimo? Então, significa que eles nos deram credenciais diferentes da Frelimo. Quando não dava para sustentar a ideia de falsificação das credenciais, era a polícia que vinha com arma, ameaçar os delegados da oposição. Qualquer coisa que questionássemos, diziam que estávamos a perturbar o ambiente, nos tiravam da sala, simulavam uma detenção e, mais tarde, nos deixavam voltar. Como vou saber o que ficou a acontecer na minha ausência? (Delegado de candidatura/Renamo – novembro de 2019)

Mesmo com os cadernos eleitorais certos, a oposição teve, mais uma vez, sua capacidade de intervenção pela fiscalização limitada. A Frelimo e a CNE/STAE continuam a controlar unilateralmente o momento crucial da eleição: a votação, isto é, o depósito dos boletins na urna e a contagem dos votos.

Estudando a governação moçambicana pelas margens, Chaimite (2019) mostra que, apesar de alguns focos de resistência à hegemonia do partido Frelimo, quanto mais distante dos centros urbanos, o seu poder é deveras rizomático. Não apenas pela força real desse partido, mas também porque há um grande comprometimento popular. Nas zonas rurais, com população mais idosa e elevados índices de analfabetismo, reina um grande sentimento de dívida para com a Frelimo pela libertação colonial; há uma enorme crença de que as conquistas populares e individuais (o emprego, o pequeno negócio, os fundos de apoio para a agricultura e a pecuária, empréstimo bancário, educação dos filhos, postos de saúde etc.) são uma benevolência desse partido e podem

ser retiradas a qualquer momento na ausência de retribuição, reconhecimento e colaboração. Desse modo, forças opositoras são vistas como uma ameaça a tais benfeitorias, um sério risco à manutenção do seu modo de vida e perda de suas conquistas.

Isso vai permitir enorme coesão e performance das redes e hierarquias de poder dentro das comunidades rurais. Chefes de quarteirão, secretários de bairro, régulos, administradores distritais, chefias de pequeno e médio escalão do funcionalismo público, representações e chefias partidárias locais, directores de escolas e hospitais, professores, enfermeiros, agentes da polícia etc. encontram-se interligados por interesses comuns e atribuem papel fundamental à vigilância, ao controlo e à manutenção do *establishment*, sendo, desse modo, parte fundamental e indispensável na arquitectura e na implementação da fraude eleitoral.

Não é por descaso ou por má-fé que, nessas localidades, diversos ilícitos eleitorais não são detectados e/ou denunciados pela observação internacional, mesmo quando praticados descaradamente por essa rede de indivíduos detentora dos meios necessários para se acobertar e proteger do olhar destreinado dos observadores. Em alguns casos, falta a esses agentes entendimento de quão intrincadas são as relações sociais e quais interesses estão em jogo dentro da eleição, inclusive entre os organizadores do processo dentro das assembleias e mesas de voto. A observação eleitoral, no caso moçambicano, deve ser antecedida de uma pesquisa ou formação que possibilite perceber os jogos de poder locais, sob o risco de apenas ver e reportar o que a Frelimo e a CNE/STAE permitem que seja visto.

O relato a seguir, dado por um observador sobre sua experiência em uma assembleia de voto na periferia da cidade de Maputo, ilustra o decurso do conluio que permite que eleitores estranhos ao processo consigam registar seu voto dentro de uma assembleia de votação:

O trabalho começa a ser feito bem antes. Faz-se uma recolha de cartões de eleitores dentro de um certo bairro. Uma brigada coordenada pelo secretário do bairro, com o auxílio do Círculo do bairro, chefe de quarteirão, a partir das células do partido em cada bairro, identifica e recolhe os documentos eleitorais de idosos, indivíduos com mobilidade reduzida, vendedores de mercado, mulheres grávidas, enfim, todo um grupo de eleitores que, em virtude das suas ocupações ou situação, é propenso a não se apresentar no dia da votação. Depois se estende o trabalho a outros membros da comunidade que, por simpatia ou outros motivos, são compelidos a passar o seu documento eleitoral. Com os cartões na posse do secretário de bairro, rastreiam-se as respectivas assembleias e mesas de voto. A partir daí, a brigada do partido encarrega-se de “mobilizar” seus membros, alguns dos quais trazidos de outras localidades ou bairros onde a vitória já esteja garantida. Aos titulares dos cartões, é-lhes dito que não precisam se maçar em ir votar; que podem ficar em casa a cuidar das suas vidas ou gozar do dia de folga. Depois dá-se-lhes ou promete-se-lhes algum agrado e, mais tarde, são-lhes retornados os documentos. (Observador eleitoral, novembro de 2019)

Importante frisar que a brigada é integrada por algum membro de escalão intermediário, despachado de alguma sede distrital ou regional do partido, para que, em colaboração com as estruturas locais, assegure a votação expressiva. Conhecendo a comunidade por dentro, os chefes de quarteirão, secretário de bairro, professores etc. organizam a logística de recepção e distribuição dos *mobilizados*, pelas respectivas mesas e assembleias de voto. São também encarregados de organizar refeições para esses “eleitores *mobilizados*”, que são indivíduos trazidos de diferentes localidades para assumir a titularidade dos cartões eleitorais recolhidos da população e votar no lugar dos seus reais donos.

Prosseguindo com a explicação do observador,

Quando chegam às respectivas mesas, assim que passam pela triagem, confirmando que de facto estão registados nesse lugar, há uma comunicação entre os responsáveis pelo controlo dos votantes; as pessoas que verificam o número, a fotografia e o portador do cartão de eleitor são o escrutinador e o presidente da mesa. A partir de listas paralelas na sua posse onde veem codificados os números de cartões dos eleitores “mobilizados”, presidente e escrutinador conseguem conferir se o eleitor anunciado faz parte desse grupo. Sem saber das listas codificadas dos cartões recolhidos nos bairros, os delegados dos partidos da oposição não conseguem perceber a jogada. Assim, presidente e escrutinador facilitam que eleitores estranhos e falsos votem no

lugar dos verdadeiros. Em vários casos, “os mobilizados” já trazem consigo três ou cinco boletins preenchidos e depositam na urna. Com a polícia bastante truculenta e ameaçadora circulando pelas mesas, os delegados de mesa, uma vez que por lei não é seu dever efectuar a conferência dos documentos, ficam temerosos de fazer qualquer pergunta, reduzindo-se, desse modo, a meros espectadores. Por seu lado, quando verificam que as listas paralelas já garantiram votos satisfatórios, o presidente de mesa ou o delegado avisa os agentes da polícia, que por sua vez avisam o secretário de bairro, o chefe de quarteirão, que estão em circulação constante ao redor das salas de voto, para direcionar os próximos “mobilizados” às outras mesas de votação. (Observador eleitoral, novembro de 2019)

Como é possível constatar da ilustração acima, a manipulação do processo eleitoral ocorre também abertamente, à luz do dia e aos olhos de todos, porém apenas o olhar treinado consegue descortiná-la. Fica ainda demonstrado como urnas aparecem com votos em cerca de 80% a 100% a favor da Frelimo e de seus candidatos. Dentro da sala de votação, representantes da CNE/STAE, responsáveis pela organização do processo, aliam-se em conluio com os representantes da Frelimo, em um esquema de controlo da votação. O sucesso dessa operação é garantido pelo grupo de trabalho que abrange polícia, professores e estruturas de bairro, que além de implementar, fiscaliza a manipulação.

Os professores e agentes policiais devem estar em prontidão para qualquer missão. Mesmo sem o devido preparo e credenciamento, podem ser chamados a substituir algum delegado, ser postos como *mobilizados* etc. Essa força de trabalho, enquanto implementa e fiscaliza a fraude, vai analisando o grau de sucesso das operações de modo a preparar os passos subsequentes. Quando entendem que a urdida em determinada mesa foi satisfatória, retiram toda equipe e deixam o processo decorrer normalmente, espelhando uma falsa lisura. É para essas mesas que a comunicação social e até grupos de observadores internacionais são conduzidos ao chegar. Por outro lado, se houver entendimento de que dentro de uma assembleia de voto o número de *mobilizados* foi menor comparativamente ao número de eleitores regulares, é acionada a parte colaborativa de dentro da mesa de voto

(delegado da Frelimo, presidente, escrutinador) para que seja efectuada a troca das urnas. Isto é, a equipa de trabalho trará urnas com boletins já preenchidos e as trocará pelas legítimas.

Segundo Hanlon (2019a), esse trabalho é feito ao anoitecer, quando urnas podem ser transportadas longe dos olhares indesejados e sem levantar suspeitas. Elas podem estar nas viaturas estacionadas perto das salas de votação, ou até guardadas nalgum gabinete cedido pelo director da escola. Este também cede os primorosos préstimos dos funcionários da instituição, que simulam corte de energia elétrica, apenas o tempo suficiente para que se realize a operação. Quando não enveredam pela troca de urnas, os delegados da oposição são assediados, sendo-lhes oferecido dinheiro vivo para deixar a fraude acontecer, ou incentivados a ir comer e beber alguma coisa (com dinheiro oferecido pelos delegados da Frelimo), sob argumento de que o dia vai tarde e seus partidos não lhes providenciaram almoço. Se mesmo assim esses elementos resistirem a abandonar a sala com o material de votação, são os próprios delegados da Frelimo, o escrutinador, o presidente de mesa que, ao anoitecer, apresentam uma lentidão no encerramento da votação, pedidos de intervalos, suspensão ou interrupção dos trabalhos por uma ou outra alegação; enfim, um conjunto de diversas estratégias de distração para a substituição ou o enchimento de urnas.

Para o caso dos delegados da oposição que residiam distante das assembleias, hospedagem era-lhes oferecida nas casas de militantes da Frelimo, como possibilidade de se fazer presente nas primeiras horas do dia seguinte para a retomada dos trabalhos de recontagem de votos. A cortesia incluía poder tomar banho, comer e pernoitar, além de se reiterar a oferta do dinheiro. Pouco se sabe do grau de sucesso dessa estratégia, e, em virtude do conflito de interesses, poucos delegados falaram abertamente desses casos. De todo modo, fica evidenciada a eficácia do controlo social e político, e como este consegue traduzir-se

em vitórias eleitorais esmagadoras, ao mesmo tempo que joga com os interesses ocidentais.

5.3 Disputas pós-eleitorais

Após duas semanas do escrutínio, a CNE⁹² anunciou a vitória da Frelimo e de seu candidato. Felipe Nyusi obteve 73% dos votos, e a Frelimo, 73,6% (184 dos 250 deputados), isto é, mais de dois terços dos assentos parlamentares, fasquia necessária para efectuar alterações à Constituição. De acordo com esses dados, a reeleição de Nyusi significa um crescimento de 15,3% comparado à eleição anterior, e também um ganho de 40 assentos no Parlamento para o partido. Fora o encolhimento da oposição, não houve alterações na composição do Parlamento, nenhuma outra força conseguiu eleger deputado, mantendo-se, desse modo, a Renamo e o MDM como os adversários já conhecidos e que até hoje não conseguiram ainda representar real ameaça à Frelimo. A Renamo obteve 24% correspondente a 60 assentos, e o MDM conquistou 2,4%, correspondente a seis cadeiras. Os partidos da oposição perderam respectivamente 29 e 11 assentos em comparação à última eleição. A abstenção foi de 49,26%.

A oposição, que já tinha repudiado e denunciado os grosseiros ilícitos eleitorais, aliou-se e contestou a aprovação e a validação dos resultados pela CNE. Segundo Hanlon (2019d), aos diferentes recursos submetidos, o Conselho Constitucional (CC),⁹³ maior instância jurídica, recusou provimento, citando o Ministério Público com a seguinte asserção:

⁹² Eleições gerais 2019, resultados eleitorais. Ver: <http://www.cne.org.mz/www.stae.org.mz>. Acesso em: 20/03/2021

⁹³ “Acórdão n° 25/CC/2019 de 22 de dezembro”, CIP, 22 dez. 2019. Disponível em: https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2020/01/Acordao_25-CC-2019_original-nao-corrigido-23Dec19_MPPB.pdf. Acesso em: 3 abr. 2022.

[...] o processo eleitoral não enferma de qualquer vício de forma ou de fundo, e as ilegalidades e irregularidades verificadas e por nós apontadas não influenciaram os resultados obtidos, pelo que, em consequência, promovemos a validação e a proclamação dos resultados das eleições de acordo com os editais analisados. (Conselho Constitucional [CC], 23 de dezembro 2019, p. 2)

Em seguida, o CC arrola diversos argumentos jurídicos e posteriormente conclui:

De todo o exposto, o Conselho Constitucional considera que as irregularidades verificadas no decurso do processo eleitoral não influenciaram substancialmente os resultados das Eleições Gerais (Presidenciais e Legislativas) e das Assembleias Provinciais realizadas em 15 de outubro de 2019 (Conselho Constitucional [CC], 23 de dezembro 2019, p. 35)

Além de aprovar a validação dos resultados eleitorais, em seu acórdão, o CC trata a oposição como leiga, acusando-a de não dominar questões formais.

Dos recursos recebidos e julgados, o Conselho Constitucional retira duas conclusões de fundo sobre o contencioso do processo eleitoral.

Primeira, constatou-se, mais uma vez, a falta de domínio da legislação eleitoral pelos concorrentes às eleições, no que concerne à observância dos prazos legais para a interposição dos recursos ao nível dos Tribunais Judiciais de Distrito.

Segunda, nota-se, igualmente, um défice de conhecimento dos elementos que devem acompanhar as petições na primeira instância. É que a junção de elementos de prova, requisitos essenciais do processo de contencioso eleitoral, deve ser feita no momento de propositura do recurso nos Tribunais Judiciais de Distrito, o que obsta que esses meios de prova sejam apresentados directamente no Conselho Constitucional, salvo os casos de recurso directo a este Órgão. (Conselho Constitucional [CC], 23 de dezembro 2019, p. 26)

De todo modo, dos nove juízes, dois votaram vencido, sublinhando inadmissibilidade da recorrência sistemática de irregularidades inerentes à organização e à gestão dos processos eleitorais. Em seu voto, o juiz conselheiro Manuel Henrique Franque, seguido no mesmo sentido pelo juiz conselheiro Albino Augusto Nhacassa, registou seu voto nos seguintes termos:

Votei vencido pelos seguintes fundamentos: o voto é livre e todos os eleitores fizeram a sua escolha conforme os ditames da sua consciência, em estrita observância da lei.

O mesmo não se pode dizer com o que se passou a partir da contagem dos votos e respectivos apuramentos, onde várias irregularidades foram apontadas, tanto pelos concorrentes e seus representantes, como pelos observadores credenciados, colocando em crise a transparência do processo eleitoral. Infelizmente esta situação não é isolada, tendo em conta que se repete de eleição em eleição, facto que me leva a concluir que as irregularidades ocorridas nestas eleições são consequência inerente da organização, administração e gestão dos nossos processos eleitorais. (Conselho Constitucional [CC], 23 de dezembro 2019, p. 36)

Ainda que esse voto seja cosmético por não se traduzir em mudanças materiais imediatas do processo, a existência de uma minoria vencida reconhecendo a plausibilidade das reivindicações e interpelações da oposição pode representar mais um passo na pressão ao regime, bem como aos observadores internacionais, para que mudem sua postura observatória. Não excluindo a possibilidade de os votos vencidos estarem dentro de um cálculo do regime com o intuito de passar uma imagem de independência e autonomia do Judiciário, a sua mera existência pode ser sintoma de divergências dentro do próprio Judiciário, ou de alguma parcela deste com o regime. Além do mais, esse voto mantém acesa a esperança dos que não se resignam e lutam de forma abnegada por um sistema transparente e livre de autoritarismo.

Guilherme Mbilana, especialista em direito eleitoral, aponta que “maior parte dos juízes dos tribunais judiciais de distrito não demonstra possuir profundo conhecimento sobre as regras do Direito e Contencioso Eleitoral, incorrendo diversas vezes em decisões equivocadas no julgamento de determinadas matérias”. O autor prossegue explicando que “em sua maioria, os recursos submetidos ao CC não encontram provimento por ausência de aplicabilidade da regra de anulação das eleições. Não há condições de exercício de contencioso eleitoral; não há espaço para a verificação de irregularidades mesa a mesa, caso a caso”; e

sugere que se encontre, dentro das possibilidades materiais da gestão eleitoral, um mecanismo de recontagem de votos como forma de recuperar alguma transparência do processo eleitoral (MBILANA, 2019, p. 4).

5.4 Perseguição política

A oposição destacou o afastamento dos seus delegados de candidatura das assembleias de voto por alegada apresentação de credenciais falsas, como principal artilheiro na estratégia de manipulação das eleições. Dado que os partidos opositores tinham investido no preparo dos seus delegados para efectuar uma forte fiscalização, o impedimento da sua presença nas salas de voto pela força policial veio permitir que os delegados da Frelimo⁹⁴ inventassem eleitores-fantasmas, realizassem o enchimento ou troca de urnas, adulterasse a contagem de votos, falsificasse os editais etc (HANLON, 2019a; 2019b; 2019c).

Durante a formação dos membros das assembleias de voto, jamais foi abordada a proibição do acesso a jornalistas, observadores e delegados devidamente credenciados às assembleias de votação. Essa medida arbitrária leva Sande Carmona, porta-voz do MDM, a afirmar que o uso da força policial para intimidar e prender os fiscais da oposição indica que esta estava bem organizada dentro do previsto pela lei; preparada para as eleições e o combate à fraude como vinha sendo implementada nos escrutínios anteriores. Ao investir no bloqueio da fiscalização, ao usar dinheiro para corromper delegados da oposição, aliciar policiais, professores, directores de escolas e adulterar resultados, a Frelimo

⁹⁴ Romeu da Silva, “Oposição acusa: Polícia condicionou fiscalização eleitoral”, *DW*, vídeo, 03min05s, 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/oposi%C3%A7%C3%A3o-acusa-pol%C3%ADcia-condicionou-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-eleitoral/av-50991379>. Acesso em: 5 mar. 2022.

demonstra desconforto e insegurança com a sua posição. Esse medo de perda de poder e todos os mecanismos encetados para a sua manutenção são indicativos do fervilhamento do sistema democrático em Moçambique; mesmo que rodeados de constrangimentos, os diferentes partidos políticos se desdobram em diversas estratégias de conquista do eleitorado e de poder.

Por sua vez, a ND apontou estranhamento da composição dos resultados, em que a Frelimo venceu em todos círculos eleitorais, inclusive nas regiões de predomínio histórico da Renamo. Acusou a CNE de, na manipulação, contabilizar os seus votos a favor do MDM, fazendo com que esta força política apresentasse melhores resultados mesmo nas zonas em que a ND considera ter maior impacto, como Maputo e Gaza. Para a ND, isso aconteceu porque a Frelimo prefere uma oposição fragilizada, como é o caso da Renamo e do MDM. Nesse sentido, apontam que a Frelimo preferiu continuar com a mesma oposição no Parlamento a ter uma força nova, constituída por jovens e em sintonia com o povo.

Repudiando os resultados eleitorais que estabeleciam seu partido no quarto lugar, o líder na ND, Salomão Muchanga, afirmou preferir

uma fraude como esta que nos tira todos assentos, que mostra números iguais para a ND em todo país, em todas mesas e assembleias de voto, em todas províncias, como se moçambicanos pensassem de forma igual em todo país. Isso indica de forma evidente a viciação. Eles são tão incompetentes que até deixam vestígios básicos. É melhor estes resultados assim falseados do que uma fraude que, como favor, oferece algumas migalhas; oferecem alguns bocados de assentos para a oposição, só para deslegitimar todo trabalho.

Alguns dizem que a ND ficou em quarto lugar e que isso deveria ser bom para nós como primeira vez a concorrer e obter esses resultados. Não queremos, não aceitamos, nós não celebramos votos oferecidos pela CNE. Esse quarto lugar é da Frelimo, não é da vontade do povo, a Frelimo é que arquitetou isso.

Como é possível um presidente incompetente, que mal consegue se expressar, ganhar com cerca de 70% ou 80% em todas províncias? Nyusi recebeu mais votos que Mandela quando saiu da cadeia... Só Jesus Cristo tem níveis de aceitação equiparáveis a Nyusi. Seus capangas na CNE trabalharam bem, nossa

preocupação agora é libertar nossos delegados que foram injustamente presos para alimentar a fraude. (Salomão Muchanga, novembro de 2019)

Quando a CNE anunciou a validação dos resultados eleitorais, a oposição, além de lutar judicialmente na contestação dos resultados, trabalhava activamente em outras esferas jurídicas para a libertação dos seus membros detidos em diferentes províncias durante as eleições. Olhando atentamente o decurso do processo desde a campanha eleitoral, a tese de perseguição e intimidação ganha relevância na medida em que, meses antes da eleição, membros de diferentes partidos da oposição relatavam ser vigiados por viaturas e agentes à paisana na via pública. A ND denunciou que veículos blindados (caveirão) eram postos nas imediações da sua sede, todos os dias, a partir das 7 horas da manhã. Quando dirigentes desse partido saíam de reuniões, relatavam encontrar viaturas policiais ao lado das suas. Essa perseguição tomou várias formas. Segundo a mandatária do partido,

durante a campanha, eles [a Frelimo] mandaram muita gente para vir perceber nossos mecanismos de financiamento. Aparecia gente poderosa a nos dar força, a se dizer solidária com a nossa causa. Prometiam apoio nisto ou naquilo, e procuravam saber de onde viria a outra parte do dinheiro. Como já conhecemos esse *modus operandi* da Frelimo, nunca demos informação, e cada um, a seu momento e a sua maneira, acabava por desaparecer sem contribuir com nenhum dos centavos prometidos. Nada disso conseguiu nos parar. Com poucos recursos e com maior força de vontade, a nossa mobilização ecoou em todos cantos na corrida eleitoral, dialogamos e demos voz ao povo. Nosso trabalho foi muito consistente e fomos punidos por isso. Como não podiam prender as lideranças do partido aqui em Maputo porque chamaria muita atenção mediática, prenderam 18 delegados nossos em Chockwé, fora dos holofotes da imprensa, longe da pressão das embaixadas e de observadores internacionais. (Quitéria Guirrengane, janeiro de 2020).

Uma vez que a ND despontou como força política de vistoso impacto e com relação de maior proximidade com a juventude, inclusive empregando uma linguagem e propostas que constituíam um decalque

das demandas das massas, a prisão de seus membros por cerca de 45⁹⁵ dias pode muito bem ser vista como um recado não só do que a ND representa, mas também a todo e qualquer jovem moçambicano que decidisse lutar politicamente contra o regime.

Embora no dia da realização das eleições a onda de prisão de delegados de candidatura dos partidos da oposição por alegada apresentação de falsas credenciais se tenha verificado um pouco por todo país, tratou-se de prisões pontuais seguidas de libertação imediata. No caso dos delegados da ND, detidos estrategicamente em uma região rural, sem observância dos procedimentos jurídico-legais, e impondo dificuldades na assistência por parte do partido, parece ter sido caso orquestrado (HANLON, 2019c).

Em sua maioria, os 18 delegados eram jovens em idade escolar e, pelo período da sua prisão, perderam os exames do ensino médio e, conseqüentemente, a oportunidade de realizar os exames de admissão ao ensino superior. Tratava-se de jovens que haviam adquirido experiência cívico-política em diferentes organizações do associativismo juvenil, jovens desempregados, residindo com seus progenitores e ávidos por criar e participar de mudanças que melhorassem suas vidas e de suas comunidades. No contexto da prisão e da transferência ilegal para região de difícil acesso, era sabido que toda a logística de assistência e prestação de solidariedade, desde o deslocamento de advogados, companheiros de luta e familiares, seria bastante árdua. O mesmo valia para a imprensa hegemónica, que inicialmente ignorou as denúncias da ND, o que de certa forma pode, inclusive, ter influenciado no grau das arbitrariedades tomadas pela polícia e pelo Ministério Público.

O prolongamento da prisão desses membros teve influência na luta do partido, já que o desespero dos familiares e certas manipulações para

⁹⁵ “Gaza: Concedida liberdade provisória aos 18 jovens do Nova Democracia em troca de cerca de 12 mil dólares”, *Voa Português*, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/gaza-concedida-liberdade-condicional-aos-18-jovens-do-nova-democracia/5183799.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

que os acusados confessassem a suposta falsificação das credenciais poderiam deixar a mensagem de que a culpa é de quem luta e afastariam o apoio popular ao movimento de jovens, de forma que a ND, enquanto contestava os resultados, teve de se desdobrar em iniciativas de angariação de fundos para juntar 12 mil dólares para o pagamento da fiança dos presos.

foi uma vingança, eles quiseram nos penalizar pelo que o nosso trabalho político representou. Eles não são cegos, estão a ver a força popular. Mantiveram esses jovens presos por tanto tempo para jogar as suas famílias contra nós, para mostrar ao povo que quem se juntar ou der ouvidos à ND vai preso. Pressionaram os presos para admitir falsificações inexistentes, por que a CNE/STAE nunca apareceram a confirmar a falsidade das credencias que eles próprios passaram? Foi tudo para nos desmoralizar, nos afastar da luta e semear medo entre a juventude. Mas o nosso trabalho apenas está a começar. Não vamos a nenhum lugar e lutaremos todos os dias, em 2023 estaremos preparados para concorrer em todos municípios. (Quitéria Guirrengane, janeiro de 2020)

Apesar das ameaças, da intimidação e do cerceamento às suas actividades, a ND conseguiu angariar a exorbitante quantia de 12 mil dólares de fiança; festejou a liberdade dos seus militantes e prometeu voltar ainda mais forte com o seu projecto nas próximas eleições municipais já em 2023.

Assim, respondendo à pergunta anterior sobre a utilidade das eleições em contextos políticos autoritários, creio que, a partir dos exemplos supracitados, podemos afirmar que, em vez de provocarem mudanças profundas através da alternância, elas oferecem uma clamorosa oportunidade aos regimes incumbentes ou a seus líderes de purgar as fileiras do partido, afastando do seu caminho figuras ameaçadoras ou militantes com notável potencial de crescimento; exonerar ministros e demais dirigentes públicos, como que a culpá-los pela fraca performance das instituições, ao mesmo tempo que se projecta uma imagem de recomeço glorioso (de facto, uma estratégia usada por

Armando Guebuza em seus dois mandatos, 2004-2009 e 2009-2014; e por Nyusi, em 2014-2019 e de 2019 até a actualidade).

Por outro lado, nos regimes aludidos, eleições servem como um excelente momento para que os incumbentes testem e entendam o grau de força dos rivais, identificando, assim, os reais e potenciais opositores (CHEESEMAN e KLAAS, 2018).

Essas estratégias foram empregues por Armando Guebuza que, após sua eleição em 2009, se serviu da maioria parlamentar para alargar a esfera de influência social, política e económica da Frelimo, reavivando e reintroduzindo as células partidárias nas instituições públicas e nas localidades residenciais. Silenciou as alas opositoras internamente, ordenou a prisão de adversários e, investiu no aparato militar para perseguir e tentar assassinar o maior líder opositor, Afonso Dhlakama.

6. Considerações finais

Ao conduzir uma guerra que culmina com a conquista da independência moçambicana do colonialismo português em 1975, a Frelimo tenta implementar um projecto socialista no qual deseja construir uma “sociedade nova”, livre de vícios e hábitos considerados coloniais; espaço ideal por habitar pelo “homem novo”. As directrizes desse projecto totalitário, que almeja erguer uma sociedade unívoca, tendo a Frelimo como seu legítimo representante, são impingidas às populações sem observação de suas singularidades culturais, acrescentando-se a repressão, a perseguição e a aniquilação de vozes dissonantes e opositoras.

Enquanto a Frelimo se impunha ferozmente como partido-Estado, o movimento de guerrilha, Renamo, aproveitou o descontentamento popular para unificar e alargar uma base social de oposição à Frelimo e levar adiante a guerra que termina em 1992 com a assinatura dos acordos de paz em Roma entre as duas forças.

A era democrática é inaugurada com a realização das eleições gerais em 1994, vencidas pela Frelimo, que, desde então, continua dominando o cenário político local, mantendo requintes totalitários para aparelhar e dominar a administração pública, recorrendo aos sucessivos governos para alargar sua esfera de influência social. O empresariado, as oportunidades de negócio e emprego, as artes e a cultura, o desporto, o lazer e até casamentos estão, de certa forma, sob influência e controlo da Frelimo.

Nesse contexto, os diferentes partidos da oposição são sufocados e privados de financiamento e/ou alianças com o empresariado e demais organizações locais, o que impacta severamente a sua capacidade de actuação. Dissensos e oposições continuam severamente perseguidos, punidos economicamente, fisicamente ameaçados e até aniquilados,

como acontece com jornalistas e activistas políticos. Enquanto sufoca a oposição política internamente, a Frelimo envia uma mensagem de tolerância e saudável convívio democrático à comunidade internacional, responsável pelo financiamento dos principais programas e projectos de desenvolvimento no país. Apesar de largas denúncias dos diversos movimentos políticos e cívicos, a comunidade internacional continua negligente, contemplativa e conivente com o autoritarismo da Frelimo, em função, segundo as suspeitas, de seus interesses nos recursos naturais do país.

Se, no primeiro momento, o processo democrático moçambicano mostrava-se promissor (Mazula, 1995), apresentando relativo equilíbrio entre as forças políticas e uma disputa eleitoral ferrenha, chegando, inclusive, a oposição liderada por Afonso Dhlakama e Renamo a reclamar vitória em 1999, com a ascensão de Armando Guebuza ao poder inicia-se um processo de captura total do Estado, fortificação das bases da Frelimo, asfixia da oposição e cerceamento do campo de acção da sociedade civil. Tem início o declínio do vibrante sistema de dois partidos dominantes e (re) emerge o sistema de partido dominante (NUVUNGA, 2014).

Desde então, não obstante o colossal investimento da Frelimo no domínio de todas as esferas da sociedade moçambicana, diferentes partidos alternam-se circunstancialmente no protagonismopositor ao partido hegemónico. Por vezes, intrigas e disputas internas retiram coesão e enfraquecem as forças opositoras, o que é aproveitado pela Frelimo para descredibilizá-los perante a opinião pública.

Para a presente tese, iniciando a imersão no campo, enfrentei dificuldades de acesso a fontes e interlocução, sendo negada informação, quer por organismos eleitorais, quer por partidos. Nestes últimos, os detentores de bancadas parlamentares (Frelimo, MDM e Renamo) sondavam-me com desconfiança, com receio de que eu fosse um *espião* enviado por algum partido adversário para colher informações. Ademais,

no caso da Frelimo, o assédio para que revelasse minha simpatia e pertencimento partidário foi constante e deixava-se depreender nas entrelinhas que a minha pesquisa naquele seio dependeria do meu posicionamento.

O constrangimento e a decepção causados nesse processo foram extrapolados quando adentrei ao mundo da ND, força política então recém-criada e que pretendia concorrer pela primeira vez às eleições, disputando vagas parlamentares. Com forte apelo juvenil, esse partido é fundado por lideranças com notável trajectória no associativismo juvenil e demais organizações da sociedade civil. Com poucos recursos, o partido se serve da capilaridade da pretérita trajectória no associativismo como cartão de visitas e também para adentrar no seio das comunidades.

Ao usar o conhecimento comunitário adquirido durante o associativismo, esse partido se mostra preocupado com a precariedade social e a falta de perspectivas para a juventude. Com discurso que chega a ser um decalque das populações insatisfeitas, abandonadas e desesperançadas, a ND usa a juventude como lugar legítimo de fala, para reivindicar redistribuição da riqueza, equidade na criação e na distribuição de emprego, combate às assimetrias regionais, melhorias na saúde, na educação etc. Sendo a população moçambicana maioritariamente jovem, para a ND são os jovens que têm de tomar as rédeas do seu destino e assumir a política.

Justamente nesse contexto de erupção de uma consciência de protagonismo jovem, a Frelimo, que por seu lado passava por uma enorme descredibilização em virtude dos escândalos de corrupção envolvendo lideranças do primeiro escalão do partido e do governo, elevada inflação e miséria, se via seriamente ameaçada, uma vez que o campo da oposição estava reconfigurado com novos actores. Assim, insegura do cenário que se desenhava para as eleições gerais de 2019, a Frelimo investe fortemente em sua máquina de propaganda, gastando milhões de dólares, procurando fazer uma abordagem em sintonia com a

linguagem da juventude, dando a impressão de esta estar integrada aos processos e ser alvo da política do partido. Por outro lado, as estratégias de conquista de voto, além da mobilização, miraram outras formas de convencimento, como intimidações policiais, compra com recurso ao dinheiro ou promessas de emprego e/ou oportunidades futuras.

A disputa pela juventude pode justificar-se porque ela é o alvo da política, actor político por excelência; é ela que assume o protagonismo político, o grande interlocutor dos políticos, com papel fundamental, jogador de destaque na política moçambicana. Outro jogador de grande papel na política moçambicana é a comunidade internacional, principal financiadora dos programas de desenvolvimento do país; os mesmos que a Frelimo exhibe à sua base como trunfo de execução de seus planos quinquenais.

A comunidade internacional vem sendo fortemente criticada pelas diferentes organizações da sociedade civil e por partidos políticos da oposição, em função de leniência perante as arbitrariedades, corrupção, cerceamento do espaço democrático e intolerância e violência cometidas pela Frelimo, inclusive com desvio e emprego de recursos doados por esses agentes para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, as agências internacionais e seus países são acusados de conivência, dado que o financiamento desses programas, a partir do orçamento do Estado, e de outros projectos é gerido pela Frelimo.

Considera-se que esses agentes, ao injectarem recursos milionários na gestão frelimista, financiam e endossam, ao mesmo tempo, a perpetuação da hegemonia dessa força política, sem que exijam vigorosamente resultados sobre a descentralização, maior abertura democrática, inclusão, combate às desigualdades e à corrupção, partidarização do Judiciário etc. Ao contentar-se com as vãs promessas da Frelimo, que vai astronomicamente enriquecendo o seu património e o de seus membros e aliados, em paralelo à miséria que se espalha no campo e nas cidades, a comunidade internacional é entendida como

interessada na manutenção da Frelimo, cujos dirigentes permitem contratos de exploração das riquezas naturais moçambicanas sem as devidas contrapartidas, a favor do Estado e do povo moçambicano, pelas multinacionais ocidentais.

A comunidade internacional, portanto, desempenha um grande papel na democracia moçambicana e hoje é questionada por alguns sectores como sendo parte do problema. Ela é acusada de, mesmo ciente dos abusos de poder e cerceamento do espaço de actuação de movimentos e forças opositoras, receber passivamente as narrativas que a Frelimo envia ao exterior e, principalmente, aos doadores. Usando falsamente um discurso de respeito às instituições, ela defende: a observação do princípio de separação de poderes e a convivência democrática com os opositores políticos, enquanto, internamente, ela consegue, de forma sofisticada, conjugar todos esses elementos com formas autoritárias.

O partido apossa-se da máquina administrativa estatal usando-a a seu favor, aproveitando as oportunidades e regalias do controle do Estado e da função pública para distribuir privilégios entre seus correligionários, bem como sustentar e fortificar as suas bases. A oposição política, os activismos, a arte popular, o trabalho da imprensa e suas liberdades são tolerados enquanto não se mostrarem ostensivamente contrários às directrizes desse partido e, também, enquanto não representarem séria ameaça ao *establishment*, principalmente aos negócios das altas hierarquias frelimistas. Quando consideradas ameaçadoras e com potencial de ressoo popular, essas actividades passam a ser perseguidas, sabotadas, asfixiadas economicamente, passando seus agentes a serameaçados mortalmente e, em certos casos, aniquilados ou barbaramente assassinados.

Essa disposição do Estado moçambicano apresenta-se como resultado de um projecto de tecnologias de poder, de um conjunto de estratégias, de investimentos, de uma amálgama de acções coordenadas

por agentes internos e externos, uma correlação de forças que concorrem para que esse Estado se apresente tal como é.

A disputa eleitoral mostrou uma juventude cansada de esperar, impaciente com a subordinação perante os mais velhos, que decide apostar na organização política como forma de resistência às investidas autoritárias, e na luta pelas suas aspirações e pela sua autodeterminação. Apesar da derrota eleitoral, esta juventude da ND mostra-se fortalecida com a exposição dos seus ideais, com o debate do seu projecto político e com os diálogos estabelecidos com o povo durante a campanha eleitoral, expondo, na sua visão, as vísceras da podridão que representa a governação frelimista.

Ao estabelecer alianças com as populações e permitir que elas expressem por si a sua rejeição, não à política, mas à governação do partido Frelimo, a ND considera ter obtido uma vitória política, o que permitirá construir, junto com a população, uma vitória maior no futuro.

Em uma disputa com disparidade de meios económicos e materiais, as eleições moçambicanas de 2019 mostraram que o que está em jogo é a cooptação da maior parcela da sociedade pelas forças políticas. Mais ainda, mostraram que o domínio e o uso da máquina pública para interesses privados do partido Frelimo é o principal ingrediente que permite as vitórias eleitorais, mais do que o arbítrio e a vontade popular, como defenderiam as perspectivas normativas da democracia.

Ainda que os mais recentes eventos políticos se mostrem desfavoráveis, há um conjunto de lutas e acções coordenadas que vão despontado e tomando corpo em projectos políticos cada vez mais difíceis de serem contidos. São perspectivas irreconciliáveis com os governos frelimistas, trabalhando, portanto, para derrotá-lo e acabar com a sua hegemonia.

Referências bibliográficas

- AUYERO, Javier. *Los límites reales del clientelismo*. Buenos Aires. 2004.
- BAYART, Jean-François. "The State in Africa. The Politics of the Belly". 2nd. Cambridge, Malden, MA: Polity. 2009
- BARNES, Katrina, et al. "Understanding Governance from the Margins: What Does It Mean In Practice?" (2021).
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BOBBIO, N., & NOGUEIRA, M. A. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo* (pp. 83-106). Rio de Janeiro: Paz e terra. 1986
- BORGES COELHO, João Paulo. *O olho de Hertzog*. Lisboa: Leya, 2010.
- BRATTON, Michael, and Nicholas VAN DE WALLE. *Democratic experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective*. Cambridge university press, 1997.
- BRITO, Luis. "ELEIÇÕES, GOVERNAÇÃO LOCAL E SOCIEDADE CIVIL." *Ideias* n°2. IESE. Maputo, 2014
- BRITO, Luis, et al. "Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique." (2015).
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CAHEN, Michel. *Os outros: um historiador em Moçambique, 1994*. Trad. Fátima Mendonça. Basileia: P. Schlettwein, 2004.
- CAHEN, Michel. "*Não somos bandidos*". *A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985)*. Lisboa: ICS, 2019.

- CAHEN, Michel. "Uma cidadania científica no Índico." Palestra de Abertura, Conferência Do IESE. 2017.
- CHAIMITE, Egídio. *Observando por dentro: a Frelimo nas eleições gerais de 2019*. Seminário eleições gerais de 2019: lições e desafios. IESE. Maputo 2019
- CHAIMITE, Egídio; CADETE FORQUILHA, Salvador; SHANKLAND, Alex. "Who Can We Count on? Authority, Empowerment and Accountability in Mozambique". *IDS Working Paper*, Brighton, Institute of Development Studies, n. 546, 2021.
- CHABAL, Patrick. *Africa: the politics of suffering and smiling*. Zed Books. London, 2009.
- CHABAL, Patrick, and DALOZ, Jean-Pascal. *Africa works: the political instrumentalization of disorder*. James Currey, 1998.
- CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/ MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- CHEESEMAN, Nic; KLAAS, Brian. *How to Rig an Election*. Londres: Yale University Press, 2018.
- CHICHAVA, Sérgio. "Mozambique and China: From Politics to Business". *Discussion Paper*, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), n.05/2008, 2008.
- CHICHAVA, Sérgio. "MDM: a new political force in Mozambique?." IESE/CMI Conference on Election Processes, Liberation Movements and Democratic Change in Africa, Maputo. 2010.
- CONSELHO CONSTITUCIONAL (CC). *Acórdão n° 25/CC/2019 de 22 de Dezembro*. Validação e proclamação dos resultados eleitorais. Maputo, Moçambique. 2019

- CORADINI, Odacir Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. v. 11. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CORTÊS, Edson Robert de Oliveira. *Velhos amigos, novos adversários: as disputas, alianças e reconfigurações empresariais na elite política moçambicana*. Lisboa, 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Lisboa.
- DARCH, Colin; HEDGES, David. *Samora Machel: retórica política e independência em Moçambique*. Salvador: Edufba, 2018.
- DE BRITO, Luís, et al. "Formação do voto e comportamento eleitoral dos moçambicanos em 2004". Maputo, Unidade de Opinião Pública do Centro de Estudos da População (CEP) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), set. 2005.
- DE BRITO, Luís de. "O sistema eleitoral em Moçambique: uma dimensão da representação política". In: *O sistema eleitoral – desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2010.
- DE BRITO, Luís de. *A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE, 2020
- DOUGLAS, Mary. *Implicit Meanings: Selected Essays in Anthropology*. Londres: Psychology Press, 1999.
- EGERÖ, Bertil. *Mozambique: A Dream Undone*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1987.
- EISA. Declaração Preliminar da Observação Eleitoral de 2019. Maputo. 2019
- ENGLEBERT, Pierre. *Africa: unity, sovereignty, and sorrow*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2009.
- FARRÊ, Albert. "Assimilados, régulos, homens novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique". *Anuário Antropológico*, v. II, p. 199-229, 2015.

- FAUVET, Paul; MOSSE, Marcelo. “É proibido pôr algemas nas palavras”: uma biografia de Carlos Cardoso. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Being Affected”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 2, n. 1, p. 435-445, 2012.
- FORQUILHA, Salvador. (2019). Discurso inaugural do Seminário X anos Desafios para Moçambique. Maputo
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008^a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008b.
- GEFFRAY, Christian. “A causa das armas”. In: *Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- GENTILI, Anna Maria. “No passado o futuro era melhor? Mozambique’s Democracy in Question”. In: KHAN, Sheila Pereira; MENESES, Maria Paula; BERTELSEN, Bjørn Enge (eds.). *Mozambique on the Move*. Leiden: Brill, 2018. P. 39-56.
- GODBOUT, J. T. “Introdução à dádiva”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 13, n. 38, pp. 39-52, 1998.
- GOLDMAN, Márcio. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos”: etnografia, antropologia e política em Ilhéus Bahia.” *Revista de Antropologia* 46 (2003): 445-476
- GOLDMAN, Márcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. 7letras. Rio de Janeiro. 2006
- GOLDMAN, Márcio. & PALMEIRA, Moacir. Antropologia, voto e representação política. Contra Capa. 1996
- HANLON, Joseph. *Mozambique: Who Calls the Shots?* Bloomington: Indiana University Press, 1991.

HANLON, Joseph, (2019). *Houve enchimento de urnas para Nyusi em todos distritos*. Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições n° 84 - 21 de Outubro de 2019

HANLON, Joseph, (2019b). *Observadores reportam irregularidades nas assembleias de voto*. Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições n° 88 - 29 de Outubro de 2019

HANLON, Joseph, (2019a). *Quatro províncias estão a bloquear observação independente*. Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições n° 74 - 14 de Outubro de 2019

HANLON, Joseph, (2019c). *Membros do ND detidos em Gaza e o partido fala de “presos políticos”*. Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições n° 89 - 01 de Novembro de 2019

HANLON, Joseph, (2019d). *Conselho Constitucional valida eleições e ignora reclamações e erros*. Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições n° 93 – 23 de Dezembro de 2019

HERMET, Guy, and ROSE, Richard. "Alain Rouquie, eds. 1978. Elections without Choice." 1978

HYDE, Susan D. *The pseudo-democrat's dilemma: why election observation became an international norm*. Cornell University Press, 2011

HOLSTON, James, and CALDEIRA, Teresa. "Democracy, law and violence. Disjunctions of Brazilian citizenship." Aguero, Felipe; Stark, Jeffrey (Hg.): *Fault Lines of Democracy in Post-Transition Latin America*. Miami: North-South Centre. S: 263-296. 1998

HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Vol. 4. University of Oklahoma press, 1993.

JETT, Dennis. *Mozambique is a failed state. The west isn't helping*. Foreign Policy. Washington 07/03/2020 Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2020/03/07/mozambique-is-a-failed-state-the-west-isnt-helping-it/>

KHAN, Sheila Pereira; MENESES, Maria Paula; BERTELSEN, Bjørn Enge (eds.). *Mozambique on the Move: Challenges and Reflections*. Leiden: Brill, 2018a.

KHAN, Sheila Pereira; MENESES, Maria Paula; BERTELSEN, Bjørn Enge. "Situating Mozambican Histories, Epistemologies, and Potentialities". In: *Mozambique on the Move*. Leiden: Brill, 2018b. p. 1-38.

KHOSA, Ungulani Ba, «Memórias perdidas, identidades sem cidadania», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 106 | 2015, publicado a 28 abril 2015, consultado a 13 junho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5911>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5911>

KUSCHNIR, Karina. "Antropologia e política." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 22 (2007): 163-167.

LEONARDÃO, Elcio. *O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp).

LOURENÇO, Vítor Alexandre. *Estado(s) e autoridades tradicionais em Moçambique: análise de um processo de transformação política*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 2005.

MACHEL, Samora Moisés. Estudos e orientações. Grupo coordenador provincial de Manica e Sofala, Departamento de Informação e Propaganda, abr. 1975.

MACUANE, José Jaime. "Estrutura e agência das instituições de soberania e democratização em Moçambique, 1990-2020". In: ROSÁRIO,

- Domingos M. do; GUAMBE, Egidio; SALEMA, Ericino. *Democracia multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA, 2020. p. 55-80.
- MACUANE, José Jaime; BUUR, Lars; MONJANE, Celso Marcos. “Power, Conflict and Natural Resources: The Mozambican Crisis Revisited”. *African Affairs*, v. 117, n. 468, p. 415-438, jul. 2018.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MARIANI, Bethania. “Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo”. *Via Atlântica*, v. 1, n. 21, p. 59-74, 2012.
- MATSINHE, Leví. (2011). Moçambique: uma longa Caminhada para um futuro incerto? UFRGS, tese de mestrado em relações internacionais. Porto Alegre
- MBEMBE, Achille et al. “What Is Postcolonial Thinking?” *Esprit*, v. 12, p. 117-133, 2006.
- MBILANA, Guilherme. *Contencioso eleitoral: uma análise da evolução das irregularidades e ilícitos eleitorais nas eleições de 2009 e 2019*. Seminário eleições gerais de 2019: lições e desafios. IESE. Maputo 2019
- MENESES, Maria Paula. “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 106, p. 9-52, 2015.
- MENESES, Maria Paula; KHAN, Sheila Pereira; BERTELSEN, Bjørn Enge. “Situating Mozambican Histories, Epistemologies, and Potentialities”. *Mozambique on the Move*. Leiden: Brill, 2018. 1-38.
- MENESES, Maria Paula. “Memórias de violências: Que futuro para o passado?” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 106 (2015): 03-08.

- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA EU. Moçambique: eleições gerais e das assembleias provinciais 2019, relatório final, 2019.
- MONGA, Celestin. *The anthropology of anger: Civil society and democracy in Africa*. Boulder e CO CO: Lynne Rienner Publishers, 1996.
- MUHALE, Miguel Joaquim Justino. *Lutar, criar, poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de lutas pelo Transporte público em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014
- MUHALE, Miguel Joaquim Justino. “Desta vez o gatuno não passa’: relatos da campanha eleitoral das VI eleições gerais de Moçambique (outubro de 2019)”. *Ponto Urbe*, v. 27, 2020.
- NATANSON, José. *Los african reales del clientelismo*. *Página 12*, 8 ago. 2004.
- NEWITT, Malyn. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- NGOENHA, Severino. “Democracia disjuntiva”. In: ROSÁRIO, Domingos M. do; GUAMBE, Egidio; SALEMA, Ericino. *Democracia multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA, 2020. p. 29-40.
- NOVA DEMOCRACIA. “O poder do povo: primeiro manifesto legislativo em Moçambique”. Maputo, 2019.
- NUVUNGA, A., & Siteo, E. (2013). Party african28lionalization in Mozambique: the party of the state vs the opposition. *Journal of African Elections*, 12(1), 109-142.

- NUVUNGA, Adriano Alfredo. From the Two-Party to the Dominant-Party System in Mozambique, 1994-2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context. 2014.
- NUVUNGA, Adriano. "MOZAMBIQUE'S 2014 ELECTIONS: A Repeat of Misconduct, Political Tension and Frelimo." *Journal of African Elections* (2017): 71.
- NYAR, Annsilla, and Chris Wray. "Understanding protest action: some data collection challenges for South Africa." *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa* 80.1 (2012): 22-43.
- ORRE, Aslak Jangård; CADETE FORQUILHA, Salvador. "Uma iniciativa condenada ao sucesso': o fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique". In: WEIMER, Bernhard (org.). *Moçambique: descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE, 2012. p. 168-194.
- PALMEIRA, Moacir. "Voto: racionalidade ou significado". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 20, p. 26-30, 1992.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. "O voto como adesão". *Teoria e Cultura*, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2006.
- PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e voto. Em: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. Eleições municipais, política e cidadania. Em: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará: NUAP, 2010.

- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. Em: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). O sufrágio universal. E a invenção democrática. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- PALEY, Julia. Towards an anthropology of democracy. *Annu. Rev. Anthropol.* 2002.31:469-496. Downloaded from www.annualreviews.org
- PEIRANO, Mariza. "Antropologia política, ciência política e antropologia da política." *Três ensaios breves* (1997): 15-26.
- PEIRANO, Mariza. "Etnografia, ou a teoria vivida". *Ponto Urbe*, v. 2, ago. 2008.
- PEREIRA, João C. G. "Antes o diabo 'conhecido do que um anjo' desconhecido: as limitações do voto económico na reeleição do partido FRELIMO". *Análise Social*, Lisboa, v. 43, n. 187, p. 419-442, 2008.
- PIMENTA, Fernando Tavares. "O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)". *História*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 250-272, jul./dez. 2014.
- PITCHER, M. Anne. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SAHLINS, Marshall. "La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura". In: *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004 (1976). p. 179-219.
- SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva. *Até que a morte nos separe: um estudo sobre os rituais matrimoniais e funerários numa comunidade rural fluminense*. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – CPDA/UFRRJ.
- SCOTT, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Londres: Yale University Press, 2008.

SILVA, Carolina Rocha da. “As eleições e a democracia moçambicana”. *Janus Online*, 2015-2016.

SILVA FILHO, Clidenor Barreto da. *Práticas clientelistas e dádiva como estratégia e hegemonia política: uma análise sobre o campo da saúde em Mossoró*. Natal, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SITOE, Eduardo J., Zefanias Matsimbe, and Amilcar F. Pereira. "Parties and political development in Mozambique." (2005).

SUMICH, Jason. “‘Just Another African Country’: Socialism, Capitalism and Temporality in Mozambique”. *Third World Quarterly*, p. 1-17, 2020.

SUMICH, Jason; HONWANA, João. “Strong Party, Weak State? Frelimo and State Survival through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State-Making”. *Working Paper*, Londres, Crisis State Research Centre (LSE), n. 23, dez. 2007.

TALEGO VÁZQUEZ, Félix. *Introducción a la antropología de las formas de dominación*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2014.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria do Socorro Souza; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. “Processos de democratização e competição política na África dos anos 1990: os casos de Moçambique e Zâmbia”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n. 2, 2016.

VAZ, Egídio. Entrevista pessoal concedida ao autor, 18 jul. 2019.

VÁZQUEZ, Félix Talego. *Introducción a la antropología de las formas de dominación*. Sevilla: Aconcagua Libros, 2014.

- VILLELA, Jorge Mattar; MARQUES, Ana Claudia D. R.; WILLIS, Bruce Dean. "Municipal Elections: Favor, Vote and Credit in the Pernambucan Sertão of Brazil". *The Latin Americanist*, v. 49, n. 2, p. 25-63, 2006.
- VILLELA, Jorge Mattar. "Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição." *Revista de Antropologia da UFSCar* 3.2 (2011): 10-29.
- VINES, Alex. "Uma retrospectiva dos 25 anos da democracia moçambicana". In: ROSÁRIO, Domingos M. do; GUAMBE, Egidio; SALEMA, Ericino. *Democracia multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA, 2020. p. 81-105.
- WEIMER, Bernhard; MACUANE, José Jaime; BUUR, Lars. "A economia do political settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização". In: WEIMER, Bernhard (org.). *Moçambique: descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados*. Maputo: IESE, 2012. p. 31-75.
- WEST, Harry G.; KLOECK-JENSON, Scott. "Betwixt and between: 'Traditional Authority' and Democratic Decentralization in Post-War Mozambique". *African Affairs*, v. 98, n. 393, p. 455-484, out. 1999.